



Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU - 33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas v.33, n.2, jul-dez / 2012

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande - PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishcunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Edgard Malagodi - emalagodi@uol.com.br
Jean-Philippe Tonneau - tonneau@cirad.fr
Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Kellyane Freitas Carvalho -

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UFCG)
*Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UFCG)* Bernard Roux (INRA/Paris)* Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves (UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UFCG) * Gian Mário Giuliani (UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UFCG) * Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFCG) *Leonilde Sérvolo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva (UFCG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de Soler (UFCG) *Olívio Alberto Teixeira (UFS) *Paolas Cappelini Giuliani (UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG) *Régina Célia Reys Novais (UFRJ) *Reinaldo Antônio Carcanholo (UFES) *Robério Ferreira dos Santos (UFCG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFCG) *Sônia Maria Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Thayroni Araújo Arruda
(Ilustração da capa: a partir da foto de Aldo Branquinho Nunes)

REITOR:

Thompson Fernandes Mariz

VICE-REITOR:

José Edílson Amorim

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Rômulo Feitosa Navarro

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETORA:

Rosilene Dias Montenegro

VICE-DIRETOR:

Luciênio de Macêdo Teixeira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ramonildes Alves Gomes

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFCG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310 1051
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.33 n.2, jul-dez / 2012 - . -
Campina Grande: UFCG/PPGCS, 1982 - .
v.
Semestral
Resumos em *português*, *abstracts in English*
ISSN 0102-552X

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
CDD 330
CDU 338-43 (05)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
O V encontro da rede de estudos rurais: Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização.....	8
ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS.....	10
<u>Márcio Caniello, Marc Piraux e Valério V. S. Bastos</u>	
<i>Capital social e desempenho institucional no colegiado territorial da Borborema, Paraíba.....</i>	<i>11</i>
<u>Henrique Carmona Duval, Vera Lucia S. B. Ferrante e Sonia Maria P. P. Bergamasco</u>	
<i>Autoconsumo e as escalas de diversificação agrícola em um assentamento rural.....</i>	<i>32</i>
<u>Juliana D. Bueno e Maria Aparecida de Moraes Silva</u>	
<i>Espaço e tempos cruzados - trajetórias de trabalhadoras no interior paulista</i>	<i>56</i>
<u>Sonia Regina de Mendonça</u>	
<i>Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003)....</i>	<i>72</i>
<u>Valesca Marques Cavalcanti</u>	
<i>Conhecimento como produto social: o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba.....</i>	<i>87</i>
<u>Renata Medeiros Paoliello</u>	
<i>Etnicidade, conservação ambiental e direitos territoriais em áreas de incidência de programas de desenvolvimento social e sustentável.....</i>	<i>109</i>



<u>Eli de Fátima Napoleão de Lima</u> <i>O rural na história. Euclides da Cunha, José Veríssimo e Ferreira de Castro: três narrativas amazônicas.....</i>	122
<u>Paulo Eduardo Moruzzi Marques e Kleber Andolfato Oliveira</u> <i>Áreas de Proteção Ambiental e desenvolvimento territorial: perspectivas em torno do conselho gestor da APA Corumbataí em São Paulo.....</i>	139
<u>José Wilson Galdino</u> <i>RESEX da Prainha do Canto Verde: a comunidade concretizando um sonho.....</i>	153
<u>Joaquim Pinheiro de Araújo e Zildeneice M. Guedes Maia</u> <i>Agroecologia, soberania alimentar e comercialização solidária na feira agroecológica de Mossoró-RN: o enlace da sustentabilidade</i>	166





Raízes

v. 33, n.2, jul-dez / 2012

APRESENTAÇÃO



Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

APRESENTAÇÃO

A **Revista Raízes** publica neste número uma seleção de artigos apresentados durante a realização do 5º. **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, ocorrido em Belém (PA), em junho de 2012. A Rede de Estudos Rurais tem se consolidado como um dos mais importantes espaços de debate sobre as questões rurais no Brasil, reunindo pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento. Os artigos foram selecionados pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho que funcionaram no evento, que emitiram parecer e indicaram sua publicação, a quem agradecemos pela colaboração, que reafirma a parceria entre a Revista Raízes e a Rede de Estudos Rurais.

O artigo de **Henrique Carmona Duval, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco**, a partir de pesquisa realizada num assentamento de reforma agrária no interior de São Paulo, analisa as relações entre escalas de diversificação agrícola e a produção de alimentos para autoconsumo entre famílias assentadas. **Márcio Caniello, Marc Piraux e Valério Veríssimo de Souza Bastos** buscam, em seu trabalho, revelar os entraves que dificultam o bom desempenho institucional dos mecanismos de gestão territorial na Borborema (PB) – no marco do Programa Territórios da Cidadania, do governo federal – em que pese o capital social consolidado existente no local.

O trabalho de **Juliana Dourado Bueno e Maria Aparecida de Moraes Silva** revelam os pontos comuns das trajetórias de mulheres trabalhadoras num abatedouro de frangos no interior de São Paulo, que remetem a suas origens rurais (em diferentes tempos e espaços), aos processos de precarização do trabalho e a suas vivências nas idas e vindas entre campo e cidade.

Dois artigos abordam a relação entre ciência e poder, tomando a Embrapa como objeto de análise. **Sonia Regina de Mendonça** investiga em seu trabalho como a disputa de poder travada entre diferentes entidades patronais da agricultura brasileira vai orientar a pesquisa agropecuária realizada no Brasil a partir da década de 1970, em que a criação da Embrapa marca a orientação da pesquisa pública para atender aos interesses do agronegócio. Já o artigo de **Valesca Marques Cavalcanti** se detém sobre o processo de desenvolvimento da tecnologia do algodão naturalmente colorido, pela Embrapa Algodão, sediada na Paraíba, em que ciência e política moldam formas sociais de inovação, orientada para a agricultura famil-

Raízes, v.33, n.2, jul-dez / 2012

iar e pautada no discurso da sustentabilidade.

Os cinco últimos artigos, de diferentes maneiras, abordagem as relações entre mundo rural, territórios de proteção da natureza e questão ambiental, com suas implicações políticas, simbólicas, identitárias e institucionais. O trabalho de **Renata Medeiros Paoliello** aborda as inter-relações entre processos identitários, lutas territoriais e polícias ambientais entre diferentes grupos sociais no Vale do Ribeira, em São Paulo. **Eli de Fátima Napoleão de Lima** investiga as percepções desenvolvidas na primeira metade do Século XX sobre o mundo rural e a natureza na Amazônia, a partir das obras de Euclides da Cunha, José Veríssimo e Ferreira de Castro.

Dois artigos refletem sobre a criação de áreas protegidas no Brasil. **Paulo Eduardo Moruzzi Marques** e **Kleber Andolfato Oliveira** priorizam a análise das representações de membros do conselho gestor da APA Corumbataí em São Paulo sobre as condições de degradação ambiental da área. Por outro lado, **José Wilson Galdino** apresenta um relato da luta de pescadores artesanais cearenses para a constituição da RESEX da Prainha do Canto Verde. Este número termina com artigo de **Joaquim Pinheiro de Araújo** e **Zildenice Matias Guedes Maia** sobre a experiência de agricultores familiares do Rio Grande do Norte com a realização de uma feira de produtos agroecológicos.

É com prazer que apresentamos mais este número da Revista Raízes e esperamos que ofereça boa leitura a todos interessados nos temas cobertos pelos artigos publicados.

Boa leitura a todos.

Os editores

O V ENCONTRO DA REDE: DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E AMBIENTALIZAÇÃO: ATORES E PARADIGMAS EM CONFLITO.

Leonilde Sérvolo de Medeiros*


O presente número da Revista Raízes reúne uma amostra de trabalhos apresentados no V Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado em Belém do Pará, em junho de 2012 e organizado por professores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará, e Embrapa Amazônia Oriental.

Desde sua criação, em 2006, a Rede de Estudos Rurais tem procurado reunir em seus encontros pesquisadores e estudiosos oriundos de distintas formações disciplinares, com diferentes inserções profissionais, mas todos interessados em discutir diversas temáticas relacionadas ao mundo rural. Este público vem crescendo significativamente tanto em quantidade como em qualidade e tem contribuído decisivamente para a elevação do padrão do debate sobre o significado do rural e do agrário em nosso país.

Ao longo destes últimos anos, a Rede se institucionalizou, criou uma página própria na internet (www.redesrurais.org.br), onde estão sendo disponibilizados os trabalhos apresentados nos encontros, bem como dossiês temáticos, organizados por membros da Rede. Com esse tipo de iniciativa, estamos procurando cumprir o objetivo de manter uma dinâmica permanente de circulação de informações e de debate entre os filiados, além de promover eventos regulares.

O V Encontro da Rede, o primeiro realizado na região Norte, contou com a intensa participação de alunos e professores de graduação e pós-graduação de universidades das diferentes regiões do país. Tendo como tema central Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização: atores e paradigmas em conflito, o evento procurou focar, sob diferentes ângulos, nas mesas redondas e nos grupos de trabalho, as principais questões envolvidas no debate sobre modelos de desenvolvimento, formas de manifestação da ruralidade, importância da consideração do ambiente como totalidade. A compreensão de que são inevitáveis acordos que minimizem os impactos da ação humana sobre o planeta tem acirrado a crítica a um determinado padrão de desenvolvimento e provocado uma revisão de paradigmas sobre formas de pensar os recursos naturais do planeta e as possibilidades de geri-los. Assim, tentamos refletir sobre os desafios lançados às Ciências Humanas pela necessidade de aprofundar a reflexão acerca das transformações econômicas, sociais e ambientais em curso no mundo rural brasileiro, em um contexto marcado por intensas disputas em torno das formas de apropriação da terra, da água e da biodiversidade.

* Professora e pesquisadora do CPDA/UFRRJ; Presidente da rede de estudos rurais no biênio 2010-2012. E-mail: leonildemedeiros@gmail.com.



Dessa perspectiva, a escolha da Amazônia como local para realização do Encontro foi muito feliz, na medida em que a região é um bom exemplo das diferentes formas de agressão às populações e conhecimentos tradicionais, pela implantação de grandes projetos intensivos em capital.

Como tem sido usual nos encontros da Rede, para debater as questões elencadas buscamos abordar o tema central a partir de diferentes perspectivas, envolvendo quer uma reflexão sobre as transformações que vêm ocorrendo no meio rural, quer sobre as demandas dos atores sociais envolvidos, as políticas públicas que sinalizam para direções diferentes e que se constituem num campo central de disputa. Foram apresentados trabalhos sobre o campesinato, agricultores familiares, povos tradicionais, assalariados, empresários, organizações não governamentais. No que se refere às políticas públicas, foram discutidos, sempre a partir de experiências de pesquisa, diretrizes e resultados, bem como aspectos relacionados ao papel dos mediadores técnicos que envolvem o processo da chegada das políticas junto ao público que elas pretendem atingir.

Gostaríamos, finalmente, de agradecer aos editores de Raízes a abertura da revista para publicação de alguns dos textos apresentados no Encontro. Trata-se de uma contribuição inestimável à divulgação das atividades da Rede.

Leonilde Servolo de Medeiros
Presidente da Rede de Estudos Rurais de 2010 a 2012



Raíces

v.33, n.2, jul-dez / 2013

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS



Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

CAPITAL SOCIAL E DESEMPENHO INSTITUCIONAL NO COLEGIADO TERRITORIAL DA BORBOREMA, PARAÍBA

MÁRCIO CANIELLO, MARC PIRAUX, VALÉRIO VERÍSSIMO DE SOUZA BASTOS

RESUMO

Num processo de inovação institucional que culminaria com a criação do Programa Territórios da Cidadania em 2008, o governo brasileiro reconfigurou, a partir de 2003, o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar no país, adotando o “enfoque territorial de desenvolvimento rural”, efetivado por meio da criação de colegiados participativos paritários destinados a implementarem a “gestão social” dos recursos públicos ofertados pelo Orçamento Geral da União para projetos de investimento e custeio em “instâncias territoriais”, isto é, conjuntos de municípios agrupados por características identitárias comuns. Este trabalho visa analisar a dinâmica da gestão social no território da Borborema, na Paraíba, considerando que ele possui um histórico de dinâmicas sociais que favoreceram a emergência de um movimento social forte e a constituição de um combativo Polo Sindical, ou seja, que o território apresentava um “capital social” relativamente consolidado antes mesmo da implantação do colegiado. Neste sentido, procuramos entender por que, apesar do evidente avanço das dinâmicas participativas e de suas repercussões positivas no ambiente sociopolítico local, as práticas territoriais apresentam, contudo, um “desempenho institucional” abaixo das expectativas, vis-a-vis aos poucos projetos de investimento efetivamente implantados entre 2003 e 2010.

Palavras-chave: Teoria; Pesquisa; Metateoria.

ABSTRACT

SOCIAL CAPITAL AND INSTITUTIONAL PERFORMANCE AT THE BORBOREMA TERRITORIAL COLLEGIATE- PARAIBA STATE, BRAZIL

The Brazilian government has promoted, since 2003, public policies for small-scale farming, adopting a “territorial approach for rural development”. The creation of Citizenship Territories in 2008 is the high point of this process of institutional innovation. Creation of participatory forums, promoting a closer partnership between civil society and public authorities, allowed a “social management” of public resources of Union general budget for investment and funding projects for “territorials units”, i.e. sets of municipios grouped by common identity characteristics. This study aims to analyze dynamics of social management within the Borborema, Paraíba, considering history of social dynamics that allowed the emergence of a strong social movement and the establishment of a powerful union pole. These elements show high level of “social capital” in the territory before de creation of the forum. In this sense, we can understand why, despite evident progress of participatory dynamics and its positive impact on the local socio-political environment, territorial practices have, however, an “institutional performance” below of expectations in relation to few investment projects effectively implemented between 2003 and 2010.

Key words: Social Capital; Territories; Institutional Performance

MÁRCIO CANIELLO: Professor Associado da UFCG, Coordenador da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema, Paraíba. E-mail: caniello@ufcg.edu.br. **MARC PIRAUX:** Pesquisador do CIRAD, Professor Visitante da UFPA, Pesquisador Colaborador da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema, Paraíba. E-mail: marcpiraux@uol.com.br. **VALÉRIO VERÍSSIMO DE SOUZA BASTOS:** Técnico da Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema, Paraíba. E-mail: valerioverissimo@hotmail.com.

Raízes, v.33, n.2, jul-dez / 2012

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os espaços para a participação da sociedade civil na definição e implementação das políticas públicas no Brasil ampliaram-se significativamente. Resultado da própria luta pela redemocratização do país e fruto da atuação decisiva dos movimentos sociais organizados nesse processo (DOIMO, 1995; GOHN, 2001, p. 52; SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 65), a institucionalização do chamado “controle social” sobre as políticas públicas reflete a consolidação daquilo que os cientistas políticos chamam de “democracia direta” ou “democracia participativa” (BOBBIO, 2000).

O pressuposto fundamental dessa concepção de democracia é que a participação direta dos cidadãos e das organizações sociais em arenas deliberativas paritárias com a representação governamental em seus diversos níveis favorece o bom desempenho das instituições públicas e a eficiência de suas políticas e ações em virtude do “controle social” exercido pela população sobre a destinação e aplicação dos recursos públicos. Por outro lado, o exercício da participação dos cidadãos nesses fóruns leva ao *empoderamento* da sociedade civil, à ampliação do capital social local (PUTNAM, 2006) e à própria melhoria de vida da população, em decorrência do desenvolvimento de uma “cultura cívica” (PUTNAM, 2006) construída em torno da responsabilização coletiva quanto ao desempenho das políticas públicas.

Esse modelo foi aplicado na profusa

constituição de conselhos gestores de políticas públicas na década de 1990 (CARVALHO e TEIXEIRA, 2000), inclusive dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que se multiplicaram exponencialmente a partir de 1997, depois da criação do PRONAF, cujos recursos da linha infraestrutura e serviços só poderiam ser acessados pelas prefeituras que apresentassem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) homologado pelo conselho.

Embora seu “potencial de transformação política” (ABRAMOVAY, 2001, p. 121) tenha dado alguns bons frutos no sentido da democratização das políticas públicas de desenvolvimento rural, os CMDRS – como de resto todos os outros conselhos setoriais – apresentaram uma série de dilemas e paradoxos que perverteriam seus objetivos mais amplos, ressaltando-se seu inelutável processo de “prefeiturização” (JARA, 1998, p. 235), isto é, a submissão da agenda construída participativamente aos interesses dos grupos políticos hegemônicos nos municípios, o chamado “poder local”.

Diante dessa realidade, a partir de 2003 o governo brasileiro resolveu reconfigurar o espaço de participação da sociedade civil em relação às políticas públicas para o desenvolvimento rural, adotando o “enfoque territorial de desenvolvimento rural” (ADIB, 2005), efetivamente aplicado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Isso se efetivou por meio da formação de colegiados (ou fóruns) participativos paritários compos-

tos por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipal¹ em “instâncias territoriais”, isto é, conjuntos de municípios agrupados por características identitárias comuns (OLIVEIRA, 2008). Esse processo de inovação institucional culminaria na criação do Programa Territórios da Cidadania em 2008.

Concordando com PUTNAM (2006, p. 24) que “as instituições são mecanismos para alcançar *propósitos*, não apenas para alcançar *acordo*”, este trabalho visa analisar a dinâmica da gestão social no território da Borborema, na Paraíba, de maneira a verificar as relações entre o seu ideário e as consequências práticas de sua atuação, a partir da análise de questionários sobre o tema da gestão do colegiado aplicados aos seus 80 membros efetivos, dos indicadores de avaliação dos projetos de infraestrutura concluídos² e das impressões colhidas e sistematizadas no processo de observação participante desenvolvido desde agosto de 2010.

Considerando que o território da Borborema possui um histórico de dinâmicas sociais que favoreceram a emergência de um movimento social forte e a constituição de um combativo Polo Sindical (BASTOS, 2010),

isto é, que o território apresentava um “capital social” (PUTNAM, 2006) relativamente consolidado antes mesmo da implantação do colegiado, procuramos entender porque, apesar do evidente avanço das dinâmicas participativas e de suas repercussões positivas no ambiente sociopolítico local, as práticas territoriais apresentam, contudo, um “desempenho institucional” (PUTNAM, 2006: 24) abaixo das expectativas³, *vis-a-vis* aos poucos projetos de investimento efetivamente implantados entre 2003 e 2010.

1. O TERRITÓRIO DA BORBOREMA

O Território da Borborema situa-se no Agreste paraibano e ocupa uma área de 3.233 km² (23,1% do Estado), com 21 municípios distribuídos em cinco microrregiões geográficas definidas pelo IBGE, cujas sedes municipais estão em média separadas umas das outras por distâncias entre 10 e 20 quilômetros, e que variam muito em área, indo de pouco mais de 25 km² (Borborema) a 594 km² (Campina Grande). Entretanto, podemos considerar que a grande maioria é de pequenas dimensões, pois treze municípios (62%) têm até 200 km² e

1. Arenas deliberativas em que se desenvolve a “gestão social” (OLIVEIRA e PERAFÁN, 2012). Para o MDA, os colegiados territoriais “oportunizam o diálogo, a negociação, a aprendizagem, a transparência e a democracia necessária à construção de um ambiente favorável à integração e ao estabelecimento de consensos, de acordos, ações e compromissos coletivos fundamentais ao processo de desenvolvimento” (BRASIL, 2009, p. 4).
 2. Calculados pelo Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT com metodologia própria (BRASIL, 2011), a partir dos 21 questionários aplicados pela equipe de pesquisa sobre os sete projetos de investimentos concluídos no Território da Borborema até 2010. Para cada projeto foram aplicados três questionários a informantes notadamente “conhecedores”: um beneficiário, um membro do colegiado e o proponente/executor.
 3. “Para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização dos recursos limitados para atender a essas demandas” (PUTNAM, 2006, p. 25).

nove (43%) até 100 km² de área.

Segundo o IBGE (BRASIL, 2011), a população urbana é predominante no território da Borborema, mas, dos 21 municípios que o compõem, oito (38%) apresentam uma população rural maior do que a população urbana e quinze (71,4%) têm populações rurais superiores a 30% dos habitantes. Entendemos que esse alto índice de população urbana deve ser relativizado, pois em função das pequenas distâncias que separam as zonas urbanas das rurais, do bom estado das estradas, do maior acesso aos meios de transporte (como as motocicletas e os “alternativos”), além do alto índice de violência rural que vem acometendo o território, muitos habitantes dividem o seu dia entre o “sítio”, onde desenvolvem suas atividades produtivas e a “rua”, para onde se deslocam no final do dia, para pernoitar.

Ademais, excetuando-se o município de Campina Grande, a população rural atinge o percentual de 43,81% no território da Borborema, o que nos leva a asseverar que a economia, a cultura e as sociedades locais mantêm suas raízes profundamente imersas no *ethos* rural. De fato, mais de 140 mil pessoas habitam o espaço rural deste pequeno território e, afora Campina Grande, todos os municípios possuem pelo menos 1/4 de população rural.

A agricultura familiar é a principal categoria produtiva do setor agropecuário territorial, pois, segundo o IBGE (2009), existem 27.564 estabelecimentos rurais no território, dos quais 24.745 (90,76%) são de agricultores familiares. Entretanto, os menos de dez por cento de agricultores não familiares con-

centram 56,88% das terras, o que aponta, evidentemente, para uma grande concentração fundiária. Sem embargo, há casos interessantes que evidenciam a força da agricultura familiar, como o do município de Matinhas, o maior produtor de tangerina do Nordeste e de banana e laranja do Estado, onde 90% dos estabelecimentos são de agricultores familiares, os quais ocupam 72,26% das áreas produtivas.

A mais importante atividade agrícola do território é a fruticultura, com uma produção de 165 mil toneladas em 2006, respondendo por toda a safra de tangerina e de mudas de frutas cítricas do Estado, além de 94% da laranja, 66% do limão, 61% da banana, 70% do abacate e 61% da jaca. Outras lavouras importantes são o feijão preto (45% da produção estadual), a batata inglesa (32,6%), a fava (27%) e a mandioca (14,4%) (BRASIL, 2009). A horticultura também é uma atividade agrícola forte no território da Borborema, que responde por 25% da produção do Estado, tendo colhido cerca de 30 mil toneladas no ano de 2006 (BRASIL, 2009).

Embora relativamente incipiente e concentrada em alguns municípios, a produção agroindustrial do território da Borborema apresenta alguns dados interessantes. Em primeiro lugar, o território é o maior produtor de cachaça da Paraíba, tendo destilado 1.342.000 litros em 2006, 83% da produção estadual. Além da aguardente, outros produtos de destaque na agroindústria local são a farinha de mandioca, com 1.418 toneladas no mesmo ano (45% da produção estadual), a polpa de frutas produzida no município de Matinhas, 60 toneladas

(43% da produção estadual) e os dois mil litros de suco de frutas produzidos no município de Serra Redonda (40% da produção estadual) (BRASIL, 2009).

Como se sabe, a comercialização dos produtos agropecuários e agroindustriais é um fator fundamental para o desenvolvimento territorial. Neste sentido, a difusão de feiras agroecológicas no território da Borborema tem sido uma importante medida para o escoamento da produção e o fomento da agricultura familiar, agregando renda ao empreendimento camponês. Atualmente, existem sete feiras agroecológicas no território, comercializando uma média de 600 toneladas anuais, segundo dados do Polo Sindical da Borborema (CANIELLO *et al*, 2011, p. 22).

Um fator de incremento econômico que merece destaque é o processo de transferência de renda proporcionado pelas políticas públicas nos últimos anos, como a universalização da aposentadoria rural e a sua paridade com o salário mínimo, a política de valorização deste e programas sociais, como o Bolsa Família. Contudo, a pobreza no meio rural, apesar de um notável processo de redução desde o primeiro governo Lula, ainda é expressiva no território da Borborema, onde 42,51% dos domicílios são classificados como domicílios pobres (BRASIL, 2011).

Sendo assim, excetuando-se Campina Grande pela dimensão que tem para a economia do Estado, a principal atividade econômica

do território da Borborema reside na agricultura familiar. Esta atividade é fortalecida pela diversidade da produção agrícola territorial (frutas, grãos e horticultura), pelo escoamento da produção através das feiras (agroecológicas e livres), programas de compras governamentais (PAA e PNAE), e também das políticas de transferência de renda (aposentadorias, auxílios, bolsa família, seguro safra, entre outras).

2. AS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA BORBOREMA

O território da Borborema foi “campesinizado”⁴ no Século XVII em decorrência do processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata, o qual levou à expulsão para o Agreste de grandes contingentes dos “pobres livres” que viviam em sua órbita, criando animais e produzindo alimentos (CANIELLO *et al*, 2011, p. 7-8). Desde então, o território vem experimentando uma evolução histórica que alterna períodos de “descampesinização” e “recampesinização”, ao sabor dos poderes da agricultura patronal e de seus interesses nos diversos “ciclos econômicos” ali desenvolvidos, em maior ou menor abrangência regional: algodão, café, cana-de-açúcar, agave, pecuária, fumo e laranja (PIRAUX e MIRANDA, 2011).

Entretanto, desde os anos 1950, os camponeses do Agreste paraibano têm mostrado

4. Para os conceitos de campesinização, descampesinização e recampesinização, ver PLOEG (2008).

um poder de resistência e mobilização notáveis, primeiramente nas Ligas Camponesas e, depois de sua extinção pela Ditadura Militar, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e outros movimentos sociais. Não é preciso falar muito sobre isso, mas apenas evocar dois de seus mártires: João Pedro Teixeira e Margarida Maria Alves, ambos trucidados pelas elites agrárias locais.

Os doze primeiros STR reconhecidos oficialmente na Paraíba em 1962 e 1963 estão localizados no Agreste, sendo que oito deles situam-se no atual território da Borborema. Embora tenham desempenhado uma função essencialmente assistencialista durante o período da ditadura, no início dos anos 1980 inicia-se um importante processo de renovação sindical que redundaria, vinte anos depois e com o concurso de vários atores, instituições e organizações sociais, na criação do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema (BASTOS, 2010). O Polo atualmente congrega uma rede de 15 STRs (doze localizados no território da Borborema), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, a Ecoborborema⁵.

Em virtude desse processo de renovação, as pautas de luta no território, outrora tratadas de forma genérica (a exemplo da luta pela reforma agrária e pela universalização da previdência social rural), foram tomando um

sentido mais “orgânico” ao conectarem-se a um projeto de futuro visando à sustentabilidade de sua diversificada agricultura familiar. Assim, o Polo, apoiado pela AS-PTA⁶, passa a atuar como um ator coletivo demandador de políticas públicas específicas e como um espaço político-organizativo em torno de um projeto comum de desenvolvimento local focado na promoção da agroecologia.

Com a implementação do Programa Territórios Rurais de Identidade no ano de 2003, constituiu-se formalmente o Território de Identidade da Borborema, que teve como base a existência do Território Agroecológico do Polo da Borborema, gestado desde o início dos anos 1990, que já contava com a participação da sociedade civil, mostrando capacidade de ação coletiva, iniciativas locais e, sobretudo, apresentando legitimidade e mobilização. Esse ambiente social e politicamente favorável propiciou a constituição de novas ONGs no território e a criação do Fórum dos Assentados da Borborema. Por outro lado, há que se ressaltar a existência de instituições de ensino e pesquisa no território, como a Embrapa, UFCG, UFPB e UEPB, que há muito interagem com os agricultores familiares da região em ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como a presença de organizações nacionais e internacionais de apoio ao desenvolvimento rural.

Esse conjunto de entidades vem desenvolvendo ações que têm provocado fortes im-

5. <http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/>

6. Organização não governamental nacionalmente reconhecida por sua atuação no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, atuante na região desde 1996. Ver <http://aspta.org.br/>.

pactos no território, a exemplo da produção de algodão agroecológico, estocagem de forragem, tecnologias apropriadas para segurança hídrica, a criação das redes de banco de sementes e de construção do conhecimento agroecológico, iniciativas de educação no campo, entre outras.

Neste sentido, os atores inseridos no território da Borborema compartilham um conjunto de valores, conceitos e estratégias de ação, configurando-se como um ambiente de disputa de modelos, no qual as redes de inovação agroecológica apresentam-se como expressão da resistência ao modelo dominante baseado nos princípios técnico-científicos da revolução verde.

Alguns momentos comprovam a força desses atores e de suas organizações. Por exemplo, no ano de 2002, após um intenso debate em torno da qualidade, importância e resistência dos bancos de sementes, conseguiu-se aprovar a Lei Estadual 7.298/2002, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes. Em 2009, os agricultores familiares e suas organizações mobilizaram-se em face da perspectiva do avanço da fumicultura no território, promovida pela Souza Cruz, a qual realmente não prosperou na Borborema. Outro episódio de destaque aconteceu em 2010, ano em que a região do Brejo foi atingida pela mosca negra, praga da citricultura, quando foi travada uma forte disputa:

de um lado, o Governo do Estado da Paraíba, que defendia o controle tradicional e que, inclusive, iniciara a distribuição de inseticidas para o combate da mosca e, de outro, os agricultores familiares ligados ao Polo, assessores e pesquisadores da UFPB, que defendiam o controle biológico, resultando vitoriosa a tese dos agricultores organizados.

Foi nesse panorama de recampesinização, transição agroecológica (DINIZ e PIRAUX, 2011) e de presença de um capital social relativamente consolidado que, em 2003, a SDT/MDA homologou o “Território de Identidade da Borborema”, transformado em “Território da Cidadania” a partir de 2008. Assim, era de se esperar um bom desempenho do colegiado territorial em termos da execução de projetos de investimento, em vista do grande interesse despertado por eles⁷, da disponibilização de recursos específicos para isto e do “protagonismo” dos agricultores familiares e suas organizações no processo de decisão e controle social.

Entretanto, como veremos a seguir, uma série de fatores organizacionais, institucionais e da dinâmica participativa do colegiado territorial têm dificultado essa dialética virtuosa. Este artigo pretende discutir as relações entre a presença de um capital social consolidado no território da Borborema e os resultados do chamado “ciclo de gestão social” nele desenvolvido.

7. Apuramos em nossa pesquisa de campo que o Núcleo Dirigente como um todo e muitos membros entrevistados afirmam que a principal motivação para a inserção de suas organizações ou instituições no Colegiado Territorial foi a matriz orçamentária lançada pelo governo federal. Ou seja, os atores sociais e suas organizações viram nessa matriz a oportunidade de acessar recursos para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura que já almejavam anteriormente.

3. O FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO TERRITORIAL DA BORBOREMA

COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

À época do levantamento das informações que dão suporte a este trabalho, o colegiado da Borborema era composto por 99 membros, 80 deles em efetivo exercício⁸, sendo 46 representantes da sociedade civil (57,5%) e 34 do poder público (42,5%)⁹, o que denota seu caráter paritário e mesmo a preponderância do “controle social” no âmbito decisório. Das instituições participantes, 29 delas (36,25%) frequentavam o colegiado há pelo menos dois anos e 40 instituições, 50% do total, participavam há mais de três anos, registrando-se que as instituições com um maior período de participação, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, fazem parte ou são parceiras do Polo Sindical.

Com uma composição tão ampla, evidencia-se a necessidade de uma estrutura burocrática mínima para o funcionamento, o que não tem sido observado. Assim, não há um sistema eficiente de convocação dos membros para as plenárias, nem o registro e aprovação de atas das reuniões realizadas – a não ser quando estas são pré-requisitos indispensáveis para aprovação de projetos – ou mesmo a manutenção de um arquivo com documentos. É preciso

ressaltar, neste sentido, que a irregularidade da manutenção do assessor territorial, bem como sua “pluriatividade” quando em efetivo exercício da função, são fatores extremamente deletérios ao ordenamento organizacional.

Outra fragilidade organizacional destacada pelos membros do colegiado é a falta de objetividade das reuniões e o longo tempo gasto nas plenárias. Um informante, em expressão que sumaria este sentimento, nos disse textualmente: “se fala muito e se produz pouco”. Pudemos observar que essa falta de objetividade tem afastado várias instituições das reuniões.

COMUNICAÇÃO

Apesar da maioria dos entrevistados ter destacado a internet como o principal canal de divulgação das decisões tomadas pelo colegiado, em entrevistas informais com a equipe de pesquisa, grande parte destes membros afirmou ter dificuldade em receber essas informações. De fato, o colegiado não mantém um sítio na internet e a própria atualização dos dados no sistema “Colegiados em Rede” não tem sido efetuada. Os membros do colegiado explicam essa fragilidade pela ausência de um processo eficiente de acompanhamento, como também pelo fato do colegiado não possuir sequer uma

8. Os quais foram entrevistados e formam a base de dados aqui analisada.

9. Segundo dados do SGE, atualmente o Colegiado tem 111 membros, sendo 68 da sociedade civil (61%) e 43 do poder público (39%), um núcleo dirigente com oito representantes, um núcleo técnico e várias câmaras temáticas. http://sge.mda.gov.br/cr/cr_re/.

lista de e-mails atualizada, o que faz com que um número significativo dos próprios membros não tenha acesso e desconheça as decisões tomadas pelo colegiado, e que seja bastante limitada a socialização de documentos, como atas, relatórios, prestações de contas e deliberações da coordenação.

De mais a mais, como foi apurado na pesquisa sobre as condições de vida da população do território, numa amostra aleatória de 235 famílias entrevistadas, distribuídas em dez setores censitários, 94% afirmaram não possuir computador, o que evidentemente demonstra que a escolha da forma de divulgação das decisões do fórum participativo não é das mais adequadas.

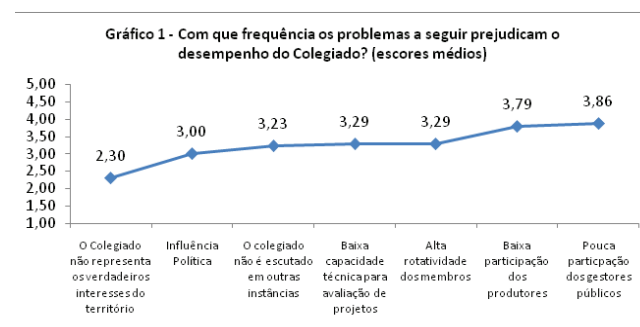
Contudo, a falta de conhecimento das decisões e ações do colegiado pode ser atribuída pela não participação e pela rotatividade de vários membros, como se pode observar no Gráfico 1, mas, de fato, não existe uma estratégia de comunicação no colegiado e mesmo nas instituições e organizações participantes.

Assim, podemos afirmar, com base nos dados apurados e na observação participante efetuada pela equipe de pesquisa, que o processo de articulação, comunicação e circulação de informações entre a coordenação do colegiado e seus membros, bem como com a população do território, é bastante precária.

PARTICIPAÇÃO E DECISÃO

Segundo os membros do colegiado, a baixa participação dos gestores públicos nas re-

uniões, sobretudo prefeitos e vice-prefeitos, destacada por 56 entrevistados (70%), tem sido o problema que mais prejudica o seu desempenho, pois, segundo eles, determinadas decisões só podem ser tomadas com a presença dos gestores, como por exemplo, a doação de um terreno ou o cumprimento de contrapartidas para a realização dos projetos. Seguindo a escala de importância, aparece o problema da baixa participação dos produtores, lembrado por 52 deles (65%), o que evidencia que a participação dos agricultores é feita, sobretudo, por mediadores e a alta rotatividade dos membros, ressaltada por 41 respondentes (51%). Numa escala de 1 a 5, sendo 1 “muito baixa” e 5 “muito alta” a média obtida por cada problema que afeta o colegiado está expressa no Gráfico abaixo, que demonstra serem as fragilidades da participação efetiva os fatores mais deletérios.



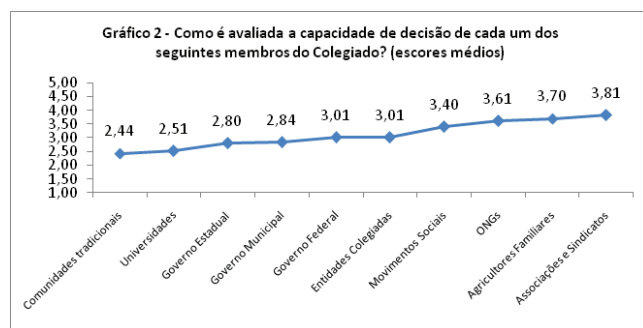
Fonte: Elaboração própria com dados tabulados pelo SGE/SDT/MDA/CAI - 2011

Em relação à capacidade de tomada de decisões, destacam-se os representantes das associações e sindicatos, lembrados por 70% dos entrevistados como tendo capacidade “alta” e “muito alta”, depois aparecem os represent-

antes dos agricultores familiares, com 66,3% e os representantes das organizações não governamentais destacados por 62,5%. Ainda foram lembrados por mais da metade dos membros (47) os representantes dos movimentos sociais.

Por outro lado, a capacidade de decisão dos representantes dos governos municipais foi definida como “baixa” ou “muito baixa” por 30 membros (37,5%), ao passo que 27,5% dos respondentes tiveram a mesma avaliação quanto aos representantes das universidades e 26,3% em relação aos representantes do governo estadual. A baixa capacidade de decisão atribuída a esses membros está relacionada principalmente ao absenteísmo e à rotatividade de representantes da esfera governamental.

Numa escala de 1 a 5, sendo 1 “capacidade de decisão muito baixa” e 5 “capacidade de decisão muito alta”, a média obtida pelos representantes das entidades que compõem o colegiado territorial da Borborema, segundo os entrevistados, foram as que estão expressas no Gráfico 2.



Fonte: Elaboração própria com dados tabulados pelo SGE/SDT/MDA/CAI – 2011

A qualidade da participação e a pre-

eminência das decisões de alguns atores na dinâmica territorial estão ligadas às ações existentes no território antes mesmo da constituição do colegiado, notadamente as dinâmicas do Polo Sindical da Borborema e da AS-PTA, organizações que, juntamente com outras que se constituíram posteriormente, como a ONG Arribaçã, formam o “núcleo duro” (PIRAUX e BONNAL, 2009) do colegiado territorial. Esse grupo hegemônico foi construído em torno de princípios ideológicos e interesses compartilhados sobre o desenvolvimento rural e seu “empoderamento” deve-se à consolidação do seu capital social ao longo dos últimos anos através da recepção de recursos financeiros para execução de projetos, primeiramente oriundos de instituições internacionais e, a partir de 2003, também do governo federal, o que reforça seus capitais simbólico e político.

Assim, apesar da composição do colegiado primar pela distribuição da representação social entre as várias organizações presentes no território, esse “núcleo duro” possui força suficiente para conduzir o debate e a pauta¹⁰. De fato, vários informantes qualificados afirmam que as informações são monopolizadas e as ações são concentradas, planejadas e decididas por esse “núcleo duro”, o que realmente pode ser confirmado quando se analisa a distribuição de recursos alocados pelo MDA para os projetos de infraestrutura.

De fato, é notória a disparidade de acesso aos projetos de investimento destinados pelas matrizes orçamentárias do MDA para o território da Borborema em favor de municípios sob a influência direta do “núcleo duro” e em

10. Essa força foi vitaminada recentemente com a nova composição do colegiado, na qual os sindicatos de todos os municípios passaram a ter direito a voto, uma vez que dos 21 sindicatos dispostos no território, 16 fazem parte do Polo.

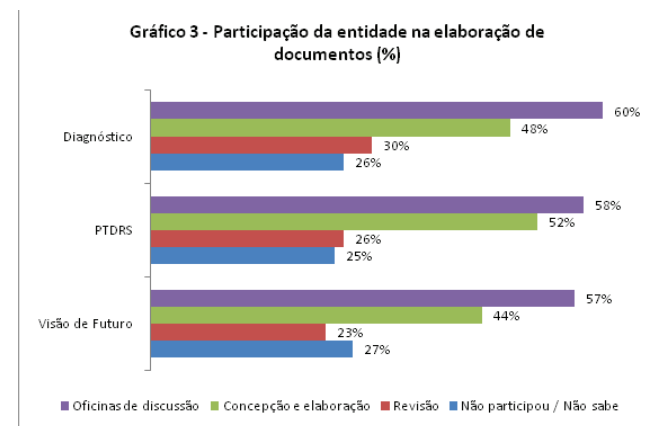
detrimento de outras edilidades, pois dos 21 municípios que o compõem, apenas 10 receberam investimentos em infraestrutura, todos eles localizados na sua “zona central”, área de atuação do Polo Sindical (CANIELLO *et. al.*, 2011, p. 132).

Se, por um lado, podemos considerar que a estratégia montada pelo grupo hegemônico seja legítima, pois atende às regras pré-estabelecidas do campo democrático e reflete a preeminência dos setores mais organizados nas deliberações por maioria (BOURDIEU, 2007), ele é também um fator deletério, pois acaba marginalizando exatamente os setores representativos mais fracos em termos de capital social, reproduzindo sua situação de fragilidade e desestimulando a participação dos seus representantes. Neste sentido, representantes de municípios alijados do acesso a recursos para projetos de investimento, como Borborema, Pilões e Serraria deixaram de participar das reuniões, cuja justificativa formulada por um de seus representantes é lapidar: “só se debate coisa de interesse do Polo... quando é coisa de interesse das prefeituras ou de outra instituição que não faz parte do Polo, elas não querem debater”.

É importante salientar, ademais, que 86,4% dos respondentes afirmaram que as deliberações são tomadas pelo critério da votação por maioria, enquanto apenas 31% ressaltaram os acordos por consenso. Essa preeminência da “maioria” como critério de decisão evidentemente favorece grupos de interesse hegemônicos em detrimento de minorias, o que é um fator de marginalização destas, principalmente se consideramos a diversidade intraterritorial.

DOCUMENTOS ORIENTADORES

Um traço característico quanto à elaboração de documentos de diagnóstico e de planejamento pelo colegiado é que existe uma tendência decrescente quando se vai do campo das ideias para o campo da prática (Ver Gráfico 3). Podemos verificar essa tendência quando analisamos, por exemplo, a participação das entidades na elaboração de instrumentos de planejamento para a intervenção prática no desenvolvimento territorial. Em primeiro lugar, o total de participações em todas as fases de elaboração dos documentos (oficinas de discussão, concepção e elaboração, e revisão) decresce de 112 no diagnóstico para 110 no PTDRS e 101 no documento com a “visão de futuro”. Isto é, a participação das entidades na elaboração dos documentos diminui em termos gerais, decrescendo da elaboração do documento que registra a percepção da realidade (“diagnóstico”), ao instrumento de planejamento de curto prazo, inclusive necessário para a liberação de recursos para os projetos (o PTDRS) e, mais ainda, à elaboração de um documento de planejamento de longo prazo (“visão de futuro”).



Fonte: Elaboração própria com microdados do SGE/SDT/MDA/CAI – 2011

Por outro lado, a participação das entidades no processo de construção do Diagnóstico, do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e da Visão de Futuro decresce significativamente quando se passa da participação nas “oficinas de discussão para sua formação” para as fases de “concepção e elaboração” dos documentos e, finalmente sua “revisão”, que é a chamada fase de “qualificação” dos instrumentos. Ou seja, a participação é maior quando os documentos são discutidos nas inúmeras “oficinas” promovidas e menor quando se trabalha efetivamente na sua elaboração concreta. Por exemplo, no ano de 2010, a reunião do colegiado que tinha como pauta a revalidação do PTDRS contou com a participação de menos de 20 dos membros, isto é, menos de 25% do quórum.

O próprio Resumo Executivo do PTDRS do território da Borborema 2010-2020, elaborado pela ONG Vínculus e publicado pelo MDA (BRASIL, 2010) denuncia essa tendência, pois, das 62 páginas, 52 são dedicadas ao diagnóstico territorial e apenas oito ao planejamento estratégico, limitado a um diagrama (p. 53) e uma planilha (pp. 54-60) com os “eixos aglutinadores”, “programas”, “projetos” e “ações”. Não há sequer um plano de metas, um cronograma de ações e/ou projetos e, muito menos, instrumentos de verificação com indicadores de resultados esperados. Assim, como um “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável”, o documento resume-se a uma extensa introdução contextual e um vago conjunto de boas intenções.

Um dado associado a essa tendência

se refere às áreas em que os membros do colegiado receberam capacitação. Conforme pudemos apurar (CANIELLO et al., 2011, p. 77), os membros do colegiado afirmaram ter participado de 239 capacitações, conjunto que podemos estratificar em três grupos, indo de propostas mais teóricas a propostas mais práticas, a saber: (1) qualificação em planejamento do desenvolvimento rural (“planejamento participativo”, “desenvolvimento territorial” e “planejamento estratégico”), que totalizam 103 capacitações (43%); (2) elaboração de projetos e planos de desenvolvimento, com 52 ocorrências (22%); e (3) intervenção nos processos de desenvolvimento (“controle social”, “organização”, “monitoramento e avaliação” e “gestão de conflitos”), com 84 ocorrências (35%). Isto é, 65% das capacitações foram voltadas para o planejamento e a elaboração de projetos, enquanto apenas 35% para a preparação dos membros do colegiado quanto à efetivação desses projetos e planos, sua gestão e controle.

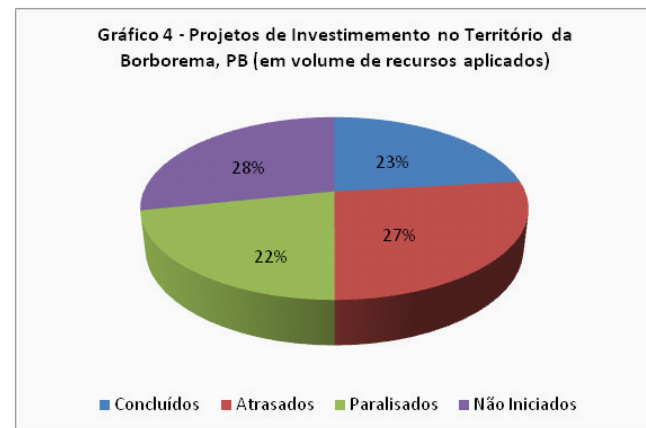
Assim, percebemos que ainda existe um hiato significativo entre as ideias planejadas e debatidas no colegiado e o processo de colocar em prática e acompanhar estas ações. Mas, se as práticas têm que ser melhoradas, fica necessário progressivamente voltar no campo das ideias, perguntando-se sobre a natureza dessas ideias e, sobretudo compartilhar elas entre todos os participantes, passo necessário para definir uma real estratégia comum de desenvolvimento.

4. PROJETOS DE INVESTIMENTO

Segundo o MDA/SDT, os projetos de investimentos são propostas técnicas com metas específicas que podem ser apoiadas com recursos de investimentos em obras, empreendimentos, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, com destaque para os aspectos econômicos, sociais, culturais, todos coerentes com o PTDRS (BRASIL, 2011b).

De acordo com os participantes do colegiado, o debate em torno dos projetos tem sido o ponto alto da gestão social no território da Borborema e as plenárias que tratam dessa temática apresentam maior índice de presença. Contudo, a frequência do debate em torno dos projetos não reflete a dinâmica de execução dos mesmos, pois atualmente, a maioria dos projetos de investimentos que foram deliberados pelo colegiado ainda não foi entregue às comunidades.

De fato, em oito anos de funcionamento do colegiado territorial (2003-2010) foram aprovados 16 projetos de infraestrutura, totalizando R\$ 3.348.428,67 em investimentos, sendo que nove estão concluídos, dois atrasados, três paralisados e dois não iniciados (Ver Tabela Anexa). Embora 56% dos projetos contratados estejam concluídos, neles foram empregados pouco mais de 770 mil reais, o que representa apenas 23% dos recursos destinados a obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos no território da Borborema (Gráfico 4).



Fonte: elaboração própria com dados do SGE/SDT/MDA/CAI (posição em 31/12/2012)

Dos projetos concluídos, seis foram contratados nos anos de 2003 e 2004 e são focados em obras de segurança hídrica (cisternas de placas e barragens subterrâneas), sendo que um deles também contemplou a construção de um Mercado do Produtor no município de Montadas. Os outros três projetos concluídos tinham como objeto: (1) aquisição de veículo utilitário e equipamentos de informática (Masaranduba); (2) construção e aquisição de equipamentos para viveiro de mudas e aquisição de máquina debulhadeira (Alagoa Nova) e (3) aquisição de máquinas e equipamentos para estruturação de um núcleo de beneficiamento de forragem (São Sebastião de Lagoa de Roça).

Dos projetos paralisados, um é executado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande e encontra-se em Tomada de Contas Especial, outro, executado pelo governo do Estado, tem como objeto a construção de um centro de apoio à mandiocultura em Puxinanã e o terceiro refere-se à implantação de uma unidade móvel de extração de mel em Alagoa

Nova.

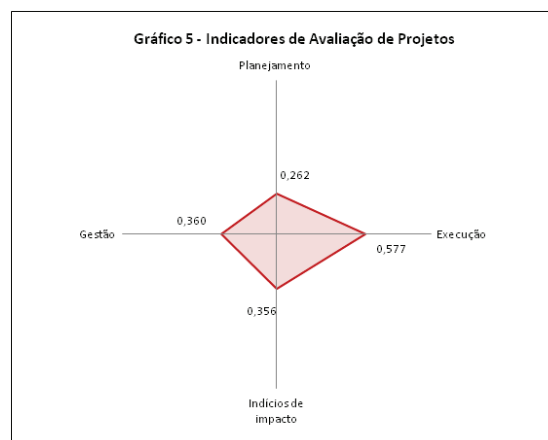
Estão atrasados os projetos de aquisição de máquinas debulhadeiras e forrageiras¹¹, também executado pelo governo do Estado, e a construção e estruturação do Centro de Vivência com o Curimataú, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Arara. Ainda não foram iniciadas as obras de implantação de uma biofábrica para produção de palma forrageira e da Casa Família Agrícola, ambos executados pelo governo do Estado, sendo o primeiro pela Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) e o segundo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), cujos recursos foram liberados em 2008.

Os membros do colegiado alegam que a ineficiência na execução dos projetos territoriais na Borborema acontece em função da baixa capacidade técnica do colegiado, da baixa participação dos beneficiários (a exemplos dos prefeitos) e dos entraves impostos pela burocracia institucional. De fato, as normas de gestão dos financiamentos públicos, pouco adaptadas aos objetivos dos projetos coletivos, dificultam muito a definição e implementação de projetos de infraestrutura para as áreas rurais (LEITE e WESZ, 2010; BONNAL e KATO, 2010).

Seja como for, procuramos investigar detalhes sobre sete projetos de investimento

concluídos, todos eles referentes a obras de segurança hídrica e, realizados com recursos das matrizes orçamentárias de 2003 e 2005, por meio de pesquisa de opinião¹², em que foram coletadas informações sobre o planejamento, a execução, a gestão e a avaliação de resultados dos projetos concluídos. A partir de tabulação de dados, foram gerados indicadores referentes a essas quatro fases, classificados a partir da seguinte escala: ótimo (0,80 – 1,00), bom (0,60 – 0,80); regular (0,40 – 0,60); ruim (0,20 – 0,40) ou crítico (0,0 – 0,20).

De acordo com os resultados obtidos (Gráfico 5), percebe-se que todos os indicadores apontam para escores bastante baixos, sendo três deles (planejamento, gestão e impacto) classificados como “ruim” e a execução dos projetos classificada como “regular”.



Fonte: MDA/SDT/SGE/CAI

11. Embora as máquinas tenham sido adquiridas, o projeto como um “empreendimento” não foi plenamente concluído, uma vez que as máquinas forrageiras que foram destinadas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais encontram-se em atividade, mas as máquinas debulhadeiras que foram destinadas às Prefeituras não foram sequer localizadas pela equipe de pesquisa. Em função de suas características especiais, este projeto está sendo analisado com maior profundidade e será tratado em um artigo específico.

12. Pesquisa realizada no primeiro semestre de 2011, quando estavam concluídos 7 projetos. Foram 21 entrevistados (para cada projeto foi aplicado um mesmo questionário para três “conhecedores”: um beneficiário, um membro do colegiado e o proponente).

O indicador “planejamento” obteve o pior índice (0,262), apontando que a participação de beneficiários, membros do colegiado e até proponentes nesta fase ocorreu de forma bastante insatisfatória, uma vez que 42,9% dos entrevistados não sabem sequer como ocorreu sua definição, 23,8% afirmam que o projeto “foi ofertado pela SDT-MDA” e absolutamente nenhum deles disse que o mesmo estava previsto no PTDRS.

O indicador “execução dos projetos” atingiu o escore de 0,577, sendo classificado como “regular”, e foi a fase melhor avaliada pelos entrevistados. Este indicador estima: (1) a participação dos beneficiários na fase de execução dos projetos, que atingiu o escore de 0,560; (2) a capacidade de execução (0,534); e (3) o nível de funcionamento dos mesmos, o quesito melhor avaliado, com uma média de 0,638, classificando-o como “bom”, o que é um dado alentador neste panorama extremamente negativo, pois aponta para a eficácia dos projetos concluídos.

No que tange à “gestão dos projetos”, que obteve um índice de 0,36, “baixo”, 38,1% dos informantes afirmaram não saber sequer como ele se caracteriza e mais da metade dos respondentes disse não saber se existe algum tipo de auditoria ou acompanhamento financeiro dos projetos. Os dados revelam ainda que a maioria dos entrevistados (61,9%) não tem conhecimento sobre os indicadores de acompanhamentos do projeto.

Quanto aos “indícios de impacto” dos projetos, a avaliação atingiu o escore de 0,356, sendo também considerada “ruim”, mas quan-

do perguntados sobre os efeitos deles na qualidade de vida dos beneficiários, 42,9% dos respondentes responderam que ela “melhorou” ou “melhorou muito” em decorrência dos projetos, atingindo-se um escore de 0,591 para o quesito “impactos positivos na qualidade de vida dos beneficiários”, no limite entre “regular” e “bom”. Também para 42,9% dos respondentes os projetos concluídos “atenderam” ou “superaram” as expectativas.

Portanto, embora apresentando falhas no planejamento, execução e gestão dos projetos concluídos, o seu nível de funcionamento e os impactos positivos deles na vida dos beneficiários foram considerados satisfatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo concordando com PETERSEN e SILVEIRA (2007) que a consolidação do território da Borborema tem uma trajetória evolutiva oscilante e não linear, o fato é que há anos ali se verifica um notável processo de mobilização e organização social em torno dos projetos que endogenamente os agricultores e suas organizações escolhem como adequados, o que pontuaria para uma hipotética eficiência dos sujeitos territoriais no encaminhamento de suas decisões para implementá-los. Entretanto, embora os projetos concluídos sejam relativamente bem avaliados, eles representam apenas 23% do total dos investimentos alocados ao território da Borborema, o que aponta para um certo paradoxo entre o potencial do capital social presente nas dinâmicas territoriais e seus

resultados efetivos para o desenvolvimento territorial. Pensamos que cinco ordens de limites e constrangimentos institucionais alimentam esse paradoxo.

A primeira ordem de fatores é constituída por limites organizacionais: a falta de uma estrutura administrativa estável redundando em improvisações no que tange a procedimentos básicos, como a convocação de reuniões, redação de atas, prestações de contas, atualização de cadastros e listas de endereços, manutenção de um arquivo atualizado e a própria comunicação entre a coordenação, os membros do colegiado e a sociedade.

A segunda ordem de fatores tem a ver com os limites na participação dos membros do colegiado, em face do absentismo e da rotatividade dos mesmos, principalmente os representantes do poder público, ocasionada pela alternância no poder e mesmo por mudanças ocasionais no curso de um mesmo governo. Isso é um grande problema, uma vez que a imensa maioria dos recursos orçamentários destinados aos projetos é executada pelas prefeituras.

No que tange à participação da sociedade civil, também se verificam casos de rotatividade dos membros e irregularidade na participação, explicados, principalmente, por falhas de comunicação entre a coordenação e os membros do colegiado. Por outro lado, que podemos definir como “assembleísmo” – isto é, a ocorrência de muitas reuniões, frequentemente pouco produtivas e longas em função da falta de capacidade técnica e de decisão – é outro elemento que dificulta a participação dos representantes da sociedade civil. Além disso,

a morosidade na execução dos projetos e a burocracia envolvida no seu encaminhamento são fatores deletérios à participação destes membros, sendo para eles um elemento de desmotivação.

A terceira ordem de fatores refere-se a constrangimentos procedimentais e tem a ver com a construção interna de regras de funcionamento do colegiado e de seu aprimoramento em favor da otimização da participação e mobilização de todos os sujeitos sociais envolvidos, inclusive os grupos minoritários. É o caso, por exemplo, do modo de tomada de decisão. Uma instância deliberativa democrática e participativa não pode simplesmente ser movida pela “ditadura” da maioria, por mais legítimos que sejam os grupos hegemônicos que a constituam, pois esses processos tendem a fortalecer estes grupos e provocar a marginalização de grupos mais fracos ou marginais, inclusive afastando-os da arena participativa. Nos parlamentos, por exemplo, as minorias têm prerrogativas importantes para evitar que os grupos majoritários imponham suas decisões de maneira sistemática, como os institutos do trancamento de pauta, da obstrução etc. De fato, a hegemonia de grupos de interesse bem articulados nas decisões do colegiado em detrimento de grupos minoritários menos poderosos – exatamente aqueles que pouco podem contar com as chamadas “assessorias”, aliás, financiadas com recursos da própria matriz de recursos do território – fazem com que o “empoderamento” da sociedade civil seja seletivo e, o que é pior, um fator de marginalização dos grupos com menor “capital social”.

Assim, a construção de acordos seria mais democrática e mais produtiva no fortalecimento da identidade coletiva, da cooperação mútua e da reciprocidade, pois as votações por maioria tendem a cristalizar desigualdades e provocar segmentações, numa estratégia de desenvolvimento que se pretende igualitária, mobilizadora e cooperativa. Neste sentido, a cultura do consenso deveria ser mais promovida, a partir da qualificação do debate e da promoção de uma reflexão comum, o que poderia “empoderar” o colegiado como um todo e não apenas os grupos com capitais social, político e simbólico mais consolidados.

A quarta ordem de constrangimentos institucionais é normativa. A falta de estatuto jurídico do colegiado limita sua capacidade de ação. Sem reconhecimento jurídico, o colegiado é desprovido de uma burocracia específica e depende das Municipalidades ou de organizações não governamentais para o acesso a recursos. São fóruns deliberativos constituídos por camponeses, mas eles dependem de mediadores para executar suas deliberações. Assim, o colegiado é envolvido por estruturas político-partidárias e técnicas e as burocracias a elas associadas, as quais drenam recursos e submetem os camponeses a suas agendas. Assim, o pretendido protagonismo dos camponeses no “ciclo de gestão social” é obstaculizado por sua dependência a mediadores, sejam eles políticos ou técnicos, do governo ou de ONGs.

Finalmente, a quinta ordem de fatores refere-se a constrangimentos ideológicos e pontua para a preeminência das ideias sobre as práticas, dos meios sobre os fins, da execução

sobre o planejamento e da luta política sobre a mobilização produtiva.

Não pode haver dúvida de que o ciclo de gestão social no território da Borborema propiciou importantes avanços em termos da capacidade de aprendizagem dos atores locais, da mobilização coletiva em torno de um projeto de desenvolvimento rural sustentável, do empoderamento do capital social vinculado à agricultura familiar, de mudanças no jogo político local e de intervenções, embora limitadas, na infraestrutura produtiva e de segurança hídrica. A perenidade e evolução desse processo virtuoso dependem, contudo, da superação dos limites e constrangimentos que o inibem, exigindo uma franca autocrítica de todos os envolvidos, desde os sujeitos e organizações territoriais até as burocracias governamentais nos três níveis federativos.

ANEXO 1 – RELAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO NO TERRITÓRIO DA BORBOREMA (2003-2010)

Ano	Código Operação	Proponente	Objeto	Valor	Situação da Obra	Início	Conclusão
2003	0157103-73	PM Areial	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas • Construção de Barragem Subterrânea 	30.028,26	Concluída	30/06/2004	18/03/2005
2003	0157148-71	PM Esperança	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas • Construção de Barragem Subterrânea 	43.120,26	Concluída	01/07/2004	02/07/2008
2003	0157151-38	PM São Sebastião de Lagoa de Roça	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas • Construção de Barragem Subterrânea 	41.852,83	Concluída	02/07/2004	28/12/2006
2003	0157156-80	PM Montadas	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas • Construção de Barragem Subterrânea • Construção do Mercado do Produtor 	234.580,53	Concluída	02/07/2004	22/09/2006
2004	0163690-78	PM Alagoa Nova	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas 	30.202,21	Concluída	21/01/2005	02/12/2005
2004	0163691-82	PM Campina Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas • Construção de Barragem Subterrânea • Feira Agroecológica 	103.596,24	Paralisada Tomada de Contas Especial	25/08/2005	
2004	0163694-13	PM Remígio	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de Cisterna de Placas • Kit p/ de Cisterna de Placas • Construção de Barragem Subterrânea 	33.098,44	Concluída	18/01/2006	15/05/2007
2005	0176541-41	PM Massaranduba	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de veículo utilitário • Equipamentos de informática 	54.508,70	Concluída	26/12/2006	15/06/2007
2005	0177408-40	PM Alagoa Nova	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e aquisição de equipamentos para viveiro de mudas • Aquisição de máquina debulhadeira. 	99.313,69	Concluída	02/02/2007	02/03/2011
2005	0177593-92	SEDAP	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de máquinas para beneficiamento de Arroz, Milho e Feijão • Aquisição de máquinas de beneficiamento e armazenamento de forragem 	217.557,00	Atrasada	26/06/2006	
2006	0197575-99	SEDAP	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de máquinas para beneficiamento de Arroz, Milho e Feijão • Aquisição de máquinas de beneficiamento e armazenamento de forragem 	503.800,00	Paralisada	26/02/2008	
2007	0229256-25	PM Arara	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e estruturação do Centro de Vivência com o Curimataú • Implantação Base de Serviço e Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar 	679.307,33	Atrasada	02/07/2008	
2008	0278178-05	SEDAP	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Biofábrica de mudas de palma forrageira 	398.951,18	Não Iniciada		
2008	0282725-03	UEPB	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma Escola Família do Campo (Lagoa Seca) 	549.300,00	Não Iniciada		
2008	0282747-62	PM São Sebastião de Lagoa de Roça	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de máquinas e equipamentos para estruturação do Núcleo de Beneficiamento de Forragem 	209.694,00	Concluída	30/12/2010	27/07/2012
2009	0306600-32	PM Alagoa Nova	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de unidade móvel de extração de mel 	119.518,00	Paralisada	03/08/2011	
TOTAL				3.348,42			

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica (SGE) – MDA/SDT – 2011, com atualização até 23/11/2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “Conselhos além dos limites”, Estudos Avançados, vol. 15, nº 43, 2001, pp. 121-140.

ADIB, Alberto Renault. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para planejamento*. Brasília, IICA Brasil, 2005.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

BASTOS, V. V. S. *Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba*. Dissertação de mestrado. UFCG/CH/PPGCS. Campina Grande, 2010. 115 f.

BONNAL, P. e KATO, K. *Análise comparativa de políticas públicas de desenvolvimento territorial*. Relatório de Pesquisa. OPPA/CPDA/UFRRJ. Brasília: IICA, 2010.

BRASIL. *Censo Agropecuário 2006*. Brasília, IBGE, 2009. < <http://www.sidra.ibge.gov.br> >

_____. *Censo Demográfico Brasileiro 2010*. Brasília, IBGE, 2011. < <http://www.sidra.ibge.gov.br> >

_____. *Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais*. Brasília, MDA, 2009b.

_____. *Sistema de Gestão Estratégica: Avaliação de Projetos de Investimentos*. Brasília, MDA/SDT, 2011b.

_____. *Territórios da Cidadania –*

Relatório de Execução 2008: Ações executadas no Território da Cidadania Borborema (PB). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2010. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>>. Acesso em: 10 março 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, 11ª Edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; MARTINS, M.F.; BASTOS, V.V.S. *Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)*. Projeto de Pesquisa para o Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Campina Grande, GEPAD/UFCG, 2009.

CANIELLO, M.; BASTOS, V.V.S.; MARTINS, M.F.; PIRAUX, M., CANTALICE, L.; NUNES, T.L.; TORRES, J.V.O. *Relatório Analítico do Projeto de Pesquisa Acompanhamento, monitoramento e avaliação da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)*. Campina Grande, GEPAD/UFCG; Brasília, SGE/SDT/MDA, 2011.

CANIELLO, M.; BASTOS, V.V.S.; CANTALICE, L.; “Análise de desempenho do Programa Territórios da Cidadania: o caso do Orçamento 2008 do Território da Borborema-PB”. In GEHLEN, V.R.F.; LAINÉ, P.C.V. (orgs.) *Construindo com fios invisíveis: a fragmentação do território rural*. Recife, Editora da UFPE, 2012.

- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEXEIRA, Ana Claudia C. (Org.) *Conselhos Gestores e Políticas Públicas*. São Paulo, Pólis, 2000.
- DINIZ, P.C.O., PIRAUX, M. *Agroecologia e convivência com o semiárido: Breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces*. In LIMA, J.R. Tavares de (org.): *Agroecologia e movimentos sociais*. Recife, Edições Bagaço, 2011.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo, Cortez, 2001.
- IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 06 abril 2011.
- JARA, Carlos Júlio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília, IICA; Recife, Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.
- LEITE, S. P. e WEIZ, W. J. Jr. *Financiamento das políticas de financiamento territorial. Relatório final*. OPPA/CPDA/UFRRJ. Brasília: IICA, 2010.
- OLIVEIRA, Carlos Douglas de Sousa; PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. *Gestão social no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*. Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. CD ROM (ISBN 978-85-63737-02-1). Belém, junho de 2012.
- OLIVEIRA, José Humberto: *Programa 'Territórios da Cidadania': uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica*. Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, Argentina, 2008.
- PETERSEN, P; SILVEIRA, L. *Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Polo Sindical da Borborema*. In: *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. Rio de Janeiro, ANA, 2007.
- PIRAUX, M; BONNAL, P. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB): O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar*. In: *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Ademir A. Cazella, Philippe Bonnal e Renato S. Maluf organizadores. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- PIRAUX, Marc e MIRANDA Roberto. *A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste paraibano*. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Vol. 30, Nº 2 - Jul-Dez de 2010. Campina Grande, 2011.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna/ com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nannetti*; tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SANTOS, Boaventura de S.& AVRITZER, Leonardo: *“Introdução: para ampliar o cânone democrático”*, SANTOS, Boaventura de S.(org.), Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

AUTOCONSUMO E AS ESCALAS DE DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA EM UM ASSENTAMENTO RURAL

Henrique Carmona Duval; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RESUMO

Neste artigo objetivamos descrever e analisar o autoconsumo alimentar e sua relação com a diversificação agrícola nos lotes de um assentamento rural. Pretendemos apresentar uma proposta metodológica para adentrar 05 escalas de diversificação, que formam mosaicos na paisagem a partir dos sistemas agrícolas específicos que cada família assentada imprime em seu lote. A pesquisa baseia-se em observação direta, registros em diário de campo, questionário, coleta de cardápios, desenhos, inventários e foto-documentação dos lotes. Também foram utilizadas imagens de satélite e foto aérea (respectivamente, da região e de uma microbacia da qual faz parte o assentamento). O autoconsumo aparece como um aspecto essencial nas estratégias familiares para conquistar autonomia e viver melhor, por exemplo, em relação a se alimentar daquilo que lhes dá identidade e de ter segurança alimentar. As produções comercial e empresarial convivem, no mesmo lote, com a produção de autoconsumo, no entanto esta é ligada a práticas e princípios de agriculturas de base ecológica. Os sistemas de produção de autoconsumo são responsáveis pela maior diversificação de um lote agrícola, mas nem sempre têm esse valor reconhecido, até pela dificuldade de sua mensuração econômica.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Segurança Alimentar, Antropologia Rural.

SELFCONSUMPTION AND AGRICULTURAL DIVERSIFICATION SCALES INTO A RURAL SETTLEMENT

ABSTRACT

In this article we describe and analyze the food selfconsumption and its relation to food agricultural diversification in lots of a rural settlement. We intend to present a methodological proposal to enter 05 scales of diversification, forming mosaics in the landscape from specific agricultural systems specific which each seated family prints on its lot. The research is based on direct observation, records in a field diary, Data from a set of questionnaires we applied, collected menus, drawings, inventories and photo-documentation of lots. Were also used satellite images and aerial photo (respectively, the region and a watershed of which the settlement is part). The self-consumption appears as an essential aspect of families strategies to have independence and a better life, for example, for feeding themselves with what gives them identity and having food safety. Commercial and business productions coexist in the same batch with the production to self-consumption however this is linked to the practices and principles of the ecologically based agriculture. Production systems of consumption are responsible for greater diversification of an agricultural lot, but they have not always recognized this value due to the difficulty of its economic measurement.

Key words: Agrarian Reform, Food Security; Rural Anthropology

HENRIQUE CARMONA DUVAL: Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/Unicamp. E-mail: henriquecarmona@hotmail.com. VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE: Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. E-mail: mestrado@uniara.com.br. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO: Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. E-mail:sonia@feagri.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Autores como Cândido (1979), Brandão (1981) e Garcia Jr. (1983), ao realizarem suas pesquisas em comunidades rurais em regiões determinadas, valorizam uma investigação acerca dos modos de vida e das formas de reprodução econômica de tais comunidades. Embora feitos em regiões diferentes, ambos são focados em algum tipo de agrupamento rural, cujas “leis internas de funcionamento”¹ guardam muita relação entre si. Nos três casos é dada ênfase especial à produção de autoconsumo. Cândido (1979), por exemplo, trabalhou com grupos de “caipiras” paulistas do município de Bofete, região de Botucatu, cujos modos de vida os aproximam dos investigados no presente estudo. Trata-se de um estudo focado na compreensão de como o caipira paulista consegue obter, por meio de seu trabalho, um nível socialmente aceito de existência, não apenas em relação ao que se come, mas como se mora, como desenvolve sociabilidade, como se relaciona com seu entorno econômico e ecológico, dentre outros aspectos. É um estudo pioneiro na área da “Sociologia dos meios de subsistência”, no qual é essencial observar o cotidiano do grupo em estudo.

Já Garcia Jr. (1983) e Brandão (1981) desenvolvem seus trabalhos de campo, respectivamente, em comunidades rurais nos municípios de Bonito e Belém de Maria (PE) e Mossâmedes (GO). Após explicitarem o processo histórico de constituição regional, os dois

autores também procuram explicar, como Cândido, os grupos rurais por suas características e modos de vida específicos. Junto à categoria analítica “trabalho”, discutida no interior das contradições da modernização agrícola, imiscuem-se outras categorias como a alimentação, a religiosidade, as tradições, as relações e normas do que deve ser a conduta social, o mínimo aceito socialmente, dentre especificidades que marcam um modo de vida próprio, devidamente reforçado como consequência e possível a partir das bases social e ecológica onde se assenta.

Nesse contexto, podemos encontrar semelhanças entre esses três estudos no que se refere à explicitação de certas leis gerais de funcionamento, nas quais a produção agrícola de alimentos que as próprias pessoas fazem e transformam em comida é foco privilegiado de análise. Isto acontece mesmo quando as famílias de agricultores pesquisadas enfrentam um processo de urbanização, indo para a cidade definitivamente ou não. Como no caso estudado por Brandão (1981), continuam a produzir uma parte de seus alimentos mesmo morando em cidades, pois notam a diferença da comida da fazenda e a comida da cidade. Portanto, uma das lacunas abertas para o estudo dessas comunidades é o tipo de agricultura praticado para consecução de alimentos próprios e sua própria comida.

Para tanto, se faz necessário um trabalho de campo, etnográfico, no sentido de descrever

1. Referência à teoria de Chayanov voltada a explicar as leis de funcionamento e a lógica camponesa das organizações familiares rurais, usada por muitos autores que identificam algo comum aplicável a diferentes tipos de comunidades rurais, em diferentes lugares do mundo.

os agrupamentos rurais enquanto processos sociais e suas especificidades. Os autores supracitados trazem a perspectiva de se analisar os meios pelos quais os sujeitos da pesquisa conseguem a subsistência e as transformações enfrentadas por essas populações tidas como “pobres rurais” frente ao processo de modernização social (e agrícola). Vale destacar que isso não implica, em nenhum dos casos, em dar menos importância aos processos históricos de constituição estrutural, marcados por leis e políticas macroeconômicas, levando-se em conta as condições históricas (num plano regional) das relações de poder, de trabalho e da estrutura fundiária subjacente. Ou seja, não se deixa de lado fatores estruturantes da vida das populações investigadas.

Para Ferrante (1994), as pesquisas em assentamentos rurais também devem levar em conta a (re)construção de novos modos de vida. Isto implica, de uma perspectiva histórica, em caracterizar as famílias assentadas em suas origens (principalmente aspectos culturais), trajetórias e lutas sociais que as levaram ao assentamento. Empiricamente, o olhar também deve ser atento sobre o cotidiano e sobre todos os aspectos que envolvem a vida familiar – em seu sentido multidimensional – no assentamento.

Somado à análise das relações travadas em outras esferas sociais e junto a outros agentes sociais, com os quais os sujeitos pesquisados se relacionam, a tendência metodológica sobre assentamentos adotada aqui é a da compreensão de que, nesses espaços, ocorre uma singular reconstrução de modos de vida (FERRANTE,

1994). Uma reconstrução que certamente tem base nas experiências das pessoas (conforme THOMPSON, 1998), mas tendo-se em vista a influência exercida pelas novas condições históricas e a pressão dos agentes externos aos assentados, que os empurram para uma racionalidade baseada na técnica (SANTOS, 1998) e os levam a enfrentar uma trama de tensões (FERRANTE, BARONE, 2011) continuamente reconfigurada.

ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO DE AUTOCONSUMO EM COMUNIDADES RURAIS

O alimento é considerado o recurso de subsistência humana por excelência, uma necessidade permanente e inadiável (CÂNDIDO, 1979). Segundo Cândido, os diferentes grupos sociais procuram como ajustar a exploração do meio físico às suas necessidades de subsistência e o fazem a partir de uma organização social que faça frente à sua obtenção. Em cada momento histórico existe “uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social” (CÂNDIDO, 1979, p.25). Por outro lado, Antuniassi et al. (1993, p.129) identificaram que “para uma comunidade de origem rural, o espaço habitado não se dissocia da área cultivada (...) no sentido que se organizam num perímetro concebido como espaço de vida”. A terra de moradia e de trabalho, onde coexistem produções de autoconsumo e de comercialização. Nesse espaço é que mora e trabalha a família.

A produção do próprio alimento pode

ser considerada uma das práticas culturais mais antigas empregadas pela humanidade. A agricultura se generalizou por todo o mundo, em ambientes e povos os mais diversos e surgiu, conforme a especificidade cultural – atribuindo significados aos alimentos componentes dos itens de dieta e de preparação, de acordo com o tipo de refeição, bem como estabeleceu formas particulares de manejo da terra – adaptada aos ecossistemas naturais locais (KHATOUNIAN, 2001).

De acordo com Khatounian (2001), os sistemas agrícolas-alimentares centram-se em cultivos e criações de fácil adaptação às suas respectivas regiões que, “melhorados”, produzem o máximo de alimentos por unidade de trabalho aplicado. Outros aspectos importantes, segundo esse autor, são que os animais criados são alimentados com recursos locais da propriedade ou do meio circundante e há uma relação entre fertilidade do terreno e recursos genéticos, de forma que “se a fertilidade melhora, surgem novas opções, ou dispondo de recursos genéticos adequados ao sistema sua fertilidade melhora” (KHATOUNIAN, 2001, p. 258). Daí a grande importância da integração animal-vegetal, dentre outras práticas que permitem que os sistemas se mantenham férteis, para que melhores condições de alimentação existam.

Sistemas assim, em diferentes partes do mundo, não são transponíveis, a não ser para ambientes ecológica e culturalmente semelhantes. “No entanto, é possível utilizar criativamente os recursos genéticos e elementos de manejo em outras regiões, mas que possam

contribuir para estratégias de produção alimentar sustentáveis do ponto de vista nutricional, ecológico e cultural” (KHATOUNIAN, 2001, p.259), como veremos no assentamento rural.

Também segundo Khatounian (2001), há uma tendência generalizada nos diferentes lugares do mundo de buscar produzir, prioritariamente, alimentos energéticos e proteicos. A base da dieta corresponde a uma combinação de alimentos energéticos e proteicos, como um mínimo de reposição calórica frente ao despendido no próprio trabalho agrícola, o que pode ser considerado como um padrão de segurança alimentar primário. “Consideradas as necessidades nutritivas, essa sequência é lógica e nutricionalmente correta. O mesmo se observa na composição dos sistemas de produção para consumo doméstico ao largo do planeta” (KHATOUNIAN, 2001, p.253). Essa é uma tendência das dietas desenvolvidas em vários lugares, porém com produtos diferentes.

No Brasil, embora repleto de especificidades regionais, prevalece um tipo de dieta cuja base é arroz e feijão (um alimento energético e um proteico), também a mandioca e o milho como alimentos energéticos essenciais. O ideal é poder diversificar as misturas com carnes, ovos, leite e queijos, temperos e incorporar hortaliças, frutas, doces.

Agricultores familiares do Sudeste do país têm por núcleo da dieta arroz, milho e feijão (dois alimentos energéticos e um proteico). Depois vem a carne de porco e de galinha (criações também baseadas no cultivo de milho), ovos, verduras e legumes são produzidos em hortas cercadas ou em meio aos roçados.

Constata-se a criação de gado mais voltada à produção de leite e derivados. Árvores frutíferas estão à volta da casa, enquanto mandioca, batatas, amendoim em outras pequenas áreas de roçados. Sem querer impor uma padronização dos hábitos alimentares com tal descrição, percebe-se a relação direta que existe entre prato de comida e desenho produtivo, no caso de agricultores familiares da região.

A recuperação da fertilidade do solo nesse sistema se dava pelo descanso (pousio), mas tal prática (ou não prática) vai se perdendo com o uso cada vez mais intensivo do solo. A ciclagem energética advinda da integração animal-vegetal entre espaços de roçado e sítio, a incorporação de matéria orgânica no solo ao longo de anos, rotação de culturas, dentre outras práticas agrícolas, também são fatores que ajudam a manter a fertilidade do sistema.

Vários autores vêm tratando especificamente do tema do autoconsumo na agricultura familiar. No Brasil, o conceito de agricultura familiar abrange um vasto campo científico que comporta grande diversidade de situações, mas que também apresenta certas características gerais, sendo uma delas a produção de pelo menos uma parte daquilo que se come por parte de famílias de agricultores.

No entanto, a agricultura familiar vem sofrendo um processo de modernização, que inclusive recria essa diversidade de situações no sentido de estratégias competitivas, como formas alternativas para a sua inserção nos mercados de produtos agropecuários, agroindustriais, no turismo rural e atividades não agrícolas, dentre outras. Num contexto assim,

a produção do autoconsumo ainda permanece como importante estratégia de reprodução social da condição de agricultor familiar. A partir da produção de seus próprios alimentos e comidas, consegue-se um elo que garante sua reprodução social. Para Grisa (2007), a produção do autoconsumo sobrevive à modernidade, pois os “novos” agricultores mantêm estratégias que integram, também, o plantio de alimentos às atividades de lavouras comerciais, assalariamento rural e urbano, aposentadoria e outros benefícios como meios de se conseguir sobrevivência.

Em meio a tantas novas imposições da modernidade, para a agricultura familiar se reproduzir socialmente, o autoconsumo caiu num esquecimento pela pouca ou nenhuma atenção que recebeu por parte de pesquisas, políticas e ações públicas, sociedade civil e dos próprios agricultores. Isso porque tendem a valorizar aquilo que é mensurável em termos econômicos, enquanto que o autoconsumo não tem um cálculo tão exato, nem é facilmente monetarizado. O problema reside na caracterização orientada por questões econômicas, quando se tem foco apenas na produção estritamente comercial e na relação com o mercado. Problema esse que opõe o trabalho familiar ao assalariado, ou a produção de subsistência à produção comercial, sendo que todas fazem parte de estratégias possíveis de produção/reprodução social na agricultura familiar. Esquece-se, daí, de uma gama de processos outros que ocorrem em seu interior, como o autoconsumo e as trocas de alimentos, que fazem parte da existência e da continuidade de uma comunidade agrícola, que

lhe dá identidade cultural, a provar que a modernidade não implica o desenraizamento ou a perda de raízes.

Uma definição preliminar do autoconsumo, segundo Anjos et al. (2004, p.4), “seria a de que se trata de produto ou processo que atendem fundamentalmente às necessidades imediatas do grupo doméstico, sendo gerados na própria exploração com base no uso da força de trabalho familiar”. Portanto, primeiramente, seria preciso reverter a conotação de que representa o atraso ou que se trata de um esforço sem caráter econômico para a família agricultora, pois ele representa a organização e o trabalho familiar para adquirir alimentos e, possivelmente, para não passar fome. Autoconsumo corresponde à produção de todo tipo de bens gerados numa propriedade familiar e dos quais se faz uso ali mesmo (autoconsumo direto e intermediário). O autoconsumo direto pode ser considerado o “autoconsumo alimentar”, conforme Gazolla e Schneider (2007, p.90-91), “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que são produzidas pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico”. O autoconsumo intermediário trata-se, por exemplo, da silagem produzida para alimentar o gado ou do cultivo de milho e pastagens diversas para a preparação da ração de outras criações, plantio de madeira para manutenção de cercas, produção de plantas usadas em receitas caseiras para combater pragas e doenças na lavoura etc. Ou seja, trata-se de um aspecto da produção camponesa no qual evita-se o dispêndio financeiro fazendo-se uso dos recursos locais.

Mas além da alimentação do grupo doméstico mais imediato, conforme o entendimento de que a condição camponesa não se extingue com a modernidade, camponeses produzem alimentos para si e para outros grupos sociais, também por isso mantêm relações com o entorno socioeconômico. Um traço marcante da produção do autoconsumo refere-se ao fato de que todos os principais cultivos vegetais e criações animais podem ser consumidos ou comercializados, conforme a “lei da alternatividade”, ou seja, entram no cálculo que as famílias agricultora fazem entre consumo e comercialização (GARCIA JR., 1983). Cálculo este que pode mudar a cada safra, por causa da dinâmica própria das alternativas produtivas e de comercialização que avançam e recuam, das mudanças demográficas no interior de cada família, o balanço entre “braços e bocas” no interior de cada uma delas.

Para Leite (2003), a venda dos excedentes do autoconsumo gera uma renda monetária que geralmente é usada para se cobrir despesas cotidianas da família – gastos menores e regulares, como contas de água e luz –, ao passo que tira a necessidade de dispêndios monetários, portanto atinge a dimensão econômica na agricultura familiar que assim procede. Para os assentados da região de Araraquara, o excedente da produção de alimentos é historicamente destinado ao varejo local, comercializado em feiras, quitandas e supermercados e, mais recentemente, vem se inserindo no mercado institucional, a partir de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e outros programas municipais (DUVAL, FERRANTE,

2006; KURANAGA, 2006).

Além disso, representa uma estratégia que protege e fortalece a economia da propriedade familiar, uma vez que “contribui para rebaixar os custos monetários de manutenção do sistema” (KHATOUNIAN, 2001, p.251). Isso pode ser percebido, por exemplo, com relação à produção de fertilizantes como produção do autoconsumo intermediário, quando permite que menos insumos agrícolas sejam comprados de fora. A maior diversificação da produção de autoconsumo também favorece uma menor dependência do agricultor quanto aos meios de vender sua produção, pois, se um determinado produto está com preço baixo, o agricultor conta com outros que podem lhe render algum dinheiro. Por outro lado, a produção diversificada propicia uma capacidade de poupança em relação à compra de alimentos e outros produtos no mercado.

No equilíbrio entre suas próprias necessidades e as do mercado consumidor, a família camponesa vive sob tensão. Assim, com a modernização (inclusive da agricultura), novas exigências são cobradas do homem do campo e, com isso, cresce a tendência por deixar de produzir seus próprios alimentos em benefício de cultivos comerciais e da consecução de renda monetária. A necessidade de se criar fundos para suprir a família se transforma em necessidade de gerar lucro. Passa-se a vender produtos agrícolas especializados e força de trabalho, para com o dinheiro ganho se comprar alimentos.

AUTOCONSUMO: UM COMPONENTE DA IDENTIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

No entanto, se o autoconsumo não deixa de fazer parte das estratégias de agricultores familiares por uma série de razões, as quais tentaremos expor aqui, certamente sofre alterações impostas pela modernização. Primeiro que, mesmo em contextos de alta mercantilização dos agricultores, a produção de alimentos e a diversificação podem representar oportunidades de expansão do negócio. Por outro lado, reduz a vulnerabilidade frente à fome e a pobreza por parte dos agricultores mais descapitalizados (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Por mais que o novo rural deva ser visto em sua diversidade de situações e que a família rural trabalhe em vários tipos de atividades, não só agrícolas, o autoconsumo sempre está presente com maior ou menor expressividade.

Este tipo de produção permite acesso a alimentos sem a mediação do mercado, sem que haja necessidade de comprá-los diretamente. Quer dizer, uma condição de pequeno produtor, conforme exposto por Garcia Jr. (1983), na qual evita-se todo gasto em dinheiro e lhe garante certa autonomia. Dessa forma, tenta-se arrumar uma cesta diversa capaz de garantir alimentação adequada à família na própria terra onde ela está e com os recursos locais. Famílias possuidoras de hortas e pomares, por exemplo, têm livre acesso aos alimentos, pois não precisam comprar tais produtos (hortaliças e frutas), o que não as impede de comprar parte desses alimentos no mercado. A cesta alimentar que se busca através do autoconsumo também é representada como de qualidade nutritiva superior

(menos processado) e mais livre de contaminantes (agrotóxicos).

Há várias maneiras de se mensurar qualitativamente o autoconsumo. Para Khatounian (2001, p.252), “em primeiro lugar, a produção para consumo doméstico contribui para mudar a relação das pessoas envolvidas na propriedade com a terra. A terra deixa de ser um meio de fazer dinheiro, transformando-se na fonte primária de alimento da vida”. Além disso, para o mesmo autor, o alimento pode agir como um cimento que dá coesão numa coletividade, como através das estratégias de partilha presentes em comunidades de agricultores familiares. A ajuda mútua para satisfazer as necessidades de alimentação da família no meio rural, através das trocas e doações de alimentos e de serviços agrícolas, colabora para superar conflitos inerentes à vida comunitária, provocando vários efeitos benéficos aos laços de reciprocidade, de solidariedade, seja entre parentes, vizinhos ou amigos².

As trocas de alimentos funcionam nos sentidos prático e simbólico. Primeiro, misturar variedades (de porcos caipiras, por exemplo) aumenta a diversificação e fortalece uma raça mais adaptada aos hábitos alimentares e condições ecológicas; segundo, as trocas se dão nas ocasiões de visitas, nas quais procura-se saber como anda a vida

(GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007). Assim, garantem a diversificação, a sociabilidade, a troca de saberes e sabores (MENASCHE, 2007).

Conforme os estudos de Antuniassi et al. (1991) e de Barone (1996), existem estratégias bem sucedidas no assentamento Monte Alegre de trabalho em cooperação, quando são formadas redes de parentesco e/ou de amizade. Principalmente dentre famílias do mesmo grupo religioso, parentes, vizinhos ou amigos fazem constantes trocas de alimentos ou de serviços nos assentamentos. Entre famílias aderidas à Congregação Cristã do Brasil, existe um vínculo de trocas forte, sendo comum contarem umas com as outras para complementar o cardápio. Entre famílias que adotam as mesmas estratégias produtivas, também percebeu-se ocorrer com frequência a troca de serviços, mais conhecida como mutirões, quando as pessoas trabalham coletivamente nas terras umas das outras.

Não podemos afirmar que é uma regra geral, porque são repletas de invisibilidades. A relação de trocas nem sempre é percebida, declarada e relacionada a aspectos econômicos das propriedades porque tem outros valores ou motivações sociais e culturais. Simbolicamente, percebe-se que, num momento de aperto, uma pessoa doente pode contar com alguém na comunidade que tem conhecimento e pode arrumar uma muda de planta

2. Na esfera da sociabilidade de uma comunidade agrícola existem algumas normas de conduta, por exemplo, aquilo que deve ser a conduta numa determinada situação (CÂNDIDO, 1979), caso contrário o sujeito pode sofrer retaliações por parte de outras pessoas. Assim acontece quando se mata um porco e não leva carne ao vizinho (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007), quando não se ajuda numa colheita (deixa um vizinho perder uma colheita), quando não se oferece adequadamente a comida após mutirão em suas terras, etc. Este aspecto também pode ser facilmente observado nas cidades, quando vizinhas trocam quitutes e a travessa levada com comida não pode voltar vazia.

medicinal boa para ela.

Em depoimentos qualitativos analisados em Duval (2009), nem sempre foi fácil obter informações sobre este tipo de trocas, pois são muito pouco reconhecidas como parte de estratégias que contribuem para a economia do lote ou para a segurança alimentar. Foi por exemplo o caso do assentado que comprava um litro de leite por R\$ 1,00 em seu vizinho, numa época que o litro do leite custava, em média, R\$ 2,20 em supermercados. Este é apenas um exemplo da dificuldade de mensuração econômica do autoconsumo³.

Através da abordagem etnográfica foram levantados depoimentos dos assentados que revelaram formas possíveis de existência e da importância das trocas na comunidade. Embora elas sejam pouco reconhecidas, estão presentes e interferem na dimensão da sociabilidade das famílias, no sentido de manter relações sociais entre elas. Os itens que entram nessas redes de trocas são, em grande maioria, aqueles voltados ao autoconsumo, porque os cultivos comercializáveis são vendidos em quantidade maior. As trocas podem acontecer ainda de uma maneira que o assentado não tenha que gastar em dinheiro com itens que compõem a alimentação da família. Por isso, quanto mais alimento houver plantado no assentamento como um todo, maiores serão as chances de não haver fome, de forma que todos que moram ali têm acesso ao alimento por meio das trocas, doações e pela compra de alimentos mais baratos do que nos mercados.

Na condição moderna ou na racionalidade

capitalista, o autoconsumo passa de prioritário para complementar, pois famílias de agricultores igualmente querem consumir novas mercadorias da sociedade. Com isso todo modo de vida é alterado, o agricultor quer se especializar e vender sua produção. Para Grisa (2007), acrescentam-se às dificuldades em produzir autoconsumo as condições climáticas, as limitações da área disponível, a opção de consumo por produtos industrializados que têm custo de produção superior ao de compra e/ou existem dificuldades em beneficiar na região ou quando se passa a preferir de fato alimentos comprados e/ou industrializados. Por outro lado, também existem fatores de fortalecimento da importância do autoconsumo no contexto atual, por exemplo, quando comunidades estão em áreas de baixa aptidão agrícola para cultivos comerciais e mais isoladas de centros comerciais, dependem mais daquilo que podem produzir; quando as mulheres não têm trabalho na geração das *commodities* da região, voltando suas atenções fortemente para o trabalho da reprodução familiar e beneficiamento de produtos no interior da propriedade, também como forma de gerar renda; maior diversificação produtiva no sentido de poder diversificar os negócios; colônias italianas, por exemplo, que valorizam e preservam sua cultura e consideram seus produtos mais saudáveis do que os do mercado (ANJOS et al., 2004; GRISA, 2007).

Em suma, o autoconsumo é um forte componente da identidade camponesa, mas deve ser avaliado enquanto a nova lógica baseada na racionalidade técnica (capitalista) invade e transforma

3. Em Duval (2009) tenta-se demonstrar como diferentes autores tentam mensurar economicamente a produção de autoconsumo na agricultura familiar.

todos os segmentos sociais. No caso da agricultura familiar, na busca por reconverter toda produção em mercadoria, trata-se de uma lógica que engendra a mercantilização do espaço rural (MARDEN apud ANJOS et al., 2004). O autoconsumo permanece como parte da estratégia de se manter identidade e garantir condições de segurança alimentar, numa lógica um pouco mais livre da materialidade além da capacidade de poupar dinheiro, numa sociedade que lhes exige, a todo instante, ingressos nos mercados agrícolas e de trabalho, respectivamente, as produções especializadas e o trabalho assalariado.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO: UMA BREVE DISCUSSÃO DAS TRAJETÓRIAS DOS ASSENTADOS INVESTIGADOS

A região de Araraquara é fortemente marcada economicamente pela presença do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. A posse da terra é significativamente concentrada, como na maior parte do país, onde poucos proprietários detêm a maior parte dela. Predominam os plantios de *commodities* agrícolas, principalmente cana-de-açúcar e laranja, em monoculturas e com grande aporte tecnológico.

Trata-se de uma região de agricultura altamente capitalizada, com a presença de setores a montante e a jusante, que formam o complexo agroindustrial (COSTA et al., 1994, p.17). Isto é, uma região que conta com empresas que fornecem insumos e matéria-prima para as agroindústrias e outras que processam, comercializam e consomem

sua produção. Na época da implantação dos primeiros núcleos de assentamentos nessa região, 3,86% (ou 42 propriedades com mais de 500 ha) abrangiam 47,36% da área total das propriedades, enquanto que 68,55% das propriedades com até 50 ha ocupavam 11,22% da área (LEITE, 1986). A constituição dos assentamentos não mudou esta realidade da estrutura fundiária. Segundo dados do IBGE, atualmente a concentração fundiária é igual ou pior, pois da área cultivada total da microrregião de Araraquara⁴, 91% estão ocupadas pelos cultivos de cana e laranja (respectivamente, 79,3% e 11,6%). Por outro lado, apenas 53 propriedades com mais de 500 hectares, ou 3% do total de propriedades, ocupam 60% do total da área rural desta microrregião (LORENZO *et al.*, 2012).

Em meio a isso, os assentamentos rurais da reforma agrária ocasionam, ao menos, uma transformação sócio-espacial. Neste estudo, tomamos como exemplo o assentamento rural Monte Alegre, que possui 385 lotes familiares, de 14 hectares em média cada, espalhados por sete núcleos de assentamento. A fazenda tem um total de 6.599,16 hectares, entre lotes agrícolas, agrovilas, áreas de reserva legal e de proteção permanente. Está localizada na tríplice divisa dos municípios de Araraquara, Motuca e Matão, conforme a tabela a seguir. O assentamento foi criado e é gerido pela Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

4. A microrregião de Araraquara, aqui considerada, abrange os municípios de Araraquara, Descalvado, Matão, Motuca e São Carlos.

Tabela 1 – Distribuição de famílias por núcleo e município - Assentamento Monte Alegre.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Horto de Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
Total			385 Famílias	

Fonte: Fundação Itesp, 2006.

Os dois primeiros núcleos foram criados em 1985 após luta dos trabalhadores volantes por melhores salários e condições de trabalho nas greves no município de Guariba/SP e outros da região. As greves, que começaram em 1984, foram momentos de eclosão de um sentimento de revolta frente às péssimas condições de vida pelas quais passavam (BARONE, 1996). A falta de acesso a alimentos e à água foram condições reais dos boias-frias, que se mobilizaram junto ao movimento liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para lutar pela terra. Nas memórias desses trabalhadores rurais residiam elementos de um outro modo de vida, de quando foram sitiantes, arrendatários ou outras formas de trabalhador rural mais fixado à terra, que de certa forma motivaram a luta pelo assentamento rural.

Nesse assentamento, conforme dados de Ferrante e Bergamasco (1995), aproximadamente 85% das famílias têm origens no meio rural e, em meio ao fluxo migratório, já es-

tavam ou tinham passado pelo estado de São Paulo, lutando pela terra neste Estado. As principais ocupações eram em atividades urbanas como operários, pedreiros e faxineiras ou em atividades agrícolas como safristas e trabalhadores volantes no corte de cana-de-açúcar. A venda de sua força de trabalho por um salário, no mais das vezes, não garantia ao menos a alimentação básica da família, a aquisição de uma cesta de alimentos satisfatória. Cerca de 70% das famílias assentadas do Monte Alegre passaram por essa experiência de privação do meio de produção fundamental do agricultor, a terra. Frente à proletarização, por causa desse processo de quebra das condições para obter seus meios de subsistência, somado à precarização da vida no trabalho temporário das colheitas e à irradiação dos movimentos sociais de luta pela terra, os conflitos fundiários surgiram, causando posteriormente o movimento social que obrigou a intervenção e regulação estatal.

Segundo Roy (1991, p.27), sobre os as-

sentados da fazenda Monte Alegre: “Itinerários diferentes é certo, mas bastante idênticos no seu conteúdo, de um lugar no campo onde eles nasceram (...), em direção a um outro lugar no campo do mesmo Estado ou de outros Estados. Depois, do campo em direção à cidade. De uma cidade em direção a outra cidade. E o campo de novo. E de novo a cidade, desta vez por mais tempo”.

Portanto, as origens e as trajetórias são elementos fundamentais na concepção da categoria social do assentado rural. No caso do assentamento Monte Alegre, de modo geral, evidenciam-se origens no campo e trajetórias marcadas pela mudança, pelo assalariamento, seja ele rural ou urbano, e pela luta social, conforme nos dois depoimentos a seguir, registrados com o uso de diários de campo.

O sr. Geraldo é nascido em Santa Bárbara do Monte Verde/MG, seus pais eram meeiros e arrendatários de terras. Tinham apenas atividades agrícolas como plantar milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar e principalmente café. Morava numa fazenda em que o trabalho anual se dividia entre a roça e o pasto, seis meses em cada atividade. A fazenda era voltada a produzir comercialmente café e leite.

Ele se lembra que sua alimentação era à base de angu com sal (tipo de mingau), arroz, feijão, milho, mandioca, coisas da horta e carne de galinha e ovos. De fora, comprava

apenas carne vermelha, açúcar, sal e óleo. Ele foi o único assentado da amostragem a declarar que na infância teve menor acesso ao alimento. Aos 6 anos ele começou a trabalhar na roça.

Antes de ser assentado rural teve bastantes mudanças de vida. De Minas Gerais ele migrou para o Paraná, trabalhou com roças de milho, arroz, feijão, abóbora, girasol, mamona e soja, na condição de arrendatário. Disse que chegava às fazendas e tinha que desbravar a mata virgem – o desmatamento era feito a foice e machado, depois queimava e plantava. Disse que foram 25 anos sofrendo. Precisava de três homens para “derrubar um pau” das florestas nativas. Daí ouviu seu genro dizer que em São Paulo estava juntando dinheiro de rastelo (instrumento utilizado para varrer folhas sobre gramado). Foi quando ele veio para a cidade de Guariba/SP cortar cana. Durante a entressafra trabalhou também como guarda noturno. Nesta trajetória ainda teve um ano em que voltou ao Paraná, mas voltou para Guariba. Depois de mais um tempo como bóia-fria veio ocupar a fazenda Monte Alegre (já faz 22 anos). Lembrou-se que acampado comia palmito de gravatá (extraído da mata), caçava bicho (tiú, lagarto), tinha o prefeito Vando Vi-

torino que trazia comida para dar ao grupo. Assim foi até conseguirem a terra, em 1985.

Ele declarou que quis vir para o assentamento porque não dava mais para comer e comprar remédios com a renda na cidade, precisava melhorar de vida. (Diário de campo, 23/09/2008).

O sr. Terêncio nasceu na Bahia, numa cidadezinha perto de Feira de Santana, chamada Vila Joanina. Disse que seus pais eram sitiantes e trabalhavam em atividades agrícolas. A principal era criação de gado. Lembrou-se também que plantavam mandioca, feijão, horta, banana, criações de cabrito, carneiro, galinha, galinha de angola, pavão.

A base da alimentação era farinha de mandioca e feijão. Declarou que não compravam nada fora. Havia doces de frutas como laranja, goiaba e abacaxi, produtos de horta, banana, carne de galinha, ovos e leite na alimentação cotidiana.

Aos 8 anos o Terêncio veio morar em Mirandópolis/SP, numa colônia, que ficava numa fazenda onde se plantava 40 mil pés de café. Ele era peão da fazenda e fazia outros trabalhos volantes na colheita de café, principalmente em Araçatuba e região. Depois da colônia passou por muitos outros lugares, sempre procurando um pedaço de terra

para cuidar. Ele listou cidades como: Guararapes, Bento de Abreu, Lavínia, dentre outras, pelas quais passou atrás de trabalho. Até que conseguiu um sítio perto de Promissão que tinha 2 mil pés de café. Ficou lá por aproximadamente 12 anos e fez sua família. Nessa época ele entregava na cidade produtos como leite, uva e melancia. Contou que as terras eram de um ex-patrão dele, o qual teve que vender repentinamente a fazenda e deixou um pedaço para ele. Depois teve que vender e foi morar na cidade de Promissão com a família toda. Começou trabalhando em oficina mecânica, depois conseguiu arrendar uma outra terra por 2 anos, para plantar algodão. Saiu mais uma vez e voltou a trabalhar com café, em Guaiçara, por mais um ano, onde afirmou ter sido expulso pelo dono e teve que ir embora. Contou em torno de 30 anos entre idas e vindas do campo para a cidade.

Por fim, antes do assentamento, estava na cidade de Matão, trabalhando na Marchezan (implementos agrícolas), ia às fazendas medir curvas de nível. Além desse trabalho, tinha outro como vigia da Mandivel (concessionária de veículos Ford), onde finalmente se aposentou.

Um de seus filhos estava, nessa época, acampado em terras da usina

Tamoio, trabalhava com o sindicato. Depois desta ocupação o filho ainda foi para outro acampamento em Pradópolis, mas desistiu de ficar lá por causa do eucalipto. Fez inscrição em nome de seu pai e depois de um tempo saiu este lote. (Diário de campo, 30/09/2008).

Destaca-se nos depoimentos que os assentados viveram situações muito parecidas com o modo de vida de sitiantes, principalmente em suas origens (mas também em outros momentos de suas trajetórias), onde nasceram e foram criados como agricultores na “lavoura branca”, produziam quase que a totalidade dos itens de alimentação de suas famílias. O processo de modernização do campo foi o mote da desterritorialização de muitos, perdendo-se sua condição de agricultor familiar, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 1980, para serem assalariados rurais e/ou urbanos, vivências nas quais seu conhecimento agrícola foi relegado. A precarização do trabalho daí imposta engendrou um processo de empobrecimento que repercutiu no tipo e regularidade de acesso a alimentos, gerando uma situação de privação dos meios de produção e do exercício de habilidades correspondentes que se reflete nas condições físicas dos sujeitos e suas famílias.

Naquilo que distingue os assentados de outros agricultores familiares, há a história de destituição da terra, migrações e lutas sociais (pela terra), onde subjaz a experiência de um assalariamento precário no trabalho sazonal. Naquilo que os aproxima, volta a ser no as-

sentamento o cultivo de determinados alimentos conforme seus gostos e preferências, que foram culturalmente adquiridos e o *habitus* (conforme Bourdieu) de cada família, do qual seus integrantes se valem para manejar o lote agrícola, na temporalidade própria de um fazer tradicional.

O retorno à terra, como assentado rural, é uma situação na qual as práticas agrícolas inscritas no seu *habitus* podem ser resgatadas e reaplicadas pelas pessoas na interação com o lote, ocorrendo, a partir daí, uma reconstrução da identidade do agricultor como tal, dentre outras possibilidades.

Acredita-se que o fluxo migratório pode alterar certos códigos da cultura, na medida em que as práticas não são constantemente retransmitidas e/ou perdem vigor no cotidiano, mas isso não se aplica de forma absoluta em relação aos conhecimentos, práticas ou hábitos que, por exemplo, permanecem os mesmos até na cidade. Em função da memória e de um processo de reenraizamento, diversos outros conteúdos (por exemplo, valores sociais como a cooperação e a reciprocidade, hábitos alimentares, crenças e mitos) de outros tempos, apreendidos na convivência familiar, podem ser reavivados, resultando na prática de mutirões e constituição de redes familiares no assentamento (ANTUNASSI et.al., 1993), na produção de seu próprio alimento. Segundo Ferrante (1994, p.75), mesmo se considerarmos “o fato de os assentados serem ex-boias frias, em significativa dimensão, muitos de segunda geração, não significa uma relação de estranhamento frente à terra”.

As trajetórias das famílias assentadas são

inúmeras e todas marcadas pela ruptura, itinerários de muitas mudanças como vimos nos depoimentos citados anteriormente. Conforme Whitaker e Fiamengue (1995, p.47), as origens são rurais, na maior parte, ou já houve passagem pelo rural, portanto “ir ao assentamento é voltar à terra”. Nesse processo “não há perda definitiva de práticas tradicionais, que agora são usadas para compor uma nova identidade, harmonizando-as com as exigências da nova situação” (WHITAKER, FIAMENGUE, 1995, p.63).

Porém, no assentamento rural, essa volta à terra nunca assume uma única configuração. Para Ferrante (1994), isso propicia um caleidoscópio de situações diferentes e particulares, que podem se dar a partir de situações de trabalho familiar no lote e fora do lote, envolvendo todos os membros da família e diferentemente em cada período no assentamento. Esse é, portanto, um dos fatores que impede que analisemos assentamentos a partir de categorias analíticas inflexíveis. Cada assentamento tem uma construção específica, conforme a região onde está e, para aumentar o caleidoscópio das singularidades, os assentados têm origens e trajetórias igualmente singulares quando olhamos para os aspectos microssociológicos de suas histórias de vida.

Se, por um lado, essa discussão fundamentou a transformação social das pessoas, cabe ainda caracterizar o que foi a transformação espacial que a reforma agrária ocasionou. A fazenda Monte Alegre, na época da implantação do assentamento, era propriedade da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.) e administrada

pela CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), ocupada, ao longo de quarenta anos, pela monocultura de eucalipto, utilizado como insumo para a empresa. Era uma terra pública já não tanto utilizada pela FEPASA, que enfrentava dificuldades em ser mantida pelo Estado e foi reivindicada por não cumprir função social. A madeira da fazenda estava sendo utilizada para produção de celulose para empresas privadas.

O uso dessa fazenda passou do interesse em produzir dormentes para a estrada de ferro e posteriormente celulose para empresas privadas. O resultado disso, depois de quarenta anos, foi a homogeneização do espaço, para ser o local de moradia de centenas de famílias. Essas, por sua vez, passaram de uma situação de privação dos meios produtivos de provimento e de precariedade de seus trabalhos, para uma terra com possibilidades de garantir seu sustento alimentar e de lhes devolver a um trabalho digno, numa nova temporalidade.

A terra da fazenda Monte Alegre, devastada pela monocultura intensiva de eucalipto, necessita constantemente de correções de acidez e de controle de pragas para produção familiar. O fato de ter sido uma monocultura contribuiu para desestruturar a microvida existente; cupins e formigas tornaram-se pragas, já que seus inimigos naturais foram exterminados e esses insetos tornaram-se resistentes pelos defensivos agrícolas aplicados constantemente.

Conforme comprovado nas idas a campo, a maioria dos lotes de produção ainda não tem todas as áreas destocadas. Os tocos de eucaliptos que estão no solo são empecilhos à

produção de diversos cultivos, bem como são focos de cupins e formigas. Vários foram os assentados que relataram que os tocos em seus lotes foram arrancados “no braço”, por falta de um incentivo público para isso. Por outro lado, todo ano agrícola deve começar com a calcarização dos solos para corrigir a acidez, mas isso tem um elevado custo para os produtores assentados. Isso porque também não houve, no assentamento, um programa para melhorar a qualidade do solo. Ao contrário, constata-se a aplicação de projetos técnicos ditados pela ótica produtivista e pela lógica de financiamento bancário. Para os assentados, o solo da fazenda ainda passa por uma “desintoxicação” dos insumos químicos utilizados nos eucaliptos. Essas são algumas dificuldades que os assentados enfrentam com relação ao solo dos lotes. Além do mais, o entorno continua homogeneizado pelo plantio agroindustrial de cana, o que também continua a influenciar os rumos do desenvolvimento das famílias assentadas.

A EXPLICITAÇÃO DAS ESCALAS DE DIVERSIFICAÇÃO: EXPRESSÃO DOS MOSAICOS

Apesar da homogeneização do espaço, é possível demonstrar cinco escalas de diversificação no assentamento investigado. Segundo Whitaker e Fiamengue (2000), mosaicos são formados na paisagem com o advento dos assentamentos rurais, o que implica a heterogeneidade do espaço. A construção desse espaço heterogêneo, segundo as autoras, se dá em até cinco escalas. Isso em muito se deve à rica di-

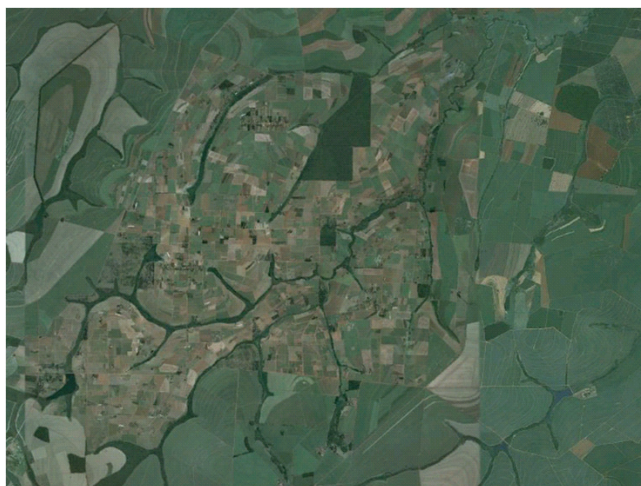
versidade cultural das famílias e ao resgate da tradição de produzir seu próprio alimento (autoconsumo), relacionando-se posteriormente com o aumento da diversidade agrícola nos lotes.

Uma constatação do presente estudo é que as práticas de produção de autoconsumo trazem benefícios ambientais, sobretudo quanto ao aumento da diversidade agrícola de espaços que, antes de serem assentamentos, eram monoculturas. As cinco escalas de diversificação agrícola, mencionadas pelas autoras supracitadas, podem ser explicitadas em relação: 1) ao contraste que os assentamentos fazem com a estrutura fundiária do entorno; 2) ao contraste que cada lote tem entre si; 3) aos diferentes sistemas produtivos no interior de cada lote; 4) à diversificação em cada sistema (explícita, por exemplo, em práticas como consorciamentos de milho, feijão e abóbora, hortas e pomares diversificados); e 5) à diversificação da base genética de cada cultivo e mesmo das criações animais.

Para adentrar nessas escalas de diversificação, foram usadas diferentes técnicas de pesquisa. Imagens de satélite mostram uma primeira escala de diversificação dos assentamentos em relação ao seu entorno espacial, pois eles formam mosaicos numa área homogeneizada pelo plantio de cana. Conforme mostra a figura a seguir, o assentamento está inserido numa paisagem que continua homogeneizada. A influência dos sistemas de poder atribuída a esse modo concentrador da produção, que predomina no entorno, é algo que não nos foge à análise, mesmo porque é a principal das in-

fluências na construção do território no assentamento. Porém, tanto o poder local representado pelas administrações municipais, como as esferas estadual e federal de poder político e os grupos de interesses econômicos regionais são fatores que se fazem presentes nessa construção⁵.

Figura 1 – Imagem do assentamento Monte Alegre.



Fonte: Google, 2012.

Percebe-se pela figura que, fora da área do assentamento, a paisagem é homogeneizada, enquanto que em seu interior existem mosaicos, ou pequenas propriedades. Elas recebem forte influência econômica dos complexos agroindustriais que as envolvem, de forma que

a dependência dos trabalhadores com relação às usinas perpassa a relação de trabalho que eles e seus familiares têm ou tiveram com elas. Existem nessa região municípios inteiros completamente dependentes do funcionamento das usinas no que se refere à geração de emprego e renda à população⁶. Mesmo quando os assentados não trabalham em usinas, quando lutam por autonomia em seus lotes, podem sofrer a influência econômica delas e ter dificuldades na convivência social no assentamento⁷.

Já um mapa sobre fotografia aérea, da microbacia na qual o assentamento está inserido, mostra a diversificação numa segunda escala, que é a heterogeneidade existente na construção interior do assentamento (a diversidade de cada lote). Desta escala podemos afirmar que, em se tratando de assentamento rural, cada lote agrícola comporta uma realidade. Como costuma dizer um dos assentados, informante desta pesquisa, a cada porteira existe uma realidade. Isso em muito se deve às origens e trajetórias muito específicas de cada família até a chegada ao assentamento. Por mais que as condições ecológicas, tanto quanto dos mercados de produtos agropecuários nos municípios do entorno sejam muito semelhantes para todas as famílias desse assentamento, sempre encontramos particularidades. Elas podem se referir a fatores que vão do número de braços da família às estratégias adotadas de produção e consumo

5. As relações assimétricas de parceria entre assentados e usinas canavieiras da região, bem como a relação com outros mediadores da política de assentamentos são analisadas em outros artigos: Ferrante e Barone, 2011; Ferrante, Barone, Duval, 2009.

6. Cidades-dormitório expressam bem essa ideia, mas os municípios maiores, como Araraquara, também giram grande parte de suas economias em torno das usinas de cana-de-açúcar.

7. Estima-se que 80% dos assentados havia assinado, em 2008, contrato de fornecimento de cana-de-açúcar com usinas da região, destinando para esse fim até 50% de seus lotes (FERRANTE, BARONE, 2011).

de alimentos.

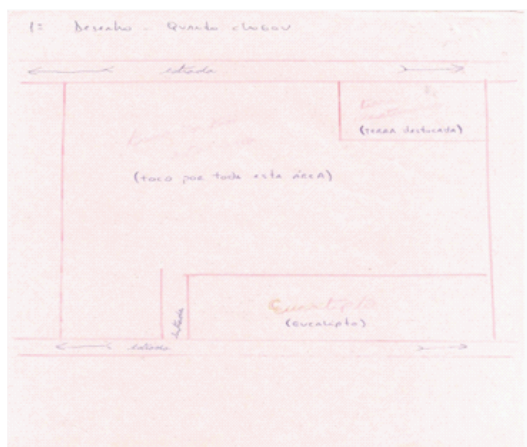
Figura 2 – Microbacia do córrego Monte Alegre⁸.



Fonte: Costa, 2006.

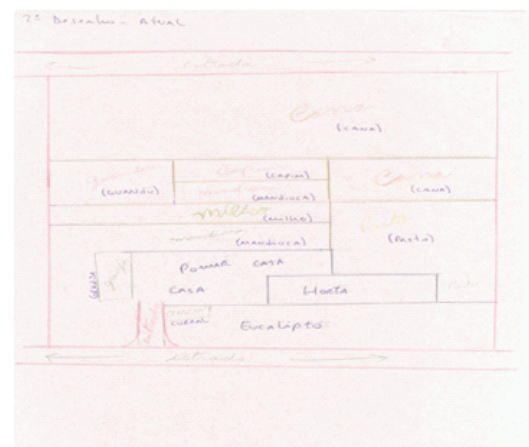
Nos desenhos feitos por um assentado de seu lote em dois momentos diferentes, existe um claro exemplo do efeito da reforma agrária nesse espaço do lote. Ao estabelecer-se produtivamente no lote, o território passou a servir a diversas funções: local de moradia, culturas diversas comerciais e para o autoconsumo, imprimindo, pois, a terceira escala de diversificação: a existência de vários sistemas num mesmo lote familiar, conforme desenhos a seguir.

Figura 3. Desenho de quando chegou ao lote.



Fonte: Duval, 2009.

Figura 4. Desenho atual do lote.



8. Mapa dos lotes dos núcleos III e VI do assentamento, que estão no município de Araraquara. Mapa sobre fotografia aérea, feito pelo Engenheiro Agrônomo Pablo Carreira Torres.

Comparando-se os dois desenhos, vê-se que a diversificação faz parte da lógica das famílias assentadas e impõem a terceira escala de diversificação ao território, independentemente do uso ou não de insumos externos. As estratégias adotadas se complementam na busca pela sobrevivência econômica da família. Nesse lote há presença de cultivos que podem ser prioritariamente comerciais (como o milho, a mandioca, o feijão guandú e o gado leiteiro), outros advindos de parcerias com agroindústrias (como a cana e a granja), como também há cultivos mais para o autoconsumo. Tirando a cana agroindustrial, que se insere exclusivamente na cadeia produtiva de álcool e açúcar, todos os outros cultivos podem se reverter ao autoconsumo da família. A cana agroindustrial não, porque se a família fizer um caldo de cana, usará uma outra variedade mais apropriada para isso. Percebe-se, pelo desenho do assentado, que ele distingue a cana de usina (na parte de cima do lote, ocupando quase a terça parte dele) da cana plantada para as criações, que é aquela pequena quadra logo acima do pasto. Esta, sim, uma cana mais apropriada para a garapa.

Nos alimentos que as famílias produzem para seu próprio consumo, principalmente nos espaços de horta e pomar, concentram-se formas de manejo que seguem princípios agro-

ecológicos, embora não estejam restritos a esses espaços, já que os sistemas estão integrados – a cama de frango da granja industrial, por exemplo, é espalhada por todo o lote, como também, a matéria orgânica proveniente do curral e das árvores.

A quarta escala de diversificação refere-se aos cultivos presentes no interior de cada sistema agrícola do lote e é diretamente ligada à presença de cultivos para o autoconsumo familiar. Confere-se essa escala em inventários de lotes, nos quais constam todos os cultivos que se faz uso alimentar, sem importar sua escala produtiva. O resultado é uma exaustiva relação que dá conta da diversificação que existe dentro de cada lote, individualmente.

Quadro I - Inventários de lotes⁹

Cultivos energéticos: milho, mandioca, batata, batata doce e inhame. **Cultivos protéicos:** feijão (carioquinha, favinha, guandu, branco e bico de ouro), criação de galinha e pato (ovos) e de gado leiteiro (queijo, manteiga e requeijão). **Cultivos fontes de vitaminas e sais minerais (incluindo temperos e medicinais):** jaca, goiaba (vermelha e branca), amora, manga (bourbon, espada, haiden e roxa), pitanga, jaboticaba, acerola, banana (nanica, ouro, prata), abacate, uva, morango, alface (roxa, crespinha e lisa), rúcula, mostarda, espinafre, cebola, tomate, almeirão, cenoura, abóbora, abobrinha, chuchu, couve, catalônia, chicória, salsa, cebolinha, coentro, poejo, hortelã, arruda, erva-doce, erva de santa maria, quina, losna e urucum. Capins e pastos para as criações de gado.

9. O inventário do lote fez parte do questionário semi-estruturado, por meio do qual abordamos as principais diretrizes do estudo. Foi solicitado ao assentado relacionar todos os grãos e tuberosas, leguminosas e criações animais, frutas, legumes, hortaliças, temperos e plantas medicinais, dos quais se faz uso familiar. Capins e pastos para as criações animais também foram relacionadas pelos assentados, pois sem eles não haveria proteína animal. Como os assentados não se lembravam de todas as variedades com exatidão, no momento da aplicação do questionário, o inventário teve que ser completado em outros momentos, como nas caminhadas pelo lote.

Cultivos energéticos: mandioca, milho, batata, batata doce; **cultivos protéicos** – feijão (guandú e catador), criação de frango (agroindustrial), de gado leiteiro e porco; **cultivos fontes de vitaminas e sais minerais** (incluindo temperos e medicinais) – manga (aden, palmer, coquinho, rosa e espada), laranja (pêra, lima e lima da pérsia), acerola, pitanga, castanha do pará, macadâmia, jaca, limão (cravo, galego e taiti), mamão, abacate, goiaba vermelha, banana (nanica, maçã e “de fritar”), abacaxi, maracujá, maçã, guaraná, cajá-manga, nectarina, tamarindo, uva japonesa, morango, cana-de-açúcar (garapa), abil, ingá, gabiroma, pequi, alface, couve, almeirão, espinafre, pimenta (doce e ardida), cebolinha, cebolinha japonesa, salsinha, cebola, alho, urucum, vagem, quiabo, abóbora, tomate, pimentão, berinjela, chuchu, maxixe, erva-doce, coentro, arruda, alecrim, hortelã, manjerição, poejo, sabugueiro, babosa. Capins e pastos para as criações de gado.

Fonte: Duval, 2009.

Por fim, a observação direta e o registro fotográfico, junto com os inventários, podem dar conta da quinta escala de diversificação, conforme Whitaker e Fiamengue (2000), expressa nas variedades genéticas de cada sistema do lote. O feijão, por exemplo, é pouco cultivado no assentamento como um todo, mas nos lotes de todos nossos entrevistados apresenta-se cultivado com alta variedade genética. Cada um dos assentados entrevistados declarou ter, pelo menos, duas variedades de feijão cultivadas, mas alguns chegam a ter até sete tipos diferentes, como no caso de um assentado de origem mineira. Ele possui feijão catador, de vara, guandú, fava, preto, orelha de padre e “bourbon”. Esta última, conforme explicou, uma variedade “lá da terra dele”, da qual ele gosta muito e sempre fez uso alimentar porque carregou consigo suas sementes por onde an-

dou. Porém, isso não tira a necessidade deles terem que comprar feijão no mercado ou no vizinho em alguma época do ano. Foi muito comum encontrar grande variedade genética também entre criações (aves e suínos), tubérculos, frutas e verduras: goiaba, manga, banana, laranja, limão, mamão, alface, repolho, cebola, pimenta e outros temperos, em todas havendo mais de uma variedade cultivada e de maneira tradicional, ou seja, tudo misturado e aproveitando os recursos locais como marcas da prática agrícola empregada.

CONCLUSÕES

Ainda que a produção de autoconsumo não entre no cálculo de produtividade do assentado rural, bem como de técnicos e pesquisadores, representa importante estratégia para a reprodução social e econômica das famílias assentadas. Destacamos primeiramente a possibilidade de utilização de variedades de alimentos do gosto das famílias (por exemplo, certas variedades de feijão, raças de aves ou suínos), que, no assentamento, encontram um lugar no qual terá sua reprodução garantida (ou ao menos possibilitada), pois é lugar de ocupação permanente das famílias que as cultivam. Isto se relaciona aos gostos e preferências culturais das famílias e, ao nosso ver, a satisfação cultural é tão importante quanto a satisfação nutricional, devendo ser incorporada na discussão da segurança alimentar, principalmente para a reprodução social de um grupo que vem de um passado recente de trabalhador volante e passa

a assentado rural.

Segundo Queda *et al.* (2009), a diversificação agrícola e a formação de mosaicos trazem muitos benefícios em termos ecológicos nos assentamentos rurais. Invariavelmente, a lógica de produção do autoconsumo na agricultura familiar leva em conta a produção de uma cesta alimentar diversificada. Como percebido nos desenhos e no inventário apresentados, essa produção é responsável pela maior diversificação de um lote agrícola. Além da diversificação, podemos afirmar que a produção de autoconsumo é propulsora de práticas de agricultura de base ecológica, uma vez que a produção do próprio alimento não prevê aplicação sistemática de insumos externos, como é o caso das produções mais comerciais.

Com a metodologia empregada foi possível adentrar cinco escalas de diversificação. Com isso, alguns aspectos comumente “invisíveis” do autoconsumo vieram à tona. Quando se prioriza uma abordagem sobre sua importância econômica, que inclui o autoconsumo como parte da renda monetária das pequenas propriedades familiares, pode-se cair num cálculo que deixa de fora dimensões de análises imprescindíveis, como o valor simbólico do alimento e o valor cultural da comida. O próprio cálculo econômico, além da renda monetária, deve incluir as redes de sociabilidade comunitária e as práticas agrícolas na dimensão econômica do autoconsumo, bem como a clivagem de gênero, no sentido de qualificar o papel das mulheres (DUVAL, 2009).

A abordagem que se pretendeu neste trabalho não é contra a valoração monetária do

autoconsumo; pelo contrário, acredita-se que ela interfere na dimensão econômica da propriedade, pois representa capacidade de poupança da família agricultora com alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. No entanto, preferiu-se adotar aqui outras dimensões de análise, que valorizam o autoconsumo na tessitura do modo de vida, através da pesquisa do cotidiano das famílias assentadas rurais.

Em meio a um contexto competitivo de agricultura modernizada, o agricultor familiar é obrigado a se especializar e tentar se desenvolver economicamente a partir de produções comerciais. Mas de sua parte, não deixa de lado outras práticas na construção de seu território. Mesmo porque, na maioria das vezes ele tem pouco êxito nessa competição de mercado e precisa saber lidar com recursos escassos, sendo que o autoconsumo faz parte de estratégias para não se ter dispêndios financeiros. Percebeu-se que as famílias agricultoras, ao habitarem num determinado território, acabam por construir um local para viver bem, não valorizado prioritariamente pela dimensão econômica. As árvores que fornecem sombra e controlam a temperatura ao redor das casas, barram o vento, atraem passarinhos, rendem frutos e efetivamente aumentam a diversidade agrícola, ajudam a compor um lugar onde se tem maior qualidade de vida, no qual o autoconsumo tem, de fato e por direito, um papel relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, F.S. dos; CALDAS, N.V.; GRISA, C.; NIDERLE, P.; SCHNEIDER, E. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. In: *Anais...*, Cuiabá, 2004.
- ANTUNIASSI, M.H.R.; AUBRÉE, M.; CHONCHOL, M.E.F. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.7, n.3, Fundação Seade, 1993.
- BARONE, L.A. *Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL, Unesp, Araraquara, 1996.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRANDÃO, C.R. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- COSTA, V.M.H. de M. et al. Trajetória de assentamentos: desempenho econômico e avaliação dos núcleos de Araraquara. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, Nupedor, n.1, p.9-72, 1994.
- COSTA, M.B.B. da. *Da Microbacia ao Agricultor Familiar: uma releitura do agroecossistema*. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2008.
- DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Programas municipais e produções de autoconsumo: alternativas para o desenvolvimento com sustentabilidade nos assentamentos de Araraquara - SP. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, Uniara/Nupedor, v.10, p.67-82, 2006.
- DUVAL, H.C. *Da Terra ao Prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural*. 2009. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2009.
- FERRANTE, V.L.S.B. et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.1, Nupedor/Unesp, p.75-148, 1994.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. *Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo*. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A.; DUVAL, H.C. O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, Uniara/Nupedor, v.11, p.11-20, 2008.

FERRANTE, V.L.S.B.; BARONE, L.A. Parcerias com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. *Sociologias* (Versão Impressa), v.13, UFRGS, p.262-305, 2011.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.89-122, 2007.

GARCIA Jr., A.R. *Terra de Trabalho*. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRISA, C. *A Produção “Pro Gasto”*: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

KHATOUNIAN, C.A. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

KURANAGA, A.A. *Feiras do Produtor*: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara/SP. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara-Uniara, 2006.

LEITE, S.P. *As Condições de Implantação e o Processo de Trabalho num Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais*: o caso de Araraquara-SP. 1986. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). FCL, Unesp, Araraquara, 1986.

LEITE, S.P. *Autoconsumo e sustentabilidade na agricultura familiar*: uma aproximação à experiência brasileira. Seminário de Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em América Latina, 2003, Unicamp, Campinas-SP. Disponível em:

<<http://www.fodepal.es/bibvirtual/semex/campina/doc/Sergio%20Leite.pdf>>. Acesso em: 30/05/2008.

LORENZO, H.C.; FONSECA, S.A.; BONOTTO, R.; TRALDI, D.C.; GRIGOLETTO, F. *Relatório de Pesquisa*. Relatório final de pesquisa sobre diagnósticos regionais e setores econômicos. Contrato/CRT/SP/N. 100000/2010 – INCRA/UNIARA, 2011.

MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa*: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROY, G. *Do Trabalhador Assalariado ao Pequeno Produtor Livre*: qual construção para as experiências de reforma agrária? São Paulo, julho de 1991. (mimeo)

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional.

4. ed. Cap. 2 – A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 29-39.

QUEDA, O.; KAGEYAMA, P.; SANTOS, J.D. dos. Assentamentos rurais: alternativas frente ao agronegócio. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.12, Nupedor/Uniara, p.47-68, 2009.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. (Orgs.) *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.2, Nupedor/Unesp, 1995.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

ESPAÇOS E TEMPOS CRUZADOS – TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS NO INTERIOR PAULISTA

Juliana Dourado Bueno; Maria Aparecida de Moraes Silva

RESUMO

Buscamos apresentar uma discussão sobre o entrecruzamento de tempos e espaços sociais tendo como ponto de partida as trajetórias de mulheres empregadas em diferentes setores rurais no interior de São Paulo. Nessas trajetórias, algumas experiências se mostram comuns, dentre as quais estão o início da vida como camponesas, o processo migratório, o assalariamento rural (trabalho na colheita da cana e laranja) e o assalariamento em um abatedouro de frangos no município de São Carlos. Para realizar esse estudo, voltamos o olhar para os estudos de assalariamento rural e relações de gênero. O emprego da metodologia da história oral foi de fundamental relevância para apreender a multiplicidade das vivências femininas. Foi realizada pesquisa de campo no município de Ibaté, no interior do Estado de São Paulo, na qual foram aplicados questionários biográficos e realizadas entrevistas com as mulheres trabalhadoras.

Palavras-chaves: assalariamento rural; agroindústria da cana-de-açúcar; trajetórias femininas; agroindústria de frango.

CROSSED SPACES AND TIMES – FEMALE WORKERS TRAJECTORIES INTO THE COUN- TRYSIDE OF SÃO PAULO STATE, BRAZIL

ABSTRACT

We seek to present a discussion on the intersection of social times and spaces having as starting point the trajectories of women employed in different sectors in the rural countryside of São Paulo. In these trajectories, some experiments are common, among them we point out to the beginning of life as a peasant, the migration process, the rural wage (labor in the sugarcane and orange harvests) and the wage in a chicken slaughterhouse in the municipality of São Carlos. To perform this study, we looked at at the studies of rural wage labor and gender relations. The use of oral history methodology was of fundamental importance to grasp the multiplicity of women's experiences. The oral history methodology was of great relevance to grasp the multiplicity of female experiences. Field research was conducted in the municipality of Ibaté, within the State of São Paulo, and we applied biographical questionnaires and did interviews with women workers.

Keywords: Rural Wage; Cane sugar agribusiness; female trajectories; Chicken agribusiness.

JULIANA DOURADO BUENO: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: julidourado@uol.com.br. MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA: Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: maria_moraes@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O ponto de partida e o universo de investigação do estudo que será apresentado nesse texto são as experiências e as trajetórias laborais de mulheres e homens que trabalharam em um abatedouro de frangos em São Carlos/SP. As narrativas nos permitiram verificar que, além de partilharem a precarização de seu trabalho, essas pessoas têm em comum o início de suas vidas marcado pela moradia e/ou trabalho no campo.

As trajetórias evidenciam que num primeiro momento, muitos foram sendo obrigados a deixar as áreas das colônias e fazendas de café no interior do Estado de São Paulo (regiões de Araraquara e São Carlos), transformadas em imensos canaviais. Para outras pessoas, o movimento migratório quase forçado em razão da expansão de monoculturas, escassez de terras e serviços nas regiões de origem nos Estados do Nordeste, as afasta de um contexto de vivência nas terras onde costumavam tirar o sustento próprio e familiar. Além disso, muitas delas que se empregavam no corte de cana-de-açúcar são alijadas dessa atividade devido ao crescente processo de mecanização dessa atividade.

Trata-se, portanto, de pessoas que circularam pelos ambientes do campo e da cidade, em movimentos de idas e vindas que evidenciam a complementaridade entre os espaços “rurais” e “urbanos”, pois elas não só transitam por esses espaços em razão da diversidade de atividades laborais, mas carregam consigo as lembranças, os modos de vida, costumes, ges-

tos, falas pertinentes aos espaços do campo e da cidade.

Diante desse cenário, faz-se necessário apresentar, brevemente, os processos histórico-sociais que envolvem a transitoriedade dessas pessoas por esses espaços, evidenciando as marcas das dimensões sociais de classe, gênero, raça/etnia e pertencimento geográfico presentes nas relações que envolvem esse transitar.

Esta perspectiva está ancorada na argumentação de Wanderley (2001, p. 31), para quem a existência do rural não supõe uma realidade isolada e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Antes de tudo, a autora considera que o mundo rural “mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”. As considerações de Wanderley também fundamentam o referencial de que o espaço rural apresenta uma dupla face constituída pelos seguintes elementos:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo

lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p. 31).

No tocante à primeira questão, ela será abordada neste texto levando-se em consideração o processo histórico-social que marcou a expulsão de famílias do campo. No que diz respeito ao interior do Estado de São Paulo, a transformação no espaço rural se deu, basicamente, pelo fim do colonato e também em razão do aumento significativo das terras cultiváveis voltadas para a produção de cana-de-açúcar. A segunda temática proposta pela autora também será relevante para a proposta aqui apresentada, na medida em que buscamos apresentar para além da dimensão geográfica, as particularidades dos modos de vida que as mulheres e os homens carregam consigo ao transitar pelos espaços do campo e da cidade.

Assim, ao nos debruçarmos sobre as trajetórias de mulheres no entrecruzamento de diferentes tempos e espaços, estabelecemos um exercício sociológico de apreensão das relações entre estrutura e sujeito que se encarregam de mostrar as particularidades dos espaços sociais

para além de sua dimensão física.

INÍCIO DAS TRAJETÓRIAS NAS COLÔNIAS E NOS SÍTIOS

As trajetórias das mulheres¹ se iniciam no mesmo ponto: os primeiros anos da vida passados no campo.

Pequenos roçados e sítios nos Estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão ou fazendas de café nos municípios de Araraquara/SP e São Carlos/SP: para além das diferenças geográficas pertinentes a cada local, o que marca o início das trajetórias é o modo de vida das áreas rurais. O trabalho coletivo e a valorização da terra enquanto provedora da subsistência do grupo doméstico são características que evidenciam para além das práticas, uma forma de viver rememorada por meio das narrativas.

No Estado de São Paulo, o sistema de colonato como regime de trabalho se iniciou no século XIX, permanecendo até o início da década de 1960 nas grandes fazendas de café e cana-de-açúcar do interior do Estado. A implantação do colonato foi “fundamental para a formação de uma força de trabalho livre e assalariada” (CAÍRES, 2008, p. 163).

Os colonos trabalhavam nas terras do

1. A discussão aqui apresentada é parte integrante da pesquisa de Mestrado desenvolvida para a elaboração da Dissertação intitulada “De camponesas a operárias: experiências do transitar feminino”, de Juliana Dourado Bueno, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva. Apoio financeiro: FAPESP.

empregador em atividades na colheita de café ou na realização de tarefas na fazenda, como o preparo da terra, o feitiço de cercados, o cuidado com os animais. Assim, dividiam o tempo entre *a cultura do fazendeiro* e *a cultura do colono*, esta, caracterizada pelo cultivo da lavoura de subsistência familiar:

O colono combinava a produção de café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (MARTINS, 1979, p. 83).

A família de colonos era, portanto, ao mesmo tempo produtora e consumidora, na medida em que cuidava de sua subsistência sem comprometer a produção da fazenda, voltada para o mercado. Reduziam-se, então, os custos para o fazendeiro, que não sentia necessidade de garantir rendas elevadas para os colonos (SILVA, 2004, p. 556).

O seguinte excerto de narrativa demonstra a rotina do período em que as mulheres trabalhadoras viviam nas colônias no interior do Estado de São Paulo:

Nice – Na época, (...) meu pai levantava de madrugada, ia... é... ti-

rar leite do gado. Aí durante o dia cuidava do gado, eu ia para a escola de manhã, na época eu estudava em São Carlos, que o ônibus vinha buscar a gente na fazenda, eu estudava em São Carlos. Eu não trabalhava porque eu era pequena, *meus irmãos trabalhavam, já, tiravam leite junto com meu pai, também trabalhavam na fazenda. Aí minha mãe cuidava da casa, tinha um sítio perto que minha mãe ia apanhar café. Aí meu pai plantava, meu pai plantava arroz, fazia horta, criava criação na fazenda.*

Juliana – Nesse período, por exemplo, que você morava na fazenda, tinha... eles davam algum espaço para sua família plantar alguma coisa?

Nice – Davam. Meu pai plantava arroz, fazia horta. *A gente sempre ia com minha mãe e meu pai, sabe? Ficava lá no meio. Eles levavam a gente, a gente era pequeno, no café. Minha mãe trabalhava no cafezal. (...) À tarde eu ia levar almoço para minha mãe no cafezal. Ela ficava lá e a gente brincando. Ela trabalhando e a gente brincando. (Risos). Ah, é gostoso. É o tempo que a gente não esquece. O tempo que deixa saudade, era muito bom!*

(Nice², em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

2. Os nomes das mulheres entrevistadas citadas neste texto são fictícios.

Os colonos e seus familiares encontravam-se sob uma situação em que se viam favorecidos por alguns privilégios, como o fato de receber a moradia na propriedade em que trabalhavam e de ter um espaço para o plantio de uma roça de subsistência familiar. No entanto, essa possibilidade da roça de subsistência familiar era limitada (STOLCKE, 1986), uma vez que o pequeno roçado geralmente era insuficiente para a alimentação de todo o grupo familiar, assim o trabalhador tinha que passar um tempo trabalhando para o senhor no intuito de receber alguma forma de pagamento que o permitisse comprar alimentos ou recebê-los em espécie.

Nas narrativas das trabalhadoras também fica perceptível a valorização do tempo da colônia pelo fato de que o período representava a tranquilidade, diversão e segurança que não encontra no ambiente da cidade, onde vivem atualmente.

Colocadas brevemente as memórias do tempo da colônia, cabe agora apresentar o contexto de outro tempo-espaço: a vivência nas áreas rurais de pequenos municípios dos Estados de Pernambuco e Bahia. A principal diferença dos modos de vida dos sítios e roçados na região Nordeste em relação ao regime de colonato está no fato de muitas mulheres que migraram recentemente para as cidades do interior do Estado de São Paulo ainda terem algum vínculo com as regiões de origem: além dos valores culturais presentes nas formas linguísticas, certos costumes, formas de pensar e agir, as mulheres mantêm ligações com aqueles locais porque em alguns casos os pais, paren-

tes, amigos e até mesmo suas terras e casas ficaram para trás. Assim, o retorno apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade constante.

Nos seguintes excertos de entrevista, é possível notar a presença de elementos que formam o que Garcia Jr. (1989) caracteriza como o tripé da economia dos agricultores: a criação de animais, *colocar negócio* (feira) e colocar roça.

Juliana – Aí vocês voltaram para Bom Conselho e lá seu pai voltou a trabalhar como reideiro?

Francisca – Como agricultor, né? Lá deram trabalho para ele...

J – E nessa época sua mãe ajudava ele na terra?

F – Ajuda, todo esse tempo do mês de junho é o *tempo de ir lá colocar roça*.

F – *Dia de sábado é o dia de todo mundo fazer a feira lá*. Todo sábado todo mundo tem que ir comprar alguma coisa, lá é assim. *Não é que nem aqui que tem essas quitandinhas que você compra toda hora*. Lá é dia de sábado. Só que quando for dia de sábado você tem que ter dinheiro.

J – Tem que deixar já o dinheiro guardado para sábado e aí vai lá e faz a compra do mês ou da semana?

F – Da semana.

J – Aí, que produto tem mais lá?

F – Ah, de tudo. (...) Fruta, roupa, calçado, tudo! Tudo o que você

imaginar, tem.

(Francisca, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

Cleusa – Eu, mesma, eu e minha irmã, a gente vendia verdura na feira. A gente trabalhava na roça do meu pai até numa quinta-feira. Aí na sexta a gente colhia as verduras que a gente... verdura, farinha que fazia, aí a gente levava no sábado para a feira. A gente vendia na feira todo sábado. A gente saía de casa duas horas da manhã.

(Cleusa, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP)

Além da prática de colocar roça e colocar negócio nas feiras, notam-se as diferenças de temporalidades: o tempo agrícola em comparação ao tempo industrial; e o tempo de realizar as compras (as compras que podem ser realizadas a qualquer momento em razão da proximidade do comércio com as residências na cidade, e o tempo de comprar “tudo o que se possa imaginar” aos sábados na feira).

Apresentado o cenário inicial, voltaremos o olhar agora para o momento de transição quando as mulheres partem para as cidades e buscam trabalhos nos eitos e campos do interior paulista.

A SAÍDA DO CAMPO E O ASSALARIAMENTO RURAL

Inserem-se neste tópico as reflexões acerca do processo de expulsão dos trabalhadores das terras, caracterizado tanto pela saída dos moradores colonos das fazendas e também pelo movimento migratório de muitas famílias do interior de Minas Gerais (SILVA, 1999) e dos estados da região Nordeste. As consequências desse processo passam pela alteração nas formas de moradia e residência, mas principalmente pelas transformações de valores culturais e dos processos de trabalho que envolvem as famílias.

No que diz respeito às colônias na região de São Carlos, a narrativa de Cleusa nos mostra que o processo de expulsão foi marcado pela violência. A despeito de não ter vivido nas colônias, Cleusa acompanhou o período final de expulsão das famílias das terras da fazenda, que começava a arrendar sua área para as plantações de cana-de-açúcar.

Ele [dono da fazenda] chegou a atirar nas casas [dos colonos]. Teve uma época que ele bebia muito, ficava meio louco. (...) Aí teve um dia, ele bebia muito, ele bebia *whisky*, um litro de *whisky*, ele bebia *sozinho*, aí ficava doidão. Ele tinha um monte de arma. Teve um dia que ele pegou as armas e foi matar a turma que morava na colônia e não queria sair da casa. Eles falavam que mandavam eles embora, mas não pagavam. Aí ele não quis acordo. Ele chegou lá e foi lá atirar. (...) Ele atirou nas casas, o povo tudo correndo.

Atirando na televisão, antena, essas coisas, tudo. Detonou a casa dos moradores. (...) Tiveram que correr, senão morriam. (*Cleusa, em entrevista realizada em junho de 2009, no município de Ibaté/SP*)

É assim que os municípios da região de Ibaté/SP, Araraquara/SP e São Carlos/SP surgem como alternativa de residência para tantas famílias de colonos expulsos das terras.

Silva (1999) mostra que além do processo de expropriação direta dos trabalhadores da terra, existiu ainda o processo de expropriação simbólica que fez com que a terra de trabalho – que apresentava um valor de uso – fosse substituída pela terra de negócio – que apresenta um valor de troca. A autora mostra que esta expropriação foi motivada pela aplicação das leis do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963, que acabou expulsando os pobres do campo por tornar oneroso o gasto com o trabalhador permanente, deixando a maioria dos trabalhadores em condições de volante.

À condição social anterior de moradores, colonos, parceiros, sitiantes, seguiu-se a de desenraizados, desmunidos, libertos das antigas formas de sujeição prevalentes na morada ou na colônia mas sujeitos, agora, aos grandes proprietários, sob as regras do Direito burguês que, ao produzir seus direitos, garantiu aos patrões o não-cumprimento dos mesmos direitos, justificando as expulsões e ‘volantização’ de suas forças de trabalho e de suas vidas

(SILVA, 199, p. 240).

Lygia Sigaud (1979), ao analisar a realidade nordestina, também coloca alguns elementos para entendermos esse processo de expulsão dos moradores das colônias, apresentado por ela como um ciclo de saída dos moradores. Em razão da elevação dos custos com o pagamento dos trabalhadores, que adquirem novos “direitos” com o ETR, o proprietário começa a manipular formas de dispensar os trabalhadores, colocando, por exemplo, o colono para exercer diferentes atividades durante a semana, impedindo que ele adquira certa experiência e qualificação efetiva na realização de uma tarefa. Os trabalhadores decidem, aos poucos, sair da colônia, cabendo àqueles que ficam realizar todo o trabalho pesado. Como fazem uma quantidade maior de trabalho extra, eles têm menos tempo para se dedicar ao roçado, característica esta que é vista como o fato que lhe dá sentido enquanto morador. Pelo fato de o trabalhador sentir-se com uma dívida moral por residir na terra do proprietário com a família sem pagar nada diretamente por isso, percebe que é ilegítimo dizer “não” ao trabalho extra, restando, portanto, a alternativa de sair da fazenda.

Uma vez expulsas de suas terras, as famílias se deparam com as seguintes possibilidades: trabalhar nas poucas fazendas que restaram; comprar uma pequena propriedade ou um terreno na cidade com a indenização do processo de expulsão do campo; ingressar no movimento de luta pela terra, participando de ocupações; arrendar um pequeno pedaço de terra

para fazer a roça de subsistência da família; e o assalariamento rural – realizando trabalhos nos períodos de safra da cana-de-açúcar e colheita da laranja, por exemplo.

Muitas famílias e trabalhadoras têm como opção (algumas das quais são forçadas) realizar o movimento migratório – no qual estão inseridos deslocamentos de idas e vindas do campo para a cidade. A migração deve ser entendida como um acontecimento histórico que envolve os que partem e os que ficam. Nele estão inseridos elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos que passam pela organização social de classe, gênero, raça/etnia. Daí a importância em se considerar o migrante a partir de duas óticas, estando envolvido no processo social e histórico mais geral [espaço da determinação] e inserido numa realidade social definida por laços sociais referentes a certo espaço social e cultural. Os migrantes não só são moldados pelos processos sociais que geram os deslocamentos, mas também moldam esses processos (SILVA e MENEZES, 2006).

O rompimento e a reprodução dos padrões impostos pelas construções sociais de gênero constantemente se apresentam como processos sociais que marcam o movimento migratório. Os deslocamentos de mulheres e seus familiares ora reproduzem, ora rompem com os padrões colocados pelas relações de gênero. Para muitas trabalhadoras que decidem migrar para o interior de São Paulo, resta a alternativa de “enfrentar” o canavial e outras atividades de colheita no campo.

Quando deixam os espaços das colônias

ou os sítios e roçados nas terras de origem em alguns Estados da Região Nordeste, as mulheres encontram no interior do Estado de São Paulo um novo espaço social, caracterizado pela “civilização da usina” (SILVA, 1999). Esta nova paisagem formada pelos imensos canaviais do Estado de São Paulo é o cenário que esconde as distintas temporalidades e espacialidades representadas pelas experiências de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis pelo corte de cana-de-açúcar no Estado responsável por aproximadamente 60% do total de cana produzida no país.

Nesse contexto, o trabalhador é despersonalizado e apagado frente ao processo de produção. Entretanto, antes de ser apagado diante do trabalho, o trabalhador tem sua experiência utilizada para o proveito da agro-indústria canavieira. Ou seja, muitas vezes a vivência no trabalho agrícola é uma demonstração da possibilidade de suportar as longas e intensas jornadas. Tanto para aqueles que viveram em colônias e trabalharam nas roças de subsistência e colheita de café, como para os sítiantes com experiência no tratar com a terra: todas essas disposições culturais incorporadas pelos trabalhadores e trabalhadoras são vantajosas economicamente para os empregadores, na medida em que se eliminam os gastos com o treinamento e adaptação às atividades nas áreas rurais (CAÍRES, 2008, p. 169-170).

É válido ressaltar que as mulheres têm sido alijadas do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. Muitas delas estão empregadas em atividades que são ainda mais invisibilizadas que aquelas realizadas pelos homens nos eitos

dos canaviais. Esse contexto tem sido apresentado e denominado por Silva (2011) como o “trabalho oculto das mulheres nos canaviais”. Seus estudos demonstram que a mecanização do corte de cana-de-açúcar tem expulsado milhares de trabalhadoras do corte manual da cana. Muitas delas permanecem no setor canavieiro, sendo empregadas como “faxineiras dos canaviais” (SILVA, 2011, p. 28), em atividades como a *bituca*, *abrir eito* e o *recolhimento de pedras*³.

O trabalho das mulheres na bituca e coleta de pedras é justificado pelos empregadores da seguinte maneira – para eles, as mulheres são pessoas mais “caprichosas e atenciosas”, que não deixam a cana espalhada pelo chão, como os homens fazem. Nota-se, a partir desse fato, que construções sociais de gênero são apresentadas como fatos naturalizados.

Uma vez alijadas do corte manual da cana-de-açúcar, as mulheres passam a se empregar em outras atividades rurais e urbanas (SILVA, 2011), tais como a colheita da cebola e frutas. Bueno (2011) também aponta que trabalhadoras assalariadas rurais da região de São Carlos/SP transitam pelos espaços do campo e da cidade e se empregam em um abatedouro de frangos, o qual “aproveita” a experiência laboral anterior das mulheres no campo como um verdadeiro treinamento para suportar as jornadas intensas nesta atividade.

O conhecimento e o “treinamento” do corpo feminino para suportar o trabalho nos canaviais e laranjais são levados para o chão do abatedouro de frangos, onde a exigência pelo emprego da força física e rapidez nas mãos é bastante elevada. Um ponto “positivo” para ser aceita no trabalho de abate é ter exercido atividade no corte da cana e colheita da laranja, pois o trabalho no interior do abatedouro já é apresentado como uma tarefa “muito puxada”.

Juliana – O que precisava ter para entrar lá, você sabe quais eram os critérios para entrar no abatedouro? Precisava ter um nível de escolaridade mínimo?

Cida – Não, não tinha estudo, nada. Eu entrei lá, nem tinha estudo, nada. *A única coisa que eles perguntavam é se a gente trabalhou no corte de cana*, onde que a gente já trabalhou... só isso. Eles preferem mais gente que já trabalhou no corte de cana para trabalhar lá.

J – Ah, é? Por que?

C – *Ah, porque é um serviço puxado, que nem corte de cana*. Tem que trabalhar rápido. Então eles preferiam, na época, inclusive, eles falavam. (Cida, em entrevista realizada em

3. Bituqueiras são as trabalhadoras que recolhem, no chão, os restos da cana deixados após o corte manual e o carregamento pelo guincho. As mulheres trabalham em dupla carregando as “bitucas” de cana para a “rua do monte”, de onde serão levadas para a usina. “Abrir eito significa cortar as fileiras de cana que estão sobre as curvas de nível – sulcos feitos para a drenagem das águas fluviais – antes da utilização das máquinas, pois estas só cortam as canas em terras planas” (SILVA, 2011, p. 26). As mulheres empregadas na “pedra” também fazem a limpeza do canavial, retirando as pedras do campo para que as máquinas colheitadeiras de cana possam passar pelo terreno sem obstáculos.

junho de 2009, em Ibaté/SP).

Entendemos que a experiência na atividade de corte de cana é usada em proveito do serviço realizado no interior do abatedouro. As práticas corporais e psíquicas adquiridas nas jornadas estafantes nos eitos dos canaviais são “aproveitadas” para o serviço na linha de produção do abatedouro, que requer tanta rapidez e força como a realização do corte de cana. Recorremos ao conceito de *habitus* proposto por Bourdieu (2007) para elucidar a questão e compreender o modo pelo qual essas práticas vão sendo incorporadas. O autor nos mostra que *habitus* se refere a um

Sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Tais práticas se atualizam e entram em jogo quando as mulheres procuram o emprego no abatedouro de frangos. Podemos pensar ainda no esquema de *autocontrole* (ELIAS, 1990) para compreender a interiorização das formas de dominação e exploração das mulheres trabalhadoras nos diferentes ambientes de trabalho. O autor nos mostra que existem em nossa

sociedade esquemas de comportamento que são “inculcados no indivíduo desde a infância, como uma espécie de segunda natureza, e (...) nele são mantidos alerta por um poderoso controle social com uma organização cada vez mais estrita” (ELIAS, 1990, p. 259). O autocontrole é estabelecido por meio de um sistema de modelação social pelo qual o indivíduo é habituado a uma constante contenção. Com isso, forma-se um sistema estável de autocontrole que passa a operar, na maioria das vezes, de forma automática.

Esses conceitos são pertinentes para a reflexão aqui suscitada: os corpos e estrutura psíquica das mulheres trabalhadoras vão sendo moldados socialmente para que suportem a intensidade das tarefas realizadas. O “treinamento” desenvolvido ao desferirem milhares de golpes de facão no eito do canavial é “aproveitado” quando são contratadas pelo abatedouro de frangos e precisam executar a atividade no ritmo intenso das máquinas na linha de produção.

Percebemos, com isso, a dupla passagem que se realiza na trajetória laboral das mulheres: primeiramente, a experiência do trabalho familiar nas colônias, sítios e roçados é aproveitada para a realização do corte de cana; no momento posterior, as práticas e estruturas psíquicas desenvolvidas no corte de cana são utilizadas como um saber para a realização das atividades no interior do abatedouro.

Para adentrar ao espaço do abatedouro de frangos, a qualificação exigida não diz respeito ao nível de escolarização, mas à “aptidão” adquirida nas intensivas jornadas nos canaviais

ou laranjais. Assim, do ponto de vista dos empregadores do abatedouro, a experiência das mulheres nas atividades rurais não é vista como uma limitação ou depreciação, mas antes de tudo como uma forma de perceber se as trabalhadoras estão prontas para enfrentar a velocidade da máquina e a intensidade da tarefa realizada no abatedouro.

EXPERIÊNCIAS DE OPERÁRIAS NO ABATEDOURO DE FRANGOS

Nas narrativas das mulheres, a intensificação do trabalho, o sofrimento e riscos a que estão submetidas no local de trabalho se mostraram muito presentes. Quando conversamos com as pessoas sobre o abatedouro de São Carlos, muitas diziam que se tratava de um local “doentio” e que aquilo nada mais era do que um “abatedouro de gente”. Evidencia-se, então, a exploração dos trabalhadores para que haja o lucro capitalista e a opressão dessas pessoas no chão da fábrica, que se traduz em sofrimentos prolongados.

Pretendemos, neste tópico, descrever o cenário de descarte e desgaste das mulheres trabalhadoras a partir do trabalho realizado por elas no momento em que estão empregadas no abatedouro. Nos tópicos anteriores, ao percorrer as trajetórias laborais femininas, ficou perceptível que nas vidas das mulheres vão sendo retiradas, de diferentes maneiras, algumas possibilidades de trabalho, ao mesmo tempo em que elas vão elaborando outras.

Após percorrer uma trajetória por diferentes tempos e espaços sociais, o caminho das

mulheres trabalhadoras se cruza novamente no abatedouro. Nesse instante as mulheres, seus corpos, suas mentes, seus entendimentos, já passaram por processos que na maioria das vezes foram impostos e que deixaram marcas físicas e simbólicas, na medida em que se encontram submetidas a diferentes tipos de dominação e processos de exclusão: enquanto migrantes e negras – quando têm seus modos de ser e falar estigmatizados; como mulheres, quando se veem em condições de exploração física e simbólica no ambiente doméstico; enquanto trabalhadoras, por terem sido expulsas das colônias e, em seguida, alijadas do trabalho realizado no corte de cana.

O trabalho realizado no interior do abatedouro insere-se no contexto da reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilização das atividades e pelo afrouxamento dos vínculos dos empregados em relação à empresa.

Nesse contexto de flexibilização das atividades produtivas, a polivalência é uma característica bastante desejável e incentivada no interior das indústrias. Exige-se dos trabalhadores e trabalhadoras uma capacidade de trocar de tarefas continuamente. Antunes (2005) mostra que a polivalência feminina, já exercida por muito tempo no ambiente doméstico – uma vez que elas são responsáveis por uma variedade de tarefas – é aproveitada pelo capital de forma intensiva, tanto no espaço produtivo, como na esfera reprodutiva.

As mulheres são as mais afetadas pelo processo de transformação na organização do trabalho, sendo submetidas às formas precárias

de emprego, tais como o trabalho em tempo parcial, a subcontratação e o trabalho informal (CUNHA, 1998).

No interior do abatedouro de frangos, há uma diferenciação entre as tarefas executadas por homens e mulheres. As qualidades requeridas para as operárias passam pela “habilidade manual, meticulosidade, acuidade visual, submissão ao controle direto dos chefes” (HIRATA, 2002, p. 179). Elas efetuam trabalhos sob forte pressão do tempo e ritmo de trabalho imposto pela linha de montagem e também pela supervisão de chefes. Já os homens executam trabalhos mais pesados, que exigem o maior emprego de força física.

As diferenças são ainda mais reforçadas quando pensamos na dupla jornada de trabalho que as mulheres exercem. O trabalho doméstico não remunerado é feito por elas. Independentemente do local onde estejam trabalhando, são elas que se responsabilizam pelas atividades domésticas, que passam pela limpeza e manutenção da casa e o preparo de alimentos.

No interior do abatedouro de frangos, a precarização marca a atividade realizada pelas mulheres. O trabalho é representado nas narrativas como algo que traz sofrimento às trabalhadoras. Diariamente, elas estão submetidas a riscos no local de trabalho, que variam de acordo com o setor, mas em geral podem ser apresentados os seguintes problemas: chão molhado, que provoca escorregões; manuseio de produtos em temperaturas extremas, queimando a pele e provocando o choque térmico; ruído intenso, gerando dores de cabeça e ouvido; lugares muito quentes ou gelados de-

mais que provocam, diariamente, desmaios; cortes nos dedos e nas mãos pelo uso do facão – o espaço entre um trabalhador e outro é tão pequeno e o ritmo é tão intenso que, muitas vezes, um corta o outro; desmaios provocados por altas temperaturas e suor excessivo; problemas dermatológicos – urticárias e unhas quebradiças – em decorrência do manuseio de produtos químicos. Há ainda as doenças relacionadas ao trabalho, como tendinite e L.E.R. (Lesões por Esforços Repetitivos).

As doenças e os acidentes resultam da superexploração presente no modelo organizacional que dilapida a força de trabalho (CUNHA, 1998, p. 265). No caso do abatedouro, o processo de dilapidação fica evidente quando nos deparamos com o grande número de afastamentos em função das doenças ocupacionais e também os graves acidentes ocorridos no interior do abatedouro. Em janeiro de 2009, uma funcionária do abatedouro teve o braço decepado por uma máquina. Quatro meses antes, outras duas pessoas tiveram o braço e o dedo decepados no interior da empresa.

Para além das condições de organização do trabalho e os riscos diretos para o corpo, a hierarquia apresentada no interior do abatedouro com sua vigilância ao trabalhador geram neste uma pressão para manter o ritmo da produção. As trabalhadoras afirmam que a realização de suas tarefas está sob vigilância do “pessoal do controle”, que são os líderes e encarregados de cada setor. Eles observam o trabalho, realizam algumas atividades quando o trabalhador tem que deixar a linha, trocam os trabalhadores de posição, tirando de uma atividade para outra e

autorizam a ida dos trabalhadores ao banheiro ou a saída para beber água. No entanto, em boa parte das vezes, a abordagem do “pessoal do controle” para com os trabalhadores é feita de forma hostil e com excessivo rigor, causando uma situação de assédio moral. Nota-se, ainda, que a hierarquia reproduz a dominação das mulheres pelos homens. Embora grande parte de empregados do abatedouro seja constituída por mulheres, os responsáveis pela fiscalização e controle são homens.

Todas as mulheres com quem conversamos usaram termos como “cansativo”, “puxado” e “sofrido” para representar o trabalho realizado nas linhas de produção. Para além dos significados imediatos dos termos apresentados por elas, as narrativas evidenciaram também conflitos, formas de sociabilidade, enfrentamentos, dores advindas da tarefa e comparações com as demais atividades realizadas em sua trajetória laboral.

Apesar de serem destinadas a um setor, durante a jornada de trabalho no abatedouro de frangos, as operárias do abatedouro estão suscetíveis a mudar de tarefa, de acordo com a necessidade da equipe, como no caso em que uma trabalhadora precisa se ausentar – por falta ou outro tipo de afastamento. Quem escolhe a pessoa que trocará de atividade e em qual momento essa alteração será realizada é a líder/o líder da equipe. Tal situação é motivo de muito constrangimento para aquelas que fazem a troca, pois interfere nas formas de sociabilidade e nas possibilidades de se aprimorar na tarefa executada.

O esgotamento físico e o cansaço não se

limitam ao ambiente de trabalho, a ocorrência de doenças ocasionadas pelo trabalho provoca nas mulheres uma sensação de invalidez, “na medida em que passam a se perceber como seres incompletos, porquanto incapazes de desenvolver seu trabalho doméstico ou de cuidar delas próprias” (CUNHA, 1998, p. 273). As representações das relações de gênero no tocante à divisão de atividades no interior do lar marcam também a forma como a doença e a dor são vivenciadas. Dejours (1987, p. 30) mostra as consequências nos corpos e mentes das intensas jornadas de trabalho que caracterizam uma situação de violência:

Quando se é mulher não se pode permitir estar doente, por causa dos filhos. (...) não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela. As mulheres, dizem, são todas doentes, mas essas doenças são, de alguma maneira, mantidas à distância pelo desprezo. Somente são reconhecidas aquelas que se exprimem por sintomas muito evidentes para serem escondidos.

É justamente o que ocorre no abatedouro: há um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem as consequências da intensidade das tarefas realizadas cotidianamente. No entanto, as dores e reclamações advindas desse sofrimento, quando chegam aos ouvidos do “pessoal do controle” e encarregados dos setores, são compreendidas como

“moleza” e “corpo mole”. O impacto da estrutura do trabalho só é reconhecida quando ocorrem graves acidentes:

Juliana – Teve alguém lá no abatedouro que você conhece que se machucou?

Francisca – Que eu conheço, não. Só os outros, né? Eu não sei se você já viu que uma perdeu um braço...

Juliana – Vi.

Francisca – É, foram duas que perderam o braço. (...) Nesse dia eu faltei, eu nem vi. Eu não sei, uns falam que é porque ela foi pegar uma tampa de caneta lá na... na onde colocam as caixas... na esteira. Aí foi abrir um negócio que tinha assim para pegar a tampa da caneta, aí a coisa puxou a mão dela. (...) Por uma tampa de caneta! Eu, hein! Eu deixava para lá! Se for isso que disseram. Deus me livre eu perder minha mão por causa de uma tampa de caneta! Ela foi pegar – dizem que foi. Eu não sei... *Eu sei que depois disso muita gente ficou com medo.* Saiu umas pessoas, logo no sindicato, isso foi no tempo do sindicato... estavam fazendo acordo, *aí teve gente que saiu porque viram e ficaram que nem traumatizados.* Eu nem vi, nesse dia eu estava de atestado, hein!? Eu não vi, não (*Francisca, em entrevista realizada em junho de 2009, em Ibaté/SP*).

São estes os resultados de um modelo de exploração de trabalhadores e trabalhadoras que se define pela intensificação de jornadas

para que haja o lucro capitalista e pela opressão no local de trabalho que se traduz em sofrimentos prolongados (WEIL, 1979), já que, como demonstramos acima, as mulheres carregam consigo os desgastes oriundos da realização de tarefas ao longo de suas trajetórias laborais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias femininas das trabalhadoras do abatedouro de frangos nos permitiu verificar que as vivências em comum se dão muito antes da experiência de precarização do trabalho como operárias nas linhas de produção da referida agroindústria. Ao apresentar os caminhos percorridos pelas operárias do abatedouro, mostramos que essas pessoas têm o início de suas trajetórias marcado por vivências nos sítios, roçados e colônias.

Mostramos também que algumas trajetórias femininas simbolizam as transformações ocorridas nos espaços rurais, como no caso daquelas que residiram em colônias e se tornaram assalariadas rurais. Destacamos que apesar de o espaço da colônia ter se transformado em um imenso canavial, os modos de vida pertinentes àquele espaço-tempo não ficaram para trás. Ao transitarem da residência no campo para a cidade, entendemos que novos elementos são somados e passam a interagir. Ademais, por se tratar de uma transição, evidencia-se uma situação de não rigidez e não oposição das estruturas. Notamos que as mulheres carregam os elementos dos modos de vida do campo e da cidade, elas não transitam somente nos espaços, mas também nos modos

de vida daí advindos.

No abatedouro, local em que se encontram novamente as trajetórias de diferentes tempos e espaços, as mulheres e os homens ali empregados compartilham uma nova vivência: a situação de humilhação no ambiente de trabalho. Apesar de a experiência na agroindústria muitas vezes ser representada como uma possibilidade de conseguir uma renda fixa para a manutenção do grupo familiar – este peso é ainda mais acentuado no caso das mulheres que são as únicas provedoras dos lares –, a passagem dessas pessoas pelo abatedouro significa uma vivência de sofrimento dificilmente encontrado em outros trabalhos ou ambientes.

Em suma, ao apresentar as experiências laborais e vivências das mulheres nos diferentes espaços e tempos, procuramos mostrar, para além da precariedade que marca as relações de trabalho nos canaviais, laranjais e abatedouro de frangos, algumas das dimensões subjetivas que envolvem a transitoriedade pelos espaços do campo e da cidade, no intuito de trazer à superfície de análise elementos que outrora eram invisibilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva, 2007.

BUENO, Juliana Dourado. *De camponesas a operárias: Experiências do transitar feminino*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. *O colonato na Usina Tamoio*. In: NEVES, Delma Pessanha & SILVA, Maria Ap. de Moraes (orgs.) *Processos de constituição e reprodução do camponato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

CUNHA, Maria Amália de A. *No brilho do verniz, a corrosão das operárias*. Cadernos PAGU (10). 1998, pp. 257-280.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional – Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Tradução de Lídia Campos Rodrigues. 2º Volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

GARCIA JR., Afrânio. *O Sul – caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Marco Zero, Brasília DF, Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. P. 173-194.

MARTINS, José de Souza. “A produção capi-

talista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café". O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979. p. 7-93.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. "De colona a bóia-fria". In: História das mulheres no Brasil/Mary Del Priore (org.); 7. ed. – São Paulo, Contexto, 2004, p. 554-577.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *O trabalho oculto nos canaviais paulistas*. Texto elaborado para apresentação no XV Congresso Brasileiro de Sociologia. SBS. Curitiba, 2011. P. 1-37.

_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões*. NEAD, 2006. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf. Acessado em 22 de abril de 2009.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasileira, 1986.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. *Por un pacto social pelo desenvolvimento rural*. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoameri-

cano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. P. 31-44.

WEIL, Simone. "A racionalização" In: A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 11-127.

Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

ENTIDADES PATRONAIS AGROINDUSTRIAIS E A POLÍTICA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL (1963 -2003)

Sonia Regina de Mendonça

RESUMO

Este artigo estuda a relação entre Sociedade Civil e Estado restrito no Brasil da segunda metade do século XX e investiga a participação de entidades patronais agroindustriais na definição e encaminhamento das políticas estatais de pesquisa agropecuária em período recente. Enfatiza-se a imbricação entre duas agremiações do agroempresariado – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) - e as referidas políticas, cujo coroamento foi a fundação da Embrapa em 1973. Partindo de farta documentação oficial, analisa-se os mecanismos de inserção dos interesses patronais junto a esta nova agência estatal, que resultou na mudança dos rumos da pesquisa agropecuária em três direções: a subordinação da pesquisa agropecuária aos ditames do agronegócio; a secundarização da pesquisa destinada à pequena produção e a crescente “privatização” da Embrapa.

Palavras-chaves: Estado – Pesquisa Agropecuária – Embrapa – ABAG.

AGRIBUSINESS EMPLOYERS ENTITIES AND THE ANIMAL AGRICULTURE RESEARCH POLICIES IN BRAZIL (1963-2003)

ABSTRACT

This article studies the relationship between civil society and restricted State in Brazil of the second half of the twentieth century and investigates the participation of agroindustrial employers entities in defining and routing state policies for agricultural and animal research in recent years. It emphasizes the overlap between two agroindustrial entrepreneurs associations - the Organization of Brazilian Cooperatives (OCB) and the Brazilian Agribusiness Association (ABAG) - and such policies, whose crowning achievement was the founding of Embrapa in 1973. Dealing with extensive official documentation it examines the mechanisms of insertion of agro-employer interests in this new state agency, resulting in changes of agricultural and animal research in three directions: the subordination of agricultural and animal research to the dictates of agribusiness; the secundarization of research aimed to small production and the growing “privatization” of Embrapa.

Key-Words: State – Agricultural and Animal Research – Embrapa – ABAG

SONIA REGINA DE MENDONÇA: Docente do Programa de Pós-Graduação e pesquisadora em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: srmendonca@uol.com.br

Raízes, v.33, n.2, jul-dez / 2012

INTRODUÇÃO

Uma das principais contradições inerentes às políticas de pesquisa agropecuária no Brasil é aquela que contrapõe dois paradigmas ou ‘modelos’ para sua condução: um, direcionado às demandas de grupos dominantes agroempresariais/agroindustriais e financeiros ligados ao chamado agronegócio e outro, destinado a atender pequenos produtores voltados ao abastecimento do mercado interno. Essa tensão não é nova, podendo ser encarada – a despeito da correlação de forças entre frações de classe tradicionais e emergentes no meio rural durante a segunda metade do século XX – como instituinte das próprias políticas estatais de pesquisa agropecuária inauguradas, no caso brasileiro, ainda na década de 1930, sob a égide do projeto de nacionalização das políticas públicas na gestão do presidente Getúlio Vargas.

A historiografia brasileira especializada na temática costuma reduzir essa dicotomia ao embate entre tendências por ela denominadas de produtivista e não produtivista, como se a pesquisa agropecuária endereçada a pequenos produtores carecesse, em si mesma, do significado ou eficiência normalmente atribuídos aos grandes proprietários/empresários rurais. Logo, prevalece dentre esses estudos certo *parti pris* deturpador, tanto do resultado das investigações realizadas, quanto dos interesses políticos que subjazem às redefinições que marcaram essas políticas estatais no decorrer do período em foco. Semelhante dicotomização, além de simplificadora e naturalizadora de opções e re-

direcionamentos que nada têm de naturais, redundante em análises que, além de encarar o que é dialético e dinâmico – em função da correlação das forças sociais em disputa neste âmbito – como um mero e empobrecedor torneio de contrários, parecem atribuir à tecnologia – elevada ao *status* de entidade autoimane e descolada das relações sociais – papel protagonista nessas mesmas políticas, desconsiderando-se as bases sociais que lhe deram/dão suporte.

Logo, um dos objetivos do trabalho é contribuir para a crítica à historiografia especializada no estudo das políticas estatais de pesquisa agropecuária no país, partindo da premissa de que os diversos organismos do Estado restrito que, desde a década de 1930, se incumbiram da atividade - e suas sucessivas redefinições - corresponderam, sobretudo, à atuação política de frações da classe dominante agroindustrial organizadas no âmbito da sociedade civil e que, em permanente disputa, inscreveram seus interesses junto ao Estado restrito, explicando, assim, as continuidades e, principalmente, rupturas verificadas nas políticas públicas de pesquisa agropecuária no país.

Para tanto, partiu-se do estudo mais detido de duas importantes corporações patronais agrárias que, desde a década de 1970, buscaram inserir seus porta-vozes e demandas junto aos órgãos do Ministério da Agricultura encarregados da pesquisa de novas tecnologias para o agro, tendo por coroamento a criação, em 1973, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), marco consagrador do redirecionamento da atividade no rumo dos interesses de grupos agroempresariais, em det-

rimento da produção de tecnologia destinada a pequenos produtores. Cabe esclarecer que, até inícios dos anos 1970, o Ministério da Agricultura, ao qual os órgãos de pesquisa agropecuária estiveram afetos desde a década de 1930, teve seus postos de alto escalão disputados por representantes de duas outras entidades patronais rurais: de um lado, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a mais antiga do país e cujos membros eram grandes proprietários não eminentemente exportadores, defensores de um projeto de diversificação agrícola para o país e oriundos, sobretudo, do Rio de Janeiro, estados do Nordeste e Sul; de outro, estava a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – representante exclusiva da grande burguesia cafeeira e agroindustrial paulista - cujo projeto de agricultura pautava-se pelo fomento à exportação especializada e à industrialização da agricultura.

Apesar dessa disputa, entre 1930 e 1970, os diferentes órgãos de pesquisa agrícola ministeriais foram dirigidos, em sua maioria, por porta-vozes da SNA, o que imprimiu às suas práticas um viés diversificador e, até certo ponto, favorecedor de pequenos produtores rurais. As transformações socioeconômicas determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir dos anos 1970, todavia, fizeram emergir novos atores sociais organizados, que

complexificaram as disputas tanto no âmbito da sociedade civil, quanto – e principalmente – no seio do Estado restrito. Os organismos do Ministério da Agricultura destinados à pesquisa agropecuária não estiveram imunes a essas lutas.

A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB)

Fundada em 1969 por lideranças cooperativistas provenientes de várias unidades da federação brasileira, a OCB englobou diversos ramos da atividade econômica em geral, conquanto fosse a agricultura o mais expressivo setor por ela representado, como se pode depreender da composição de seus quadros dirigentes, majoritariamente formados por proprietários e empresários agroindustriais (MENDONÇA, 2010). O surgimento desta nova agência da sociedade civil respondeu a uma demanda formulada por suas bases sociais – integradas em boa parte por porta-vozes do setor cooperativado ‘moderno’ e com forte lógica empresarial¹ - em busca de maior representação política nacional e da consolidação de um novo projeto hegemônico junto às demais agremiações patronais da agroindústria, em crise desde

1. A guisa de ilustração, menciono que o presidente da OCB entre 1979 e 1983, José Pereira Campos era, simultaneamente, diretor da Itambé - Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, enquanto Alfredo Lopes Martins Jr, diretor da agremiação em igual período, presidia a CCPL (Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro). Ainda quanto à composição dos quadros sociais da entidade vale salientar a aproximação existente entre o seu principal porta-voz, Roberto Rodrigues, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), tendo sido ele diretor do Departamento de Política Cafeeira desta entidade (1984 – 1986). Já Ney Bittencourt de Araújo, futuro primeiro presidente da ABAG, enunciada pela OCB, ocupou a direção do Departamento de Insumos Modernos da SRB (1981 – 1983).

inícios da Nova República.

Para atingir seus objetivos, os dirigentes da OCB adotaram três estratégias discursivas. A primeira consistiu em difundir a suposta associação existente entre cooperativismo, democracia e igualitarismo; a segunda era sua auto-representação como entidade não capitalista e antilucro e, finalmente, a alegada possibilidade de distribuição dos ganhos entre os cooperados segundo seu trabalho e não seu capital. Esses pilares transformaram o cooperativismo num dos mais significativos instrumentos de negação do conflito social, mediante a propaganda da colaboração entre associados de portes diversos, que teriam em comum o fato de ‘não terem patrões’.

Tais premissas político-ideológicas legitimaram as lideranças da OCB não apenas como opção ‘socialmente superior’ de exploração/organização das atividades agroindustriais, mas também como porta-vozes naturalmente autênticos – posto que dotados de ‘missão social’ - do conjunto das agremiações patronais, sobretudo na segunda metade da década de 1980, quando foi consensualmente legitimada face ao enfrentamento movido por seu dirigente mais atuante e conhecido, Roberto Rodrigues, à UDR de Ronaldo Caiado, durante a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária da gestão Sarney (MENDONÇA, 2006). Entre 1972 e 1993, os dirigentes da OCB cultivaram

sua permanente associação a valores ‘humanitários’, tidos por capazes de transformá-la em nova força política com ampla aceitação social. Em editorial, o então presidente da organização, João Alckmin, afirmaria que “o movimento cooperativo, por ser soma de pessoas, teria o que podemos chamar de **voz natural solidária**. Suas manifestações são **desconectadas de interesses menores**, escusos”².

No que tange às demandas específicas do setor cooperativista, três merecem destaque pela recorrência com que eram enunciadas nos periódicos da agremiação: a autogestão; a demanda por mais créditos subsidiados a serem obtidos, face à política econômica recessiva praticada pelo Estado entre 1970-80, via criação de um banco próprio e o aprimoramento da tecnologia agropecuária (MENDONÇA, 2010). Todas se justificavam pelo expressivo peso econômico da produção oriunda das cooperativas agropecuárias na pauta de exportações do país. A consecução de seus objetivos e sua institucionalização como representante legítima de todos os segmentos agroempresariais seria facilitada por sua participação junto a organismos internacionais como a ICA (*International Cooperative Association*) e a OCA (Organização das Cooperativas da América)³, valendo-lhe prestígio junto ao patronato. A hegemonia da OCB se consolidaria na conjuntura inaugurada pela Nova República, quando

2. *Jornal do Cooperativismo*, nov.-dez., 1980: 2, grifos meus

3. “O Congresso da OCA em Brasília, em maio de 1984, dará ao Cooperativismo Nacional sua exata dimensão política. Esta decisão foi possível graças à intervenção da Diretoria da OCB, via seu representante Américo Utumi. Isto significa, externamente - o reconhecimento de sua expressão, com grandes retornos políticos e internamente – diante da crise mundial, que o cooperativismo mostra que milhares de pessoas realizam conjuntamente suas aspirações” • *Jornal do Cooperativismo*, mar-abr, 1984: 2.

suas lideranças fizeram valer a identificação entre sua doutrina supostamente democrática e o novo regime, já que “*participação e democracia fazem parte da Natureza e da Doutrina Cooperativista*”⁴.

A conquista de novas posições junto à sociedade política sem dúvida fortaleceu a OCB conferindo-lhe, além de destaque político, papel estratégico na mediação entre os segmentos do patronato agroindustrial e o Estado restrito. A despeito disso, a crise econômica brasileira levaria a agremiação a criticar severamente as políticas agrícolas em vigor. Em 1989, a OCB conclamaria todas as entidades de classe a se unirem contra o tabelamento dos preços agrícolas, contra a importação de gêneros similares aos produzidos no país, contra a escassez de recursos para a agricultura e, sobretudo, em prol da **revitalização da pesquisa agropecuária** realizada pela Embrapa. Neste momento, se afirmaria o novo projeto hegemônico emanado da OCB: a consolidação do agronegócio no Brasil. Segundo seu presidente, Roberto Rodrigues, era chegada “a hora da verdade. A hora de reconhecer que fomos nós, os produtores rurais, que aumentamos o nosso envolvimento com a estrutura comercial e industrial”⁵.

Despedindo-se da presidência da OCB,

Rodrigues deixaria lançado o eixo do novo projeto hegemônico dos grupos dominantes agroindustriais e financeiros: a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases empresariais e internacionalizadas⁶. Seria em torno de Rodrigues, ex-presidente guindado aos mais altos postos dentro e fora do sistema cooperativista, que a agremiação consolidaria definitivamente sua hegemonia, advogando a abertura da economia brasileira às grandes linhas da competitividade internacional⁷. Ainda segundo ele, um novo horizonte se desenhava para a agricultura e o cooperativismo bastando, para tanto, “adotarmos um regime econômico liberal, para que os **investimentos privados sejam maciços. O setor rural não pode ficar fora desta grande jogada**”⁸

De tudo até aqui analisado, pode-se inferir o perfil das bases sociais da OCB: agropecuaristas e, sobretudo, agro empresários intimamente imbricados à agricultura plenamente integrada aos Complexos Agroindustriais (CAIs), dotados de moderna tecnologia e zelosos do significativo papel econômico desempenhado por sua produção junto às exportações brasileiras. O passo seguinte constaria da própria modernização do sistema, “relida” como equivalente ao ingresso no *agribusiness*,

4. Jornal do Cooperativismo, mar-abr, 1985: 2. Tal prestígio reverteria na nomeação de lideranças cooperativistas para inúmeros cargos junto ao Ministério da Agricultura, como por exemplo: Rubem Ilgenfritz da Silva - ex-presidente da Cooperativa Regional Triticola de Ijuí (Cotrijuí), designado para a Secretaria Geral do Ministério; Dijandir Dal Pasquale - indicado para a presidência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Ignácio Mammana Neto - nomeado presidente da Companhia de Financiamento da Produção e, finalmente, Athos Almeida Lopes - indicado presidente da Embrater.

5. Informativo OCB, jul. 1989: 7.

6. Informativo OCB, dez. 1990: 3.

7. Informativo OCB, fev. 1990: 1.

8. Informativo OCB, fev.1990: 3. grifos no original.

responsável pela manutenção da economia urbano-industrial e pelo nível de emprego no país⁹. A noção de agronegócio ocuparia lugar cada vez mais privilegiado no projeto de agricultura difundido pelas lideranças da OCB que fundariam, em 1993, uma nova agremiação do agro empresariado no país: a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness).

A ABAG

A ABAG seria uma entidade agregadora de todos os setores ligados à grande produção agropecuária, abrangendo não apenas segmentos responsáveis pela atividade produtiva, como também aqueles relacionados à produção de insumos, armazenamento, processamento, distribuição e financiamento agrícola, além de empresas diretamente ligadas ao capital financeiro. Nela encontram-se representadas, desde sua criação, algumas das mais expressivas agremiações patronais agrícolas - SRB, OCB, Federações e Cooperativas Estaduais da Agricultura – além de grandes grupos agro empresariais estrangeiros e nacionais, como a Sadia, a Agrocere, a Associação Brasileira de Produtores de Sementes (Abrasem), a Cargill Agrícola S/A, a Bunge Alimentos e Fertilizantes S/A e a Monsanto, totalizando cinquenta e nove (59) em-

presas em 1993.

Tal quadro revela tratar-se de uma instituição ‘patronal’ de novo tipo, uma nova modalidade de representação política dos grupos ligados aos setores agropecuário, agroindustrial e financeiro do país, configurando-se muito mais num *pool* de empresas do que numa agremiação patronal. Seu objetivo era atuar, incisivamente, junto às políticas emanadas do Ministério da Agricultura (MA) e seus inúmeros órgãos, dentre eles a Embrapa. Além disso, antes mesmo da ABAG, seria fundado, em 1990, por iniciativa do vice-presidente da OCB, Ney Bittencourt de Araújo (Agrocere), o Instituto Brasileiro do Agribusiness (IBA), atuante junto às universidades e presidido por Roberto Rodrigues, futuro Ministro da Agricultura do governo Lula. A importância assumida pela ABAG no cenário político-econômico nacional desde sua fundação pode ser ilustrada por suas demandas e práticas, respaldadas por três pilares ideológicos: segurança alimentar, autogestão e competitividade (PINTO, 2010). Todos eles emprestaram legitimidade política às propostas por ela encaminhadas ao Estado restrito e à sociedade civil como um todo. Um dos elementos unificadores de classe presente no discurso das lideranças agro empresariais era a ideia da incorporação do **risco**¹⁰ e de seu **gerenciamento** – termos próprios à linguagem

9. “Os agricultores e pecuaristas do país precisam se associar a seus parceiros do ‘agribusiness’ e alavancar recursos para uma gigantesca campanha institucional de valorização do setor. É preciso deixar claro que o cidadão urbano não dá um passo, não vive um único segundo de sua vida sem os agricultores”. Informativo OCB, Nov., 1991: 2, grifos na fonte.

10. A respeito do debate do risco, consultar: BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. Estratégia e decisões de investimento em condições de risco: um estudo na Veracel Celulose S/A. In: Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia (<http://www.fbds.org.br/IMG/ppt/doc-164.ppt>).

empresarial em geral - como dados inerentes ao investimento capitalista. Logo, o discurso veiculado através da ABAG difundiria aquilo que o empresariado como um todo denomina de 'engenharia política', através de meios tão variados como a televisão, a mídia impressa do país e exposições.

Ainda em 1990, Araújo organizaria juntamente com um grupo de intelectuais formado por engenheiros agrônomos graduados na paulista ESALQ (Mendonça, 1999) e profissionais dos Departamentos de Economia e Administração da FEA-USP, o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA), inspirado no Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, fundado por Ray Goldberg. A nova agência, sediada na Universidade de São Paulo desde junho de 1990, desenvolveria atividades patrocinadas pelas próprias fundações da USP, promovendo estudos sobre o agronegócio brasileiro e integrando a academia à realidade das empresas que lhe encomendavam estudos específicos, endereçados à iniciativa privada e/ou pública (PINTO, 2010). Ora, se o PENSA atua em íntima conexão com a ABAG, é evidente que se está diante do caso de uma instituição pública a serviço do grande capital privado. Muito embora originalmente a Embrapa não contasse com semelhante papel, as pressões políticas dos porta-vozes das entidades patronais até aqui estudadas tratariam de descaracterizá-lo, como se verá a seguir.

A EMBRAPA: DO PEQUENO PRODUTOR AO AGRONEGÓCIO

A literatura especializada costuma apontar a fundação formal da Embrapa, em 1973, como o marco inaugural da pesquisa agropecuária no país, relegando ao esquecimento tanto as iniciativas encetadas por agências anteriores do MA, quanto os grupos de interesse que junto a elas se fizeram representar. Todavia, inúmeras foram as instituições estatais de pesquisa anteriores à Embrapa, contando em seus quadros com a presença de porta-vozes da SNA, defensores da tecnologia destinada à produção de alimentos para o mercado interno e aos pequenos produtores. Dentre esses órgãos, pode-se citar o Escritório de Pesquisa e Experimentação (criado em 1967) ou o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (fundado em 1971) ambos órgãos públicos da **administração direta** do MA, cujo funcionamento seguia diretrizes emanadas da SNA. Publicação do Ministério de 1970, intitulada *A agricultura brasileira e a política nacional de desenvolvimento*, exemplifica o funcionamento das políticas de pesquisa agropecuária até então, sendo destacado o desenvolvimento tecnológico agropecuário alcançado no país, especialmente no tocante à intensificação do uso de insumos básicos, respaldado em práticas como o fornecimento de sementes de alimentos melhoradas, o fortalecimento da extensão rural, além do progresso das bases técnicas destinadas a ampliar a produção e consumo de fertilizantes e corretivos; o fortalecimento da indústria na-

cional de defensivos agrícolas e um programa de mecanização agrícola (BRASIL, 1970, p. 24-25). Como se vê, um novo programa de pesquisa agropecuária já estava em gestação, antes da fundação da Embrapa, como pré-condição da política de capitalização do campo pretendida pelo regime militar (MENDONÇA, 2011).

Todavia, na medida em que este programa utilizaria recursos do governo norte-americano e a assistência técnica da USAID, as pastas da Agricultura e do Planejamento se uniram para criar, em julho de 1970, uma 'Comissão de Alto Nível' encarregada de aval-

iar a situação da pesquisa agropecuária e definir suas prioridades para o período de duração do Acordo de Empréstimo Brasileiro-Americano. A comissão foi presidida por Ivo Torturella¹¹, contando com a participação de Mozart Liberal¹², Salomão Aranovich¹³, Otto Lyra Schrader¹⁴, Plínio Cordeiro Molleta¹⁵, Antonio Secundino São José¹⁶, Clibas Vieira¹⁷ e Carlos Krug¹⁸, tendo sido nomeada pelo então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima¹⁹.

A composição da Comissão merece destaque, pela cuidadosa estratégia que parece ter sido utilizada em sua montagem. Ela constava

11. Torturella era veterinário e foi fundador e primeiro presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, criado em 1968.

12. Mozart Liberal fora diretor do extinto DPEA entre 1964-65.

13. Engenheiro Astrônomo e funcionário de carreira do MA desde 1951, responsável por projeto de pesquisa sobre nutrição animal.

14. Otto Lyra Schrader era agrônomo, com mestrado na Universidade da Flórida, pecuarista fluminense, além de 3º vice-presidente da SNA entre 1978-1983, segundo secretário da mesma agremiação entre 1983-1991 e conselheiro do Fundo Federal Agropecuário (FFAP). A presença de Schrader não apenas evidencia tal ascendência como, sobretudo, certa "domesticação" da conflitividade política implícita ao Ministério.

15. Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura entre 1961-67 e Presidente do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, em 1970.

16. Antonio Secundino São José era mineiro, fazendeiro e agrônomo pela Escola Superior de Viçosa. Em 1937, com a ajuda do então diretor da escola, o geneticista norte-americano Dr. John B. Griffing obteve bolsa de treinamento na Stoneville Experiment Station, Mississipi, além de curso de pós-graduação na Faculdade Estadual de Iowa. Em 1942, foi contratado como assessor técnico da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, ligada ao Ministério da Agricultura. Em 1945, juntamente com quatro sócios estadunidenses fundou empresa dedicada a experiências com milho híbrido: a Agrocere Ltda., apoiada pela Corporação Internacional de Economia Básica (IBEC), empresa de Nelson Rockefeller. Em 1951, a Agrocere e a IBEC fundiram-se, gerando a Sementes Agrocere S/A.

17. Paulista, filho de fazendeiro, agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa em 1952, obteve o título de Magister of Science em Agronomia na Universidade da Califórnia. Foi consultor de pesquisas com a cultura do feijão junto à USAID, ao Centro Internacional de Agricultura Tropical, ao Conselho Nacional de Pesquisa (Programa do Trópico Úmido), à Sudene e à Michigan State University/Usaid, na África Austral. Com a fundação da Embrapa tornou-se Chefe de seu Departamento Técnico Científico, em 1974.

18. Carlos Arnaldo Krug era paulista, agrônomo, especialista em genética e citologia na Universidade de Cornell, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Genética e um dos diretores do Instituto Agronômico de Campinas, tendo sido assessor de uma empresa privada – a Cia Paulista de Estradas de Ferro - implantando seu programa de melhoramento genético dos eucaliptos. Relatório da Comissão de Alto Nível, 1970, p. 3.

19. Gaúcho, agrônomo especializado nos Estados Unidos, Cirne Lima foi nomeado Ministro da Agricultura em 1969 após posse do presidente Médici. Entre 1972-78, foi membro do Board of Trustees do Centro internacional de Melhoramento do Milho e Trigo sediado no México e desde 1977 integrou o conselho administrativo da Gazeta Mercantil, sendo também diretor da Empresa Agropecuária Plantel, ambas do grupo de Herbert Levy (BELLOCH e ABREU, 2000)

de sete membros e pode ser subdividida em dois ‘blocos’ de integrantes, o que é fundamental para compreendermos a criação da Embrapa: o primeiro, compunha-se de antigos funcionários de carreira do Ministério (Mozart Liberal, Otto Schrader e Plínio Molleta), *experts* em suas respectivas áreas de atuação e, além disso, pertencentes aos quadros dirigentes da SNA; já o segundo bloco era claramente integrado por agro empresários, muitos deles representantes do grande capital agroindustrial, industriais e/ou financistas com fortes conexões com os Estados Unidos, agora inseridos no Ministério da Agricultura, buscando redefinir sua política de pesquisa agropecuária, para eles estratégica. Não por acaso, alguns membros do segundo bloco provinham diretamente da iniciativa privada, quer como donos de empresas, quer como seus consultores. Apesar da tensão latente entre seus integrantes, a comissão representou uma vitória do grupo ligado ao grande capital privado, a qual se manifestou na aprovação de um plano operacional para a utilização do empréstimo norte-americano.

O relatório da comissão apontou três pontos positivos da política de pesquisa agropecuária estatal até então realizada, bem como sete fatores negativos que incluíam desde a insuficiência de recursos até a falta de autonomia administrativa dos órgãos envolvidos²⁰. Por certo o perfil da comissão explica este resultado desqualificador da política de pesquisa ag-

ropecuária até então vigente, o que justificava a necessidade da assessoria de capitais privados, como o sugere trecho do relatório ao mencionar que “*somente pela íntima colaboração entre entidades governamentais federais, estaduais e municipais e empresas privadas, fornecedoras de capital, é que se logrará o impacto esperado*”²¹.

O produto final da comissão foi um elenco de 18 recomendações que pavimentariam o caminho para a fundação da Embrapa, três delas merecendo destaque: 1) a criação de um Conselho Superior de Pesquisa Agropecuária onde 50% dos membros fossem “*elementos estranhos ao Ministério, escolhidos por seu notório saber*”²²; 2) o incentivo à participação de economistas rurais na formulação dos projetos de pesquisa e 3) a concessão de autonomia *administrativa e financeira* às agências de pesquisa do Ministério da Agricultura. Evidentemente tais sugestões abriam brechas para indicação de empresários privados e representantes de bancos como seus integrantes, enquanto a autonomia pleiteada facilitaria a inserção de empresas privadas junto ao órgão de pesquisa, demonstrando achar-se em gestação um processo de privatização da pesquisa agropecuária no Brasil. Essas dezoito recomendações lançaram as bases para a criação da Embrapa em 1973, vinculada ao MA e incumbida de promover inovações tecnológicas tais como a melhoria genética e o controle de pragas, de-

20. Relatório da Comissão de Alto Nível, 1970, p. 11-15.

21. Idem: 21, grifos meus.

22. Idem: 23, grifo meu

envolvendo um sistema de pesquisa integrado a outros órgãos federais, além da iniciativa privada.

Curiosamente, pouco antes da divulgação do relatório da comissão, o diretor do DNPEA, Roberto Meirelles – também dirigente da SNA - anunciaria um novo Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária, lastreado nos avanços obtidos pelas atividades de seu Departamento, como o atendimento aos problemas relatados pelos extensionistas e um Programa Especial de Pesquisa contemplando tecnologias relacionadas à produção de arroz, feijão, milho, sorgo, soja e bovinos²³. O diretor enumerou ainda os convênios por ele firmados tanto na iniciativa pública - com a SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil – quanto na iniciativa privada, notadamente com cooperativas de produtores e industriais do trigo agremiados pela OCB, além da Sanbra, Petrobrás, etc. Surpreendentemente, Meirelles causa impacto ao leitor no último parágrafo do relatório ao comunicar que o DNPEA seria extinto, posto ter sido assinada, em dezembro de 1973, a Lei N. 5851 criando a Embrapa, que operaria como empresa pública da **administração indireta**, nova figura jurídica que lhe daria autonomia para captar recursos e estabelecer parcerias com empresas privadas²⁴.

Tudo indica que Meirelles e seu grupo sofreram forte pressão política para a extinção do DNPEA, como se infere da última linha de seu relatório, ao afirmar que a “fundação da nova agencia foi **um projeto de interesse pessoal do Ministro Cirne Lima**”²⁵, sócio proprietário de inúmeras fazendas, assessor de vários grandes fazendeiros gaúchos, além de ex-presidente da Farsul. Segundo Flores Filho (1986, p. 17), diretor-presidente da Embrapa entre 1991-94, o entendimento dessa escolha implicava em distinguir entre as figuras do usuário dos serviços desenvolvidos pelo órgão e a de seus clientes: o **usuário** da tecnologia gerada seria o ‘agricultor’ em geral que se beneficiaria, direta e gratuitamente, de seus resultados, ao passo que o cliente era o próprio poder público, dada sua condição de interessado direto na introdução das inovações tecnológicas. Já o ‘modelo da Embrapa’, baseado na centralização da execução, ao contrário, implicava em selecionar atividades e produtos em dimensão nacional, “deixando de contemplar os interesses mais específicos das realidades locais”²⁶ ou seja, a pequena produção. Por essa razão, o governo federal não deveria assumir toda a pesquisa, conclamando a parceria de instituições e empresas privadas, numa negação cabal do para-

23. Segundo o documento, estava em andamento com apoio financeiro do DNPEA, antes de 1972, um total de 54 projetos junto a 17 instituições, ao passo que somente neste ultimo ano haviam sido iniciados 13 deles, com a participação de 10 instituições. BRASIL, DNPEA, 1973, p. 10-11.

24. Na Exposição de Motivos dirigida ao então Presidente Emilio Garrastazu Médiçi, os Ministros Luiz Fernando Cirne Lima (Agricultura) e João Paulo dos Reis Veloso (Planejamento) salientaram que a alternativa escolhida baseou-se “na ideia de que esse tipo de instituição, por seus próprios fundamentos legais - órgão de administração indireta - conta com condições essenciais e intrínsecas para dar flexibilidade e eficiência àqueles aspectos relacionados com a captação e manejo de recursos financeiros e humanos” (apud GASTAL, 1977, p 121).

25. BRASIL. DNPEA, 1973, p. 54, grifos no original.

26. Idem: 22.

digma de pesquisa agropecuária adotado no país desde a década de 1930.

Em seus primeiros anos de funcionamento, a Embrapa privilegiou a geração dos chamados pacotes tecnológicos, que induziam ao uso intensivo de insumos modernos, afinada aos interesses dos grupos agroindustriais que lutaram por sua fundação. Os pacotes seriam difundidos pela extensão rural mantendo, com ligeiras adaptações, a essência do conjunto de tecnologias anteriormente recomendadas aos agricultores. Todavia, as agências de crédito somente financiariam projetos formatados segundo o receituário dos pacotes que, aliás, teriam seu ritmo diminuído na década de 1980, evidenciando dois processos: que o estoque de conhecimentos gerados pelo DNPEA estava esgotando-se e que as unidades de pesquisa da Empresa não haviam ainda encontrado o caminho para redefinir sua tão propalada 'metodologia inovadora'. Por certo, toda modernização traz consigo a marca da desigualdade, inclusive a técnica. Neste sentido, a modernização viabilizada pela Embrapa representaria a transnacionalização da agricultura e sua inserção no jogo da ditadura. Como exemplo, cito o crescimento de 6.500% na tratorização no meio rural, muito embora 52% deles se concentrassem em apenas 2,6% dos estabelecimentos rurais, todos com mais de 100 hectares (AGUIAR, 1986, p.

92). Logo, é evidente que a modernização tecnológica foi poderoso instrumento da concentração fundiária, já que a propriedade da terra era a precondição para obtenção do crédito subsidiado.

A partir dos anos 1980, a Embrapa sofreria reformulações, sendo a principal delas a retirada do Estado de atribuições que, em teoria, seriam mais bem desempenhadas pela iniciativa privada, alterando a empresa quer no plano externo, quer em sua metodologia de trabalho e organização interna (SCHLOTTFELDT, 1991, p. 02). A participação do 'usuário' – i.e., o **capital privado** - nas várias etapas da geração de tecnologia foi aprofundada, redefinindo-se as prioridades na pesquisa, já que a nova 'missão' da Empresa passou a englobar a transferência da tecnologia, materializada na criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural²⁷, reacendendo o antigo embate pesquisadores versus extensionistas, estes últimos preocupados em beneficiar os pequenos produtores. Não era essa, entretanto, a diretriz hegemônica dentro da agência, sobretudo levando em conta que muitos de seus dirigentes provinham da iniciativa privada, com ênfase para o *agribusiness*, como o ilustra o Quadro I.

QUADRO I – Diretores-Presidentes da EMBRAPA (1973 – 2005)

DIRETOR PRESIDENTE	PERÍODO	DADOS DE TRAJETÓRIA
José Irineu Cabral	1973 - 1978	Pernambucano, bacharel em Direito, economista, pecuarista; diretor do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura (1950-54); diretor-executivo da ABCAR (1958); diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC, da USACBD, FAO, OEA, Cepal-IICA

27. O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), oficializado em 6/11/1974, encarregar-se-ia do atendimento prioritário a pequenos e médios produtores rurais os quais seriam responsáveis por 70% da produção de alimentos. Os grandes proprietários também deveriam ser atendidos, mas apenas para se complementar a assistência técnica privada.

		(1964-1965); consultor em missões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); sócio e dirigente da ABCZ (Associação Brasileira de Gado Zebu) e membro da OCB.
Eliseu Roberto Alves	1979– 1984	Mineiro; agrônomo por Viçosa; Doutor em Economia Rural pela Universidade de Purdue (USA); diretor da Emater-MG (1955 a 1973); presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) entre 1985 – 1990. Desde este ano foi pesquisador da EMBRAPA, atuando na área de política agrícola, desenvolvimento institucional e economia de produção.
Luiz Carlos Pinheiro Machado	1985	Graduado em Agronomia (1950) e Doutor em Fitotecnia (1959) pela UFRGS, recebeu, em 1983, o prêmio Mérito Agrônomo do Brasil, outorgado pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil. Com experiência na área de Zootecnia e principalmente Suinocultura, é grande proprietário, tendo sido sócio fundador e presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (1963-64) e membro da OCB.
Ormuz Rivaldo Freitas	1986– 1988	Engenheiro agrônomo pela UFRGS (1959) e diplomado em Sciences et Techniques des Productions Vegetables, pela Ecole Nationale Superieure Agronomique de Montpellier (France -1979). Doutor em Fitotecnia pela Université des Sciences et Techniques du Languedoc (France, 1981). Profissionalmente, teve ampla experiência, destacando-se em diversos cargos como: chefe da Segunda Delegacia da Defesa Sanitária Vegetal – Secretaria da Agricultura/DPV, Bento Gonçalves, RS (1961 a 1963).
Carlos M. Campos da Rocha	1989– 1990	Formado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal de Viçosa, em 1977 e Mestre em Animal Sciences pela University of Kentucky (EUA). Foi presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região Geo-Econômica de Brasília Ltda (Cergeo - 2002) e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Zootecnia (SBZ). Foi Secretário de Estado da Agricultura de Roraima.
Murilo Xavier Flores	1991-1994	Formado em Engenharia Agrônoma (1980) pela Universidade de Brasília e Mestre em Economia Rural (1984). Secretário-executivo do Conselho Nacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 1996 a 1999 e diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
Alberto Duque Portugal	1995-2001	Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, nomeado pelo governador Aécio Neves em 2007. Engenheiro agrônomo pela UFRRJ (1968) e Doutor em Sistemas Agrícolas pela University of Reading (UK – 1982). Entre 1978 e 1987 exerceu o cargo de pesquisador e depois diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). Ingressou na EMBRAPA em 1987, onde assumiu a Coordenação de Difusão de Tecnologia e, em seguida, a Chefia-Geral da EMBRAPA Gado de Leite (MG). Foi diretor da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM), ligada a ABAG e era dirigente da OCB.
Clayton Campanhola	2003-2005	Graduado em Engenharia Agrônoma; Mestre em Energia Nuclear na Agricultura pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” e Doutor em Entomologia pela Texas A&M University (EUA). Diretor da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Funcex (Fundação Centro de Estudos de Comercio Exterior) ²⁸ , membro da ABAG e ex-dirigente da OCB.

FONTES: Memória EMBRAPA (www.embrapa.com.br); sites da Internet; MENDONÇA (2010).

28. A FUNCEX é definida em seu site como “canal permanente e independente de comunicação entre o setor privado, a academia e o setor público, contribuindo para a difusão e circulação das idéias, a elaboração e discussão de propostas, o diálogo e a construção de consensos, em benefício da melhor qualidade das políticas públicas voltadas para o comércio exterior”. A Fundação foi instituída por um pool de empresas – bancos, sobretudo – tais como o BB, CEF, Vale do Rio Doce, Petrobras, Banco Itaú, dentre varias outras. www.funccex.com.br acessado em 15/07/2010.

Exemplifica essa permanente tensão a demissão do diretor-presidente da Empresa, Clayton Campanhola, em janeiro de 2005, pelo então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues²⁹. Matéria publicada no **Jornal do Comercio** lamentaria o episódio: “o sonho de ter a pesquisa agrop ecuária voltada para o interesse da nação e da massa popular acabou com a demissão de Clayton Campanhola (...). Campanhola **defendia a agricultura familiar e atacava os transgênicos**”³⁰. O episódio desnudava o conflito de interesses representado pelas distintas visões acerca da pesquisa agropecuária para os atores sociais ligados ao *agribusiness* e aqueles ligados à pequena produção, esta última privilegiada por Campanhola em oposição à Rodrigues, ferrenho defensor do agronegócio uma vez que a ABAG, por ele idealizada e proposta, refletia o interesse de grupos poderosos como a Monsanto, a John Deere, etc. (MENDONÇA 2010).

COMENTÁRIO CONCLUSIVO

Como fica patente, a Embrapa não implicou tão somente, como toda a sua documen-

tação parece querer nos convencer, em racionalizar atividades e gastos públicos em pesquisa agropecuária. Tampouco ela visou apenas dar consistência institucional à atividade. Ela foi instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional. Em face disso, padecia, em todo o período estudado, de uma contradição intrínseca: de um lado, era estrangida a desenvolver tecnologias agrícolas (os pacotes) que induzissem ao uso maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhoradas, etc.); de outro, este mesmo fator explica porque a empresa não foi capaz de desenvolver tecnologias distintas daquelas impostas pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo C. *Abrindo o Pacote Tecnológico – Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil*. São Paulo /Brasília: Polis /CNPq, 1986, 156 p.

BELOCH, I. & ABREU, A. *Dicionário históri-*

29. Roberto Rodrigues é paulista, agropecuarista e produtor de soja, cana, laranja em São Paulo e Minas; diretor da OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo); da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo, da SRB, Presidente da OCB (1985-91) e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp de Jaboticabal. É membro da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV) e da Fundação Bunge. É também presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e membro do Comitê Empresarial de Comércio Exterior do Itamaraty. Foi presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas e assessor de vários órgãos como a própria EMBRAPA, a International Food and Agribusiness Management Association, o World Wide Fund for Nature (WWF) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Recebeu a medalha de Mérito Científico e Tecnológico do Governo do Estado de São Paulo (2001) e a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo Federal (2002). Já representou a Agricultura no Conselho Monetário Nacional, Conselho Nacional de Política Agrícola, Conselho Nacional de Comércio Exterior e Conselho Empresarial de Competitividade. É membro eleito do Fórum de Líderes Nacionais e do Fórum de Líderes Mercosul da Gazeta Mercantil. Rodrigues é ainda vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), além de diretor da Ceres Consultoria S/C. Ltda. e da Prospectiva Consultoria Brasileira de Assuntos Internacionais, firmas ligadas ao agribusiness. Presidiu a Aliança Cooperativa Internacional (ICA) e vice-presidente da Organização das Cooperativas da América (OCA). Presidiu o Comitê para o Progresso e Avanço de Cooperativas (organismo internacional composto pelas Nações Unidas; Federação Internacional de Produtores Agrícolas e Organização Mundial de Cooperativas de Crédito). Por 16 anos consecutivos tem sido eleito líder empresarial agrícola em pesquisa realizada pelo Jornal Gazeta Mercantil www.abag.org.br (acessado em outubro de 2008)

30. Jornal do Comércio, 24-1-2005, grifos meus.

- co-biográfico brasileiro (1930-1993)*. Rio de Janeiro: FGV, 5 vol., 2000.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975, 361 p.
- BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. *Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A*. In: Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia. Barranquilla: s/Ed., 2007, pp. 345-60.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *A agricultura brasileira e a política nacional de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Escritório de Pesquisa e Experimentação, 1970, 133 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Relatório da Comissão de Alto Nível sobre a pesquisa agropecuária brasileira*. Brasília: Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, 1970, 34 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Programa Nacional de Pesquisa Agropecuária. Décima Primeira Reunião de Diretores da Pesquisa Federal*. Brasília: Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, 1973, 168 p.
- EMBRAPA. *A Nova República e o papel da pesquisa agropecuária*. Brasília: Embrapa, 1985, 40 p.
- FLORES FILHO, Murilo Xavier et alii.. *Pesquisa Agropecuária no Brasil*. Brasília: Embrapa/Secretaria de Administração Estratégica, 1991, 23 p.
- GASTAL, Edmundo da Fontoura. *O enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária*. Brasília: UnB (Dissertação de Mestrado), 1977, 230 p.
- JORNAL DO COMERCIO. Rio de Janeiro: 24-01-2005.
- JORNAL DO COOPERATIVISMO. Brasília: *Organização das Cooperativas Brasileiras*, 1980, 1984, 1985.
- INFORMATIVO OCB. Brasília: *Organização das Cooperativas Brasileiras*, 1983, 1989, 1990, 1991.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999, 199 p.
- _____. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 199 p.
- _____. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010, 299 p.
- _____. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no Brasil (1944 – 2005)*. Niterói, Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, 2011, 228 p.
- _____ & FONTES, Virgínia. *História do*

Brasil Recente. São Paulo: Ática, 6ª ed., 2006, 110 p.

PINTO, Raphaela Giffoni. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Niterói: PPGH-UFF (Dissertação de Mestrado), 2010, 125 p.

SCHLOTTFELDT, C B. 1991. *Difusão de tecnologia e extensão rural na Embrapa: reflexões conceituais e práticas*. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília: 8 (1/3), 1991, pp. 98-112.

www.abag.org.br (acessado em outubro de 2008)

www.fbds.org.br/img/ppt/doc-164.ppt (acessado em maio de 2010).

Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

CONHECIMENTO COMO PRODUTO SOCIAL: O DESENVOLVIMENTO DO ALGODÃO NATURALMENTE COLORIDO NA PARAÍBA

Valesca Marques Cavalcanti

RESUMO

A emergência da problemática ambiental e a importância das redes de produção, disseminação e apropriação de conhecimentos tornaram estratégica a reflexão sobre ciência, natureza e política na modernidade e suas repercussões na vida econômica, social e cultural. O desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido por pesquisadores vinculados a Embrapa Algodão, localizada no município de Campina Grande (PB), apresenta-se como caso privilegiado para a investigação dessas repercussões na agricultura. O objetivo deste artigo é aprender a construção social desta tecnologia, tendo como principal orientação teórica os trabalhos de Bourdieu sobre o campo científico. Busca-se demonstrar o forte vínculo entre ciência e política, bem como as tensões envolvidas nas alternativas construídas tecnicamente ao modelo de modernização agrícola, com a inserção de novos atores – agricultores familiares, principalmente – e novas formas de produção.

Palavras-chave: campo científico, ambientalismo, inovação técnica, agricultura

KNOWLEDGE AS A SOCIAL PRODUCT: THE DEVELOPMENT OF NATURALLY COLORED COTTON IN PARAIBA - BRAZIL

ABSTRACT

The appearing of environmental issues and the importance of networks of production, dissemination and appropriation of knowledge become strategic the reflection on science, nature and politics in modernity and its impacts on economic, social and cultural life. The development of the technology of colored cotton by researchers linked to Embrapa Algodão, located in the city of Campina Grande (PB), Brazil, is a privileged case for investigation of these impacts on agriculture. The aim of this paper is to learn the social construction of this technology, with the main theoretical orientation the Bourdieu's work on the scientific field. We seek to demonstrate the strong link between science and politics, as well as the tensions involved in technically built alternative to the agricultural modernization trends, with the inclusion of new actors – family farmers, mostly - and new forms of production.

Key words: scientific field, environmentalism, technical innovation, agriculture.

VALESCA MARQUES CAVALCANTI: Mestre em Ciências Sociais/UFCG. E-mail: valescacavalcanti@gmail.com.

Raízes, v.33, n.2, jul-dez / 2012

INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, as percepções sobre o papel a ser desempenhado pelas pesquisas científicas e pelas inovações técnicas no apoio ao desenvolvimento rural e às atividades agropecuárias têm passado por transformações importantes. Novas questões se apresentam para a produção do conhecimento nos centros de pesquisa associados ao desenvolvimento agrícola, imprimindo novos desafios aos pesquisadores. Dentro desta perspectiva, dois aspectos terão maior ênfase: a problemática ambiental e o atendimento aos agricultores familiares. Essas novas questões vão de encontro ao modelo concentrador da aplicação de políticas públicas e de modernização tecnológica da agricultura brasileira nas décadas passadas, em que se observava as ênfases sobre a produtividade e o atendimento a projetos de natureza capitalista, voltados aos grandes proprietários e favorecendo a concentração da terra e a exclusão social.

Outra discussão introduzida – fortemente associada à problemática ambiental – refere-se ao debate sobre o processo de globalização em que, paradoxalmente, passa-se a valorizar o local, fazendo emergir novas possibilidades para se pensar o desenvolvimento, em termos do local e da sustentabilidade. Os atores sociais são forçados a adotar novas estratégias de desenvolvimento rural, dando prioridade ao discurso ambiental. É neste cenário, em fins da

década de 1980, que se iniciam os esforços de desenvolvimento da tecnologia do algodão naturalmente colorido por parte de pesquisadores vinculados ao CNPA/EMBRAPA¹ (atualmente, chamada de Embrapa Algodão), localizada em Campina Grande – PB, embora o lançamento da primeira variedade para produção em escala comercial tenha ocorrido somente no ano 2000. O algodão colorido tornou-se, desde então, objeto de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares no semiárido nordestino, mobilizando um discurso e um marketing ligado à recuperação de uma atividade produtiva que foi a mais importante do semiárido nordestino por muitas décadas, agora associada às alternativas de convivência com as especificidades ecossistêmicas da região e de sustentabilidade ambiental.

A renovação do discurso sobre o desenvolvimento rural, com a inclusão da dimensão da sustentabilidade ambiental, esteve associada também ao debate sobre o papel da inovação tecnológica nos esforços de melhoria da qualidade de vida e das práticas produtivas entre as populações mais vulneráveis nos espaços rurais. Emerge, então, um modelo alternativo de inovação tecnológica que considere a necessidade de promover transformações sociais, através do desenvolvimento de “tecnologias sociais”. As chamadas “tecnologias sociais” deveriam procurar soluções para a inclusão social e da melhoria da qualidade de vida, apreendendo as inovações tecnológicas como construções

1. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, criado pelo governo federal em 1975, num contexto de exarcebamento da crise na produção de algodão no Nordeste.

sociais, que devem ser direcionadas ao atendimento das demandas locais.

Estas transformações resultam da crítica às concepções modernizadoras, realizada tanto no campo como nas cidades. Desta forma, na medida em que esses diferentes grupos e atores sociais questionam a modernização, a precariedade e as fragilidades do sistema aparecem com maior nitidez (ALMEIDA, 1999).

No Brasil, passa a predominar a proposição de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento rural² adotado, como também reorientar os contornos da intervenção do Estado e das políticas públicas. Segundo Moreira (2007, p. 180), “as questões contemporâneas da ecologia e do meio ambiente estariam associadas a um novo paradigma técnico e a uma nova ordem competitiva ainda não claramente explicitada nas esferas produtivas”. É nessa conjuntura que pesquisadores da unidade da Embrapa Algodão têm desenvolvido suas pesquisas sobre o algodão naturalmente colorido. Busca-se a redefinição de um modelo tecnológico, cuja competitividade garanta as condições de reprodutibilidade sustentável sociocultural, econômica e ambiental, no tempo e no espaço, cuja autonomia se assenta na interação, através de redes organizativas dos sistemas produtivos e dos produtores e através de políticas de desenvolvimento.

Neste artigo, temos como objetivo analisar as práticas e discursos técnico-científicos dos

pesquisadores da EMBRAPA/CNPA envolvidos com o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido, de modo a contribuir com a compreensão das relações entre a produção de conhecimento científico e tecnológico, as escolhas técnicas, a formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura na Paraíba e suas implicações sociais.

Desta forma, as tomadas de posição dos pesquisadores da Embrapa ao longo do desenvolvimento do algodão naturalmente colorido podem ser compreendidas ao inseri-los nos campos aos quais estão vinculados. Esse esforço metodológico e analítico, livremente inspirado na obra de Bourdieu (2004), será realizado neste artigo em etapas cumulativas: uma primeira aproximação, que toma a própria Embrapa Algodão como campo em que as práticas científicas são realizadas, e uma segunda aproximação, em que o campo científico encontra os outros campos ligados à cadeia produtiva do algodão colorido.

A pesquisa que fundamenta este artigo foi realizada para a elaboração de minha dissertação de mestrado, defendida em 2010, junto ao PPGCS/UFCG³. Compreendeu uma análise do campo científico da produção da ciência e da inovação tecnológica do algodão naturalmente colorido na Embrapa Algodão, além das conexões feitas com produtores e outros agentes da rede sociotécnica do algodão colorido na Paraíba.

2. Segundo Eid e Pimental (2005) “desenvolvimento rural” pode ser caracterizado como sendo uma ação previamente articulada, a fim de induzir mudanças num dado ambiente rural; ou, também pode ser analisado a posteriori, neste caso referindo-se às análises dos impactos dos programas já realizados pelo Estado em seus diferentes níveis na área rural.

3. Ciência, modernidade, tecnologia e natureza: Uma análise sobre o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba (CAVALCANTI, 2010)

O ALGODÃO NATURALMENTE COLORIDO

O algodão com fibras naturalmente coloridas já existe há cerca de 5.000 anos, nativo de uma ampla dispersão geográfica que engloba o Egito, Paquistão, China e Américas Central, do Norte e do Sul (VREELAND JUNIOR, 1993 *apud* SOUZA, 2000). Há também registros antigos da existência e utilização do algodão naturalmente colorido nas civilizações Inca e de outros povos antigos das Américas, África e Austrália (EMBRAPA, 2000).

A unidade Embrapa Algodão desenvolveu suas pesquisas sobre as variedades de algodão naturalmente colorido a partir do final da década de 1980. A primeira cultivar lançada foi a BRS 200 Marrom⁴, seguida pela BRS Verde⁵, BRS Safira⁶, BRS Rubi⁷ e BRS Topázio. Todas são indicadas para cultivo no Nordeste brasileiro.

As variedades naturalmente coloridas, de acordo com Souza (2000), foram conservadas em casas de vegetação por pesquisadores interessados em determinadas características genéticas, como resistência a pragas e doenças, sem, no entanto, incorporar melhorias na qualidade da fibra. No final dos anos oitenta,

algumas dessas variedades foram recuperadas. E assim, características desejáveis da fibra como comprimento, uniformidade, finura, resistência e manutenção da cor, entre outras, passaram a ser objeto de melhoramento genético no CNPA/EMBRAPA. O uso da fibra colorida significaria a supressão do uso de corantes na fase de acabamento do tecido, diminuindo o impacto ambiental no processo de tingimento, sendo apropriado para produção de tecidos ecológicos e orgânicos.

“Mas o algodão colorido não é, necessariamente, cultivado com métodos orgânicos” (MOHAMMADIOUN, GALLAWAY, APODACA *apud* SOUZA, 2000), podendo ser colorido e transgênico, como é produzido em alguns países, não sendo considerados aptos para produção de tecidos ecológicos, pois não obedecem aos padrões orgânicos de produção. Para ser considerado orgânico, o algodão, segundo Souza (2000, p. 92):

é cultivado dentro de um sistema que fomenta a atividade biológica, estimula a sustentabilidade e exige um manejo diferente do sistema de produção convencional. Os sistemas orgânicos dependem basicamente

4. É uma cultivar oriunda de algodoeiros arbóreos coletados na região Nordeste que mostravam fibra na cor marrom claro. (CARVALHO, 2006)

5. É uma cultivar de algodoeiro herbáceo que apresenta fibra na cor verde. A mesma é derivada do cruzamento de um material de fibra verde introduzido, com a CNPA 7 H (CARVALHO, 2006)

6. A BRS SAFIRA é uma cultivar de algodoeiro herbáceo que pode ser explorada na região Nordeste nos locais zoneados para este tipo de algodão. Ela é o resultado do cruzamento de um material introduzido de fibra marrom escuro e a CNPA Precoce 3. (CARVALHO, 2006)

7. A BRS Rubi é uma cultivar de algodoeiro herbáceo que pode ser explorada na região Nordeste nos locais zoneados para este tipo de algodão. Ela é o resultado do cruzamento de um material introduzido de fibra marrom escuro e a CNPA 7H. (CARVALHO, 2006)

de insumos naturais, contribuindo para a saúde do solo e das pessoas.

Em parceria com organizações públicas e privadas, a pesquisa agropecuária desenvolvida pela Embrapa deveria amparar o desenvolvimento da agricultura familiar a partir de um ponto de vista abrangente, favorecendo as tecnologias e os sistemas de produção à realidade local e interagindo com organizações locais e regionais de desenvolvimento, de acordo com Beltrão (2003). Nessa abordagem, deveria ser encontrado um equilíbrio dinâmico entre a tecnologia usada, os atores sociais e a natureza.

Especificamente na região do semiárido nordestino, a cultura do algodão naturalmente colorido se apresenta, segundo o discurso construído pelos pesquisadores da Embrapa (2004), como uma alternativa viável, sob os pontos de vista econômico, social e ecológico. O algodão colorido é visto como um produto diferenciado e, portanto, de maior valor agregado. A adaptabilidade das cultivares BRS 200 Marrom, BRS Verde, BRS Safira, BRS Rubi e BRS Topázio às condições de semiárido do Nordeste brasileiro deveria ser explorada principalmente por pequenos produtores organizados em cooperativas.

Como podemos notar no transcorrer do histórico do desenvolvimento do algodão colorido, os principais atores sociais na construção do discurso como um produto viável, diferenciado, foram os engenheiros agrônomos da rede oficial de pesquisa e extensão agrícola da Embrapa/CNPA, demonstrando que as decisões não são apenas tecnológicas, mas, sociopolíti-

cas, desta forma, não admitindo a universalidade e a neutralidade da ciência com verdade absoluta, mas se originando dos conflitos de avaliação dos riscos e benefícios tecnológicos. Assim,

nenhuma decisão pode ser puramente técnica, ou seja qualquer decisão é também e inseparavelmente política, tem efeitos na distribuição relativa de poder(ou bem-estar) entre as pessoas, mesmo que a relevância dos efeitos políticos possa variar amplamente. (MARQUES, 2005, p. 15)

Estima-se, na Paraíba, uma área total plantada com algodão naturalmente colorido de cinco mil hectares, envolvendo aproximadamente duzentos e trinta estabelecimentos rurais da agricultura familiar, nas mesorregiões do Sertão e da Borborema da Paraíba (BELTRÃO e CARVALHO, 2004). A cultura do algodão de fibra naturalmente colorida, no Brasil, é plantada por produtores do Nordeste, principalmente no Estado da Paraíba, e a cadeia produtiva desse tipo de algodão já vem funcionando há alguns anos, embora seja considerada restrita.

DILEMAS CIENTÍFICOS: ENTRE MODERNIZAÇÃO E CRÍTICA AMBIENTAL

O sucesso da agricultura moderna deve-se, principalmente, aos avanços científicos e às inovações tecnológicas empregados na produção

de alimentos e fibras. No entanto, esse sucesso poderá tornar-se insustentável, em longo prazo, devido à deterioração das condições que o tornaram possível, com efeitos negativos sobre a natureza, elevados custos sociais para a humanidade e perda de competitividade.” (BELTRÃO *et al.*, 2009, p. 09)

É com esta frase que Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, atual chefe geral da Embrapa Algodão, inicia (em coautoria com outros cinco pesquisadores) artigo intitulado “Algodão agroecológico: opção de agronegócio para o semiárido do Brasil”, publicado no número 222 da Série Documentos, em agosto de 2009. A frase e o título do documento nos ajudam a apreender as principais tensões que marcam o campo técnico-científico em que a tecnologia do algodão colorido tem sido desenvolvida a partir de finais da década de 1980.

Outro trecho, retirado da apresentação do texto acima mencionado, de autoria de Carlos Alberto Domingues da Silva, chefe adjunto de PD&I da Embrapa Algodão, ajuda a definir melhor essas tensões:

O manejo inadequado dos solos, aliado à destruição quase que completa da biodiversidade observada em áreas de monocultura em larga escala, são os principais responsáveis pela ruptura de processos ecológicos que levam à degradação das condições de produção, muitas vez-

es resultando em abandono da terra e busca de novas áreas. Na década de 1980, por exemplo, as áreas cultivadas com algodão na região semiárido do Nordeste apresentaram uma redução significativa devido ao surgimento do bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis* Boheman), ao aumento dos custos de produção e às inconstâncias climáticas da região. O retorno dos investimentos, mesmo dentro de programas específicos como o da agricultura familiar, não foram capazes de soerguer o algodoeiro na região. Por isto, a Embrapa algodão resolveu unir grupos de pesquisadores de várias áreas do conhecimento que compõem a cadeia produtiva do algodoeiro, visando disponibilizar informações que possibilitem substituir de forma gradativa a agricultura convencional praticada na região pela agroecológica, a qual poderá contribuir para a formação de uma nova cadeia produtiva de algodão que seja ecologicamente sustentável. (SILVA, 2009, p. 05)

Nestes dois excertos, podemos identificar, de um lado, a associação entre sucesso da agricultura moderna e avanços técnicos científicos, ao mesmo tempo em que se realiza uma crítica desta mesma agricultura moderna, que poderá tornar-se insustentável no longo prazo em virtude de seus efeitos negativos sobre a na-

tureza. A crítica ambiental da agricultura moderna, porém, é feita da perspectiva humanista (custos sociais para a humanidade) e liberal (perda de competitividade). A agricultura moderna, ainda numa perspectiva crítica, aparece associada à monocultura em larga escala, vilã da degradação da natureza. O título do documento expressa a tentativa de reconciliar estas tensões, ao unir num mesmo quadro de referência agronegócio e agroecologia.

Podemos, assim, identificar duas principais tensões: 1) entre as demandas da modernização agrícola e as demandas da preservação da natureza e 2) entre as alternativas sociais oferecidas pelo agronegócio e pela agroecologia (ainda que tenham em comum a crítica à agricultura convencional). A produção de ciência e tecnologia aparece, nos dois excertos, numa chave positiva, como instância de mediação e de reconciliação (a Embrapa une pesquisadores responsáveis por avanços científicos e inovações), capaz de contribuir para a formação de uma nova cadeia produtiva do algodão. Em termos gráficos:

agricultura convencional - crise da monocultura - degradação ambiental

em oposição a

inovação técnico-científica - sustentabilidade (do agronegócio ou agroecológica) - nova cadeia produtiva do algodão

As disputas geradas no espaço de produção científica na Embrapa Algodão estão dispostas por suas estruturas de relações objetivas (podemos falar também no quadro de tensões que acabamos de identificar) que, segundo Bourdieu (2004), é o que vai comandar os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos pelos quais os cientistas se interessam. Nos termos de Bourdieu, os princípios do campo.

O ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA

Chama a atenção, logo numa primeira observação sobre os pesquisadores envolvidos, na Embrapa Algodão, com o desenvolvimento da tecnologia do algodão naturalmente colorido, os cargos que têm ocupado na empresa nas duas últimas décadas. O pioneiro nesta linha de pesquisa, Eleusio Curvelo Freire, coordenador do grupo que lançou a primeira variedade de algodão colorido em 2000 era, no mesmo ano, chefe geral da Embrapa Algodão⁸. Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão e Luiz Paulo de Carvalho, coautores do artigo “Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e no estado da Paraíba”, publicado em 2004, na série Documentos da Embrapa Algodão, número 128, também ocuparam cargos importantes na instituição. Naquele ano (2004), Luiz Paulo de Carvalho era chefe adjunto de Pesquisa e De-

⁸. Eleusio Freire aposentou-se em 2005.

envolvimento, importante cargo na hierarquia da empresa. Napoleão Beltrão foi chefe geral entre 1994 e 1999, retornando ao mesmo posto em 2008, entre outros cargos assumidos.

São pesquisadores que apresentam uma trajetória exemplar no que diz respeito ao aproveitamento das vantagens iniciais na formação científica e acadêmica, redes de relações sociais e altos postos ocupados na empresa. Podemos citar como exemplo o próprio Napoleão Beltrão. Ele formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em 1972 e ingressou na Embrapa em 1974, tendo defendido dissertação de mestrado em agronomia pela Universidade Federal do Ceará, em 1976, na área de fitotecnia, com especialidade em fisiologia de plantas cultivadas. Concluiu doutorado em fitotecnia, área de concentração em fisiologia da produção, pela Universidade Federal de Viçosa (MG), em 1982. Fez ainda pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, da Universidade Federal de Campina Grande (PB). Tem três cursos de pós-graduação em gerenciamento de pesquisa e gestão de processos e gerência de competências, e um curso sobre a construção de cenários. É professor e orientador colaborador no Programa de Pós-Graduação em Agronomia, na UFPB, campus de Areia. Além de chefe geral, ocupou ainda na Embrapa Algodão os postos de coordenador do Programa Nacional do Algodão, Chefe Adjunto Técnico, Chefe Adjunto de P&D e Secretário

Executivo da Comissão de Programa 07 (Materias-Primas) por dois períodos⁹.

O que pudemos observar é que os pesquisadores que gozam de um prestígio científico e de um elevado capital de relações sociais participam de espaços sociais influentes que definem a distribuição do capital. Bourdieu (2004) afirma que o capital científico é um tipo particular do capital simbólico que incide no reconhecimento imputado por pares concorrentes no interior do campo científico.

Eleusio Curvelo Freire tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Paraíba, em 1971; mestrado em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal do Ceará, em 1976 e doutorado em Agronomia (Genética e Melhoramento de Plantas) pela Universidade de São Paulo, em 1985. Foi pesquisador da Embrapa no período de 1974 a 2005. Em 2006, após a aposentadoria, passa a atuar como consultor técnico-científico no programa de melhoramento do algodoeiro do Mato Grosso e abre sua própria empresa de consultoria. Entre 1997 e 2002, Eleusio Curvelo Freire trabalhou com melhoramento genético do algodoeiro colorido no Nordeste. Foi a partir desse projeto que a primeira variedade BRS 200, de cor marrom, foi desenvolvida. Inicialmente através de uma avaliação da produtividade e das características das fibras dos onze acessos de algodão arbóreo colorido existente no Banco de Germoplasma, assim, uma cultivar originária de algodoeiros arbóreos recolhidos

9. As informações sobre trajetórias acadêmicas foram recolhidas nos currículos dos pesquisadores mantidos no Sistema de Currículos Lattes, do CNPq.

na região Nordeste que mostravam fibra na cor marrom claro que é determinado por um par de genes dominante.

Conforme Freire (1999), no período de desenvolvimento da pesquisa da BRS 200, foram aplicados, aproximadamente, sessenta mil reais provenientes do CNPq e cem mil reais de recursos disponibilizados pela própria Embrapa, num montante total de cento e sessenta mil reais, concernente ao custeio de pesquisa. A esses recursos devem ser adicionadas as despesas relativas aos salários do pessoal envolvido, o que majora o custo total da pesquisa para trezentos e cinquenta e cinco mil reais, num período de dez anos.

A equipe, técnicos agrícolas e pesquisadores, envolvida na pesquisa da BRS 200, era formada por: Francisco Pereira de Andrade (pesquisador), João Cecílio Farias de Santana (pesquisador), Napoleão Esberard de Macedo Beltrão (pesquisador), Murilo Barros Pedrosa (estagiário), Antônio Rocha Guedes, Maurício José Rivero Wanderley, José Henrique de Assunção (técnico agrícola), Elenilson Saulo Batista Dantas (assistente de pesquisa, hoje supervisor do campo experimental de Patos) e Sergio Cobel da Silva.

Nesse primeiro grupo, Eleusio Curvelo Freire possuía expressivo capital, tanto no campo científico como na esfera política. Sua

Quadro 1 – Trajetórias acadêmicas dos pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido na Embrapa Algodão

Pesquisador	Graduação curso	Graduação Instit./ano	Mestrado Instit./ano	Doutorado Instit./ano	Ingresso na Embrapa
Napoleão E. de M. Beltrão	Eng. Agrônomo	UFRPE/1972	UFC/1976	UFV/1982	1974
Eleusio Curvelo Freire	Eng. Agrônomo	UFPB/1971	UFC/1976	USP/1985	1974
Joaquim Nunes da Costa	Eng. Agrônomo	UFPB/1978	UFPB/1989	----	1984
Luiz Paulo de Carvalho	Eng. Agrônomo	UVF/1975	UFV/1977	UFV/1992	1975
Francisco P. de Andrade	Eng. Agrônomo	UFPB/1980	-----	-----	1982
Odilon Reni R. F. da Silva	Eng. Agrônomo	UFPEL/1977	UFV/1983	Univ. Politécnica de Madrid 1993	1979

Fonte: Sistema de Currículos Lattes, do CNPq.

trajetória revela um elevado capital acadêmico, a circulação nacional e sua participação local como chefe geral da Embrapa Algodão e sua inserção na empresa desde a sua criação. Esta concentração dá ao agente privilégios nas deliberações coletivas e na avaliação dos resulta-

dos. Como também o grupo dominante do espaço de produção científica monta um aparato laboratorial para realizar estudos e pesquisas que será apoiado e alentado com um trabalho simbólico de reconhecimento do objeto de pesquisa pelos seus semelhantes que vai induzir a

legitimidade do entendimento por ela produzida. Pois, de acordo com Bourdieu (1983, p. 127), “não há ‘escolha’ científica (...) que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes”.

E nos referirmos ao campo científico na concepção de Bourdieu (1983) ao afirmar que:

(...) é o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao

sistema de posições políticas científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. (BOURDIEU, 1983, p. 126).

Esses pesquisadores passam a legitimar o seu objeto de pesquisa e a própria empresa, as alianças e os financiadores passam a auxiliar na divulgação e implantação de políticas públicas para onde as forças vão ser concentradas e de onde pode sair soluções para serem utilizadas junto à sociedade. Este grupo apresenta as lutas no espaço interior de produção científica em torno da definição legítima do objeto pesquisado e permite compreender as trajetórias no ambiente de produção científica que influenciam a formação do poder e no qual se dá pelo uso de propriedades acumuladas de formas distintas e que constituem um modo de dominação.

Quadro 2 – Capital Político e prestígio científico dos pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento da tecnologia do algodão colorido

	Nível do Pesquisador na estrutura da Embrapa	Chefe Geral da Embrapa Algodão	Supervisão e chefias	Professor	Prêmios mérito
Napoleão E. de M. Beltrão	III	X	X	X	X
Eleusio Curvelo Freire	III	X		X	X
Joaquim Nunes da Costa	---				
Luiz Paulo de Carvalho	III		X	X	X
Francisco P. de Andrade	---				
Odilon Reni .R. F. da Silva	III		X	X	X

Fonte: Sistema de Currículo Lattes, do CNPq.

Representam formas simbólicas de poder dentro do ambiente de pesquisa científica na Embrapa Algodão os prêmios por mérito recebidos pelos pesquisadores e concedem capital político e prestígio científico. Pesquisamos a titulação e os prêmios dos pesquisadores (QUADRO 2) envolvidos com o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido. O pesquisador Luiz Paulo de Carvalho recebeu em 2006 o Prêmio FINEP de Inovação tecnológica 2006 – Região Nordeste e destaque individual da Embrapa – Premiação por excelência. O pesquisador Eleusio Curvelo Freire em 1994 recebeu o título de Pesquisador do Ano no Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPQ/EMBRAPA), Embrapa; em 1998, o Prêmio Frederico de Menezes Veiga, Embrapa; em 2004 o título de Personalidade do Algodão Baiano, Associação Baiana dos Produtores de Algodão e, em 2006, o título de Personalidade do algodão do Brasil pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa. O pesquisador Odilon Reni R. F. da Silva em 1999 recebeu o prêmio RURALTECH - Mostra Internacional de Tecnologias para o Agronegócio; em 2001, recebeu novamente o prêmio Mostra Internacional de Tecnologias para o Agronegócio - Produtos e Processos, RuralTech; em 2004, o Prêmio Gerdau Melhores da Terra e, em 2005, o Prêmio V Congresso Brasileiro de Algodão. O pesquisador que tem maior acúmulo de títulos e prêmios é Napoleão E. de M. Beltrão, que recebeu em 1987 o Prêmio ANDEF de Manejo Integrado, da Associação Nacional de Defesa Agrícola; em 1992, o título de Pesquisador do Ano, Centro Nacional de Pesquisa do Algodão

(CNPQ/EMBRAPA); em 1993 igualmente recebeu o título de Pesquisador do Ano, Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (CNPQ/EMBRAPA); em 1996 o título de Cidadão Campinense, Câmara Municipal de Campina Grande; em 1997 o Prêmio Reconhecimento por Excelência, Embrapa e o título de Cidadão Paraibano, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; em 1998 o prêmio de Melhor Trabalho apresentado na área de Sensoriamento Remoto, Congresso Brasileiro de Meteorologia, Sociedade Brasileira de Meteorologia – SBMET; em 2004 o título de Colaborador da Instrução Militar, 31º Batalhão de Infantaria Motorizado e, em 2008 o Diploma de Reconhecimento: Categoria Técnico-Científica, modalidade Destaque da Unidade, EMBRAPA. Os demais pesquisadores que aparecem no Quadro 2 não apresentaram nenhuma premiação ou titulação em seus currículos e nem ocuparam nenhum cargo de direção e administração na Embrapa Algodão.

De acordo com Luiz Paulo de Carvalho (responsável pelo lançamento de quatro variedades de algodão naturalmente colorido), em entrevista concedida no dia 25 de maio de 2010, quando Eleusio Freire iniciou suas pesquisas foi alvo do descrédito de outros pesquisadores:

Só que ele tava trabalhando com aquilo e a gente [...] e eu não tava trabalhando com aquilo porque a gente [...] eu achava que num... não tinha muito futuro aquilo dali, né, já tava [...] chama algodão ganga, esse algodão, Minas Gerais, Bahia tem muito no interior. A gente achava

que aquilo dali não tinha perspectiva.

No ano de 2003, o próprio Luiz Paulo de Carvalho lançou uma nova variedade do algodão naturalmente colorido – o verde, uma cultivar de algodoeiro herbáceo. E, em 2004 ele lançou as variedades BRS Rubi e a BRS Safira - cultivares também de algodoeiro herbáceo que podem ser explorados na região Nordeste, nos locais zoneados para este tipo de algodão.

O pesquisador, em entrevista, ao se referir ao início de sua pesquisa em melhoramento genético com o algodão naturalmente colorido afirma:

(...) eu tinha um projeto já tava selecionando a verde também só que a verde eu demorei um ano, um ano e meio depois dele e lancei a verde. Ele lançou primeiro do que eu a BRS 200. Depois ele não trabalhou mais com o colorido e eu continuei.

Luiz Paulo de Carvalho também apresenta uma posição importante tanto no campo científico como na esfera política. Sua trajetória revela um elevado capital acadêmico, a circulação nacional e sua participação local como Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Algodão e sua inserção na empresa desde a sua criação. Ele foi inserido na Embrapa em 1975 logo após o término da graduação como engenheiro agrônomo e durante o período em que trabalha na empresa fez mestrado e doutorado (QUADRO 1) e ocupou vários cargos de direção e administração na Embrapa

Algodão. Vejamos um trecho da entrevista concedida em março de 2009:

Eu terminei meu curso de graduação em 75 lá em Viçosa, eu sou mineiro, e aí eu entrei na Embrapa logo no comecinho de 76. A Embrapa me mandou fazer mestrado, lá em Viçosa mesmo, fiz em melhoramento genético. Aí quando eu terminei o mestrado, a Embrapa, antigamente ela tinha (...), nesse 75/76 a Embrapa tava começando, então ela tava contratando muita gente (...).

Para o desenvolvimento da variedade do algodão BRS Verde, os pesquisadores que participaram da definição do manejo cultural foram: Luiz Paulo de Carvalho (pesquisador), Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão (pesquisador, atual chefe da Embrapa Algodão), Joaquim Nunes da Costa (pesquisador), Francisco Pereira de Andrade (pesquisador), Odilon Reni Ribeiro Ferreira da Silva (pesquisador chefe de Comunicação e Negócios da Embrapa Algodão na época da realização da pesquisa), Gildo Pereira de Araújo (na época da realização da pesquisa era supervisor do campo experimental de Barbalha – CE) e Isaias Alves (apoio técnico).

Na variedade BRS Verde, o pesquisador Luiz Paulo era bolsista do CNPq e também tinha parceria com escritório de negócios do Triângulo Mineiro – Embrapa SNT, Uberlândia. E a BRS Safira e Rubi tiveram apoio do Banco do Nordeste e do Ministério da Agricul-

tura.

As variedades do algodão naturalmente colorido lançadas no ano de 2004 foram as BRS Rubi e Safira e os pesquisadores envolvidos eram: Luiz Paulo de Carvalho, Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, Joaquim Nunes da Costa, Gildo Pereira de Araújo e Robson de Macedo Vieira (pesquisador).

A análise do desenvolvimento do algodão naturalmente colorido nos permite inferir que a estratégia de formação de grupos de pesquisa é importante variável na tomada de posição dos agentes que é conduzida pela disposição deles no espaço de produção. Assim, a posição do pesquisador reconhecido definiria as maiores oportunidades de sucesso na empreitada de legitimar objetos de pesquisa.

Nesse espaço de produção científica, a distribuição de poder entre dominantes e dominados se dá pela detenção, pelos pesquisadores, de capital acadêmico e pela distinção de suas trajetórias na própria Embrapa. Pelo que pudemos perceber, prestígio e notoriedade como pesquisador estão normalmente associados à detenção de capital político. Não é possível afirmar, com os dados que coletamos, se o prestígio acadêmico produz capital político, parecendo mais correto afirmar que capital acadêmico e capital político se reforçam mutuamente. As formas de ingresso na Embrapa definem, de partida, prestígios sociais diferenciados. Independentemente de títulos acadêmicos, um pesquisador sempre será hierarquicamente superior a um técnico, mesmo que este tenha conquistados títulos acadêmicos em sua trajetória. Para uma mudança de posição na

empresa é preciso que se faça outro concurso para o cargo de pesquisador.

Observemos um trecho da entrevista concedida em julho de 2009 pelo pesquisador José Janduí Soares, na época da realização da pesquisa, assessor da chefia geral da Embrapa Algodão:

Eu entrei na Embrapa em 1980, eu já estou velho, já. Faz tanto tempo. É uma história comprida, né. Terminei técnico agrícola, entrei no curso de biologia porque como técnico agrícola é... naquele tempo, acho que ainda hoje você não poderia ter ascensão para o quadro de pesquisador, né. Que é o último, digamos assim, eles consideram como a elite da empresa, né. E eu batalhei e aí fiz o curso de biologia. Eu terminando o curso de licenciatura dava direito de ensinar e também ascender ao pesquisador, né, quadro de pesquisador. Aí eu terminei. Entrei em 1982 e terminei em 1985 e em 1986 passei para o quadro de pesquisador.

A APLICAÇÃO DA CIÊNCIA AOS PROCESSOS PRODUTIVOS

A Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e criada para dinamizar as atividades de pesquisa relativas ao setor rural do país, em um banner exposto no laboratório de fibras, no setor de melhoramento genético da Embrapa

Algodão, sobre o seu desenvolvimento, coloca o seguinte:

VISÃO DO FUTURO

Ser um dos líderes da região tropical na geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a produção sustentável das culturas do algodão, amendoim, gergelim, mamona, pinhão manso e sisal.

Observa-se, neste trecho, o direcionamento do discurso, de modo a fortalecer as vantagens e benefícios da geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a produção sustentável das culturas, considerando os fatores sociais, econômicos e ambientais que atuam sobre a questão rural. Assim, se constata que a questão ambiental para a Embrapa Algodão, atualmente, vem acompanhada do discurso da inovação técnico-científica, da sustentabilidade do agronegócio ou agroecológica, formando uma nova cadeira produtiva.

A inovação aparece aqui, como observa Fontan, Klein e Tremblay (2004) como uma construção social, cuja produção e os efeitos dependem dos conflitos socioeconômicos e hierarquias local e global. Neste contexto, o território vai estabelecer a mediação dos arranjos produtivos de atores, organizações e instituições políticas, permitindo o surgimento de culturas específicas de inovação, mas não isolado ou independente de contextos mais globais.

Desse modo, mais recentemente, parte do processo de inovação intrínseco ao conjunto das práticas sociais e produtivas modernas e contemporâneas tem provocado um conflito entre as práticas tradicionais dos agricultores familiares e as novas práticas, não obstante todo o discurso de interação entre os técnicos e os produtores.

Em uma visita ao assentamento Margarida Alves, no município de Juarez Távora, em julho de 2009, acompanhada do técnico da Embrapa Algodão Waltermilton Vieira Cartaxo, supervisor da área de Comunicação Empresarial e Negócios Tecnológicos, e o Sr. Lindemberg Félix, representante da COEP¹⁰, fui visitar as plantações e ao chegar ao assentamento nos juntamos ao Sr. Rizeldo Nascimento, presidente, na época, do assentamento e, em seguida verificar como estavam as plantações. No primeiro momento houve observações sobre a não autorização de plantação de milho e girassol intercalados junto com o algodão. Em seguida, foi observado que em cada cova que era plantada o agricultor colocava muita semente, fato este que prejudicava o crescimento da planta e era preciso arrancar o excesso, contudo, na visão do agricultor este achava que quanto mais sementes plantadas maiores seriam os benefícios e por isso, resistia, apesar da orientação contrária, a arrancar o excesso de pés em cada cova plantada. O representante da COEP mostra aos agricultores que a quantidade de plantas por cova está acima do recomendado e vai retirando o excesso.

10. Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – COEP Rede Nacional de Mobilização Social.

Mas, em contraponto às inovações relativas ao melhoramento genético do algodão naturalmente colorido, o preparo da terra e a plantação da lavoura se dão de forma artesanal. Ao se produzir um produto diferenciado, o produtor local irá se interligar ao mundo global ao apresentar um produto adequado aos novos discursos agregados ao desenvolvimento sustentável. Segundo o representante da COEP, Lindemberg Félix, esses produtores já tinham parceria com três agentes comerciais que já compravam toda a produção, forneciam os sacos e os envios da pluma para as indústrias e também pagavam os técnicos vinculados às agências internacionais para atestar que o algodão era orgânico.

No Assentamento Margarida Alves, existe uma usina de descaroçamento, que faz parte do “Projeto: algodão, tecnologia e cidadania”. A usina conta com uma máquina de descaroçar de pequeno porte com cinquenta serras e uma prensa enfardadeira desenvolvida pela Embrapa Algodão, cujo objetivo era permitir aos pequenos agricultores produzir e beneficiar o algodão de forma associada e venderem as fibras diretamente para as fábricas e ficarem com as sementes que podem ser utilizadas para o plantio do próximo ano.

O pesquisador da Embrapa Algodão Odilon Reni R. F. da Silva, chefe de comunicação e negócios e pesquisador no setor de mecanização agrícola, na época da realização da pesquisa, em entrevista realizada em 21 de julho de 2009, afirmou que a pequena usina “possibilita ao pequeno produtor agregar valor a sua produção” e reafirma a importância do

equipamento para esses pequenos produtores dizendo que “é uma forma de facilitar a vida do produtor”. Mas, essa usina não é comprada diretamente pelos agricultores. É preciso formar uma cooperativa ou associação e requerer financiamento público. O pesquisador Odilon Reni ainda faz ressalvas para que a aplicação dessas novas tecnologias seja eficaz:

Logicamente que isso precisa de uma nova postura do produtor, ele tem que colher um produto limpo, ter zelo da sua lavoura, cuidar bem das pragas, ter conhecimento das pragas. Porque não se pode plantar algodão como se plantava antigamente. Hoje tem praga, doenças (..) Tem que se ter cuidado e um conhecimento da lavoura se não você está fadado ao insucesso. E o algodão colorido entrou nesse meio (...). Olha, o algodão colorido é para o pequeno produtor, outro nicho ta, o grande não produz algodão colorido e hoje esse algodão ta se desenvolvendo com possibilidades fortes, mas, tudo é voltado para o pequeno produtor. Os grandes produtores se plantassem algodão colorido tirava o espaço do pequeno.

Na usina ainda permaneciam armazenados alguns fardos de algodão e sementes. As sementes eram destinadas à alimentação das ovelhas, segundo o assentado que nos acompanhou em toda a visita. A usina necessitava de várias reformas. Os técnicos demonstraram preocupação e discutiram possíveis reformas no local.

Em visita a Campal, cooperativa em Patos, e durante uma entrevista com um técnico da Embrapa, questionei o que eles aproveitavam dos costumes tradicionais dos agricultores. Ele relatou que em nada e que trabalhavam com UDs¹¹, unidades demonstrativas, para que percebessem que a plantação realizada com as técnicas da Embrapa eram mais produtivas e, desta maneira, apesar da resistência inicial dos agricultores, conseguiam um bom resultado.

A Campal está integrada à cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido desde a primeira fase de experimento realizada por pesquisadores da Embrapa Algodão até o mais novo lançamento da variedade BRS Topázio. Em entrevista, o pesquisador Luis Paulo de Carvalho afirmou que a Campal participou de um edital fomentado pelo SNT Embrapa para multiplicar as sementes da nova variedade.

Ney José de Lima, técnico da Campal, ao falar da nova variedade em entrevista concedida em maio do corrente ano, informou que essa nova variedade do algodão naturalmente colorido é a mais produtiva de todas e que poderá no futuro ameaçar as outras variedades que têm produtividade por hectare inferior, ou seja, enquanto a nova variedade produz quatro mil quilos por hectares, às demais produzem apenas dois mil e quinhentos quilos por hectare, além da porcentagem de fibra que também é superior às outras variedades. Ele informou

que há uma área plantada na cidade de Bom Sucesso e que “inclusive essa área é da Embrapa. Eles terceirizam pra gente aqui da cooperativa pra gente plantar, colher, beneficiar e passar as sementes pra eles”.

A Embrapa Algodão fornece as sementes pra Campal, através de contrato e a Campal distribui para os agricultores também através de contrato. E compram toda a produção com o preço previamente estabelecido, assim, os produtores fazem o que eles chamam de ‘plantio casado, a quem vender e por quanto vender’. Em seguida, os agricultores entregam a produção a Campal e lá o algodão é beneficiado, ficando a semente para a Embrapa Algodão, que compra da Campal e a pluma fica com a Campal que vende para a indústria têxtil Ervest S/A e para a Malharia Limoeiro.

Quando questionado a respeito do apoio do poder público para financiar a produção do algodão colorido, Mario Lemos, Presidente da Campal, em entrevista concedida no dia 25 de maio de 2010, respondeu que “o banco não financia nada, pelo contrário, dificulta ao máximo o empréstimo para os agricultores” e ele relata também os problemas da burocracia e da morosidade do Estado para fornecer documentos e laudos, inviabilizando a produção do algodão naturalmente colorido orgânico.

Diferentemente do que acontece no assentamento Margarida Alves, os produtores da

11. As UD, unidades demonstrativas, é uma metodologia desenvolvida e aplicada pela FAO na Indonésia. Em 1999 o Ministério da Agricultura estabeleceu uma parceria com a FAO e a metodologia de transferência de tecnologia através das UDs foi aplicada na cultura de algodão na Região Nordeste do Brasil. Em seguida foi estabelecido uma parceria entre a Embrapa e o Banco do Nordeste no ano de 2000 que substituiu as UDs pelas UTDs, unidades de teste e demonstração/escola de campo e aplicada junto as Emater's, segundo a dados fornecidos pela Embrapa (2004) no documento 131.

região do Sertão da Paraíba têm um contrato de parceria com a Campal que realiza todo o beneficiamento da pluma e vende para a indústria. Já no assentamento eles possuem uma pequena usina de beneficiamento e vendem diretamente para as indústrias através da parceria com a COEP, que estabelece os contatos com os compradores.

A Embrapa Algodão, como detentora da patente das variedades do algodão naturalmente colorido BRS Rubi, Marrom, Safira, Verde e Topázio criou a logomarca “Algodão Cor Natural Embrapa” para identificar os produtos que tenham como matéria-prima a pluma de algodão naturalmente colorido proveniente das cultivares e vai servir como uma espécie de selo de garantia para evitar, no mercado, falsificações do produto. A Embrapa Algodão também criou um Comitê Local de Propriedade Intelectual – CLPI – composto por cinco membros, de acordo com informações retiradas do site da própria Embrapa Algodão. Já estão licenciadas¹² para utilizar a logomarca as seguintes empresas: Coopnatural / Natural Fashion (Cooperativa de Produção Têxtil Afins do Algodão do Estado da Paraíba), Algodoeiro Eco Fashion, Capuchos, Entre Fios, Rubra Rosa, D’Cotton, Francisca Gomes Vieira, Kairóz, Maria Xique, Virgulino e Casulo Arte Natural.

Visitamos a empresa Coopnatural, com sede em Campina Grande. Percorremos os setores da empresa acompanhados de uma funcionária que nos informou que a cooperativa

é composta por vinte oito cooperados e cada cooperada ocupa uma função diferente dentro da empresa. A presidente da cooperativa é a Sra. Maysa Gadelha. Trata-se de uma empresa que é parceira da Embrapa Algodão desde o lançamento da primeira variedade do algodão naturalmente colorido e difunde o discurso do ‘naturalmente social’. Esta cooperativa possui selo de certificação orgânica que a diferencia no mercado.

Em um relato feito pela presidente da Coopnatural, Maysa Gadelha, à TV Sebrae, em 2009, afirmou:

Nós somos a única empresa brasileira que tem a certificação da Embrapa. Foi uma solicitação nossa à Embrapa. A gente dizia sempre “esse selo foi feito para gente”. A gente tem esse contrato assinado com a Embrapa e a certificação do IBD de certificação orgânica e agora o Eco-Social e o Fair Trade. Vamos ter até o final desse ano [2009] quatro certificações.

Também na segunda festa da colheita do algodão agroecológico realizada em dezembro de 2009 na cidade de Remígio (PB), o discurso dominante apresentava o algodão naturalmente colorido como uma inovação tecnológica, produzido por agricultores familiares com práticas sustentáveis, com benefícios ecológicos

12. A lista de empresas licenciadas pela Embrapa Algodão para utilizar sua logomarca estão no site <http://www.cnpa.embrapa.br/clpi.html>, acesso no dia 26 de julho de 2010.

e vantagens econômicas e sociais. Nessa festa da colheita, a Coopnatural realizou um desfile com suas confecções tendo como modelos as agricultoras locais e também, no evento, foram apresentados repentistas locais num palco adornado com fardos de algodão colorido.

Em João Pessoa – PB, no dia trinta de maio de 2010, visitamos algumas lojas que comercializam os produtos confeccionados com o algodão naturalmente colorido no Mercado de Artesanato e na feirinha em Tambaú. Algumas lojas tinham produto de empresas certificadas pela Embrapa Algodão outras eram de fabricação própria. Quando questionamos o público que mais adquiriam os produtos confeccionados com o algodão colorido, recebemos algumas repostas como “os turistas gostam mais que os paraibanos”; “acham diferente”, “porque é um produto regional da terra”; “ficam encantados, não tem química nenhuma”. Ao analisar o discurso que permeia o algodão naturalmente colorido é possível identificar que o produto é adquirido por ser considerado um produto regional, diferente e para alguns ecologicamente correto e seus maiores consumidores são turistas.

Como pudemos observar faz parte, além da Embrapa Algodão, da cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido na Paraíba: agricultores familiares, EMATER, o Governo do Estado, o Projeto Dom Helder Câmara, COEP, SEBRAE, FINEP, AS-PTA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Campal, indústrias têxteis, artesãos, pequenos empresários, enfim, a cadeia produtiva e os seus diversos atores sociais são muitos.

A Embrapa Algodão é o lugar da produção da inovação como também atua no financiamento e na mediação. Porque os próprios pesquisadores da Embrapa Algodão vão para o campo fazer extensão, ainda que tenha a EMATER como extensionista.

A cadeia produtiva do algodão naturalmente colorido é extensa. Para a produção da semente a Embrapa Algodão, empresa detentora da patente das variedades brasileiras, terceiriza e realiza contrato com alguma cooperativa cadastrada junto ao departamento responsável da empresa, atualmente, a Campal é a fornecedora da semente da nova variedade do algodão naturalmente colorido, a BRS Topázio. O cultivo das variedades do algodão naturalmente colorido é realizado por agricultores familiares no sertão da Paraíba e por pequenos agricultores dos assentamentos Queimadas, localizado em Remígio (PB); e Margarida Alves, localizado em Juarez Távora (PB), dentre outros. O beneficiamento do algodão colorido no Sertão paraibano é feito pela Campal, em Patos; e, em alguns assentamentos, é feito através de uma mini usina de descaroçamento desenvolvida pela Embrapa, em parceria com a COEP. A fiação desse algodão colorido na Paraíba é feita pela Entre Fios (fábrica artesanal cujos tecidos tem um acabamento mais rústico), a Têxtil Ervest S.A, além de outras fábricas como a Malharia Limoeiro, localizada em Pernambuco, YD Confecções, localizada em São Paulo. A fábrica Matesa é uma das poucas malharias na Paraíba que trabalham com o algodão colorido e a Entre Fios produz tecidos artesanais. A confecção das roupas é realizada por diversas fábricas e

cooperativas, como a Coopnatural/Natural Fashion, a Algodoeiro Eco Fashion, Capuchos, Entre Fios, entre outras. E dessas empresas cadastradas apenas a Coopnatural tem a certificação orgânica do IBD, EcoSocial e Fair Trade. Essas empresas vendem seus produtos para os outros Estados brasileiros e algumas exportam para o exterior. Também os produtos do algodão naturalmente colorido são vendidos em feiras de artesanatos, agroecológicas. Em João Pessoa, elas são vendidas na feirinha de Tambaú, no mercado de artesanato de Tambaú e em algumas lojas padronizadas. Essas empresas utilizam como estratégias de venda para o algodão colorido o discurso do regional, o diferente, o novo, o ecológico e o comércio justo¹³.

Em uma entrevista concedida ao programa Globo Rural¹⁴, no dia cinco de agosto de 2007, a presidente da Coopnatural, Maysa Gadelha, relatou:

A diferença de preço entre o produto no campo e o produto pronto, já a peça pronta, é em torno de 4.000%. Quer dizer, se a gente vende o produto sem ele estar completamente terminado a gente está deixando de ter essa renda aqui para dentro do Estado e para dentro das empresas também.

No debate desse movimento social, o comércio justo, o algodão naturalmente colorido na Paraíba através da cooperativa Coopnatural é acompanhado por uma forma de certificação em que o discurso enfatizado do aspecto social-econômico no processo de produção da inovação tecnológica como algo “moderno” e atrelado a agricultura orgânica é uma forma personalizada de organização do mercado, que procura garantir a vinculação da ética do lucro pela da qualidade do produto e do meio ambiente, contudo, a diferença do valor pago aos agricultores familiares, produtores do algodão naturalmente colorido, parece incompatível com o discurso difundido pelo movimento social do comércio justo e quando o preço cobrado por cada produto vendido pronto pode ter um acréscimo de até quatro mil por cento (mesmo que esse dado seja fantasioso, é importante revelar as contradições do discurso, em que a defesa da agregação de valor choca-se com a bandeira do comércio justo).

O campo da inovação ao que parece é muito mais amplo do que o da ciência e se conectar com várias estratégias de expansão. A publicidade que permeia o algodão naturalmente colorido é acompanhada dos discursos contemporâneos de convivência com o semiárido, do desenvolvimento de tecnologias sociais sustentáveis, ecologicamente prudentes e socialmente justas, e ainda alimenta o imagético

13. De acordo com Wilkinson (2006) comércio justo é um movimento social com objetivos variados, convergentes e conflitantes, que busca uma equidade no comércio internacional e contribui para o desenvolvimento sustentável. E que está atrelado a várias ONGs, empresas que procuram estabelecer meios para equilibrar e melhorar as condições socioeconômicas dos pequenos produtores e proteger o meio ambiente.

14. <http://globoruraltv.globo.com/GRural/0,27062,LTO0-4370-294638,00.html>

dos produtores paraibanos de retomar a grande produção de algodão do século passado. O trecho da reportagem exibido na TV Paraíba, primeira edição, no dia 19 de maio de 2010, nos mostra um pouco desse discurso ao afirmar que “toda produção é feita sem agrotóxico que garante o aspecto ecológico. A expansão do negócio contribui para retomar a tradição da Paraíba em algodão”.

As análises, apresentadas neste capítulo, mostram algumas tensões no campo técnico-científico em que a tecnologia do algodão naturalmente colorido tem sido desenvolvida. E como a atividade científica está interligada dentro de suas próprias instituições e com o mundo exterior. Também a inovação tecnológica vai surgir como uma possibilidade para atender as demandas da modernização agrícola e as demandas da preservação da natureza, mediando a formação de uma extensa cadeia produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de desenvolvimento de cultivares do algodão naturalmente colorido na Embrapa Algodão expressa as complexas conexões entre desenvolvimento científico e tecnológico e políticas de desenvolvimento rural. Neste artigo, procuramos enfatizar as reflexões sobre a produção da inovação em instituições de pesquisa oficiais como parte do processo social, isto é, as inovações tecnológicas e a ciência não têm autonomia em relação à sociedade.

A experiência de pesquisadores da Em-

brapa Algodão no desenvolvimento do algodão naturalmente colorido a partir de finais da década de 1980 permitiu apreender a importância das redes sociotécnicas e do entrecruzamento do campo científico com o campo das políticas públicas para o meio rural, para compreender processos de inovação.

Chama a atenção, principalmente, a influência do discurso ambiental e o papel protagonista dos pesquisadores no caso estudado. Em que pese o debate sobre tecnologias sociais e a compreensão mais refinada sobre processos de inovação nas sociedades contemporâneas, em particular para fins produtivos no meio rural, pesquisadores vinculados a redes oficiais de pesquisa no Brasil – mesmo quando trabalhando com agricultores familiares – são atores fundamentais, e a análise de suas práticas e dos vínculos com outros atores que estabelecem em seu fazer científico precisa ainda ser aprofundada.

A ciência e a tecnologia são instrumentos de desenvolvimento e definição econômica de hegemonias e de formas de vínculos sociais, instituindo interdependências. As inovações tecnológicas como a do algodão naturalmente colorido são construídas socialmente, sendo assim os interesses políticos, econômicos e outros influenciam não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas também seu processo de desenvolvimento.

Por fim, ficou claro ao longo do desenvolvimento deste trabalho que a aplicação da ciência aos processos produtivos tem não apenas a referência das relações sociais como também da cultura técnica vigente num dado

território e reflete os direcionamentos das políticas públicas e, no caso analisado, também as preocupações ambientais. Acreditamos que o trabalho levanta questões e apresenta caminhos de reflexão e pesquisa produtivos para futuros desenvolvimentos e que, neste sentido, constitui-se uma contribuição para os estudos sobre produção de conhecimento científico e tecnológico no Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. (1999) *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

BELTRÃO, N. E. de M. (2003) *Breve história do algodão no nordeste do Brasil*. Embrapa, Campina Grande.

BELTRÃO, N. E.M et CARVALHO, L. P. (2004) *Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e no Estado da Paraíba*. Campina Grande: Embrapa Algodão. (Embrapa Algodão. Documentos 128)

BELTRÃO, N. E.M; SILVA, C. A. D.; BASTOS, C. S.; SUINAGA, F. A.; ARRIEL, N. H. C. e RAMALHO, F. S. (2009) *Algodão agroecológico: opção de agronegócio para o semi-árido do Brasil*. Campina Grande: Embrapa Algodão. (Embrapa Algodão. Documentos 222)

BOURDIEU, P.(1983) *Sociologia*. São Paulo:

ática.

_____. (2004) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____.(2004) *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp.

_____.(2004) *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.

CARVALHO, L. P. de. (2006) *Cultivo do algodão herbáceo na agricultura familiar*. Disponível em: D:\geral\mestradoo\teses Unicamp\Cultivares.mht. Acesso em 2010.

CAVALCANTI, V. M. (2010) *Ciência, modernidade, tecnologia e natureza: Uma análise sobre o desenvolvimento do algodão naturalmente colorido na Paraíba*. Campina Grande: PPGCS/UFCG, Dissertação de Mestrado.

EID, F. e, PIMENTEL, A. E. B. (2005) *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. In LIANZA, S, ADDOR, F. (org.). *Tecnologia e desenvolvimento Social e Solidário*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS.

EMBRAPA ALGODÃO. (2000) *Distribuição, coleta, uso e preservação das espécies silvestres de algodão no Brasil* por FREIRE, E.C., Campina Grande.

EMBRAPA ALGODÃO. (2004) *Algodão colorido no Brasil, e em particular no Nordeste e*

no Estado da Paraíba por BELTRÃO, N. E. de M. e CARVALHO, L. P. de, Campina Grande. EMBRAPA. (2006) Sugestões para formulação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica.

EMBRAPA, *Empresa Brasileira de Agropecuária*. Disponível em: <http://www.embrapa.br>. Acesso em 2009 e 2010.

FREIRE, E. C. (1999) Algodão colorido. biotecnologia ciência & desenvolvimento, v.1, n. 9, p.36-39.

FONTAN, J. M., KEIN, J-L et TREMBLAY, G. (2004) *Innovation et société : pour élargir l'analyse des effets territoriaux de l'innovation*. Lavoisier | Géographie Économie Société. Vol. 6 , pages 115 à 128. http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=GES&ID_NUMPUBLIE=GES_062&ID_ARTICLE=GES_062_0115. Acesso em 2010.

MARQUES, I. da C. (2005) *Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos*. In LIANZA, S, ADDOR, F. (org.). Tecnologia e desenvolvimento Social e Solidário. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS.

MOREIRA, R. J. (2007) *Terra, poder e território*. São Paulo: Ed. Expressão Popular.

SILVA, C. A. D. (2009) Apresentação. In: Beltrão et al., *Algodão agroecológico: opção de agronegócio para o semi-árido do Brasil*. Campina Grande: Embrapa Algodão. (Empra-

ba Algodão. Documentos 222)

SOUZA, M. C. M. de. (2000) *Produção de algodão orgânico colorido: Possibilidades e limitações*. Informações Econômicas, SP, v.30, n.6.

VREELAND, M. Jr.(1999) *The revival of colored cotton scientific*. Scientific American. Vol. 280.

WILKINSON, J. (2006) *Fair trade moves centre stage*; Rio de Janeiro, setembro de 2006.

Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

ETNICIDADE, CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS TERRITORIAIS EM ÁREAS DE INCIDÊNCIA DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTÁVEL

Renata Medeiros Paoliello

RESUMO

O Vale do Ribeira, região recoberta pela última área contínua de Mata Atlântica, portanto alvo da legislação preservacionista e do controle ambiental, recortada por mosaicos de áreas de preservação sobrepostas a diferentes modalidades correntes de ocupação e uso da terra e dos recursos, apresenta-se como locus privilegiado de emergência de conflitos de interesses, orientações e práticas quanto à atividade econômica, agrícola e não agrícola, particularmente nas distintas áreas de incidência de políticas de reconhecimento de direitos territoriais – remanescentes de quilombos, terra indígena e assentamento PDS. O objetivo do artigo é o de entender, em cada contexto, como e se está-se incorporando uma visão conservacionista como valor e como estratégia, articulada à etnicidade e à tradicionalidade, para atualizar esses espaços sociais.

Palavras-chave: sustentabilidade, territorialidade, desenvolvimento.

ETNICITY, ENVIRONMENTAL CONSERVATION AND TERRITORIAL RIGHTS IN AREAS REACHED BY SOCIAL AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT PROGRAMS

ABSTRACT

Ribeira Valley, a region covered by the last continues area of the Atlantic Rain Forest in São Paulo State, in Brazil, is thus a preservation law and environmental control target, is now configured as locus where emerge conflicts concerning economic and agricultural activities, particularly in places where befall public policies recognizing territorial rights – quilombo remnants, indigenous lands and sustainable development settlements. The research's aim is to understand, considering each of these contexts, if and how a conservationist focus is assumed as a value and a strategy, connected to ethnicity and traditionality, in order to actualize these social spaces.

Key words: sustainability, territory, development.

RENATA MEDEIROS PAOLIELLO: Prof. Assistente do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. E-mail: paoliello@fclar.unesp.br; reluz8@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira de Iguape, onde se inserem os contextos aqui em foco – as áreas remanescentes de quilombos, o assentamento PDS do Guapiruvu e a terra indígena de Piaçaguera – e região considerada sempre em crônico descompasso com o desenvolvimento do agro paulista (MULLER, 1980) tem sido marcado pela recorrência de tensões e conflitos em virtude da indefinição histórica de seu perfil fundiário. Em meados dos anos 1980, ocorrem intervenções estaduais e do INCRA para a regularização fundiária e a aplicação do novo Plano Nacional de Reforma Agrária. Simultaneamente, aí incidem duas novas injunções: a retomada dos projetos de construção de quatro hidrelétricas no Ribeira¹, já aventados nos anos 1960, e a incidência da legislação e das novas agências preservacionistas, nesta que é a região que contém a última e maior área contínua de Mata Atlântica do país. A primeira destas injunções motivará a articulação do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), organizado a partir da ação da Pastoral da Terra (Rosa, 2007), que agregará as demandas dos remanescentes nas áreas que se concentram precisamente onde se construirão as hidrelétricas. Com relação à segunda, a partir dela se consolida uma nova ordenação do território, clivada pela legislação ambiental, conformando a gama de áreas protegidas, que confinam o ter-

ritório quilombola do médio Ribeira.

A região do Ribeira se configura, portanto, em momentos distintos de incidência de políticas de desenvolvimento, de interesses mineradores, energéticos, imobiliários, conservacionistas e turísticos. Sempre pautada por uma percebida carência, em particular por parte dos pequenos produtores, de acesso legal à terra, de alternativas produtivas, de mercado, especialmente o de trabalho, e de acesso aos bens disponíveis para o conjunto social, como educação, saúde e participação política, constitui-se como um contexto de relações marcado pela presença recorrente e sobreposta de múltiplas agências, públicas e privadas. Coloca-se, nesse contexto, a demanda de políticas especiais vistas como capazes de abrir possibilidades e alternativas, entre essas, a de incorporação de critérios culturais e/ou étnicos.

OS QUILOMBOLAS

As áreas que integram o “território quilombola” do médio Ribeira encontram-se em diferentes momentos do processo de reconhecimento, identificação e titulação, nos termos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do Decreto estadual 9757/97, que impõe a titulação coletiva da terra em nome das associações de moradores, constituindo um direito indivisível

1. Estão envolvidos aí interesses da Companhia Energética de São Paulo, empresa pública, e da Companhia Brasileira de Alumínio, do Grupo Votorantim, instalada na região. Hoje, o projeto de barragem é conduzido pela CBA. As barragens são quatro: Batatal, Funil, Itaoca e Tijuco Alto.

e inalienável².

O problema empírico que motiva a reflexão é o da recorrência, nesses contextos, de disputas entre moradores, relacionadas a tomadas de posição distintas, em particular quanto a direitos territoriais diferenciados, envolvendo inclusive o parcelamento e a negociação da terra, especialmente nas áreas ainda não tituladas. Emergem, assim, tensões entre o novo direito e práticas jurídicas “costumeiras”. A incidência desse novo direito, interpretado pelos mediadores externos como fundamentado na “terra comum”, sobre a territorialidade corrente, maleável, organizada na linguagem do parentesco, que distribui diferencialmente os direitos, vem, então, fazendo reemergir uma conflitividade entre moradores, cuja origem está na venda de parcelas de posses herdadas a estranhos que, em virtude da imprecisão das divisas, em vários casos introduziram processos de grilagem. O novo direito, ao esvaziar, do ponto de vista legal, disputas fundiárias anteriores, assegura a retomada da terra, e, ao mesmo tempo, para ser efetivado, demanda a ação das agências de mediação, públicas ou privadas, cujas práticas organizativas e discursivas veiculam o modelo comunitário e associativo (ROSA, 2007).

Tal modelo, ao ser identificada uma área quilombola a partir da autoatribuição, esta

identificação é acionada nos confrontos entre moradores para desqualificar pretensões e direitos daqueles que são considerados negociadores da “terra de herança”, introdutores de grileiros e descomprometidos com a comunidade e com os projetos coletivos. Nessas situações, pode-se lançar mão da aliança externa, em particular com a agência religiosa ligada à Pastoral da Terra, para reivindicar o território, ou, por outro lado, contar menos com seu apoio para o reconhecimento. Esse conflito pode se manifestar agudamente, chegando a determinar a reabertura dos trabalhos de identificação, como no caso dos vizinhos São Pedro e Galvão, cujas terras pertencem a parentelas ligadas por ascendência comum em relação ao fundador de seus direitos. O conflito precede a incidência do artigo 68, tendo origem na venda de uma parcela, por um morador do Galvão, que introduz um “fazendeiro” na área. No processo de identificação, os moradores do São Pedro indicam como a eles pertencentes áreas de expansão de lavouras e sítios, que os do Galvão entendem como deles. Questionados, os primeiros alegam que o patrimônio é coletivo, não cabendo mais a individualização de parcelas, recusando o conjunto de direitos “costumeiros”. Excluem também da associação de moradores, que agrega a princípio os dois bairros, os moradores do Galvão, apontados como “palmiteiros”, não

2. O Decreto estadual nº 9757, de 1997, em seu artigo 2º, estipula que o direito territorial dos remanescentes é coletivo e titulável em nome das associações de moradores, sendo ainda indivisível e inalienável. As áreas reconhecidas e tituladas são Ivaporunduva, São Pedro e Pedro Cubas, em Eldorado, Pilões e Maria Rosa, em Iporanga. As reconhecidas, mas ainda não tituladas, são Galvão, Sapatu, André Lopes, Pedro Cubas de Cima, em Eldorado, Nhunguara, entre Eldorado e Iporanga, Praia Grande e Porto Velho, em Iporanga. Na baixada, encontram-se na mesma situação Mandira, em Cananéia, e Morro Seco, em Iguape. No alto Ribeira, Cangume, em Itaoca.

agricultores, interessados apenas em usufruir os benefícios do esforço e dos projetos comuns (CARVALHO, 2006).

A incidência legal fixa, portanto, as fronteiras de um território “móvel”, até então regularmente organizado por práticas que combinam uso comum e apropriação individual e familiar, cuja gênese se refere ao ancestral que funda o grupo de parentes e herdeiros (GODOI, 1999). Essas fronteiras se fecham, ainda, pela inserção dessas áreas entre três Parques Estaduais³, limitando não só a expansão das áreas, mas também os usos correntes dos recursos naturais e as técnicas de cultivo. Diante dessa nova situação conflitiva, cabe problematizar as articulações entre a emergência do critério étnico como condição de acesso a um território coletivo e uma ruralidade cujas fronteiras com os processos urbanos são presentemente difíceis de demarcar, em face da intensificação das trocas econômicas, políticas, culturais, tornando permeáveis fronteiras e reconfigurando a relação rural/urbano (CARNEIRO, 2008; FAVARETTO, 2007).

A autoidentificação étnica tende a tornar-se estratégica, não só para a garantia dos direitos territoriais, mas também à do conjunto dos direitos que a acompanham. Este é o contexto propício à emergência de uma multiplicidade de práticas que podem expressar projetos individuais, familiares ou coletivos distintos, quanto a cada uma das demandas acima apon-

tadas, e muitas vezes em confronto, configurando processos políticos cujo alcance ultrapassa o local, redefinindo constantemente alianças e oposições, e retecendo redes sociais (BARNES, 1987; BOISSEVAIN, 1987; PAOLIELLO, 2007). A redefinição dessa “ruralidade” liga-se, em suma, ao fato de que esses contextos negros incorporam novas práticas e valores, ao agirem através de instituições complexas de regulação de seus territórios e de novas formas de acesso e uso dos recursos, e ao reorganizarem suas relações ampliando seus circuitos. A tendência, assim, é a pulverização dos interesses e conflitos até recentemente ligados basicamente à posse e ao uso da terra. A revalorização das tradições e das relações com o meio ambiente adquire novas significações e se converte em capital político, num contexto de relações heterogêneas.

Tendo em vista essas relações ampliadas, cabe discutir, brevemente, a etnicidade que concretamente se incorpora. Ou melhor, trata-se da conversão do direito à terra em direito territorial de grupos que, se “tradicionalmente” enunciam suas relações pela linguagem do parentesco, agora agregam a estas relações o critério étnico. Em suma, a partir do reconhecimento legal do direito à terra, a pertença étnica autoatribuída por um grupo que se pensa como ligado por parentesco, define-se um processo de reorganização social, ou seja, de territorialização, implicando na reconfiguração de uma unidade sociocultural pelo estabelecimento de

3. São eles o Parque Estadual de Jacupiranga, o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.

uma identidade étnica diferenciadora, na constituição de mecanismos políticos especializados - as associações de moradores e as articulações ao Movimento dos Ameaçados por Barragens -, na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, na reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 26). Mais uma vez então se coloca, na ordenação do território, a presença do Estado, em concreto do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que ao mesmo tempo assegura a demanda e fecha a terra. Em outras palavras, trata-se de uma nova situação em que se devem traduzir dinâmicas locais que operam com territórios maleáveis para um sistema legal que exige fronteiras fixas (ANJOS, 2005). É precisamente nessas situações concretas de efetivação do direito previsto no dispositivo constitucional que os conflitos se objetivam, envolvendo interesses em concorrência.

OS ÍNDIOS⁴

Entre Itanhaém e Peruíbe, situa-se uma grande área vegetada, que já foi alvo de mineração de areia e cujo domínio é reivindicado por um espólio. É onde se localiza a aldeia de Piaçaguera. Peruíbe, em particular, contendo em seu território boa parte da área da Estação Ecológica Juréia-Itatins, é alvo de controle ambiental, de modo que em oposição a isto ali se

aglutina uma parte dos interesses locais “desenvolvimentistas”, a partir de 2006, aliando-se à empresa LLX, interessada na construção do chamado Porto Brasil, destinado ao atracamento de supercargueiros e armazenagem de containers. O porto consistiria num enorme píer adentrando o mar, precisamente a partir da área de Piaçaguera. A atuação dos prepostos dessa empresa, objetivando a retirada das famílias indígenas, explorou o faccionalismo e os conflitos entre parentelas, acirrando-os. Em Piaçagüera, onde o posto de cacique não é hereditário, sua escolha envolvendo jogos de prestígio e influência, vários índios aceitaram as negociações com os empresários precisamente por se oporem a outros neste jogo, alimentados pela insegurança em relação à mediação da FUNAI e à crença de que serão expulsos. A autorização para a construção do porto não foi concedida. No entanto, o questionamento do direito dos índios permanece em curso, de certo visando, se não mais liberar a terra para o porto, fazê-lo para as imobiliárias.

O ponto central da controvérsia, no que toca à institucionalização da terra indígena, é relativo, portanto, à natureza, tradicional e permanente, da ocupação, nos termos do artigo constitucional 231. Segundo Oliveira (1998), a atribuição do território, conforme a legislação indigenista contemporânea, antiasimilacionista, ao lado de propiciar afirmações culturais diferenciadoras, padroniza o modo

4. As considerações aqui desenvolvidas sobre a Terra Indígena Piaçagüera, localizada nos municípios de Peruíbe e Itanhaém, baseiam-se no estudo complementar ao relatório de identificação de 2002, realizado pela equipe coordenada pelo antropólogo Edmundo Peggion, em 2008.

de vida “tradicional” de índios em reservas, como condição do reconhecimento e da tutela, independentemente da diversificação histórica dos grupos, nos moldes de uma “indianidade” genérica, cujos componentes são a estrutura política e o ritual, definindo-se três papéis organizativos: chefe, pajé e membros do conselho, e exigindo-se a expressão de descontinuidades culturais relativamente à população regional. Pode-se notar que essa estruturação política, tal como apropriada pelos índios de Piaçaguera, influi na dinâmica do grupo em situações de disputa territorial e, inferindo-se dos argumentos do autor, entender que este padrão de tradicionalidade e continuidade é incorporado pelos índios nos termos da dinâmica histórica de suas relações com o conjunto social, ressignificada em situações como a de Piaçaguera. Para analisar o processo presentemente vivido, então, cabe abordar como isso ocorre a partir da reconstrução de uma identidade étnica que se expressa por uma “mistura” específica: “tupi-guarani”, que justifica a reivindicação territorial, e que para isso relê um passado.

Em meados dos anos 1980, a reserva de Bananal, de onde vieram os índios de Piaçaguera, era constituída por índios tupi-guarani, mbya, mestiços e brancos. A saída de algumas famílias da aldeia do Bananal para Piaçagüera aconteceu após conflitos políticos e religiosos, envolvendo a disputa pelo posto de cacique. O chefe da aldeia do Bananal foi con-

frontado pelo ex-chefe porque este entendia que ele queria impor a religião evangélica na aldeia, fator responsável pela divisão dos grupos. Foi em decorrência desses conflitos que em 2001, um grupo, acrescido dos que viviam em bairros periféricos da cidade desde sua primeira expulsão de Piaçagüera pela empresa mineradora, saiu para reocupar o antigo território considerado indígena, formando assim a atual aldeia de Piaçagüera. Reconhecida como uma terra indígena, chamada de “aldeia velha”, Piaçagüera é referência para os índios que vivem na região. A Terra Indígena de Piaçagüera, com 2795 hectares, é composta por duas glebas, A e B, a primeira próxima à orla, e a segunda, do outro lado da rodovia. As glebas são habitadas por quarenta e cinco famílias, apenas duas delas na gleba B, para onde se transferiram também por divergências com relação à homologação da terra. Os índios se identificam como tupi-guarani, porque resultam de casamentos entre as duas etnias. A “mistura” acontece também com outras etnias e com brancos, mas são os casamentos entre tupi e guarani aqueles que fundam a etnia tupi-guarani.

A identidade tupi-guarani diz respeito a parentelas específicas do litoral que se consideram descendentes dos tupi da costa. A formação de aldeias tupi-guarani, nos últimos anos, configura-se como uma retomada de territórios considerados de ocupação tradicional por grupos que reivindicam sua ascendência tupi⁵. Os

5. Até pouco tempo, as aldeias do Estado de São Paulo eram conhecidas como compostas por guaranis, divididos em dois subgrupos: mbya e nhandéva ou xiripá (SCHADEN, 1962, 2). Segundo Schaden, nhandéva é a autodenominação de todos os guarani e significa “os que somos nós”, “os que são dos nossos”. Nhandéva é, dessa forma, um termo genérico utilizado por todos os guarani. Já xiripá é a designação da qual fazem uso principalmente os mbya, quando se referem ao outro grupo guarani habitante do litoral (LADEIRA, 2001). Xiripá é o nome dado à antiga veste de um grupo guarani, feita de embira, diferente da dos mbya que era de algodão. Hoje, xiripá ganhou um novo significado, o da mistura, e é empregado de maneira depreciativa. Assim, alguns índios com ascendência guarani não se identificam com o termo nhandéva e se valem de outra designação, tupi-guarani.

guarani são vistos pelos tupi-guarani como índios mais conservadores, que preservam melhor sua cultura evitando a mistura com os não índios. Também apontam que os guarani migram mais, diferente dos tupi-guarani, que não mudam de aldeia em aldeia como os mbya. Os tupi-guarani apresentam uma dinâmica particular, que interliga suas aldeias por vínculos genealógicos, incluindo aqueles que vivem nas cidades. Estabelecer-se em Piaçaguera, então, parece carregar o sentido de constituir, a partir da reterritorialização institucionalmente aberta, um território específico para aqueles que têm vivido no trânsito entre a vida urbana, suportada pela inserção precária no mercado de trabalho, particularmente produzindo e vendendo artesanato aos turistas ou fazendo “bicos”, e o trabalho agrícola, em especial nos bananais da região. Território este que potencialmente assegura o acesso a direitos não só culturais, mas a saúde, transporte, escolarização, etc.

OS ASSENTADOS DO GUAPIRUVU

O antigo bairro do Guapiruvu, hoje assentamento nos moldes de reserva de desenvolvimento sustentável (PDS)⁶, tem em comum com as áreas de remanescentes, não a condição

étnica, mas o fato ter-se constituído, já no século XIX, como área de posse. Além disso, situa-se, como aquelas, vizinho ao Parque Estadual Intervales, e dentro da APA Serra do Mar. Desse modo, a solução institucional para os intensos conflitos ali vividos também com “fazendeiros” que se introduziram a partir da compra de posses como estratégia de grilagem sobre terras devolutas, foi a desapropriação para reforma agrária e sua reconfiguração territorial como assentamento PDS em 2005 (BERNINI, 2009). As presenças do INCRA e do ITESP, além de agências ambientalistas, entre elas a Vitae Civilis, bem como da Pastoral da Terra, que já apoiava a organização dos moradores na luta pela terra antes da desapropriação, e a inserção de algumas lideranças da associação e da cooperativa na política municipal, remodelam as relações locais, no que toca à particularidade de um assentamento agroambiental, pautado por um projeto de desenvolvimento sustentável cujos pilares são a agroecologia e o manejo dos recursos florestais, o extrativismo regulado aliado à agricultura familiar. Incide sobre ele, assim, o discurso institucional, configurando-o como “comunidade tradicional”, termo que supõe o vínculo entre esta e seu ambiente natural pela via de um saber que é considerado o fator da conservação deste ambiente e, portanto,

6. Nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pelo Decreto nº. 9985/00, definem-se duas categorias de unidades, as de conservação integral (Parques, Reservas, Estações Ecológicas), e as de uso sustentável, que admitem populações humanas (reservas extrativistas e reservas de uso sustentável, caso do Guapiruvu, além das APAS, áreas de proteção ambiental que se conformam como unidades de gestão). A constituição desse projeto piloto de assentamento no Guapiruvu tem como base legal o Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e o Decreto 477/1999, que define nova estratégia de reforma agrária para a Amazônia, considerando comunidades em relação diferenciada com o meio ambiente.

é a justificativa de seus direitos territoriais.

No entanto, tal como para os remanescentes, essa “tradicionalidade”, em concreto, define-se num processo histórico em que se incorporam às práticas dos moradores tanto a agricultura comercial, com todos os problemas com que esta se apresenta aos pequenos agricultores do Ribeira (ausência de créditos de custeio, baixa produtividade e escoamento deficiente), como a atividade complementar às rendas insuficientes, a extração ilegal do palmito Jussara. Ela envolve ainda a movimentação dos moradores em busca de outras atividades (VINCENT, 1997), delineando redes de relações que ultrapassam o espaço local e a atividade agrícola (BARNES, 1997; BOISSEVAN, 1997), configurando expectativas e demandas, em parte frustradas na condição de assentados, que não se conformam à orientação institucional que entende a autonomia na terra em termos de diversificação produtiva, autoconsumo, trabalho familiar, segurança alimentar e geração de renda a partir da inserção em âmbitos específicos do mercado. No caso específico de um projeto piloto de assentamento agroambiental, tudo isto feito de acordo com os princípios e técnicas agroecológicos, sem insumos químicos e defensivos.

Como mostra Bernini (2009), os problemas para a execução do modelo vão desde limites climáticos e de solo ao cultivo dos produtos

convencionais, como a banana, carro-chefe da produção regional, em moldes agroecológicos e de manejo, gerando descrença nas inovações, queda de produtividade e renda, levando a recaídas na extração do palmito, até rearranjos da organização territorial, com a retomada da divisão em lotes, reconfigurando as “posses” de antes do assentamento, atualizando-se assim o modo corrente de organização territorial⁷. É nesse processo que, formulando estratégias em resposta à ordenação institucional do espaço, que veta as derrubadas para boa parte da área do assentamento, os “históricos”, posseiros nativos ou antigos, localizam-se em suas próprias “posses”, convertidas em lotes, já abertas, restando aos “extras”, assentados novos, áreas de mata, de uso ainda mais restrito, só passíveis de manejo. Quem pode, porque dispõe de terra agricultável em seu lote, diante da insuficiência na implementação do plano de uso sustentável, persiste nas práticas agrícolas convencionais. A “comunidade” se reinventa, portanto, nessa tensão entre a incorporação local do plano de desenvolvimento sustentável e as definições institucionais de como deve operar.

CONCLUSÕES

O contexto histórico em que se inserem quilombolas e índios é de incorporação na eco-

7. Esta é uma adaptação significativa, já num segundo momento de implantação do PDS, em relação ao modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pensado para populações amazônicas, cuja relação com a terra é diversa da dos sitiantes do Ribeira, não demandando a individualização de parcelas.

nomia e na sociedade regionais, e em que suas fronteiras se tornam mais permeáveis, principalmente em razão de distintas e sucessivas intervenções reordenando o território. Diferentes fluxos culturais, anteriores à atual tutela político-administrativa, afetam seus processos culturais e conformam um conjunto de problemas fundiários e relativos ao desenvolvimento econômico e social, bem como problemas ambientais, constituindo o contexto de relações interétnicas que expressa o processo de territorialização, no caso dos negros rurais, com base na cor da pele, distintiva de uma origem escravizada, e para escapar à condição de “cativos” da terra, e, no dos índios, de desterritorialização/reterritorialização. Territorialização, de acordo com Oliveira (1998), é a atribuição estatal de um território fixo a um grupo, a demarcação de fronteiras (BOURDIEU, 1989). Nesse processo, produzem-se territorialidades específicas, como conjuntos de práticas que entrelaçam parentesco e terra. Não são fixas, ao contrário, são dinâmicas territoriais que se exprimem como mobilidade, e, como tal, são enunciadas – afirmadas ou negadas situacionalmente - em alguns discursos. Do ponto de vista da condição histórica desses grupos, ela tem sido a condição de sua existência e atualização, já que a precariedade de seus direitos torna decisiva a capacidade de deslocar-se, sustentada pelas redes faladas na linguagem do parentesco, e de suas ligações com outras redes sociais e políticas, abrindo possibilidades de reconstrução recorrente de seus espaços físicos e sociais.

Os quilombolas a compartilham com

outros grupos rurais, atualizando o ato fundador do patrimônio: não é só a herança no lugar já ocupado, mas o direito, como membro de um grupo genealogicamente referido, de avançar para o “comum”, o “sertão”, a área de expansão que integra esse patrimônio. Incorporando a nova identidade, instauradora de tensões ao fixar o território, organizam seus conflitos pela oposição entre esta e sua territorialidade móvel (ANJOS, 2005). Os tupi-guarani especificam seu modo de mover-se, tanto como um retorno à “aldeia velha” como enquanto uma dinâmica periódica de visitas a parentes, reforçando laços e unindo o grupo, que se pensa como resultado da aliança entre duas etnias. O privilégio dado a essa aliança assume caráter político preciso, configurando-se como uma troca envolvendo vários planos da vida sociocultural: a busca de solução para sua desterritorialização histórica encontra resposta a partir do contato com os guarani, que torna possível diminuir tanto as uniões endogâmicas como as exogâmicas, com os brancos, que tendem a desterritorializá-los. A reposição dessas uniões preferenciais atravessando gerações parece controlar, assim, a “mistura”, definindo o pertencimento étnico específico, e assegurar ao mesmo tempo uma mobilidade que permite re-fundar seu território.

Essas territorialidades maleáveis, móveis, não podem ser pensadas, portanto, como singulares, atemporais, essenciais (OLIVEIRA, 1998, p. 22, n.11). Elas reorganizam as relações e reiteram vínculos culturais, linguísticos, morais e emocionais entre pessoas cujos interesses podem ser muito diversos, na relação com o mac-

ro contexto, conformando a teia de microrrelações de força localizada. Índios e quilombolas subjetivam, assim, a construção político-administrativa de si como objeto étnico, apropriado e ressignificando nos termos de seus valores morais e políticos, seja incorporando-o, seja, no limite, recusando-o. A etnicidade está perpassada por escolhas, nas quais pode construir-se e exprimir-se a experiência de si, eventualmente traduzida em discursos coletivos: aceitação do território comum ou reivindicação de gestão autônoma do próprio direito; assunção de uma unidade ético-política tupi-guarani ou sua recusa, inclusive para fundar outro território. É a partir dessas possibilidades de subjetivação que se tece o diálogo com a institucionalidade político-jurídica, que se expressam as relações com as lutas sociais em curso (GOLDMAN, 1998, p. 74-75).

Nessas redes sociopolíticas localizadas, pudemos observar conjuntos de relações, faladas na linguagem de categorias que organizam alianças e oposições em movimento. Entre elas, a “comunidade tradicional” articulada à conservação ambiental, que se conforma como capital político e elemento de distinção nas relações com as agências institucionais e com outras agências. A nova configuração territorial é percebida como espaço de conflitos e de relações desiguais, neste contexto regional impactado pela agenda conservacionista, cujas prescrições levam à redefinição das expectativas quanto à produção agrícola, já antes percebida como precária, especialmente para os pequenos agricultores. A pauta da sustentabilidade se articula à questão da etnicidade. O dis-

curso do desenvolvimento sustentável é incorporado, então, como justificativa do direito à terra convertida em território, e do acesso aos demais direitos que o acompanham. Este não é, assim, espaço de consenso, como se nota nas apropriações assimétricas do poder que circula nas redes, inclusive na rede ambientalista e esta parece ser uma das razões pelas quais as demais se refazem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Os quilombos e as novas etnias* In LEITÃO, Sérgio (org.). Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo. Documentos do ISA, nº 5. 1999.

ANDRADE, Tânia (org.). *Quilombos em São Paulo*. São Paulo. ITESP. 1997.

_____. *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo. ITESP. 2000.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas* In LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis. ABA/NUER, 2005, pp. 89-112.

ARRUTI, José Maurício. *Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras – estudo de caso na comunidade do Cangume (Vale do Ribeira – SP)* In Prêmio Territórios Quilombolas. Brasília. MDA/NEAD. 2007, pp. 230-269.

BARNES, J. A. *Redes Sociais e Processos Políticos* In BIANCO, Bela F. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, 1987, pp. 159-193.

BERNINI, Carina Inserra. 2009. *De Posseiro a Assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção do Assentamento Alves Teixeira e Pereira*, Sete Barras-SP. São Paulo. FFLC/USP, pp. 167, dissertação de mestrado em geografia.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões* In BIANCO, Bela F. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, 1987, pp. 195-223

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação*. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região e A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico In *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro. DIFEL/Bertrand Brasil, 1989, pp. 107-132 e 209-254

_____. *Campo do Poder e Habitus de Classe* In *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 1987, pp. 3-25.

CARNEIRO, Maria José. *'Rural' como categoria de pensamento*. Ruris 02 (01). Campinas. Ed.UNICAP/MDA/NEAD, 2008, pp. 09-38

CARVALHO, M. Celina Pereira de. *Bairros Negros do Vale do Ribeira: do "escravo" ao*

"quilombo". Campinas. IFCH/UNICAMP, 2006, pp. 199, tese de doutoramento em ciências sociais, antropologia social.

CUNHA, Luiz. H. *Da "tragédia dos comuns" à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais*. Raízes (23) 1-2. Campina Grande. UFCG, 2004, pp. 10-26.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma História Indígena*. In: *História dos Índios no Brasil*. São Paulo Companhia das Letras, 1992.

FAVARETTO, Arilson. *A Longa Evolução da Relação Rural-Urbano* – para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. Ruris 01(01), CERES/IFCH/UNICAMP, 2007, pp. 157-190

FAVREAU, L. *Théories et Stratégies de Développement au Sud: itinéraire de 1960 à aujourd'hui*. Cahiers de la Chaire de Recherche du Canadá en Développement des Collectivités, série pratiques économiques et sociales n. 32, 1-29, 2002, janvier.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória* – cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas. EDUNICAMP, 1999.

GOLDMAN, Marcio. *Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa e Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões* In *Alguma Antropo-*

logia”. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1999, pp. 21-37 e 93-122

LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. São Paulo. USP, tese de doutorado, 2001.

LAMARCHE, Hughes. *A Agricultura Familiar*. Campinas. EDUNICAMP, 1997.

LA VALLE, Adrian. *Cidadania, igualdade e diferença*. Lua Nova, nº 59. CEDEC, São Paulo, 2003.

LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo. Edusp. 1995.

MARTINS, Rodrigo C. *Descrição e Prescrição no Desenvolvimento Rural*. Ruris. CERES/IFCH/UNICAMP, 03 (01), 2009, pp. 71-101.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Guarani e a História do Brasil Meridional – Séculos XVI-XVII* In CUNHA, Manuela Carneiro da (org) *História dos índios do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

MULLER, Geraldo. *Estado, Estrutura Agrária e População: Ensaio sobre Estagnação e Incorporação Regional*. Cadernos CEBRAP. Petrópolis. Vozes/CEBRAP, nº 32. 1980.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Apontamentos sobre os Guarani*. Revista do Museu Paulista, Nova Série, v.8, São Paulo. 1954.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. “*Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais*”. *Mana*, 1(4).

PAOLIELLO, Renata Medeiros. 2007. “*Remanescentes de Quilombos: redes sociais e processos políticos*”. *Perspectivas*. São Paulo. EdUNESP, v. 32, pp.127-159.

ROSA, Leandro da Silva. 2007. *Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB)*. 168 pp. Araraquara. FCL/UNESP, dissertação de mestrado em sociologia.

QUEIROZ, M. Isaura Pereira de (org.). 1967. *Vale do Ribeira: Pesquisas Sociológicas*. São Paulo. DAEE/USP. Relatório de Pesquisa.

SCHADEN, Egon. 1962. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo. Difusão Européia do Livro.

_____. 1962. “*Caracteres específicos da cultura Mbya-Guarani*”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.11, n. 1e2.

SCHNEIDER, Sérgio. 2003. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre. UFRGS/PGDR

SEN, Amarthia. 2000. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo. Companhia das Letras



SIGAUD, Lígia. 1992. “*Para que serve conhecer o campo*” In MICELI, Sérgio (org). *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo. Ed. Sumaré/IDESP, pp. 30-42

VINCENT, Joan. 1987. “*A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes*”. In: BIANCO, Bela. *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, pp375-402.



Raízes

v.33, n.2, jul-dez / 2012

O RURAL NA HISTÓRIA. EUCLIDES DA CUNHA, JOSÉ VERÍSSIMO E FERREIRA DE CASTRO: TRÊS NARRATIVAS AMAZÔNICAS.

Eli de Fátima Napoleão de Lima

RESUMO

O artigo analisa três narrativas constitutivas do imaginário brasileiro sobre a Amazônia, com ênfase especial na obra de Euclides da Cunha (1866-1909). Seus escritos amazônicos são tratados como narrativas que, carregadas de “literaturidade”, criticam e reproduzem a ideologia de sua época. Narrativas que inauguram, indicam e estabelecem um vasto campo para interpretações futuras da Amazônia. Através da comparação com José Veríssimo (1857/1916) e Ferreira de Castro (1898/1974), perscrutamos outras obras e visões que têm a Amazônia como cenário.

Palavras-chave: História, Narrativa, Literatura, Interpretação, Amazônia.

THE RURAL IN THE HISTORY - EUCLIDES DA CUNHA, JOSÉ VERÍSSIMO AND FERREIRA DE CASTRO: THREE AMAZON NARRATIVES.

ABSTRACT

The article analyzes three constitutive narratives of the Brazilian imaginary on Amazon, with special emphasis on Euclides da Cunha (1866-1909) work. His Amazonian writings are dealt as narratives charged of “literaturidade”, which criticize and reproduce the ideology of his time. Narratives that inaugurate, indicate and establish a wide field for future interpretations of the Amazon. By comparing with José Veríssimo (1857/1916) and Ferreira de Castro (1898/1974), we watch over other views that have the Amazon as scenario.

Key words: History, Narrative, Literature, Interpretation, Amazon.

ELI DE FÁTIMA NAPOLEÃO DE LIMA: Professora Associada III do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/DDAS/ICHS/UFRRJ.

Raízes, v.33, n.2, jul-dez / 2012

INTRODUÇÃO

Este artigo é um excerto de minha Tese de Doutorado intitulada “História e narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia”, voltada para a análise das diversas narrativas constitutivas do imaginário brasileiro sobre a Amazônia, com ênfase na obra de Euclides da Cunha (1866-1909) - narrativa consagrada sobre os sertões nordestinos e sobre a Amazônia - atentando para os sentidos histórico-culturais, literários e políticos de sua obra. Narrativa que inaugura, atinge, estabelece um vasto campo para interpretações e investidas futuras da e na região.

Assim, é na perspectiva de considerarmos a Amazônia dos escritos de Euclides da Cunha como parte de uma vasta história de especulações sobre a Hiléia e suas experiências, que o consideramos precursor das concepções futuras da região, muito evidenciada na polarização Inferno / Paraíso, visando apreender o significado dessa dicotomia, por ele enfatizada, para melhor entender as diversas investidas sobre a região. Como contraponto, trazemos as concepções de José Veríssimo e Ferreira de Castro.

Torna-se importante frisar que o texto se insere no âmbito de uma trajetória de pesquisa marcada pela preocupação com as possibilidades interpretativas das relações História/Literatura, especialmente tendo em conta a questão de em que medida, e com que cautelas, ensaios e, sobretudo, ficções, apesar de sua relativa autonomia estética, podem ser lidos como documentos ou estudos sociais e históricos. A questão crucial, nessa perspectiva, não seria

definir o que é literatura, o que é narrativa, ou qual a diferença entre uma e outra, mas, o que é a história e como os textos e a compreensão que temos deles se relacionam com a história. Para Fredric Jameson é antiquada a *interpretação* que continua perguntando ao texto o que ele significa, quando poderia ser perguntado como ele funciona (JAMESON, 1992).

Se entendermos tanto literatura quanto narrativa como produção cultural, a proposta de Jameson torna-se esclarecedora: a narrativa é um ato socialmente simbólico.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Muitos foram os trabalhos aos quais recorreremos e que nos serviram como uma espécie de guia, mas estivemos trabalhando basicamente com três autores: Terry Eagleton, Edward Said e Fredric Jameson.

A abordagem de Terry Eagleton parece-nos de grande valia quando se utiliza da definição de literatura como escrita “imaginativa”, como ficção, escrita que não é literalmente verídica, para perguntar: “o fato de a literatura ser a escrita ‘criativa’ ou ‘imaginativa’ implicaria serem a história, a filosofia e as ciências sociais não criativas e destituídas de imaginação?” Para Eagleton, há necessidade de uma abordagem absolutamente diferente. A literatura pode ser definida não por ser ficcional ou “imaginativa”, mas pelo emprego da linguagem de forma peculiar.

Tal definição de literário foi proposta

pelos formalistas russos, como Vitor Sklovski, Roman Jakobson, Osip Brik, Yuri Tymyanov, Boris Eichenbaum e Boris Tomashevsky. Por que essa definição nos interessa especialmente? Porque, para esses autores, o caráter literário provinha das relações *diferenciais* entre um tipo de discurso e outro, o que não era uma característica perpétua. Não se tratava de definir a literatura e sim a literaturidade — “os usos especiais da linguagem — que não apenas podiam ser encontrados em textos literários, mas também em muitas outras circunstâncias exteriores a eles” (EAGLETON, 1997, p. 07).

Desta feita, acreditamos ter chegado próximo ao que intentamos: tratar os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (notadamente os que estão inseridos em *À Margem da História*, 1909) como narrativa, relato de sua experiência sobre e na região, narrativa esta que, carregada desta “literaturidade” — que critica e reproduz a ideologia de sua época (como missionário do progresso) — inaugura, indica, atinge, estabelece um vasto campo para as interpretações futuras de Amazônia.

Estivemos sempre imbuídos de que devemos estar basicamente atentos para as condições de produção do texto — quadro institucional, aparelho ideológico no qual ele se inscreve, representações que a ele subjazem, conjuntura política, relação de forças, efeitos estratégicos procurados, etc. Lemos a obra individual de Euclides da Cunha, assim a nordestina como a amazônica, como diria Edward Said em outro contexto,

inicialmente como grandes frutos

da imaginação criativa ou interpretativa, e depois mostrá-las como parte da relação entre cultura e império. Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica... (SAID, 1995, p. 23)

Temos clareza que Said trabalha, privilegiadamente, o romance. De qualquer forma, assim como examina o romance como uma forma cultural que julga ter sido de “enorme importância na formação de atitudes, referências e experiências imperiais” (SAID, 1995, p. 02), pondero que a narrativa euclidiana da Amazônia também exerceu enorme influência na formação de atitudes, referências e experiências “imperiais” na região.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO

Em que possa pesar imprecisões de ordem conceitual, estaremos aqui tomando sertão, selva, natureza, terra, como partes constituintes do que reconhecemos como rural ou, ainda, mundo rural. Por outras palavras, e evidentemente, não estaremos nos referindo às capitais amazônicas, notadamente Belém e Manaus.

Do *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, no tocante ao grupo de escritores que teriam contribuído para a formação de uma literatura regionalista da Amazônia, consta:

Em síntese decerto imperfeita, poder-se-ia dizer que suas produções literárias representam ou refletem, de um lado, o sentimento de inferioridade ou de humilhação do Homem, como que esmagado pelas forças da natureza, nessa terra amazônica que – no dizer de um observador – ‘amedronta e cansa pela monotonia invariável do grandioso’, e de outro lado funcionam como documento social e humano, enfocando situações e tipos ligados principalmente às indústrias básicas da região como a pesca, a extração do cacau e a atividade nos seringais. (MASSAUD e PAES, 2011, p. 41)

Trocando em miúdos: a personificação da terra como inimigo a ser vencido é um fato. Dificilmente se encontrará quem tenha conseguido escapar do arquétipo inferno ou paraíso que teve quatrocentos anos de repetição para consolidar-se (MALIGO, 1985). Excetuem-se, poucos, que empregaram a metáfora criticamente, como Márcio Souza, que observando o poeta Elson Bacellar, afirma que este “não tem

nojo da selva, está familiarizado com a sua anarquia de vida e morte”¹.

O que gostaríamos de destacar é que a personificação da natureza como um inimigo a ser vencido, mais do que evidenciada em Euclides da Cunha (1866/1909)², foi seguida por outros autores e apropriada pela burocracia do Estado preocupada em buscar uma “identidade” para a Amazônia.

A prática do povoamento da região pela colonização no Império seguida da emigração “espontânea” de nordestinos continuou na República Velha e não se interrompe: nos anos 1970/80, o migrante mandado, por exemplo, para Rondônia, em ônibus alugados pelo Governo era o degradado contemporâneo, aqueles que na sua terra de origem “representava um empecilho à ordem econômica que favorece o regime da grande propriedade” (MALIGO, 1985, p. 86).

Na prosa amazônica de Alberto Rangel, Gastão Cruls e Peregrino Júnior se evidencia que a ideologia da conquista embota, não permite que o escritor veja o degradado como ele, realmente, é. Tomemos como um exemplo o caso de Peregrino Júnior³ que retrata com cuidado os costumes, as paisagens e o linguajar da Amazônia, o que não o exime de estereótipos. De todo modo, a preocupação com o caráter documental de seus escritos é relevante. No en-

1. Apud MALIGO (1985, p. 85).

2. Euclides da Cunha segue para a Amazônia “longínqua” representando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil na condição de Chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, na fronteira Brasil/Peru, cujos resultados iriam dar base ao Tratado de 1909 que fixaria os limites do Brasil com o Peru, no Acre, recém anexado ao Brasil (missão realizada em 1904/5).

3. Puçanga (1929), Matupá (1933), Histórias da Amazônia (1936) e A Mata Submersa (1960) e os contos “O Paroara” e “O Gapuiador”.

tanto, o escritor está marcado por símbolos, já desgastados, “característicos” da Amazônia.

A caracterização da região como espaço sem lei; a imagem de luta incessante, do isolamento, do luto, do dilúvio, do silêncio, da escuridão; e, a denúncia social realizada pelas referências ao exilado (Amazônia como lugar de exílio), constitui o modelo ou o protótipo dos textos sobre a Amazônia gestados em princípios do Século XX. Nem tudo, contudo, obedece a essa denominação, como se verá mais adiante.

A narrativa euclidiana da Amazônia está carregada de pessimismo. A natureza é adversária do homem e o progresso ali pretendido só seria possível em um “futuro remotíssimo”. Quando indicamos que as fontes da narrativa euclidiana sobre a Amazônia, estudadas como parte dos preparativos da expedição (ou para a operação de campo), são constituídas em grande parte por viajantes estrangeiros, marcados pelo *assombroso*, pelo *exótico* e, principalmente, pela imagem de missão e fardo do homem civilizado na conquista do *Inferno Verde*, estamos querendo marcar que informações o autor buscara para enfrentar a Amazônia e que sua leitura e visão de mundo estavam moldadas por essas informações. Evidencia-se que Euclides da Cunha adapta expressões de enorme efeito espetacular, como estratégia de estetização e convencimento que coloca o leitor diante de um espetáculo, espectador diante de uma narrativa que o leva a visualizar, ouvir, sentir, convencer-se.

Assim, tomemos, para exemplo, primeiro o clima.

Na definição climática das circunscções territoriais criadas pelo Tratado de Petrópolis tem-se incluído sempre um elemento curiosíssimo, ante o qual o psicólogo mais rombo suplanta a competência do Professor Hann, ou qualquer outro mestre em coisas metereológicas: o desfalecimento moral dos que para lá seguem e levam desde o dia da partida a preocupação absorvente da volta no mais breve prazo possível. Cria-se uma nova sorte de exilados — o exilado que pede o exílio, lutando por vezes para o conseguir, repelindo outros concorrentes, ao mesmo tempo que vai adensando na fantasia alarmada as mais ltuosas imagens no prefigurar o paraíso tenebroso que o atrai.

Parte, e leva no próprio estado emotivo a receptividade a todas as moléstias.

(...)

Dentro dos lineamentos largos das características fundamentais do clima quente para onde ele se desloca, urde-se a trama de uma higiene individual, onde se prevêm todas as necessidades, todos os acidentes e até os perigos da instabilidade orgânica inevitável à fase fisiológica da adaptação a um meio cósmico, cujo influxo deprimente sobre o europeu vai da musculatura, que se desfibra, à própria fortaleza de espírito, que

se deprime. (...) De permeio com os preceitos vulgares para o reagir contra a temperatura alta e a umidade excessiva, que se lhe abatem a tensão arterial e a atividade, lhe trancam as válvulas de segurança dos poros e lhe fatigam o coração e os nervos, criando-lhe ao cabo, a iminência mórbida para os males que se desdobram do impaludismo que lhe solapa a vida, às dermatoses que lhe devastam a pele — despontam, mais eficazes e decisivos, os que os aparelham para reagir aos desânimos, à melancolia da existência monótona e primitiva; às amarguras crescentes da saudade; à irritabilidade provinda dos ares intensamente eletrizantes e refulgentes; ao isolamento — e, sobretudo, ao quebrantar-se da vontade numa decadência espiritual subitânea e profunda que se afigura a moléstia única de tais paragens, de onde as demais se derivam como exclusivos sintomas...⁴

Da terra e do homem:

Atravessa quinze dias infindáveis a contornar a nossa costa. Entra no Amazonas. Reanima-se um momento ante a fisionomia singular da terra; mas para logo acabrunha-o

a imensidade deprimida — onde o olhar lhe morre no próprio quadro que contempla, certo enorme, mas em branco e reduzido às molduras indecisas das margens afastadas. Sobe o grande rio; e vão-se-lhe os dias inúteis ante a imobilidade estranha das paisagens de uma só cor, de uma só altura e de um só modelo, com a sensação angustiosa de uma parada na vida: atônicas todas as impressões, extinta a idéia do tempo, que a sucessão das aparências exteriores, uniformes, não revela — e retraída a alma numa nostalgia que não é apenas a saudade da terra nativa, mas da Terra, das formas naturais tradicionalmente vinculadas às nossas contemplações, que ali não se vêem, ou não se destacam na uniformidade das planuras...

Entra por um dos grandes tributários, o Juruá e o Purus. Atinge o seu objetivo remoto; e todos os desalentos se lhe agravam. A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe à vestimenta de matas os recortes artísticos do trabalho.

Há paisagens cultas que vemos, por vezes, subjetivamente, como um reflexo subconsciente de velhas contemplações ancestrais... Ali, não. Desaparecem as formas topográficas mais associadas à existência humana. Há alguma coisa extraterrestre

4. CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia) 2ª.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, pp. 52/55.

naquela natureza anfíbia, misto de águas e terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela bravura. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na...⁵

Na verdade, toda a retórica de Euclides da Cunha faz parte de seu arcabouço para viabilizar o progresso, para indicar a sua necessidade, sob as perspectivas e soluções por ele apontadas. O escritor pretendia oferecer uma visão própria, sua, única — quem sabe a verdadeiramente primeira — daquela empreitada. No prefácio a *O Inferno Verde*, de Alberto Rangel, Euclides da Cunha destrincha esse “futuro remotíssimo”. Avaliando suas fontes diz:

Lemo-los; instruímo-nos; edificamo-nos; apercebemo-nos dos rigorosos ensinamentos quanto às infinitas faces, partículas necessárias, da terra; e, à medida que as distinguimos melhor, vai-se-nos turvando, mais e mais, o conspecto da fisionomia geral. Restam-nos muito traços vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos. Escapa-se-nos de todo a

enormidade que só se pode medir repartida: a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza, que só se dizia ver, apequenando-se, através dos microscópios: e um que se dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...

(...)

É natural. A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se a si mesmo.

(...)

É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os verdadeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.

Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural...⁶

À necessidade de ser útil, juntava-se uma inequívoca necessidade de alcançar um lugar de destaque nos destinos da República. É sintomática a escolha do roteiro da expedição por um rumo diferente daquele realizado por William Chandless. Como afirmado por José Carlos Barreto de Santana, em *Ciência & Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*,

5. Ibid., pp. 52/53.

6. Ibid. pp. 200/201.

Nos meios científicos a valorização da ‘descoberta’ é um dos aspectos mais consagrados. Tratando-se de Euclides da Cunha que, ao longo deste trabalho, vem aparecendo como alguém que buscava o reconhecimento da comunidade científica, revelar para o mundo culto a existência de um novo ‘fato geográfico’ certamente se constituía num elemento de grande importância. Talvez isso explique, em parte, a persistência do Chefe da Comissão Brasileira em prosseguir os trabalhos no trecho final do Purus, nas condições mais adversas, em virtude do esgotamento físico dos integrantes e da escassez de recursos materiais, que são apontados nas ‘Notas Complementares’. (SANTANA, 2001, p. 172)

Através da comparação com outros dois autores que têm a Amazônia como cenário, José Veríssimo (1857-1916) e Ferreira de Castro (1898-1974), perscrutamos sobre outras possíveis visões de Amazônia.

É importante frisar que intentávamos uma análise das “três obras” no que elas têm de fundamento para as suas narrativas: a Amazônia espoliada, ou ainda, o cenário amazônico como tema, muito especialmente, aquele da produção do látex. Os textos de Euclides da Cunha e José Veríssimo têm uma aproximação pela geração partilhada: José Veríssimo foi um daqueles homens ilustres que viabilizaram a ida de Euclides para a Amazônia, foi um dos que ajudaram a guindar *Os Sertões* às alturas. Os

escritos amazônicos de Euclides da Cunha cobrem o período que vai de 1898 (com a publicação do artigo “Fronteira Sul do Amazonas: Questões de Limites”, no *O Estado de São Paulo*) a 1909 (com a publicação do livro póstumo *À Margem da História*). Os de José Veríssimo, de 1878 (com a publicação de “As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes — contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro”, cujo primeiro título foi “Raças cruzadas do Pará” publicado no livro *Primeiras Páginas*) a 1915 (com a publicação do artigo “Interesses da Amazônia”, no *Jornal do Comércio*).

Como dissemos, tratamos os textos como narrativas. Temos a clareza de que o texto de Ferreira de Castro é um romance, o que lhe atribuiria, em princípio, um caráter diverso dos escritos dos outros dois autores. Mas, ele aqui está por mais um motivo: conquanto possa ser tido como ficção, consideramos *A Selva* um romance preñado de verdades as mais aflitivas sobre o terrível e patético drama do seringueiro na Amazônia. A primeira edição do livro é de 1930, escrito 15 anos após sua experiência por quatro anos, vivida no seringal *Paraíso*, no mesmo Acre, espaço geográfico-tema de Euclides da Cunha. O tempo que separa o romance de Ferreira de Castro das narrativas de Euclides da Cunha e de José Veríssimo só nos ajuda na nossa proposição de que há uma narrativa ininterrupta sobre a “hostilidade” da natureza amazônica. Em que pesem as diferenças de abordagem, entendimento e compreensão.

José Veríssimo, igualmente profundo

conhecedor da obra de naturalistas e viajantes, à diferença de Euclides da Cunha, travava com eles um diálogo em que postulava conceber a experiência amazônica como resultado do fato da colonização ali empreendida. No prefácio aos *Estudos Amazônicos*, afirmava Arthur Cezar Ferreira Reis que o escritor participava ativamente do movimento cultural que girava em torno da Sociedade Paraense de Estudos Históricos e do Museu Paraense de História Natural (hoje Museu Paraense Emílio Göeldi) e “era o mais decidido dos que o integravam. Fazia literatura de ficção, mas fazia, igualmente, a literatura científica, nos estudos acerca das populações mestiças locais”⁷.

A influência exercida pela obra de Augusto Comte sobre o espírito de José Veríssimo pode ser vislumbrada nos *Estudos de Literatura Brasileira*. “A obra de Augusto Comte é dessas que se podem combater, mas que se não podem negar. O seu valor é, sem exagero, enorme, e a sua influência, principalmente a não confessada, considerável”⁸.

Como era um espírito objetivo e de ciência, o atraía a busca da verdade, como era igualmente a motivação declarada de Euclides da Cunha (“restabelecer a verdade”). Resultariam dessa perspectiva seus trabalhos sobre a “Pesca na Amazônia”, as “Cenas da Vida Amazônica”, os “Esboços”, a “Amazônia, aspectos econômicos”, e o estudo “Populações indígenas e mestiças da Amazônia”. Veríssimo tivera a

oportunidade de fazer parte de uma expedição ao interior da grande bacia hidrográfica. Foi empregado da Companhia de Navegação do Amazonas e, por concurso, foi amanuense da Secretaria do Estado, concomitantemente colaborava nos jornais *O Liberal e Diário do Grão-Pará*. Fundou *A Gazeta do Norte*. Participa na Europa, em 1881, aos 24 anos, do Congresso Literário Internacional com um trabalho sobre o movimento literário no Brasil, recebendo a Comenda da Ordem de Cristo. Em 1883, já de volta a Belém, colaboraria no *A Província do Pará*, no *O Comércio do Pará* e na *A República* e, fundaria a *Revista Amazônica*, que investia com vigor em cultura na região. Em 1884, fundou o Colégio Americano e introduziu uma novidade em todo o Brasil: a educação física e o jardim da infância.

Novamente na Europa, em 1889, tomou parte do Congresso de Antropologia e Pré-História, realizado em Paris, apresentando uma tese sobre “O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica”. Em 1891, sai de Belém, definitivamente, para o Rio de Janeiro. Iniciar-se-ia na crítica literária com a fundação do *Jornal do Brasil* (1892), de Rodolfo Dantas.

O crítico ponderava que o tapuío e o mameluco resultariam desse contato de uma raça selvagem, inferior, perseguida e envilecida pela escravidão, assim como pelo desmembramento de sua rudimentar família, com aquela raça civilizada, superior, mal educada, repre-

7. Arthur Cezar Ferreira Reis no prefácio a VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 4.

8. VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 141.

sentada pelo que tinha de pior.

Para o estado moral resultante teriam concorrido, então, o meio no qual se efetivaram os cruzamentos, o ódio à civilização detonado pela perseguição e pelo aviltamento, e mais “um clima enervante a vencer, a subjugar o homem, uma natureza extraordinariamente pródiga, a ponto de quase fazer cessar a luta pela vida”. Veríssimo somava a esse meio natural pródigo “o abandono em que os deixam as nossas circunstâncias políticas” para ponderar que, talvez, sob essas, mais do que o simples fato dos cruzamentos ou a incapacidade absoluta do índio para a civilização, [estão] as causas do seu abatimento”⁹.

Essa questão de que a prodigalidade da natureza que tudo oferta (rios infinitamente piscosos, florestas onde a caça é farta, a existência de produtos úteis de toda a espécie) seria a “responsável” pela indolência do caboclo permeia, no senso mais comum, a visão mais corriqueira que se fez da região. Em um patamar, digamos, mais “analítico”, o caboclo, desde há muito, dado que percebera a força de sua “inimiga”, preferiu apegar-se ao recurso da acomodação, da adaptação, a travar uma luta que já sabia de antemão sairia derrotado. Mas, decerto, essa visão, ainda que corriqueira, não será aquela que subsidiará os planos do progresso. Será contra a “hostilidade” da natureza que, para vencer, precisará lutar. Seria tal “hostilidade” a responsável pelo “amesquinhamento” do homem.

Veríssimo entendia que se não têm amor ao trabalho seria menos pela preguiça somente

do que porque desprezassem seus proventos. Dado aquele abatimento moral de que foram vítimas, pouco lhes importava a comida ruim, a casa paupérrima, a pouca roupa. Sentem-se à vontade nas extensas florestas dos seringais e dos castanhais. Por processos rudimentares extraem a seringa, são capazes de passar longos dias de fome, bebem água de pântanos e se alimentam de macacos, lagartos e “outros animais repugnantes”, suportam com extraordinária paciência a dolorosíssima picada do pium e de outros insetos malignos. Filhos de selvagens, descendentes dos brasílio-guaranis, nestas florestas “trabalham com ardor, embora sem continuação, bebem, jogam, traficam, enganam e são enganados, passam a noite a beber cachaça e a tocar viola, ganham um salário muitas vezes superior a dez mil-réis diários e voltam mais pobres do que foram, são o mestiço com toda a sua imprevidência”¹⁰.

Para estudar os usos e costumes amazônicos, José Veríssimo informa que não será nos centros mais populosos que vai buscá-los, posto que já obliterados pela civilização, e sim “entre os mais humilhados, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com o índio, e do tapuio, dessa gente para quem a civilização foi madrasta...”. Era necessário ir buscá-los naquela “gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infindos bosques da nossa terra firme...”¹¹.

9. Ibid., p. 23.

10. Ibid., p. 24.

11. Ibid., p. 70.

Poderíamos inferir da narrativa amazônica de José Veríssimo que esta buscava a compreensão “exata” da região, diferente daquela Amazônia romântica que, se lhe legou alguma poesia, “importou no desvirtuamento do que ela representava realmente como espaço, como natureza e como resultante da ação criadora e disciplinadora do homem”¹². Diferente também daquela que ao recusar esse caráter romântico, invoca não a exuberância do meio físico como beleza, fecundidade, salubridade, mas como hostilidade ou, para usar uma palavra mais amena, exotismo, este não somente como descoberta do outro, do diferente, mas como descoberta de que esse outro, esse diferente deve ser encaminhado para não ser nem outro nem diferente.

Veríssimo não reputava que coubesse ao clima qualquer culpa, mas também não reputava que coubesse ao homem a inviabilidade de progresso na região.

Não acredito que nenhuma raça estrangeira do Norte possa aqui fazer prole perdurável, a menos que se não cruze com os elementos indígenas, tapuios, negros ou seus descendentes. Para o indígena, porém, o clima, beneficiado pelas grandes correntes dos ventos alísios, é benigno, e seria até favorável, se não fora a constante e flagrante violação dos primeiros preceitos da arte

de conservar a saúde. Ao forasteiro oriundo dos climas frios, ele será sempre fatal, fazendo assim deste magnífico vale apenas uma região — porventura a mais bela e a mais rica de todas — de mera exploração mercantil.¹³

O autor acreditava que a excelência do meio físico favorecia a criação de uma “sociedade progressista”, como tantas outras existentes em outros lugares, bem como considerava a gente mestiça tão capaz quanto qualquer outra. Mas haveria que se proceder ao incentivo ao povoamento, à agricultura (incluindo aí a pecuária). Reputava ser temerária e mesmo nefasta a dependência exclusiva à valorização da borracha. É ainda a questão do clima que vai levá-lo às suas mais contundentes afirmações, posto que conhecedor do fato de que a Amazônia não é toda ela dominada por um clima “hostil” e por acreditar que o povoamento feito com critério, inteligência e método pode tornar o clima adequado à experiência humana exitosa.

José Maria Ferreira de Castro nasceu em Salgueiras, aldeia situada no povoado de Freguesia de Ossela, povoado dos mais antigos de Portugal, em 24 de maio de 1898. Aos 12 anos de idade, em 1910, completa sua instrução primária, tira um passaporte para o Brasil e parte de Ossela a 6 de janeiro de 1911. Vinha para a Amazônia lendária, para o chamado “In-

12. Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. In: VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 2.

13. VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 84.

ferno Verde”.

Em *A Selva*, Ferreira de Castro traz à tona “a vida miserável, o panorama soberbo, o mundo novo, bárbaro e assombroso”, aquela epopeia que assombrava “de que não ajuíza quem no resto do mundo se deixe conduzir, ve-loz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha — da borracha que esses homens tiram à selva, misteriosa e implacável”.¹⁴ No romance é evidente, translúcida a causa social, a denúncia dos fatos da injustiça social.

Eu devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática que é a selva amazônica, pelo muito que nela sofreu durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, os anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus irmãos, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva, que à extração da borracha entregava a sua fome, a sua liberdade e a sua existência. Devia-lhes este livro, que constitui um pequeno capítulo da obra que há de registrar a tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e justiça.¹⁵

Sem dúvida, *A Selva* é um patético docu-

mento sobre as formas modernas de escravidão. Fato esse recorrente na Amazônia de ontem e hoje.

CONCLUSÃO

É de se notar que tanto Euclides da Cunha como José Veríssimo pretendem o progresso para a Amazônia. O que une os dois é precisamente a ideia de que há uma proposição altruísta, humanista-positiva. É justamente a compreensão de que algo se pode erigir, pro-por soluções. As soluções apontadas, no entan-to, seguem rumos diferentes. Aquela apontada por Euclides da Cunha é a da domesticação da natureza (natureza que inclui solo, clima, veg-etação, homem) — conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta — como condição do progresso, obedecendo à tradição do evo-lucionismo positivista, confiante demais na perspectiva civilizatória do progresso técnico-científico. A de José Veríssimo é a de que o pro-gresso chegue tendo em conta o vilipêndio das populações nativas, apontando, por estudos pormenorizados, traços peculiares tanto das populações indígenas e mestiças da Amazônia, como dos problemas e interesses da região.

O que une Euclides da Cunha, José Verís-simo e Ferreira de Castro é o tema da denúncia social. Observando a questão do romance de Ferreira de Castro e dos relatos de Euclides da Cunha e José Veríssimo, o romance de Castro

14. VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 84.

15. CASTRO, Ferreira de, op. cit., p. 15.

é muito mais documental. É quase um documento. Suas personagens, mesmo que figuras retiradas de sua biografia, são uma seleção que reflete a condição humana na Amazônia da borracha. É clara a reflexão igualmente em José Veríssimo. Em Euclides da Cunha se evidencia mais a necessidade de ali se formar um novo povo. A denúncia social fica em segundo plano pelo sobrecarregado das palavras. A grandiloquência, o talento literário, poético, movidos pela incansável busca de prestígio, provoca imprecisões e contradições. Fica em segundo plano igualmente pela proposição de uma nova ordem que é a mesma que engendra a pobreza. Assim, há em Euclides da Cunha uma vitalidade negativa, até por ser um produtor de cânones.

Se repararmos bem, termos que apontam para uma “natureza implacável”, onde se impõem a luta, o isolamento, o abandono, estão presentes nos três autores citados. Mas, porque é a narrativa euclidiana que triunfa sobre as demais?

Estivemos lendo o Euclides da Cunha amazônico também como parte de um projeto de nacionalidade e apreender a sua apropriação/reelaboração significa não isolá-lo com sua obra-prima, *Os Sertões*, desta outra produção que o faz precursor de um conhecimento “sistemizado” sobre a região. Quando seguiu para essa região já era um autor consagrado. A experiência nordestina já lhe dera régua e compasso. Partira para a imensidão da Hiléia para um trabalho de cunho estritamente técnico: ob-

servar o comportamento dos rios nas diferentes estações climáticas, a possibilidade de uma rede de vias navegáveis, etc. No seu idealismo consubstanciava-se a ideia de tudo fazer para o progresso do país, reunir esforços para que a Amazônia entrasse para a História, para uma história “nossa”. Será precisamente nessa perspectiva de construção de uma história “nossa”, do caráter documental de sua obra de que se apropriará o projeto de nacionalidade inaugurado pelo Estado Novo.

O tema sertão¹⁶ aparece na literatura brasileira sob três aspectos: como paraíso, expresso basicamente no romantismo (linha que se mantém no séc. XX através de Catulo da Paixão Cearense, popular e Afonso Arinos, veia mais erudita e de elite); sertão como purgatório, passagem, travessia, penitência e reflexão, como o mundo de Guimarães Rosa e, sertão associado ao inferno:

O destempero da natureza, o desempenho dos que perambulam (retirantes, cangaceiros, volantes, beatos), a violência como código de conduta, o fatalismo são os principais traços apontados. Euclides da Cunha é certamente um dos representantes desta leitura do espaço do sertão como inferno ainda que sua explicação seja de ordem político-cultural. (OLIVEIRA, 1997, p. 200)

Euclides da Cunha produziu narrativas

16. Sertão e selva, no período ao qual estamos nos referindo, são espaços geográficos tomados na relação/oposição à civilização do litoral. São seus similares os espaços de fronteira, tais como o deserto, o pampa, o llano, o altiplano, o mato.

referente ao sertão e à Amazônia (ambos mitos de caráter regional que não foram capazes de incluir a nação em uma única narrativa), marcando o pensamento social ocupado na produção de uma identidade cultural para o país.

É preciso lembrar que um discurso negativo sobre o homem e a natureza da América permite a legitimação da expansão européia. A tese da degeneração dos animais, das plantas e do homem americano, assim como a tese da juventude do continente, abre espaço para a ação civilizada do homem branco. (OLIVEIRA, 1997, p. 204)

Lúcia Lippi Oliveira nos lembra que foi no período 1890/1930 — em plena vigência da República cuja estratégia era manter São Paulo no controle da vida política no país — que se resgata a figura do bandeirante “como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país”. E acrescenta, mais adiante, “os mamelucos formaram uma raça aclimatada ao solo e ao clima, e o êxito da expansão territorial acaba por compensar a dizimação dos povos inferiores” (OLIVEIRA, 1997, p. 209 e 210).

Durante os primeiros anos da República, as incursões ao interior, já iniciadas no Império, se intensificaram e ganharam novos significados: as expedições de Cândido Rondon; a da Comissão Geológica em São Paulo; as dos

astrônomos Louis Cruls, em 1892, ao Planalto Central visando à mudança da capital; e, as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. A viagem de Euclides da Cunha a Canudos e o impacto de *Os Sertões* na intelectualidade do período atestam o grau de importância que assumira a interiorização do país. O sertão, para os intelectuais-cientistas do primeiro período republicano, integra o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista (LIMA, 1997, p. 167). Assim,

Em diálogo com o sertanismo de inspiração romântica, mas não necessariamente em oposição a ele, é possível também falar de um movimento de valorização do sertão que acompanhou projetos de construção de ferrovias, de delimitação de fronteiras, de saneamento, de mapeamento cartográfico e utilização de recursos naturais. Fortemente associado à presença do Estado, ele reuniu atores sociais informados pelo cientificismo dominante entre a intelectualidade. (LIMA, 1997, p. 164)

Razões de natureza estratégica, especialmente o problema das fronteiras, eram igualmente levadas em consideração no conjunto de sua obra. O país deveria rumar em direção ao Pacífico e tecer uma malha ferroviária capaz de integrar suas distintas regiões. Daí a admiração que, mais de uma vez, manifestou pelas atividades de Rondon. (LIMA, 1997, p. 172)

Cândido Mariano da Silva Rondon, figura mítica da história do Brasil republicano, intitulava-se um “sertanista” que há vinte anos lidava *com as rudezas semibárbaras da linguagem dos caboclos e com as asperezas torturantes dos idiomas indígenas* (LIMA, 1997, p. 174).

Uma das leituras da obra de Euclides da Cunha, apropriada pelo Estado Novo, foi precisamente aquela que não vê aí o sertanejo como degenerado (por conta da miscigenação) e sim como retrógrado. O atraso se deve ao abandono e não a determinações de ordem genética. À civilização caberia “sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo ‘aqueles rudes compatriotas retardatários’”. A ação governamental seria capaz de conciliar “a diferença entre tempos sociais”, posto que a ela cabia “trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade” (OLIVEIRA, 1997, p. 201).

Note-se que essa leitura corresponde àquela ideia preconizada por Bilac, Alberto Torres e outros autoritários, agora mais elaborada. Euclides da Cunha, o “missionário do progresso”, na Amazônia,

propõe a recuperação do rio Purus, a construção de uma estrada de ferro — a Transacreaana — que seria capaz de espalhar frentes de colonização e proteger as fronteiras do país. Neste sentido, Euclides pode ser visto como um precursor de idéias e projetos que foram implementados com, ou sem sucesso, anos mais tarde, como a Madeira-Mamoré, o

IBGE, o DNOCS e, até mesmo, a Calha-Norte. (OLIVEIRA, 1997, p. 202)

Com efeito, Euclides da Cunha idealizou o projeto de uma ferrovia transacreaana, minuciosamente descrito, como uma “grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”. Como afirma Francisco Foot Hardman, ao idealizá-la “em meio a argumentos técnicos, geopolíticos e econômicos, elabora uma visão plenamente organicista, tornando o caminho de ferro corpo vivo e integrado num movimento evolutivo uniforme da sociedade em relação à natureza” (HARDMAN, 1991, p. 101). Exemplifiquemos, como faz Hardman:

Todas as grandes estradas, no evitarem os empecos que se lhes antolham, transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens... Depois envolvem; e crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam. (HARDMAN, 1991, p. 101)

À visão aguda “das linhas desviantes do progresso”, o engenheiro-militar-artista “contrapõe um projeto integral de civilização, inspirado, também, nos melhores exemplos do

neocolonialismo europeu na África e na Ásia. A ciência toma o lugar, aqui, das antigas missões religiosas”. E Hardman percebe, de forma certa, tratar-se “de um transplante ainda mais radical da cultura”, expressado assim por Euclides da Cunha:

Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam a arrebatar para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros. (HARDMAN, 1991, p. 104)

Euclides da Cunha juntou às convenções narrativas o seu próprio talento e experiência pessoal. Agora, se faz mister refletir, acreditar-se que essa narrativa por ser estética, erudita, plástica — extremamente rica, sem dúvida — representa, reflete “de fato” a Amazônia, é um tanto frágil e certamente burlesco. Mas foi eficiente, muito eficiente. A Amazônia estava rotulada: a vida ali ajusta-se aos ditames do “paraíso diabólico” da selva.

A compreensão da importância do sertanejo- ou do homem do interior- para a formação da nação, na Amazônia, reduziu-se à confirmação dos estereótipos da indolência e da preguiça, estabelecidos pelo preconceito telúrico, cujos efeitos nefastos são visíveis ainda

nos dias atuais.

O autor fornecerá subsídios para o enfrentamento daquela “terra ignota” à burocracia ilustrada da República e influenciará a maior parte da produção literária que, a partir de então, tomará a Amazônia como cenário de suas obras, até que, nos anos quarenta do século XX, venha a surgir uma visão mais autóctone da região, muito especialmente com Dalcídio Jurandir (dentre outros títulos, *Chove nos campos de Cachoeira*, 1941; *Marajó*, 1947; *Três casas e um rio*, 1958; *Passagem dos Inocentes*, 1963; e, *Primeira manhã*, 1968).

Será contra, justamente, o preconceito telúrico, posto que estigmatizara a região, que levantar-se-á a voz daqueles que lutaram firme e arduamente para combatê-lo. Sem dúvida, uma interpretação já consagrada é difícil de ser derrubada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 23^a ed. Lisboa: Livraria Editora Guimarães e Cia., s/d.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido* (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia) 2^a.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. de Waltensir Dutra. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- LIMA, Nísia Trindade de. “*Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil*”. In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V. V (Suplemento), 1997.
- MALIGO, Pedro. *A Amazônia de Alberto Rangel, Gastão Cruls e Peregrino Jr.: o paraíso diabólico da floresta*. Rio de Janeiro: PUC/Depo. de Letras, 1985.
- MASSAUD, Moisés; PAES, José Paulo (org.). *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*. 6ª. Ed., atualizada. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “*A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*”. In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V.V(Suplemento), 1997.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência & Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PERSPECTIVAS EM TORNO DO CONSELHO GESTOR DA APA CORUMBATAÍ EM SÃO PAULO

Paulo Eduardo Moruzzi Marques; Kleber Andolfato Oliveira

RESUMO

Este trabalho visa discutir as perspectivas dos conselheiros de gestão da Área de Proteção Ambiental do perímetro Corumbataí, em São Paulo, sob as luzes de uma abordagem sobre o desenvolvimento territorial. Trata-se de considerar as unidades de conservação de uso sustentável como vetor de uma concepção que permita conciliar desenvolvimento e zelo ambiental. Nesta ótica, a ideia de tomar em conta o fomento a processos de especificações territoriais fornece elementos instigantes para estudos sobre o desenvolvimento. Portanto, este trabalho focaliza os temas de debate em torno desta APA seguindo esta linha analítica.

Palavras-chaves: Áreas de Proteção Ambiental (APA), desenvolvimento territorial, sustentabilidade, Conselhos gestores de unidade de conservação.

AREAS OF ENVIRONMENTAL PROTECTION (AEP) AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: PERSPECTIVES ON THE MANAGEMENT COUNSEL OF THE AEP (CORUMBATAÍ, SÃO PAULO, BRAZIL)

ABSTRACT

This paper aims to discuss the prospects of the management board of the Environmental Protection Area of the perimeter Corumbataí in São Paulo, under the lights of an approach to territorial development. It is considered protected areas for sustainable use as a vector for a conception that reconciles development and environmental care. From this perspective, the idea of taking into account the fostering process of territorial specifications provides compelling elements for development studies. Therefore, this paper focuses on the topics of debate on this EPA following that analytical line.

Key Words: Area of Environmental Protection; Territorial Development; Sustainability; Management Board of Areas of Environmental Protection.

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES: Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: pmarques@esalq.usp.br KLEBER ANDOLFATO OLIVEIRA: Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo. E-mail: kadolive@esalq.usp.br

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar nossas interpretações sobre as perspectivas de atores implicados na gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí em relação ao papel desta unidade de conservação vis-à-vis do desenvolvimento territorial. Este trabalho se inscreve no projeto de pesquisa “Políticas públicas de ordenamento territorial”, no âmbito da temática “Mudanças socioambientais no estado de São Paulo: perspectivas para a conservação”¹.

No âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APA fazem parte do grupo daquelas de desenvolvimento sustentável. Ora, a intenção aqui consiste em assegurar a preservação ambiental simultaneamente a processos de desenvolvimento. Portanto, este último deve adquirir outros contornos: em princípio, a proteção da natureza deve se tornar um meio de gerar oportunidades de renda e ocupação.

Nesta perspectiva, nosso projeto de pesquisa lançou interrogações acerca da visão dos conselheiros gestores da APA Corumbataí. Trata-se de refletir sobre as formas de ver os problemas do desenvolvimento e da proteção ambiental por parte deste grupo. Nossas hipóteses admitem que o peso dos valores e crenças da sociedade moderna leva a uma naturalização da negligência socioambiental. No entanto, o debate sobre a sustentabilidade e o cálculo de riscos na alta modernidade permitem considerar uma crescente pressão social por uma gestão

do desenvolvimento territorial sob uma ótica favorável à proteção ambiental.

Deste ponto de partida, este artigo aborda apresenta breves considerações sobre nossas hipóteses para em seguida tratar do debate sobre a proteção da natureza e suas repercussões nas estratégias de conservação. Com estas bases, discutimos a constituição das APA e lançamos ideias sobre a conciliação do desenvolvimento com preservação ambiental. Enfim, apresentamos as perspectivas dos conselheiros implicados na gestão da APA em estudo a fim de discutir as concepções sobre a conciliação entre desenvolvimento e preservação.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO COM CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Para tratar das estratégias de conservação ambiental hoje adotadas, convém, para os nossos propósitos, retomar brevemente algumas ideias que permitam pensar nos valores e crenças que orientam as sociedades modernas. De nosso ponto de vista, a interpretação de Norbert Elias (1994a e 1995) sobre o processo de civilização oferece um panorama dos mais instigantes para tal propósito. De uma parte, os estudos de Norbert Elias (1994b) permitem realçar a indissociável unidade entre indivíduo e sociedade: a ideia de que a individualidade é uma grafia particular de uma linguagem comum nos parece bastante apropriada para ilustrar este pensamento. De outra parte, o autor

1. Apoiado pelo programa Biota/Fapesp.

lança luzes para o fenômeno simultâneo de moderação das emoções do homem civilizado (acompanhado de uma racionalização da vida social) com a crescente sensação de seu afastamento em relação à natureza. Esta última torna-se objeto de controle e de uso para fins econômicos, implicando em grande negligência com suas fragilidades.

Esta linha de reflexão pode ser fermentada com as ideias de Anthony Giddens (1997) e Ulrich Beck (1997) sobre a modernidade reflexiva e a sociedade do risco. A sociedade moderna é cada vez mais tensionada por seus resultados, disseminando dúvidas e preocupações notadamente em relação às transformações da natureza pela ação humana. O desenvolvimento industrial capitalista provoca a emergência de problemas antes desconsiderados. Trata-se de uma sociedade de riscos, cujas ameaças levam à geração de múltiplos sentimentos e opiniões, cada vez mais susceptíveis de difusão, o que favorece uma reflexão crítica.

Então, estamos diante de um quadro susceptível de questionamentos sobre a permanência de um padrão de valores, práticas e pensamentos favoráveis ao desenvolvimento. Contudo, a crença neste último, com profundo enraizamento social, está fortemente ancorada em tradições culturais ocidentais e em dinâmicas econômicas mostrando eficácia², que levam a uma tradução do desenvolvimento como praticamente sinônimo de crescimento (RIST, 1996). Portanto, convém considerar a

importância desta fé no desenvolvimento para avaliar em que medida a percepção do risco e o agravamento de um cenário perturbador de degradação ecológica contribuem para o aprofundamento da reflexão crítica.

Com estas referências, nosso trabalho toma o caso do ordenamento territorial em torno de uma Área de Proteção Ambiental como terreno de análise valioso para reflexão sobre estratégias e iniciativas, estimando até que ponto se propagam mudanças na compreensão dos problemas e das formas de solucioná-los. Assim, lançamos luzes sobre a percepção do problema ambiental pelos conselheiros gestores da APA Corumbataí³. Antes de tratar deste ponto, convém retomar os termos do debate sobre as unidades de conservação no Brasil.

Em primeiro lugar aqui, cumpre lembrar que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentada pelo Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Segundo o artigo 2º desta lei, o conceito de unidades de conservação se refere a espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público com objetivos de conservação ambiental. Estas unidades estão sob regime especial de administração a fim de que sejam aplicadas garantias adequadas de proteção. Esta proteção diz respeito à diversidade biológica e recursos genéticos no território nacional e nas

2. Mesmo mostrando grande desequilíbrio, o que não impede a difusão da ideia segundo a qual o desenvolvimento está ao alcance de todos.

3. Este estudo sobre este tipo de percepção foi desenvolvido no âmbito da dissertação de Kleber Andolfato Oliveira (2011).

águas jurisdicionais; às espécies ameaçadas; aos ecossistemas e paisagens naturais; às características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural e; aos recursos hídricos naturais. Tal sistema ainda prevê a promoção do desenvolvimento sustentável (ou da utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento); o fomento de meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; a valorização econômica e social da diversidade biológica; o favorecimento das condições para a educação e interpretação ambiental e da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico; a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura com vistas a sua promoção social e econômica.

Portanto, as unidades de conservação são criadas por ato do poder público, que deve ser precedido de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar adequadamente sua localização, dimensão e limites. Elas devem dispor de um plano de manejo e podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão. A administração dos recursos captados em benefício da unidade de conservação deve caber ao seu órgão gestor. Estes fundos são destinados a sua implantação, gestão e manutenção.

O SNUC divide as unidades de con-

servação em dois grandes grupos, aquelas de proteção integral e aquelas de uso sustentável. Este último grupo é aquele no qual se inscreve as Áreas de Proteção Ambiental, cujo objetivo básico consiste em compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Se este tipo de unidade de conservação responde a uma expectativa distinta daquela da natureza intocada, tal como examinado por Antônio Carlos Diegues (2000), este autor considera, todavia, que o SNUC reflete uma visão limitada da conservação ambiental no Brasil, aquém dos termos do debate no âmbito internacional. Diegues avalia que a concepção das unidades de conservação enquanto “ilhas” interligadas entre si constituindo um sistema é insuficiente. Nesta ótica, falta consideração substancial de como esse sistema contribui para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentado do país como um todo. Ademais, outra questão pouco resolvida se refere à compatibilização entre o aumento das áreas de proteção da natureza e a presença de moradores na maioria destes ecossistemas. Nestes termos, o autor lembra que, entre os objetivos do SNUC, pode ser encontrado o estímulo ao desenvolvimento regional integrado. Porém, a proteção da diversidade cultural das populações vivendo em unidades de conservação ou em seus arredores não é mencionada como objetivo. Na perspectiva muito bem fundamentada de Antônio Carlos Diegues (2000), esta proteção da diversidade cultural constitui uma forma de proteger os ecossistemas e vice-versa⁴

4. É por esta razão que Diegues pensa nas comunidades locais como aliadas da proteção ambiental e, portanto, não devem ser de forma alguma alijadas do processo de tomada de decisão em torno das unidades de conservação.

. Efetivamente, este autor acredita que todas as unidades de conservação devam ter a mesma importância, o que leva a pensar que aquelas de uso sustentável possam se constituir enquanto modelos para outros modos de desenvolvimento, que possam ser um referencial para todo o território nacional.

Neste ponto, convém retornar às considerações sobre as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que podem ser, portanto, abordadas como embriões de padrões para um desenvolvimento territorial sustentável. Assim, cumpre lembrar que as APA tiveram nascimento com base na Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981. A partir da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, as APA passam a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no grupo das unidades de uso sustentável.

A lei de 1981 estabeleceu em seu oitavo artigo que, “havendo relevante interesse público, os poderes executivos federal, estadual ou municipal poderão declarar áreas dos seus territórios de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais”. Deste modo, o poder executivo deverá em cada APA, considerando os princípios constitucionais, limitar ou proibir a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras; a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas significarem sensível alteração das condições ecológicas locais; o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado

assoreamento das coleções hídricas e; a efetivação de empreendimentos que ameacem, na área protegida, as espécies raras da biota regional.

Segundo Marília Britto Rodrigues de Moraes (2004), a origem das APA reside em modelos europeus, tais como aquele dos Parques Naturais Regionais da França. A criação destes aqui é resultado de negociações e acordos entre diversos poderes públicos locais, associações, sindicatos e iniciativa privada. A autora indica ainda que na França, assim como Alemanha, Inglaterra e Portugal, a preocupação básica em torno desta solução se volta para o zelo paisagístico e para a manutenção do equilíbrio natural. No caso das APA no Brasil, predomina a questão de contornar o problema dos altos custos da desapropriação para a proteção ambiental.

De todo modo, a resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988, determina que as APA deverão contar sempre com um zoneamento ecológico-econômico que estabelecerá normas de uso de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, cultural e outras. Este zoneamento se refere, como já foi mencionado, a um território constituído notadamente por áreas particulares. Nesta medida, a participação social se torna ainda mais relevante para o planejamento ambiental e gestão de conflitos. Evidentemente, a concepção predominante de propriedade particular no Brasil implica em sérios limites para o planejamento do uso de áreas com finalidade de conservação dos ecossistemas.

Seja como for, o desenvolvimento sus-

tentável de um território circunscrito por uma APA é concebido enquanto processo fundado na gestão partilhada do Estado com a sociedade civil, pressupondo a participação da população envolvida. Desta maneira, as APA representam, em última análise, uma mudança considerável na forma de abordagem do problema do desenvolvimento, incorporando, em princípio, as questões ambientais e a participação democrática no cerne da ocupação territorial e dos projetos individuais e coletivos.

Por outro lado, o SNUC estabelece, nos termos do Decreto Federal nº 4.340/02, que a gestão das unidades de conservação deve ter como principal instrumento o plano de manejo. No caso das APA estaduais paulistas, cumprem aos conselhos gestores, como uma de suas principais tarefas, a elaboração e implantação deste plano.

A propósito, o artigo 193, inciso III, da Constituição do Estado de São Paulo, estabelece a obrigatoriedade por parte do poder executivo estadual de definir, implantar e administrar os espaços territorialmente protegidos, com seus componentes representativos, além de determinar que todas as APA devem dispor de um conselho presidido por representante do órgão responsável por sua administração. Tal colegiado deve ser constituído por membros de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. A criação e funcionamento dos conselhos gestores das Áreas de Proteção Ambiental do estado de São Paulo foram homologados no Decreto Estadual nº 48.149, de 9 de outubro de 2003. Eles foram previstos tendo caráter consultivo

com objetivo de promover o gerenciamento participativo e integrado da área, cumprindo as políticas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de proteção do meio ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. As atribuições do conselho gestor, definidas no Decreto Estadual nº 48.149, são acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo; elaborar o seu regimento interno; buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; promover a articulação dos órgãos públicos, organizações não governamentais, população residente e iniciativa privada para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes na APA; manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na área de sua atuação; acompanhar a aplicação dos recursos financeiros decorrentes de compensação ambiental na respectiva unidade e de outras fontes; avaliar documentos e deliberar sobre as propostas encaminhadas por suas câmaras técnicas. Estas compõem a estrutura dos conselhos gestores, juntamente com seu plenário, sua presidência e sua secretária executiva.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ENQUANTO PROCESSO DE ESPECIFICAÇÃO: CULTURA E NATUREZA COMO PATRIMÔNIO SINGULAR

Em estudos precedentes (2010), consid-

eramos que uma perspectiva das mais instigantes para a análise em torno do desenvolvimento territorial é aquela fundada no exame de processos de especificações territoriais, tal como notadamente proposto por Bernard Pecqueur (2005). Este autor estima que a mobilização ou construção de recursos específicos são essenciais para a invenção de bens diferenciados. Nesta abordagem, a natureza, vida social e cultura de um território constituem o fermento potencial do desenvolvimento, despertado pelo dinamismo das iniciativas coletivas.

Assim, trata-se de avaliar, em estudos sociais sobre o desenvolvimento territorial, o desejo, iniciativas e capacidades dos atores locais em buscar na memória e no conhecimento coletivo sobre o território – enquanto fruto da história local singular de uma realidade humana, dispondo de recursos materiais e imateriais específicos – os elementos determinantes para a elaboração e implantação de um projeto criativo, original e qualificado de desenvolvimento. Os estudos territoriais se voltam assim para a identificação das atividades, pensamentos, projetos individuais e coletivos que favoreçam o florescimento das específicas vocações ecológicas e culturais do território. Trata-se de considerar os aspectos que possam ser favoráveis ao despertar destas vocações, o que, em maior ou menor medida, pode conferir consistência a um desenvolvimento territorial promissor, inovador e sustentável.

Se a inscrição territorial do desenvolvimento depende da emergência das especificidades locais, a atividade agrícola e outros empreendimentos locais devem se afastar da

tendência da agricultura moderna em homogeneizar a paisagem agrária. Assim, convém rapidamente lembrar que esta modernização tornou a agricultura especializada e intensiva, sob modelos inspirados em concepções industriais. Desde a revolução industrial, em graus cada vez mais crescentes, a agricultura eficaz foi, em grande medida, praticada em grande escala, em monocultivo e em trabalho assalariado.

Não por acaso que o debate sobre as funções da agricultura no Brasil na década de 1970 leva a pensar na subordinação agrícola ao desenvolvimento industrial. Antonio Barros de Castro (1988) considerava que a agricultura brasileira cumpria as funções que lhe eram esperadas. De fato, tais funções diziam respeito à geração e permanente ampliação de excedentes de alimentos e matérias primas agrícolas, liberação de mão de obra, criação de mercados e transferência de capitais, tudo em favor da industrialização. A elevada produção alimentar é concebida para diminuir os preços dos alimentos, o que permitiria tanto evitar pressões por maiores salários industriais quanto deslocar o orçamento familiar para as compras de bens industrializados. Ainda nesta lógica, a força de trabalho liberada da agricultura tornar-se-ia susceptível de recrutamento, sem maiores entraves, pelo setor industrial em crescimento. Por outro lado, a agricultura produtivista depende de mais insumos, máquinas e equipamentos industriais, o que favorece a expansão de mercados a montante da atividade agrícola. Enfim, a transferência de renda da agricultura para a indústria era considerada como um imperativo para garantir investimentos apropria-

dos para o desenvolvimento moderno.

Com o debate sobre a sustentabilidade, a noção de multifuncionalidade da agricultura nasce como claro contraponto a concepção industrial da atividade agrícola. Esta crítica se constrói contra as negligências do produtivismo agrícola, salientando o considerável papel da agricultura em termos, notadamente, de zelo com a paisagem agrária e com o espaço natural ou de vitalidade do mundo rural (CARNEIRO e MALUF, 2003; CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009; MORUZZI MARQUES e LACERDA, 2009). A multifuncionalidade da agricultura repousa numa perspectiva de transformação da concepção de qualidade. Assim, o aumento da produção e da produtividade não significa necessariamente, como é amplamente disseminado, melhoria do processo produtivo. A qualidade, desta maneira, está vinculada à tipicidade, à diversidade, à originalidade, ao bem estar social, à preservação do meio-ambiente e do patrimônio cultural.

Nesta ótica, o desenvolvimento territorial deve ser, portanto, considerado como resultante de projetos voltados para a construção de recursos específicos e distintivos. O reconhecimento e valorização dos múltiplos papéis da agricultura podem ser então apropriados indicadores de uma percepção favorável a processos de especificação do território.

O CONSELHO GESTOR DA APA PERÍMETRO CORUMBATAÍ⁵ E AS PERSPECTIVAS DE SEUS CONSELHEIROS

A APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá foi criada através do Decreto Estadual nº 20.960, em 08 de junho de 1983, pelo então governador do estado de São Paulo, André Franco Montoro, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 8º da Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e no artigo 9º, inciso VI, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Trata-se da primeira APA de São Paulo, composta por três perímetros (Corumbataí, Botucatu e Tejupá), com uma área total de 6.492 km². Seus principais objetivos são proteger as *cuestas* basálticas (constituindo importante divisor de águas, nascendo em suas encostas muitos rios e várias fontes hidrotermais de importância econômica e medicinal); os morros testemunhos das feições geomorfológicas locais (cujo conjunto paisagístico, além de sua importância ambiental intrínseca, constitui anfiteatros naturais de grande beleza cênica); exemplares significativos da flora e fauna regional; o Aquífero Guarani (com suas excepcionais características hidrogeológicas, constituindo-se reconhecidamente em reserva de água subterrânea estratégica de importância internacional); e o patrimônio arqueológico e cultural da região.

Cada um dos perímetros dessa APA encontra-se em um diferente estágio de implan-

5. Um estudo sobre este conselho gestor foi desenvolvido por Camila Costa Lorangeiras (2011).

tação. No caso do perímetro Corumbataí, seu conselho gestor conheceu um processo moroso, em relação àquele de Botucatu, de implantação. Em todo caso, seus conselheiros (em número de 48, entre titulares e suplentes, representando órgãos estaduais, municipalidades e entidades da sociedade civil organizada na proporção de 25%, 25% e 50%, respectivamente) tomaram posse em 26 de fevereiro de 2010. A gestão deste conselho se refere a um território de 272.692 ha localizado na zona central de São Paulo, abrangendo 15 municípios: Analândia, Barra Bonita, Brotas, Charqueada, Corumbataí, Dois Córregos, Ipeúna, Itirapira, Mineiros do Tietê, Rio Claro, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Manuel (Ilha do Serrito), São Pedro e Torrinha. Seus recursos hídricos encontram-se ameaçados, principalmente o rio Corumbataí, com diminuição de vazão, o que prejudica o abastecimento d'água, principalmente de Piracicaba. Cabe também observar que o uso do solo neste perímetro é pouco diverso. Os poucos fragmentos de vegetação nativa estão localizados principalmente no relevo escarpado, nos morros testemunhos e em parte das planícies aluviais e beiras de córregos. A predominância é o cultivo da cana de açúcar, acompanhado de vastos laranjais e eucaliptais. Outras atividades possuem menor dimensão, como a cafeicultura, a bovinocultura leiteira, a pesca e a apicultura. Por fim, vale destacar a atividade turística na região, que engloba com diferentes graus de consolidação, diversas modalidades, tais como o turismo de aventura, ecológico, rural e cultural-histórico (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011).

A principal incumbência dos conselheiros nomeados para a primeira gestão foi a elaboração do plano de manejo deste perímetro da APA. Com este propósito, o termo de referência para a contratação da confecção deste plano foi concluído em julho de 2011. O objetivo deste termo de referência consiste em orientar a empresa contratada em termos dos itens considerados essenciais para o plano de manejo no âmbito dos estudos faunísticos, florísticos, socioeconômicos, topográficos, históricos e culturais (convém lembrar que a região é muito estudada em razão dos vários centros de pesquisa e ensino instalados nas imediações). Por outro lado, este documento prevê uma metodologia que potencialize a participação da sociedade civil na elaboração do plano de manejo, notadamente com a realização de oficinas em diferentes localidades situadas na APA em questão.

Quanto à percepção dos conselheiros de gestão desta APA, convém explicar que os meios metodológicos empregados foram a observação participante das reuniões do conselho gestor, a aplicação de questionários (12 respondentes) e a realização de seis entrevistas semiestruturadas com interlocutores representando a diversidade deste colegiado. O material obtido permite interpretar a existência de dois grupos de conselheiros com perspectivas distintas: por um lado, aqueles que consideram o território da APA pouco conservado ou em estágio avançado de degradação (aproximadamente dois terços do grupo considerado) e, por outro lado, aqueles que o estimam bem conservado (um terço).

Estas diferenças de posturas se mani-

festam notadamente em diferentes percepções sobre ao menos dois problemas: em primeiro lugar, a importância atribuída aos danos ambientais das monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto é muito menos acentuada para aqueles que consideram a APA bem conservada. Em segundo lugar, este mesmo grupo ignora o problema da falta de fiscalização ambiental, o que revela uma visão muito distinta daquela dos conselheiros mais críticos em termos do estado de conservação do território em questão.

Com efeito, os conselheiros que julgam a APA pouco degradada salientam com recorrência a ausência de tratamento de resíduos como o principal problema ambiental. Em princípio, é possível estimar que a forma de ocupação territorial não constitua uma questão de primeira grandeza para este grupo, mais preocupado em minimizar os efeitos do padrão moderno de consumo e produção.

Por outro lado, convém destacar aqui que alguns conselheiros desejam tornar a APA Corumbataí uma referência de turismo ecológico, associada à garantia de sua conservação, às nascentes recuperadas, ao tratamento do esgoto, à reciclagem do lixo e, inclusive, à diversificação de culturas agrícolas. Esta perspectiva aponta para um desenvolvimento em grande medida ancorado na valorização das particularidades locais. A ideia de investir em turismo ecológico tal como mencionado por nossos interlocutores depende da preservação, conhecimento e informação das especificidades naturais locais, cuja evidenciação exige igualmente um despertar social para a importância destas singularidades com vistas a um desenvolvim-

ento inovador e criativo. De fato, uma intuição desta natureza está presente em visões apresentadas por alguns conselheiros segundo as quais a APA poderia ser um centro de irradiação de uma conscientização sobre o papel ecológico da população. Este papel favoreceria inclusive uma atuação responsável do poder público em termos de fiscalização e punição aos infratores ambientais.

Em termos de desenvolvimento territorial, a questão da predominância da monocultura canavieira é incontornável. Efetivamente, tal aspecto está no primeiro plano das preocupações de muitos conselheiros (cerca de 25% daqueles mais críticos em relação ao estado de degradação da APA), que consideram as monoculturas como principal fator de degradação na região. Desta maneira, manifestam-se em favor do aumento dos cuidados agroambientais, graças à disseminação do emprego de técnicas menos agressivas. Para estes interlocutores, a agricultura deste território deveria garantir a biodiversidade, a qualidade da água e as mínimas condições de vida para o agricultor rural, o que corresponde à noção de multifuncionalidade agrícola.

A propósito, convém destacar a visão segundo a qual seria um mito pensar que, nesta região, a produção de cana-de-açúcar é a única solução adequada. Nas palavras de um conselheiro, “existem agricultores que trabalham com outros cultivos e outras atividades como o leite, gado de corte, a ovinocultura e são estas as outras opções” (representante de instituição pública agrícola, entrevista realizada em 09/05/2011).

Olhando ainda mais longe, outro conselheiro realça a importância de uma agricultura voltada para a produção de alimentos, sobretudo aquela familiar cuja vocação é alimentar⁶. Assim, é lembrado que “existe agricultura familiar na região que deveria ser apoiada, mas as pressões financeiras e políticas forçam a saída da terra. Eles [os agricultores familiares] atuam muito com café, milho, porco, leite e tentam se diversificar” (representante de organização não governamental, entrevista realizada em 04/05/2011).

Para que a agricultura familiar com múltiplas funções possa se fortalecer na região, conselheiros representando órgãos públicos ambientais acreditam que “as famílias precisam ter algum meio de continuar na terra, de se sentir pertencente, de ter apoio para a produção de alimentos”. Esse apoio é concebido na forma de políticas públicas e assistência técnica voltadas, sobretudo, para processos de organização dos agricultores locais, com a formação de associação, o que poderia favorecer a compra de alimentos oriundas da agricultura familiar pelas prefeituras e o pagamento por serviços ambientais prestados pelos agricultores. Este último é algo apresentado como uma oportunidade ímpar: este tipo de dispositivo chega “de forma bem vinda pelos produtores e é muito interessante para a preservação da qualidade da água, com a convivência da pecuária e culturas anuais” (representante de instituição pública ambiental e representante de instituição pública de recursos hídricos, entrevista realizada em

08/05/2011).

Enfim, a elaboração do termo de referência para a confecção do Plano de Manejo da APA Corumbataí destaca a proposta do desenvolvimento de “selos ecológicos” para serviços e produtos oriundos do território da APA, segundo normas de qualidade socioambiental. Esta solução constitui efetivamente uma inovação das mais pertinentes em termos de especificações territoriais. Trata-se de identificar e valorar aqueles bens e serviços com comprovado zelo pelas características naturais e também culturais do território. Este tipo de dispositivo de identificação de qualidade constitui ao mesmo tempo uma ação visando à ampliação regional da tomada de consciência diante dos riscos e limites da agricultura e do crescimento econômico produtivista, além de ser igualmente um meio para orientar o desenvolvimento para sustentá-lo em bases ligadas às singularidades territoriais.

CONCLUSÃO

A ideia segundo a qual especificidades agrícolas constituem um pilar fundamental para maior reconhecimento de singularidades territoriais nos parece pertinente para análises inovadoras sobre o desenvolvimento sustentável. Como sugere Jean-Claude Jauneau (2009), esta especificidade agrícola pode se associar a uma característica física, a um recurso ambiental susceptível de valorização, a uma produção

6. Ver por exemplo os estudos sobre a agricultura familiar do convênio FAO-IN CRA (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

típica ou a um saber-fazer específico. Nesta ótica, o desenvolvimento territorial se funda em processos de gestão pública compartilhada que favoreça a maturação de projetos capazes de promover a emergência das especificidades locais. As atividades peculiares do território constituem assim um trunfo maior para o desenvolvimento.

Este trabalho procurou identificar em que medida a gestão de uma Área de Proteção Ambiental favorece perspectivas inovadoras sobre o desenvolvimento, que reforcem a conciliação das atividades humanas com a proteção da natureza, sob as luzes de uma abordagem sobre processos de especificação territorial. Evidentemente, a agricultura predominante no território em estudo promove uma visão produtivista. Não custa lembrar que um traço marcante do produtivismo agrícola é a homogeneização das paisagens agrárias.

Nosso referencial analítico nos leva a considerar a percepção dos riscos no âmbito das sociedades modernas como indutor de reflexões críticas sobre o desenvolvimento. Nesta perspectiva, o conselho gestor de uma unidade de conservação de uso sustentável pode ser examinado como meio de difusão de novos modelos de ocupação territorial fermentados no campo da crítica ao produtivismo.

Neste quadro, é possível destacar que parte dos conselheiros de gestão da APA Corumbataí, notadamente aqueles que estimam ser grande a degradação ambiental deste território, manifesta preocupação considerável com a negligência socioambiental em torno das atividades produtivas na região. Para estes

conselheiros, atividades mais zelosas com o território, notadamente com práticas agrícolas menos impactantes, devem ser promovidas. Nesta ótica, o apoio à agricultura familiar favorece a produção alimentar e um território rural mais dinâmico. Esta posição se associa com as ideias forjadas no debate sobre a multifuncionalidade da agricultura cujo reconhecimento, por sua vez, contribui com a tomada em consideração de especificidades territoriais.

Esta perspectiva multifuncional agrícola participa do campo de disputas em torno do desenvolvimento deste território. Novos estudos sobre os desdobramentos deste processo de gestão de Áreas de Proteção Ambiental, cuja conformação em conselhos gestores é recente, são muito bem-vindos. Nesta linha, a abordagem territorial do desenvolvimento nos parece muito fecunda para iluminar as propostas em jogo neste campo do debate público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich (1997), “*A reinvenção da política: rumo a uma nova teoria da modernização reflexiva*”, in GIDDENS, A.; BECK U.; e LASH S., *Modernização reflexiva*, São Paulo: Editora da UNESP.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.

CASTRO, Antonio Barros (1988), *Sete ensaios*

sobre a economia brasileira, 4^o edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. [org.] (2009), *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad X.

DIEGUES, Antônio Carlos S. (2000), *O mito moderno da natureza intocada*, 3^a ed. São Paulo: Hucitec e Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP.

ELIAS, Norbert (1994a), *O processo civilizador*. Formação do Estado e civilização, volume 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (1994b), *A sociedade dos indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert (1995), *O processo civilizador*. Uma história dos costumes, volume 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FUNDAÇÃO FLORESTAL (2011), “APA Corumbataí-Botucatu-Tejuapá Perímetro Corumbataí”. Último acesso em 23/01/2011, Disponível em <<http://www.fflorestal.sp.gov.br>>.

GIDDENS, Anthony (1997), “A vida em sociedade pós-tradicional”, in GIDDENS, A.; BECK U.; e LASH S., *Modernização reflexiva*, São Paulo: Editora da UNESP.

GUANZIROLI, Carlos Enrique e CARDIM, Silvia Elisabeth (2000), *Novo retrato da agricultura familiar, o Brasil redescoberto*, Brasília: INCRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

JAUNEAU, Jean-Claude (2010), “L’application des mesures agri-environnementales en France: une mise en œuvre cahotique, des effets incertains”, in: MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (org.), *Política agrícola, desenvolvimento rural e sustentabilidade; diálogo franco-brasileiro no âmbito da cooperação entre ciências agrárias e florestais*. Série Pesquisa P-60, Piracicaba: Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

LARANJEIRA, Camila da Costa (2011), “A implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí-Butucatu-Tejuapá: uma análise do papel de seus conselhos gestores”, monografia de final de curso de ciências econômicas, Piracicaba: ESALQ/USP.

MORAES, Marília Britto Rodrigues (2004), *Área de Proteção Ambiental (APA) como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia-Iguape-Peruíbe/SP*, São Paulo: Annablume e Fapesp.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre (2009), “Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil: pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes”, *Economie Rurale*, v. 313-14, Paris: SFER, pp. 55-66.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e OLIVEIRA, Kleber Andolfato (2010), “*Especificidades territoriais e conflito entre turismo e agricultura: o caso de Analândia/SP*”, VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa, Ipojuca/PE: ALASRU.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato (2011), “*Estudo da percepção ambiental em torno das entidades gestoras e dos sujeitos envolvidos com políticas e programas de interesse público para o desenvolvimento rural sustentável da bacia do rio Corumbataí*”, Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada, ESALQ e CENA, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

PECQUEUR, Bernard (2005), “*O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para os países do Sul*”, Raízes, vol. 4, n. 1 e 2, Campina Grande/PB: UFCG, pp. 10-22.

RIST, Gilbert (1996), *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*, Paris: Presses de Sciences po.

RESERVA EXTRATIVA MARINHA (RESEX) DA PRAINHA DO CANTO VERDE: A COMUNIDADE CONCRETIZANDO UM SONHO

José Wilson Galdino

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma análise dos processos pelos quais um grupo de pescadores articulados em torno de um Conselho de Pesca, uma das bases de seu movimento social, arti-culou e mobilizou a comunidade do município de Beberibe, culminando com a criação da Reserva Extrativista Marinha (RESEX) da Prainha do Canto Verde. Junto com a luta pela posse da terra, essa comunidade foi submetida a um processo educativo, através de seu movimento social local, que qualificou suas lideranças a enfrentarem todos os obstáculos desse processo. Empregando os passos e instrumentos da pesquisa qualitativa, fundamentada num estudo de caso, com concepções etnográficas e o enfoque fenomenológico, apresentamos neste trabalho os resultados de nossa apreensão das vivências explicitadas nos relatos dos protagonistas. O discurso dos sujeitos revelou diversos aspectos da experiência de conquista da RESEX, os quais fortaleceram e articularam o movimento social dos pescadores profissio-nais litorâneos, bem como criaram uma referência, um exemplo a ser seguido pelas demais comunidades que vivenciam conflitos pela posse de seu território. Da mesma forma, contribu-íram para a solidez do movimento social da Prainha, de sua mobilização e, por consequência, da organização da comunidade.

Palavras-chave: Comunidades Litorâneas; Pesca Artesanal; Movimentos Sociais.

NAVY RESERVE EXTRACTION (RESEX) PRAINHA THE SINGING GREEN: COMMUNITY REALIZING A DREAM

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the processes by which a group of fishermen articulated around a Board of Fisheries, one of the foundations of their social movement, articulated and mobilized the community of Beberibe, culminating with the creation of the Marine Extractive Reserve (RESEX) Prainha do Canto Verde. Along with the struggle for land, this community has undergone an educational process through their local social movement, which made their leaders able to face all obstacles in this process. Employing the steps and tools of qualitative research, based on a case study with ethnographic and phenomenological conceptions, in this paper we present the results of our apprehension of experiences explained in the accounts of the protagonists. The subjects' discourses revealed many aspects of the experience of the con-quest of the RESEX, which strengthened and articulated the social movement of coastal fi-shermen, as well as created a reference, an example to be followed by other communities who experience conflicts over possession of their territories. Likewise, contributed to the strength of the social movement of Prainha, its mobilization and, consequently, the community organi-zation.

Key Words: Coastal Communities; Artisanal Fishing; Social Movements

JOSÉ WILSON GALDINO: Professor e Pesquisador da Universidade. Federal do Ceará - SEDUC-CE. E-mail:galdinoufc@gmail.com

Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa intitulada “Educação e Movimentos Sociais na Pesca Artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde”, realizada pelo autor no litoral cearense para a obtenção do grau de Doutor.

Introdução

A comunidade objeto/unidade desta pesquisa foi a “Prainha do Canto Verde”, localizada no Distrito de Paripueira, Município de Beberibe, situado no litoral leste do Estado do Ceará, distando 116 km da cidade de Fortaleza, tendo como acesso principal a CE-040 (Figura 1). O trajeto de 05 km da CE-040 até a comunidade somente foi asfaltado em março de 2000. Até então, somente carros com tração realizavam esse percurso sem maiores prob-

lemas. Trata-se de uma comunidade típica de pescadores artesanais litorâneos e que, nos últimos vinte anos, foi “palco” de várias mobilizações que perpassam os movimentos sociais litorâneos do Estado. Nessa perspectiva, ela é considerada como uma referência de organização comunitária, que apresenta resultados relevantes em suas lutas e reivindicações pelos seus direitos de cidadania.

A comunidade possui sentimento associativista intenso, calçado pela luta dos moradores em defesa de seu território de moradia/

Figura 1: Acesso e Localização da Prainha do Canto Verde no Litoral Cearense



Fonte: Governo do Estado do Ceará/DER, 2007

habitação, em virtude da especulação imobiliária de seu litoral, desencadeada por agências turísticas e empreendedores imobiliários, por meio de seus “grileiros”, principalmente a Imobiliária Henrique Jorge. A principal atividade econômica é a pesca extrativista artesanal, a qual se constitui na mais importante fonte de renda de suas 390 famílias (IBGE-2003), que ocupam um aglomerado de 190 casas (ALMEIDA, 2002), onde reside um total de aproximadamente 1.300 habitantes. Outra fonte de renda que despontou nessa década vem do tipo de turismo comunitário implantado na Prainha, que serve de referência para diversas outras comunidades tradicionais do litoral. Sua estruturação político-social está assim representada (novembro/2009):

- 1º) Associação dos Moradores: composta por uma diretoria com 12 membros, os quais representam aproximadamente 300 sócio-comunitários;
- 2º) Conselho de Ética e Cidadania: alocado dentro da Associação de Moradores, é composto por 12 membros, ex-diretores e participantes da representação política local;
- 3º) Conselho de Educação: composto por 14 membros, todos professores/educadores das duas escolas existentes na sede da comunidade;
- 4º) Conselho de Pesca: possui 15 membros em sua gestão; trata-se de um grupo de pescadores profissionais que “pensam” e discutem os problemas da categoria na comunidade;
- 5º) Conselho de Turismo: possui em sua administração 09 membros, que representam um grupo de aproximadamente 70 comunitários;

6º) Conselho de Saúde: composto por 12 membros que trabalham e/ou prestam serviços na área de saúde na comunidade;

7º) Capatazia dos Pescadores (representa a Colônia Z-11): possui em seu quadro social atual um contingente de aproximadamente 250 pescadores.

As comunidades pesqueiras tradicionais do litoral cearense estão organizadas em torno de movimentos sociais característicos da pesca artesanal, que são constituídos com base em determinados problemas sociais (pesca predatória, habitação, saúde, educação etc.) enfrentados em seu coletivo, que normalmente só são superados nas lutas desses movimentos, pelos direitos de cidadania de seus moradores, produzindo uma pedagogia inerente a essa ação. Essa realidade ensejou a elaboração de uma pesquisa que se propôs a estudar o processo educativo do movimento social na comunidade da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense, buscando compreender seu papel no processo organizativo dessa comunidade, com o propósito de contribuir com os sujeitos sociais e institucionais que atuam nessa atividade para a elaboração de políticas públicas que efetivamente permitam o exercício dos direitos sociais dessas populações.

Dentro desse objetivo maior, observou-se que o grupo de pescadores que forma o Conselho de Pesca local, uma das bases do movimento, foi o principal responsável por uma série de ações e atos que vieram movimentar e mobilizar toda a categoria dos pescadores artesanais do Estado, com repercussões nos planos

estadual e nacional. Uma dessas ações foi a viagem de protesto da jangada comunitária SOS Sobrevivência¹, em abril de 1993. Outra ação foi a mobilização, a partir dessa comunidade, para a instalação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX), na área onde ela está inserida, foco principal da discussão desse trabalho.

METODOLOGIA

Numa pesquisa acadêmica, antes de se definir a metodologia a ser utilizada, devemos ter uma atenção direcionada à natureza do objeto de estudo, às propriedades inerentes ao seu ser. Nessa perspectiva, a metodologia é “[...] concebida como um processo globalizante de acesso ao real, dentro do qual estão os instrumentos necessários, escolhidos de acordo com os tipos de dados que queremos obter”. (HAGUETTE, 1990, p. 173).

Neste trabalho, procurou-se seguir os passos instrumentais da pesquisa qualitativa, fundamentada em um estudo de caso descritivo, qualitativo-explicativo, com concepções etnográficas e da pesquisa-ação, pois se pesquisou e estudou ao longo de cinco anos uma comunidade singular, que possui um valor em si mesma (LUDKE e ANDRÉ, 1988). Também se utilizou o enfoque fenomenológico que teve como objetivo captar e compreender a essência do fenômeno buscado, sem, contudo, pretender uma universalidade de análise. Segundo

Heidegger (1957), o método fenomenológico procura compreender o que se mantém velado e não se deixa mostrar diretamente, isto é, o fenômeno, no que ele tem de mais próprio e que constitui a sua essência.

Como citado, esta pesquisa possuiu uma concepção etnográfica, pois realizamos uma imersão no cotidiano dos sujeitos. Essa prática nos possibilitou uma observação direta dos comportamentos sociais com suporte numa relação humana, visto que o estudo da totalidade de um fenômeno social supõe a integração do observador no próprio campo de observação, envolvendo-o na vida própria da comunidade em todas suas atividades essenciais e acidentais (LÜDKE e ANDRÉ, 1988; TRIVIÑOS, 1995).

Os dados primários foram obtidos de uma amostra não aleatória, do tipo intencional, por quotas (BOLFARINE, 2005). A coleta desses dados foi realizada mediante a aplicação de 31 entrevistas estruturadas, semiestruturadas e informais, individuais, as quais foram aplicadas, principalmente, com as lideranças locais. Também se recorreu à ajuda da observação participante e ao emprego de elementos da metodologia crítico-dialética, para ajudar no encontro das interconexões e contradições que formam o tecido social local; e da ferramenta “diário de campo”, onde se registraram nossas impressões acerca das relações entre os principais sujeitos da pesquisa. Para organização desses dados, buscou-se o auxílio da infor-

1. Para conhecer melhor sobre a história da viagem da SOS Sobrevivência e seus desdobramentos, cf. <http://prainhadocantoverde.org/>

mática, mediante a utilização do *software* QSR NUD*IST, como ferramenta de apoio para análise das transcrições das entrevistas.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O paradigma teórico da nossa pesquisa parte do pressuposto de que, habitualmente, toda demanda social proveniente de comunidades organizadas enseja ou constitui-se num processo educativo para a população reivindicante (GOHN, 2003). A autora ressalta que “o caráter educativo deste processo é dado pela aprendizagem obtida, quanto aos assuntos em questão; pelo papel dos agentes e atores envolvidos; e pelas estratégias ou resistências que são elaboradas”. (Op. cit., p. 175). Nosso trabalho em campo mostrou que, no movimento social da Prainha do Canto Verde, essa afirmação se tornou realidade para aqueles que participam da vida comunitária local, transmitindo os seguintes ensinamentos:

Primeira lição: essa luta da terra que a gente luta em prol do bem comum de todos; porque, na verdade, essa comunidade tem lutado há muito tempo pensando só no bem de todos os moradores. [...] Todas essas lutas que nós enfrentemos aqui dentro, sobre a terra, a pesca, o turismo, todas essas coisas são lições de vida pra quem participa do movimento. (Pescador, 65 anos).

A teoria da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire (FREIRE, 2000) foi utilizada para mostrar a “conexão” movimentos sociais-educação e auxiliou no entendimento do processo educativo construído durante as lutas e nas histórias de vida daqueles que vivenciaram e participaram desse movimento.

Investigando a relação entre educação e movimentos sociais, Roseli Caldart (2000) considera o pedagogo Paulo Freire como o teórico que abriu um vasto caminho para entendermos esse diálogo, na medida em que ele edificou sua obra em torno da produção do “ser humano como sujeito, e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de sê-lo, [...], de tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação”. (Op. cit., p. 204).

Dessa forma, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire é um dos instrumentos para a descoberta crítica – “a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização” (FREIRE, 2001, p. 33). Nesse sentido, ela constitui um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização e, portanto, na constituição dos movimentos sociais populares, pois não está em si a circunstância de exclusão, de opressão, que leva cidadãos a se engajarem na luta social, mas sim o entendimento da razão de ser de seu estado de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliada à utopia da mudança, ao saber de que mudar é difícil, mas possível, possibilita que os cidadãos excluídos da história se organizem e se engajem na luta dos movimentos soci-

ais, para modificá-la.

Para nós essa “revolução” que passa pelo processo educativo, no caso do movimento social da Prainha do Canto Verde, pode ser apresentada pela formação de lideranças (constituem o Conselho de Pesca), forjadas na luta de seu movimento, que hoje representam exemplos de líderes no plano nacional, como no testemunho narrado a seguir, dentre outras ações que “marcam” a presença do movimento local na pesca artesanal do município.

Eu acho que foi na perspectiva da formação das pessoas. A formação de um ‘Beto’, por exemplo, passa muito pela formação política das pessoas. E algumas outras mudanças que a gente não pode creditar somente ao Terramar²- porque nós somos sujeitos, dentro de um consenso maior -, mas que são importantes, como a questão do preço da lagosta, que saiu de R\$ 26,00 para 47,00 reais, com a implantação do entreposto. (Assessor, Terramar).

Essas lideranças também foram corresponsáveis pela implantação do projeto dos Arrecifes Artificiais na comunidade, planejado e executado pelo Terramar em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi o primeiro projeto dessa natureza no Nordeste do Brasil. Essa ação resultou no incremento da produção de peixes, o que ainda hoje reflete na produção local, principalmente daquelas espécies mais utilizadas para o consumo da população local. Isso só foi possível graças ao nível de organização dos profissionais da pesca e suas preocupações com relação à sustentabilidade dessa atividade.

Por sustentabilidade na pesca artesanal, o *Marine Stewardship Council* (MSC³, 1998) compreende a extração responsável e sustentável do recurso marinho que assegure a capacidade de seguir proporcionando benefícios às gerações presentes e futuras, mantendo sua produtividade e a diversidade biológica daquelas comunidades marinhas ecológicas. Esse conselho trabalhou com dez comunidades de pescadores artesanais pré-selecionadas em todos os continentes, com o intuito de testar a implantação de selos de certificação e qualificação para produtos da pesca artesanal. No Brasil, a comu-

2. O Instituto Terramar é uma ONG que foi concebida por intelectuais e lideranças, com base nas demandas e do exemplo que vinha mostrando o movimento popular local, mediante sua organização e mobilização, durante a viagem de protesto da SOS sobrevivência.

3. O MSC (Conselho de Manejo Marinho) é o líder mundial em certificação e qualificação ecológica de programas de sustentabilidade para mariscos. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos dedicada à ampla proteção e sustentabilidade das pescarias e ecossistemas associados. O conselho foi criado por iniciativa da Unilever (Multinacional Holandesa) e o World Wildlife Fund (WWF). Atualmente, o conselho atua totalmente independente e é administrado por um quadro de diretores, assessorados por especialistas nas áreas científica, econômica e de pesca (tradução nossa). Disponível em: <http://www.msc.org/>, acesso em: 06 jun. 2009.

nidade escolhida foi a Prainha do Canto Verde, em virtude dos trabalhos de organização em defesa dos direitos que a categoria dos pescadores artesanais mantém ao longo dessa última década. A pré-certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi desenvolvido em de abril de 2000, por meio dos assessores do MSC em parceria com o Instituto Terramar.

Para a comunidade da Prainha, participar da etapa de pré-avaliação para a certificação de sustentabilidade da pesca artesanal da lagosta foi mais um passo importante conseguido pelo movimento comunitário, em direção à sustentabilidade da pesca local. O evento também serviu para chamar atenção de organizações e patrocinadores internacionais voltados para projetos que envolvam a questão da pesca artesanal. Da mesma forma, para obter o reconhecimento dos poderes públicos estadual e federal no apoio desses projetos quando algum deles for os responsáveis por essa aprovação/execução.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO

As ações do Conselho de Pesca da comunidade da Prainha do Canto Verde impul-

sio-naram-no a pleitear, em nome do coletivo, deste setembro de 2001, junto ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) do IBAMA, a criação e demarcação de uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX⁴), para combater a pesca predatória e para uma melhor cogestão comunitária dos recursos marinhos do litoral do município. Para tanto, as lideranças da Prainha passaram a difundir e articular a ideia através de debates e discussões em diferentes assembleias de várias entidades e eventos nas comunidades litorâneas de Beberibe. Nesses encontros:

[...] nós temos levado uma linguagem bem direta, nós que temos participado de muitas oficinas aí pelo litoral, então a gente fala, bem claro: ‘se vocês não cuidar do quintal de vocês, não vai ser o Prefeito, não vai ser o Terramar, não vai ser o Deputado que vai cuidar disso aqui não. Se a gente conseguir essa reserva e vocês que fazem parte não cuidar, é mesmo que nada, de nada vai resolver’ (Líder comunitário, 33 anos).

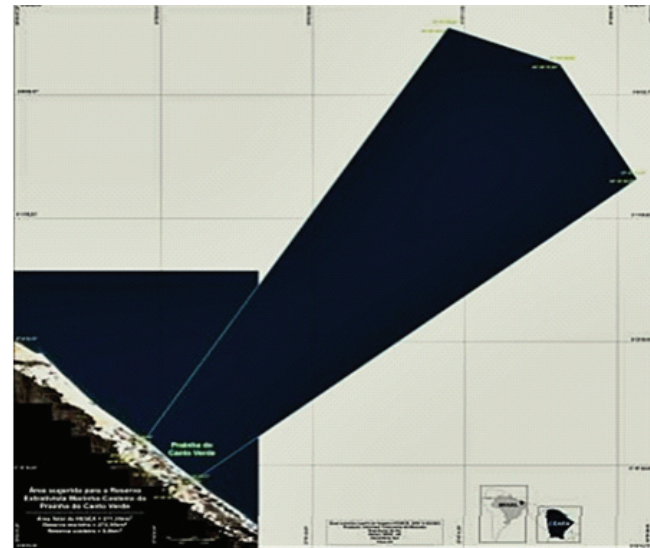
Numa primeira tentativa, a Prainha, por

4. Segundo a Lei nº 9.985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu Art. 18, combinada com o Decreto nº 4.340, de 22/08/2002, que a regulamenta, juntamente com o Decreto nº 98.897, de 30/01/1990, que regulamenta as reservas extrativistas na categoria de unidades de conservação, as Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas tradicionais. Nessas áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com os interesses sociais de melhoria de vida e preservação da cultura das populações habitantes, assegurando-lhes o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

meio de suas lideranças, capitaneou e puxou esse movimento em prol da constituição da RESEX em todo o litoral do Município. No plano local, o processo foi iniciado com uma solicitação formal dos moradores da área (abaixo-assinado), tendo como signatários as entidades que os representam e apoiam, no caso, a Associação e o Instituto Terramar. O nível organizacional, com a realização de estudos técnicos e documental, foi realizado “com apoio do Terramar, da VINA, da Fundação Amigos, do Fórum dos pescadores, do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e da UFC. Hoje estamos com um apoio muito forte da articulação política, a nível municipal, estadual e até federal” (Líder comunitário, 33 anos).

O resultado desse trabalho, na segunda tentativa, foi a apresentação de um Laudo Técnico Ambiental, Socioeconômico e Cultural, como proposta de criação de uma Unidade de Conservação, Reserva Extrativista Marinha-Costeira da Prainha do Canto Verde (Figura 2), em janeiro de 2006, ao Subcomitê Científico do Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagosta (CGSL⁵), o qual teve a participação direta do Departamento de Geografia da UFC. Com o apoio e defesa das entidades que a Prainha conseguiu arregimentar, o CGSL aprovou de imediato a proposta de criação da RESEX e deu seguimento ao processo junto ao IBAMA.

Figura 2: Área proposta para criação da RESEX da Prainha



Fonte: Laudo Ambiental, Socioeconômico e Cultural (2005)

Vale ressaltar que, para se chegar a esse ponto, foi necessário que o movimento local, por meio do Conselho de Pesca, promovesse um acentuado processo educativo, que incluiu, primeiramente, um esclarecimento junto à maioria dos pescadores sobre o porquê da RESEX, quais suas vantagens; e, segundo, um trabalho de mobilização e motivação para que participassem nas reuniões e debates para elaboração e aprovação do projeto final. Este trabalho vem acontecendo desde 2001 e pode ser

5. O CGSL foi criado pela Portaria do IBAMA nº 83, de 23/09/2004. Funciona de forma paritária dentro de sua composição representada por 13 instituições, além do IBAMA. Tem como objetivo principal assessorar o Instituto na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada do uso sustentável das populações das lagostas, no litoral brasileiro. Conta com um Subcomitê Científico e com grupos da gestão nos estados, para auxiliar e subsidiar suas deliberações. A Prainha é a única comunidade do país a possuir dois moradores com “assento” no CGSL; um representa o MONAPE e o outro representa as organizações ambientalistas não governamentais.

considerado como o primeiro aprendizado no gerenciamento da reserva.

O último passo após a mobilização da comunidade em torno da questão e da efetivação dos estudos foi a realização de uma Consulta Pública à Comunidade, convocada pelo IBAMA, para a criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde. O evento ocorreu na manhã do dia 07/01/2007, um domingo, e estiveram presentes, além dos moradores, o Superintendente do IBAMA-CE e representantes do IBAMA/DISAM-Brasília, da SEAP-Ceará, da Prefeitura de Beberibe, do Sindicato dos Pescadores, do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará (FDZCC), do Instituto Terramar, da Colônia de Pescadores Z11, da Federação dos Pescadores do Ceará, do MONAPE e das comunidades de Morro Branco, Praia das Fontes, Barra de Sucatinga e Parajuru. Também estivemos presente nessa assembleia.

Após a apresentação da proposta oficial, seguiram-se os questionamentos, debates e discussões dos comunitários e participantes às autoridades representadas, em relação ao assunto do evento. Na sequência, a criação da RESEX da Prainha foi aprovada pelos moradores da comunidade. Ato contínuo, o IBAMA encaminhou o processo com a Ata da Consulta Pública para o Ministério do Meio Ambiente, que, após apreciação e aprovação, encaminhou para a Casa Civil e, finalmente, ao presidente da República, que assinou o Decreto nº 0-002, de 08 de junho de 2009, criando a Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde. Em seu artigo 2º, estabelece com objetivo principal:

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da comunidade da Prainha do Canto Verde, residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas.

O Decreto em apreço, combinado com a legislação sobre as RESEX, já apresentada, determina que, para a exploração dessa área, deve haver um Contrato de Concessão Real de Uso, o qual deverá incluir um Plano para Gestão e Utilização aprovado pelo IBAMA. Esse Plano será o instrumento administrativo que mostrará a utilização autossustentável dos recursos naturais, sem afetar seu meio ambiente e respeitando a legislação ambiental vigente. Sua concepção e aprovação inicial deverão acontecer com a participação direta dos moradores da unidade, mediante consultas e reuniões, com a aprovação acontecendo em assembleia da associação local.

Nessa etapa, a Prainha também parte na frente, pois sua mobilização e organização comunitária falicitaram e favoreceram a composição de um sistema ordenado na gestão da RESEX, tornando mais transparente esse processo, apresentando um “regulamento” que possa ser cumprido, respeitado e observado por seus habitantes. Para tanto, a comunidade já dispõe de uma estrutura de ensino que certamente auxiliará no desenvolvimento e ex-

educação de um programa de educação ambiental permanente, sensibilizando a comunidade, de forma partici-pativa, para a importância da valorização de sua paisagem e a continuidade do ordenamento da atividade da pesca sustentável.

A mesma legislação estabelece que a Reserva seja gerida por um Conselho Deliberativo, que será presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído de representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente na área da Reserva, conforme deverá dispor seu regulamento e o dispositivo de criação da Unidade. Novamente a experiência organizacional e a vivência conseguida pela comunidade na luta pela posse da terra facilitaram a participação de suas lideranças na gestão da reserva. Nesse sentido, uma de suas lideranças atual expressa sua expectativa com relação à conquista do território, tão almejado por seus antecessores;

A RESEX irá mudar a vida das pessoas que vivem na Prainha, pois a partir de agora ninguém mais vai poder se apossar dessas terras. É uma conquista muito importante pela qual tivemos que lutar durante muitos anos, mas o resultado chegou e agora é seguir em frente tentando consolidar as estratégias de sustentabilidade comunitária. (Líder comunitário, 33 anos).

No ano seguinte à aprovação da RESEX, a comunidade sofreu mais um ataque dos

especuladores imobiliários, desta vez de um protagonista que se dizia “amigo” da comunidade e possui uma mansão (veraneio) de 4 milhões de Reais (Revista VEJA – 17, Junho 2009) dentro da área delimitada pela reserva. O especulador, proprietário de uma rede de escolas e faculdade no município de Fortaleza, entrou com uma ação de embargo contra a formação da RESEX da Prainha. Já perdeu em primeira instância e seu ato proporcionou uma vitória do Grupo de Trabalho do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), agência do governo federal responsável para cogestão da RESEX da Prainha do Canto Verde. O relatório já foi aprovado pelo Presidente do ICMBio e foi proposta uma ampliação da área da RESEX (Figura 3).

Figura 3: proposta de ampliação da RESEX da Prainha



Fonte: GT do ICMBio (2011)

CONCLUSÕES

A Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde tornou-se realidade. Trata-se de mais uma conquista social de seu movimento comunitário, principalmente no que diz respeito ao seu Conselho de Pesca, que foi o segmento social local responsável por encaminhar esse processo. É mais um passo enorme, em direção a uma possível solução para o problema da recuperação dos estoques da lagosta, da sobrepesca e da viabilidade econômica de suas pescarias. Assim, a pesca é um segmento muito importante na qualidade de vida da população local, não somente como atividade econômica, mas também cultural e coletiva, pela qual toda a comunidade, de modo geral, nutre um grande sentimento de amor, gratidão e respeito, como componente do ambiente marinho.

De determinado modo, a conquista da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, também, veio facilitar e proporcionar soluções mais adequadas à realidade da comunidade para o problema da terra, pois tornou inegociável a área de marinha e adjacências que foram demarcadas e onde estão fincadas as residências dos comunitários. A legislação sobre as RESEX determina que a área estabelecida em decreto somente possa ser explorada após a aprovação de um Plano de Gestão e Utilização, que deverá ter a aprovação do IBAMA.

A aprovação desse instrumento deve acontecer com a participação direta da comunidade, mediante consultas, reuniões e votação em assembleia geral da Associação local. Dessa

forma, a criação da RESEX tem proporcionado maior segurança para os interesses locais comunitários, pois, com a mudança no aspecto jurídico, será possível avançar na gestão comunitária interna da terra. Outro aspecto a ser destacado é que, em decorrências das incertezas que havia em relação a esse ponto, muitos projetos da comunidade ficavam paralisados. Além do mais, o controle sobre a especulação imobiliária, construções irregulares e até a fiscalização da pesca predatória se tornará mais ágil e eficiente, pois a RESEX aprovada considera também uma área de mar. Com essa iniciativa, o solo só poderá ser usado de forma sustentável. É a oportunidade que os moradores da Prainha sempre precisaram para desenvolver a pesca sustentável.

Com a conquista da RESEX, os desafios desse grupo de pescadores e do movimento local se ampliaram para com as demais parcerias da comunidade. Mediante as trocas de experiências nesses espaços apresentados, o movimento local se ampliou, articulando-se no estado e no país, voltando-se, fundamentalmente, para as questões de sustentabilidade da pesca e do combate à pesca predatória, bandeiras fundamentais desse segmento.

Mediante tais ações e conquistas, as lideranças e os profissionais do segmento da pesca na comunidade contribuem para o melhoramento da qualidade de vida da população local. Os desafios ainda são enormes, principalmente com a conquista da RESEX, mas, certamente, a comunidade trilhará esse caminho de êxito, aberto por seu movimento local, impulsionando o diálogo entre os diferentes sujeitos

sociais locais, criando referências e exemplos a serem seguidos e reproduzidos por comunidades tradicionais pesqueiras, litorâneas, do Estado.

A conquista da RESEX, por intermédio do movimento local, também tem proporcionado uma nova visão aos seus participantes, fruto de um trabalho coletivo de suas lideranças, sujeitos e assessores externos, que visam a atingir a todos os moradores da comunidade. Trata-se de uma educação popular que procura envolver todos os segmentos locais mediante aprovação e execução de projetos e propostas, amplos, que mobilizam toda a sociedade local. Essa visão é fruto do movimento comunitário, visão que muda o entendimento, que cria e promove novos conceitos, novas atitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Henrique L.P.S. *Indicadores de qualidade de vida: instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais - o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE*. 2002. 223 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, W. Oliveira. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher: ABE - Projeto Fisher, 2005.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GALDINO, J. Wilson. *Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: o caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOHN, M. da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003a.

HAGUETTE, T. Maria Frota. *Dialética, dualismo epistemológico e pesquisa empírica*. In: HAGUETTE, André et al. *Dialética hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

HEIDEGGER, Martin. *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1957.

IBGE. *Características Gerais da População, Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. *Pes-*



quisa em educação: abordagens qualitativas.
São Paulo: EPU, 1988. (Coleção temas básicos
de educação e ensino)

MARINE STEWARDSHIP COUNCIL (MSC).
*Certificação de Pescarias Sustentáveis: do-cu-
mento informativo.* Londres: MSC, 1998.

NUD*IST 4.0. User Guide. Sidney: QSR, 1996.
TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesqui-
sa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em
educação.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.



AGROECOLOGIA, SOBERANIA ALIMENTAR E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA NA FEIRA AGROECOLÓGICA DE MOSSORÓ-RN: O ENLACE DA SUSTENTABILIDADE

Joaquim Pinheiro de Araújo; Zildence Matias Guedes Maia

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de transição para uma agricultura de base ecológica a partir da feira agroecológica de Mossoró. A busca por maior autonomia da agricultura familiar camponesa implica tanto um novo projeto para a produção, com a diversificação da alimentação familiar, quanto para a comercialização. A venda direta de produtos ao consumidor cria cumplicidade entre produção e consumo, no caminho de se alcançar maior sustentabilidade produtiva, social e econômica para esse segmento. Esta via alternativa é distinta do modelo de modernização da agricultura, em que a atividade agrícola era considerada viável apenas quando inserida na lógica da especialização, tanto no uso de insumos agroindustriais como em uma produção voltada para o mercado convencional, marginalizando a soberania alimentar e os mercados de proximidade. Para essa investigação, foram utilizadas algumas categorias essenciais para a análise do processo de transição agroecológica que apontem para a emancipação, tais como autonomia, identidade, resistência e elaboração de projeto de superação, para refletir sobre os diversos avanços e limites dessa iniciativa.

Palavras-chaves: Agricultura, Políticas Públicas, Soberania e Segurança Alimentar

AGROECOLOGY, FOOD SOVEREIGNTY AND JOINT COMERCIALIZATION IN AGROECOLOGICAL FAIR OF MOSSORÓ – RIO GRANDE DO NORTE STATE, BRAZIL: THE LINK OF SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the process of transition to an ecologically-based agroecological analyzing the Fair of Mossoró (a city of the Rio Grande do Norte State, Brazil). The search for greater autonomy of peasant family farming requires both a new project for the production in order to produce the diversification of the family diet and to commercialize. The direct selling of products creates complicity between production and consumption and prepares the way to achieve a greater productive, social and economic sustainability for this segment. This alternative pathway is distinct from the model of modernization of agriculture, where farming was considered feasible only when inserted in the logic of specialization, both in the use of agro-inputs as in a production aimed at the mainstream market, marginalizing food sovereignty and local markets. For this investigation, we used some key categories for the analysis of the agroecological transition process pointing to emancipation, such as autonomy, identity, resistance and overcome project design, to reflect on the various progress and limits of this initiative.

Key Words: Agriculture; Public Policies; Food Sovereignty and Security

JOAQUIM PINHEIRO DE ARAÚJO: Dr. Em Ciências Sociais/Professor do Departamento Agrotecnologia e Ciências Sociais/ Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: joaquim_rn@uol.com.br ZILDENCE MATIAS GUEDES MAIA: Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade / Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Email:zildence@hotmail.com.

Introdução

A exemplo de várias experiências no Brasil, a construção de feiras agroecológicas tem se constituído como um instrumento de reflexão e vitalização do processo em curso de fortalecimento da agricultura de base ecológica desenvolvida por agricultores/as experimentadores, e apoiado por entidades de assessoria que buscam contribuir para que essas ações ganhem maior espaço na sociedade.

Essas feiras são uma iniciativa de cidadania pela sua novidade na forma organizativa, em que todo o complexo processo de produção e comercialização é colocado em questão, gerando um movimento de produção e consumo desconectado das redes globais dos impérios alimentares (PLOEG, 2008). Assim, busca-se romper com a concepção da agricultura baseada nos pacotes tecnológicos, inspirados na revolução verde, para uma alternativa centrada nos potenciais endógenos que costurem um imbricamento entre produção, consumo familiar e comercialização, potencializando a relação e reconhecimento de produtores e consumidores como parceiros.

Para Canuto (1998), as diferentes formas de compra direta de produtos agrícolas é um processo recente e promissor, que tem mostrado algumas vantagens para o produtor e o consumidor. Para o primeiro, a supressão dos intermediários, potencializando maior retorno econômico e a possibilidade de ouvir dos consumidores avaliações do que está produzindo; para o segundo, adquirir produtos mais frescos a preços mais baixos, além de obtenção

de maior conhecimento sobre a origem e forma de produção dos alimentos que vai consumir. Essas novidades precisam ser analisadas para além da escala quantitativa do que estão produzindo e comercializando. O seu formato tem elementos muito distintos do modelo convencional prevalecente, pois aqui os agricultores são sujeitos do processo. Por isso, vislumbram-se possibilidades de avanço, em comparação ao estágio atual, já que os grupos envolvidos estão em movimento, empolgados e abertos a novos conhecimentos a partir de suas participações em espaço de formação e intercâmbios, além de mais empoderados, para exigirem políticas públicas que fortaleçam suas opções.

É possível afirmar que uma das diferenças entre os agricultores que fizeram a opção pela agroecologia e aqueles que ainda não a descobriram é a percepção da própria agricultura. Enquanto estes estão muito pessimistas com as possibilidades de melhoria de vida por meio da atividade agrícola, aqueles estão otimistas e sendo alimentados nos espaços de que participam. Quando saem para comercializar seus produtos nas feiras, o retorno econômico é apenas uma das dimensões positivas. Esse processo tem dado vazão à autoestima de produzirem um alimento diferenciado, já que, orgulhosamente, fazem questão de dizer que seus produtos não têm veneno. Também, o ato de comercializar, possibilita o exercício da comunicação, contribuindo para ficarem mais extrovertidos e comunicativos.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os impactos da feira agroecológica de Mossoró para as famílias agricultoras, consumidores

e a própria cidade, assim como os impasses que impedem que essa experiência adquira uma maior dimensão e alcance sua consolidação no município. Também foram analisadas as práticas técnico-produtivas utilizadas na produção, buscando relacioná-las com a perspectiva de transição agroecológica e soberania alimentar. Esse trabalho é fruto da formação de um grupo de pesquisa, constituído por professores e estudantes da UFERSA, que vem acompanhando e analisando a trajetória da feira agroecológica de Mossoró. Foram feitas visitas para entender toda a dinâmica da feira e realizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores/feirantes abordando o processo de forma sistêmica e incorporando toda a cadeia, desde o processo produtivo e seus desafios da transição agroecológica, passando pelas possibilidades de processamento dos produtos e diversificação do cardápio familiar, até a concretização da comercialização, momento mais efetivo da relação entre produtor/a e consumidor/a. Foram também entrevistados consumidores no intuito de perceber a avaliação deles em relação a essa iniciativa. Além disso, foram feitas leituras sobre as temáticas de agroecologia e soberania alimentar, além de trabalhos científicos que investigaram outras feiras agroecológicas que pudesse subsidiar a investigação e definição das categorias analíticas.

As análises estão referenciadas nas categorias de autonomia, identidade e resistência como pressupostos para o êxito da convergência entre as temáticas da transição agroecológica, soberania alimentar e comercialização solidária.

AGROECOLOGIA COMO CONTRAPONTO E ALTERNATIVA AO SISTEMA AGROALIMENTAR DOMINANTE

A importância de resgatar a cultura camponesa na discussão da proposta da agroecologia é muito útil pelo entendimento de que ela pode servir como uma espécie de ponto de partida para dialogar com outros conhecimentos, inclusive aquele produzido nas universidades e centros de pesquisas. A partir da interação desses conhecimentos, é possível a construção de estratégias que caminhem no sentido de uma maior autonomia em suas várias dimensões e uma maior sustentabilidade. Na agroecologia, é necessário interpretar a realidade de forma sistêmica e, para isso, a agregação do conhecimento do agricultor torna-se tão importante quanto a base teórica do extensionista (SILVEIRA e BALEM, 2004).

Para que isso aconteça, é necessário, por parte dos mediadores, um desprendimento da carga preconceituosa, adquirida no processo de formação acadêmica, baseada na ideologia da modernização da agricultura e da revolução verde, sobre os conhecimentos locais dos agricultores. O paradigma de simplificação dos processos agrícolas, inclusive dos seus objetivos restritos ao econômico, tem impedido a busca de alternativas ecológicas e socialmente apropriadas, nas quais o pacote tecnológico sofre ressignificação ou até substituição.

Conforme Almeida (1999), a proposição e aspiração de autonomia camponesa, em contraposição ao processo de heteronomização¹, não pode ser vista como algo retrógrado, mas

1. Almeida (1999) toma emprestado esse conceito de Ivan Illich que significa, em última instância, a perda da capacidade da agricultura camponesa se autorregular. Seu sentido etimológico é aquele que recebe do exterior as leis que regem a sua conduta.

como uma lógica que se coaduna, do ponto de vista microeconômico e tecnológico, como dimensão da resistência capaz de frear o processo de marginalização pelo qual está ameaçada a produção camponesa.

Essa autonomia camponesa é perseguida em, pelo menos, quatro dimensões: na produção, quando busca uma maior independência dos insumos externos; no consumo, quando diversifica a produção como estratégia para a subsistência familiar; no domínio do tempo, quando organiza sua dinâmica de trabalho; e na relação com o mercado, com formas diferenciadas de comercialização, através de mercados de proximidades e aproximação dos consumidores.

Para Ploeg (2006), contra as tendências de exclusão provocadas pelo processo de mercantilização de toda a dinâmica da agricultura, o camponês atualmente busca continuar existindo e reforçando as seguintes dimensões: autonomia, agricultura mais econômica, reconexão da agricultura com a natureza, pluriatividade, novas formas de cooperação e reintrodução da artesanidade.

A ideia da transição agroecológica significa ir além da substituição de insumos. Nesse sentido, é necessário demarcar a diferença entre agricultura alternativa, compreendida como um conjunto de práticas e tecnologias que permite a utilização de certos insumos e não de outros, e a agroecologia que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar e desenhar agroecossistemas.

A perspectiva de transição agroecológica é mais do que a ecologia aplicada na atividade

agrícola. Ela precisa assumir uma dimensão política e cultural, à medida que se amplia no sentido de compreender o metabolismo entre sociedade e natureza. Ou seja, os sistemas agrícolas se desenvolvem como resultado da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente. Uma agricultura verdadeiramente sustentável valoriza o componente humano, bem como o ecológico, e a interdependência que pode desenvolver-se entre ambos (GLIESSMAN, 2000).

Para pensar o processo de transição agroecológica, é fundamental um novo enfoque social para a agricultura e o desenvolvimento rural, construindo aspectos de conservação dos recursos naturais, viabilidade de atividades em pequena escala e métodos ecológicos modernos. Isso deve levar a uma atividade produtiva que tenha como ponto de partida o conhecimento e os recursos locais e que seja, ao mesmo tempo, sustentável e com um grau de produtividade capaz de gerar produção diversificada, propiciando condições de reprodução social das famílias e comunidades camponesas.

Para Costabeber (2004), a transição agroecológica é um processo gradual de mudança através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas. Tem como meta a passagem de um sistema “convencional” (que pode ser mais ou menos dependente de insumos externos) a outro que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica em um processo de ecologização da atividade produtiva, sem ter um momento final determinado.

Sobre o processo produtivo, Gliessman (2000) lista três passos, que acredita rep-

resentar níveis diferenciados no processo de transição agroecológica: a) o incremento das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo *inputs* caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; b) a substituição de inputs e práticas convencionais por práticas alternativas; c) o redesenho do agroecossistema, para que funcione com base em um novo conjunto de processos ecológicos.

A proposição agroecológica, além dos desafios tecnológicos e metodológicos, colocados à sua frente, deve ser capaz de ir construindo a autonomia política dos agricultores, tanto em relação ao Estado como aos impérios alimentares. Para isso, é fundamental avançar na transição para uma agricultura mais sustentável do ponto de vista ambiental e social, que possa, no médio e longo prazo, dar-lhe força política para se consolidar como um movimento social capaz de construir, na prática, uma nova lógica para a agricultura e o rural.

A SOBERANIA ALIMENTAR E A DIVERSIFICAÇÃO COMO PILARES DA AGROECOLOGIA

Os sistemas tradicionais da agricultura familiar estão sendo constantemente pressionados pela extrema homogeneização induzida pelo avanço da modernização capitalista de produção de alimentos. Em contrapartida a essa tendência, o campesinato continua tendo, na biodiversidade e na policultura, suas principais fontes de trabalho, que, antes de qualquer consciência ecológica, são muito mais uma

manifestação dos seus interesses em garantir a oferta suficiente para o autoabastecimento das suas famílias.

Para Whitaker (2008), a discussão sobre soberania alimentar está na ordem do dia, pois não basta se preocupar apenas com o aspecto da segurança alimentar de acesso à alimentação para todos os setores da sociedade. É necessário dar um passo à frente, no intuito da autonomia e independência, que as populações locais possam produzir o que desejam e necessitam consumir, baseado fundamentalmente nos seus recursos naturais e tecnológicos, iniciando pelo acesso à terra e controle das sementes. Nesse sentido, a criação dos assentamentos vem pontilhando o país com milhares de pequenos lotes, o que pode contribuir para o avanço de práticas referenciadas na soberania alimentar. Ao contrário da monotonia das monoculturas em vastas extensões territoriais, graças aos assentamentos, já se pode perceber “*a formação de mosaicos diversificados, próprios da agricultura camponesa com suas hortas, pomares, criações e cultivos variados*” (WHITAKER, 2008, p. 326).

A FEIRA AGROECOLÓGICA EM UMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA

Cresce a ênfase no debate e nas elaborações em torno da agroecologia como referência alternativa ao modelo produtivista. Essas buscas por novos caminhos e novos paradigmas de produção e de percepção sobre o rural e sua população, sem desconsiderar seus dilemas,

enxergam nesse ambiente um lugar singular, mas não isolado, que pode contribuir com perspectivas mais sustentáveis social e ambientalmente.

Essas iniciativas podem ganhar uma perspectiva de superação das dificuldades e limites presentes e ganhar uma perspectiva emancipatória? Como afirma Boaventura dos Santos (2006), isso pode acontecer a partir de novos paradigmas, construções e definições que emergem nas fronteiras em contraste com a rigidez das subjetividades e objetividades da ciência e do desenvolvimento. Pois, no geral, essas experiências apresentam formas originais de sociabilidade caracterizadas pela fluidez e a invenção, sendo orientadas tanto pelo paradigma dominante como pelo paradigma emergente.

Para Carvalho (2002), o segmento da agricultura familiar camponesa tem enfrentado dificuldades para a sua reprodução social. Isso se dá pelo processo de modernização da agricultura e dinâmica atual da acumulação do capital. Afirma que para esse segmento é melhor continuar buscando mudanças nem sempre fáceis do que vivenciar as incertezas das grandes metrópoles. Para tanto, é necessário que elas readquiram novas esperanças e uma nova utopia, que reafirme sua identidade social camponesa, o que não “*significa voltar à comunidade pré-capitalista, mas seguir outros referenciais de resistência ativa à exclusão social e a superação do modelo econômico vigente*” (CARVALHO, 2002, p. 04).

Para pensar a resistência à exclusão e as possibilidades para a sua superação, Carvalho (2002) apoia-se em Castells para elaborar uma

proposta que ele define como “comunidade de resistência e de superação”. Não àquela calçada no parentesco, vizinhança e na vida cotidiana que implica em padrões comuns de comportamento social, mas aquela surgida a partir da sociedade em rede e global que impõe padrões comuns e, ao mesmo tempo, propicia reações locais que nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais.

Para Castells (1999), a constituição de sujeitos da transformação social toma um rumo diferente do conhecido durante a modernidade, baseado na sociedade civil e no movimento trabalhista. Na sociedade atual, com funcionamento em rede, a identidade de projeto origina-se da resistência comunal. O que articula a rede não é uma conexão formal como a internet e instituições, mas o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade e movimento social, cimentado por uma identidade de resistência ativa e de superação, que significa a construção da identidade de projeto, do local para o universal contra o capitalismo contemporâneo.

Nessa direção, Carvalho (2002) desenha uma estratégia possível de contraponto ao processo de erosão da identidade camponesa, trabalhando três dimensões das mudanças: a) *práticas de consumo*: evitando hábitos tipicamente urbanos, com um consumo integralmente monetarizado, que contribui para acelerar sua crise de identidade (é fundamental avançar na perspectiva da soberania alimentar como estratégia fundamental); b) *práticas de produção*: o objetivo é uma maior diversificação da produção e um crescente processo de substituição de

insumos produtivos e gêneros alimentícios, avançando na transição agroecológica; e c) *concepção de mundo*: paralelo ao trabalho das dimensões de consumo e produção, é crucial a compreensão do funcionamento da sociedade contemporânea que contribua para a reflexão sobre as causas que determinam sua exclusão social e sua crise de identidade.

HISTÓRICO DA FEIRA, PROBLEMA ABORDADO E HIPÓTESES LEVANTADAS

Foi a partir desses pressupostos que se analisou a feira agroecológica de Mossoró, criada em 2007. A feira já era acalentada por um conjunto de famílias e entidades de assessoria, mas só se concretizou em junho daquele ano. Vale frisar que esse processo está no bojo de um amplo movimento estadual de fortalecimento da agroecologia em municípios potiguares. Essa dinâmica vem sendo fomentada por entidades que compõem a Rede Pardal (Rede de Entidades de Assessoria), além de instituições como a Rede Xique-Xique (Rede de Comercialização Solidária), SEBRAE e alguns apoios financeiros advindos do governo federal.

O primeiro passo foi a formação de um grupo de vinte famílias que participaram de uma série de cursos financiados pelo SEBRAE no intuito de contribuir para que os agricultores compreendessem o desafio para, posteriormente, construírem uma proposta global, desde a produção até a logística da feira. Para tanto, foi constituída uma associação para dar suporte a essa iniciativa. O SEBRAE também disponibi-

lizou parte da infraestrutura, como as barracas e o sistema de produção PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), além de um agrônomo para assessorar esse processo.

A feira se realiza aos sábados e inicia na madrugada com a chegada dos feirantes e dos consumidores. Das vinte famílias que começaram, saíram oito, alegando dificuldades. As doze restantes, com certificado que praticam agricultura ecológica, estão animadas e cientes dos desafios para a consolidação da feira.

Foi percebido que existe um hiato entre o que está sendo produzido e a procura pelos consumidores. Isto é, logo nos primeiros momentos da feira, a maioria dos produtos, principalmente os *in natura* (frutas e verduras) acaba, sobrando os beneficiados como o mel e a castanha. Isso demonstra, por um lado, uma insuficiência da capacidade produtiva e, por outro lado, mostra o grande potencial de expansão da feira, tanto para aumentar a produção das famílias já inseridas como uma possibilidade de integração de novas famílias.

Para seus integrantes, mesmo reconhecendo as dificuldades existentes na produção, a feira tem tido avanços significativos nos seus primeiros anos de funcionamento e pode-se dizer que já é uma realidade, tanto para os agricultores envolvidos como para os consumidores e a cidade de Mossoró. Nesse período, conseguiram criar vínculo e cumplicidade produção/consumo, que pode ser comprovado na relação e frequência continuada no local aos sábados.

Pode-se considerar que a feira agroecológica de Mossoró já se mostra consolidada,

funcionando regularmente, todos os sábados, demonstrando que sobre alguns aspectos, tem trazido satisfação para os dois sujeitos que viabilizam essa experiência: produtores/feirantes e consumidores. Por outro lado, parece que a mesma não consegue superar seu estágio atual e alcançar outros produtores e consumidores. Nesse sentido, a presente pesquisa baseou-se na hipótese que a transição agroecológica dos grupos que constroem essa feira encontra-se em um estágio preliminar, ao mesmo tempo em que já apresenta significado para os atores envolvidos, produtores e consumidores. Desta feita, o problema investigado é como esse aspecto contraditório se apresenta? Isto é, quais os fatores que sustentam a existência da feira por um período tão longo, assim como, quais são as fragilidades estruturais que limitam sua expansão.

Para abordar os aspectos limitantes, foram trilhados alguns caminhos: na parte produtiva, o desafio de construir um processo de transição agroecológica que possibilite uma maior e melhor variedade de produtos que potencialize a comercialização e o autoconsumo familiar, vistos como pilares fundamentais para a expansão e consolidação da feira; na parte da infraestrutura, os limites no transporte, beneficiamento, embalagens e organização do local da feira, além de processos comunicativos que consigam persuadir amplos setores de consumidores potenciais residentes em Mossoró, que não frequentam e, portanto, não contribuem com a viabilização e multiplicação dessa experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE UM PROCESSO EM MOVIMENTO

Durante a construção desse trabalho, através dos contatos com os agricultores, notou-se uma série de limites, principalmente no processo produtivo, o que irá acarretar na quantidade e diversidade dos produtos oferecidos na feira. As dificuldades vão desde a aquisição das sementes, pois ainda, na sua maioria, continuam tendo que comprá-las no comércio, passando pelo manejo das práticas da agricultura ecológica que irão acarretar na quantidade e qualidade dos produtos como, por exemplo, uma maior integração entre plantio e criação, em que um potencialize o outro e dando mais alternativas de produtos de origem animal e vegetal. Essa percepção também é compartilhada pelos agricultores que afirmaram ser o processo produtivo, nessa perspectiva de transição agroecológica, o maior desafio para o fortalecimento e consolidação da feira.

Alguns integrantes do grupo desejam, além do fortalecimento da feira, abranger outros espaços de comercialização, como o mercado institucional, como PAA e PNAE. Acreditam que a sua concretização vai aportar recurso financeiro para serem investidos no processo produtivo e de beneficiamento de uma parte da produção que agregue valor, visto como estratégico para melhorar a renda dos participantes, além de oferecer uma maior variedade de produtos aos consumidores.

Qual o futuro desse movimento ainda disperso e heterogêneo? Conseguirão se afir-

mar nos interstícios de uma sociedade ainda dominada pelo hábito de consumo de produtos advindo dos grandes grupos econômicos centralizadores da atenção da sociedade e do poder político? Conseguirão aumentar as brechas no mercado atual para além do permitido pela lógica dominante? Ou conseguirão avançar nos seus processos de transição agroecológica que apontem para o fortalecimento de suas autonomies e identidades como integrantes do segmento social e político da agricultura familiar e camponesa? Caso se concretize a primeira hipótese, assistir-se-á, como afirma Almeida (1998) a uma espécie de guetização e posterior desideologização dessa iniciativa; caso vingue a segunda hipótese, a feira de agroecologia de Mossoró poderá se consolidar como uma experiência exitosa e referência para outros processos em curso que buscam fortalecer a agroecologia como contraponto e alternativa de desenvolvimento rural e de produção de alimentos saudáveis, potencializando assim o vínculo entre consumo e produção.

Seja como for, as novidades trazidas com a feira agroecológica de Mossoró precisam ser observadas para além da escala quantitativa da produção e comercialização. Devem ser analisadas não como um retrato estático, mas como uma imagem em movimento. Toda essa dinâmica de produção, respeitando a natureza e buscando uma relação direta com quem consome, é alimentada pelo espírito da agroecologia, da soberania alimentar e da economia solidária.

Sobre tudo isso, é difícil uma resposta exata. Mas, a partir de um olhar mais atento, é possível perceber que os brotos da transição

para esse grupo já podem ser vistos. Se eles vão vingar dependerão de muitos fatores, tais como, desses sujeitos ganharem mais adeptos para se tornarem também sujeitos. Dessa forma, ganhariam mais força para sensibilizar amplos segmentos da sociedade e capacidade de pressão, para que as variadas políticas públicas para fortalecer a agricultura familiar camponesa, bem intencionadas e voltadas para a sustentabilidade, saltassem do papel e se efetivassem na vida real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universitaria/UFRGS, 1999.

_____. *A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, 2003. Disponível em <<http://agroeco.org/brasil/material/agroco-brasil-jalcione.pdf>>. Acesso em 20 out 2006.

CANUTO, João C. *Agricultura ecológica en Brasil: perspectivas socioecológicas* (Tese de Doutorado). Córdoba: Programa Agroecología, Campesinado e Historia. ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos e ETSIAM – Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes. Universidad de Córdoba. España, 1998.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, Jose A. (Org.). *Agroecologia e Extensão*

Rural: *contribuicoes para a promocao do desenvolvimento rural sustentável.*

CARVALHO, Horacio M. *Comunidade de resistência e de superação.* Curitiba, 2002. (Mimeo)

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade.* A Era da informação: economia, sociedade e cultura; Vol. 02. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amando L.; BERVIAN, Pedro A. *Metodologia científica.* 5 ed. Sao Paulo: Prentice Hall, 2003.

COSTABEBER, Jose. *Transição agroecologica: do produtivismo a ecologizacao.* In: Brasilia: MDA/SAF/DATER, 2004.

CUNHA, Marialdo S. *Estudo comparativo de feiras agroecológicas:* Janduís, São Miguel do Gosto e Apodi. Rede Pardal: 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentáveis.* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

PLOEG, Jan D. V. D. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização.* Porto Alegre. UFRGS Editora, 2008.

SANTOS, Boaventura S. *Gramática do tempo: para uma nova cultura politica.* São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SILVEIRA, P & BALEM T. *Formacao profissional e extensao rural: a incapacidade da superacao do modelo agricola.* Anais: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Aracaju, 2004.

WHITAKER, D. *Soberania alimentar e assentamento de reforma agraria.* In: FERRANTE, Vera L. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.) *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da politica de assentamentos rurais.* Sao Paulo: Uniara[co-editor], 2008.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Aldenor Gomes da Silva
Alfio Brandembrug
Anelise Graciele Rambo
Antonio Jacó Brand
Antonio Claudio Rabello
Carlos Leandro Esteves
Cristiano Wellington Noberto Ramalho
Delma Pessanha Neves
Flávia Marques
Jane Felipe Beltrão,
Leonilde Sérvulo de Medeiros
Luís Henrique Cunha
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
Marc Piraux
Marcelo Hernandez Macedo
Márcia Maria M. Motta
Márcio Caniello,
Maria Aparecida de Moraes Silva
Maria Cristina Alves Maneschy
Maria José Carneiro
Naína Pierri
Paulo Pinheiro Machado
Pedro Leal
Ramonildes A. Gomes
Regina Aparecida Leite de Camargo,
Regina Landim Bruno
Rosemeire Aparecida Scopinho
Sônia Maria P. P. Bergamasco
Sonia Regina de Mendonça
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante,
Wagner Neves Diniz Chaves
Wilma Baía Coelho

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Luis Henrique Cunha
(Revisão do Inglês e do Francês)

Haissa de Farias Vitoriano Pereira
Kellyane Freitas Carvalho
Maria Izabel Alves Rodrigues
(Revisão Linguística e Normatização)

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.

2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu autor (es) a manter a com *Raízes* oferecer a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não oferecê-lo a outro periódico ou coletânea.

3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.

4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.

5. Eventuais sugestões de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.

6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.

7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.

8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.

9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.

10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.

11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:

- . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;

- . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);

- . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;

- . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;

- . Bold para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;

- . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;

- . As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;

12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:

- . LIVRO: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.

- . ARTIGO: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.

- . ARTIGO EM OBRA COLETIVA: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.

13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.

14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:

a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;

b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;

c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.

15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores *ad hoc*. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.

16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.

17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.

18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

O Comitê de redação



178

